



MOVIMENTO ESTUDANTIL BRASILEIRO E A EDUCAÇÃO SUPERIOR

**Michel Zaidan Filho
Otávio Luiz Machado**
Organizadores

Editora
Universitária  UFPE

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos e videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial em qualquer sistema de processamento de dados e a inclusão de qualquer parte da obra em qualquer programa jacobinético. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração.

Projeto Capa: Jurandir Araújo
Revisão: Os autores
Projeto Gráfico: Sérgio Siqueira
Impressão e acabamento: EDUFPE

Movimento estudantil brasileiro e a educação superior / organizadores Michel Zaidan Filho, Otávio Luiz Machado ; prefácio Edmilson Santos de Lima.
Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2007.
260 p.

Vários autores.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-7315-387-3

1. Ensino superior - Universidades brasileiras - Movimentos estudantis. 2. Estudantes brasileiros - Participação política - História (1950-1975). 3. Universidade Federal de Pernambuco. Escola de Engenharia de Pernambuco - Politização - Movimentos políticos - Mobilização. 4. Universidades e repúblicas estudantis - Aspectos sociais e históricos. I. Zaidan Filho, Michel. II. Machado, Otávio Luiz. III. Lima, Edmilson Santos de.

378

CDU(2.ed.)

UFPE

378

CDD(22.ed.)

BC2007-032

MOVIMENTO ESTUDANTIL BRASILEIRO E A EDUCAÇÃO SUPERIOR

Organizadores
Michel Zaidan Filho
Otavio Luiz Machado

Editora
Universitária  UFPE

Recife - 2007

DEDICATÓRIA

Aos estudantes universitários brasileiros

AGRADECIMENTOS

A lista de agradecimentos é imensa, seja de instituições de educação superior, seja de diversas instituições da sociedade civil, bem como de entidades de apoio a pesquisas públicas e privadas. Nossa homenagem aos diversos funcionários das instituições. Da UFOP devemos destacar o apoio do Laboratório de Pesquisa Histórica (LPH), das diversas bibliotecas (especialmente do ICHS e do IFAC) e dos arquivos. Somos gratos aos professores Adriano Cerqueira e Ângelo Alves Carrara pela confiança no trabalho.

Nossos sinceros agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE (PPGS/UFPE), sobretudo aos seus estudantes. Assim como aos professores José Carlos Vieira Wanderley, José Lutz Rattori, Joamido Burty, Josefa Barbosa Cavalcanti, Paulo Marcondes, Remo Mutzenberg, Eliane da Fonte, Péricles Andrade, Maria Eduarda Rocha, Eliane Veras Soares, Jonathan Ferreira, Jorge Ventura, Maria Nazareth Baudel, Silke Weber, Paulo Henrique Martins, Breno Fontes, Heraldo Souto Maior e Cintia Hamlin. E aos funcionários Vânia Vasconcelos, Zuleika Elias, Zemide Alves e Priscila Braz.

Muito obrigado ao Professor Ricardo Santiago (Departamento de Ciências Sociais) pelo respeito e confiança, assim como a todos os alunos da disciplina Desigualdade Social. E às secretarias do Departamento e da Coordenação do curso de Ciências Sociais: Ceres

Ferreira de Paula, Márcia Erica, Maurício do Monte, Claudinete Bezerra, Geovane José de Almeida e Seu Antônio.

Foi muito importante a relação que mantivemos com alguns professores do Departamento de História da UFPE: Antônio Torres Montenegro, Antônio Jorge Siquira, Isabel Cristina Martins Guillen e Socorro Abreu.

Nossos agradecimentos: Arquivos Central, Arquivo da Escola de Minas, Centro Acadêmico da Escola de Minas, Diretório Acadêmico da Escola de Minas (DAEM), ambos na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Ouro Preto-MG; Arquivo Público Mineiro (APM), Programa de História Oral do Centro de Estudos Mineiros da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte-MG; Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea Brasileira da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), no Rio de Janeiro-RJ; Centro de Documentação do Movimento Tortura Nunca Mais (MTNM), Arquivo Central da UFPE e Centro de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), no Recife-PE; an Centro de Documentação e Informação e a Seção de Legislação Brasileira, ambos da Câmara dos Deputados, em Brasília-DF. Nossos mais gentis agradecimentos às diversas bibliotecas utilizadas para pesquisa, sobretudo aos seus funcionários: do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), do Instituto de Filosofia de Artes e Cultura (IFAC) e da Escola de Minas de Ouro Preto (EMOP), ambas da UFOP; da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (FAFICH), da Faculdade de Ciências Econômicas (FACE), da FALÉ (Faculdade de Letras) e da FAE (Faculdade de Educação), todas da UFMG; do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), da Biblioteca Central (BC), do Centro de Educação (CED) e do Centro de Artes, Cultura e Comunicação (CAC), ambas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); A Biblioteca Mário Henrique Simonsen da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e ao Arquivo do PROEDES/UFRJ, no Rio de Janeiro; A Biblioteca Central da Universidade de Brasília (UnB), em Brasília-DF; a Biblioteca Central da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). A Assessoria de Comunicação e às Repúblicas Estudantis de Ouro Preto (em especial à República Aquarius), ambas da UFOP, pela confiança e apoio.

Por fim, a todos os depoentes que estão construindo conosco na produção do conhecimento sobre os estudantes universitários brasileiros. Em todas as cidades visitadas, agradecemos aos diversos depoentes, interlocutores, colaboradores, amigos e amigas. Agradecemos todos os autores e autoras que construíram o presente trabalho pelo desprendimento e atenção: Edmilson Santos de Lima (Diretor do Centro de Tecnologia da UFPE), Tânia Bacelar (Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE), Luiz Costa Lima (Professor da UERJ e da PUC-RJ), Jurandir Freire Costa (Professor da UERJ), Lauro Morhy (Professor da UnB e Vice-Presidente do CNPq), Simone Tenório Rocha e Silva (Mestre em História da UFPE e professora), Maria de Lourdes Favero (Professora da UFRJ), Elimar Pinheiro Nascimento (Professor da UnB), Jacob Gorender (Pesquisador de São Paulo), Michel Thiollent (Professor da UFRJ), Anibal Frias (Doutor pela Universidade Nanterre), Luis Antônio Groppo (Unisal-Piracicaba), Maria Brayner (Professora aposentada da UFPE), Craig Hendricks (Professor do Long Beach City College), Nadja Brayner (Professora aposentada da UFPE), Célia Frazão Soares Linhares (Professora da UFF), Marcelo Mário Melo (Jornalista da FUNDAJ), Airton Queiroz (Professor da UFF) e Alexandre Santos (Presidente do Clube de Engenharia de Pernambuco).

A Cláudio Roberto Nascimento, estudante da UFPE, pelo trabalho realizado com algumas das transcrições das entrevistas que estão sendo aqui publicadas.

É muito satisfatório o apoio internacional do Centro de Estudos Sociais (CES) da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Em especial a Elisio Estanque, Boaventura de Sousa Santos, Hugo Dias, Rui Bebianó, Rui Namorado e Alexandra Silva.

A CAPES, pelo apoio dado durante o curso de pós-graduação, bem como ao corpo de funcionários da administração superior da UFPE.

Nossa menção de gratidão ao Reitor Amaro Lins, ao Pró-Reitor da Propesq, o Professor Anísio Brasileiro, ao Professor Celso Pinto (que respondia pela Propesq), ao procurador Jurídico da UFPE, Professor Aurélio BoaViagem e à diretora do CFCH, a Professora Edvania Torres. Assim como aos coordenadores da Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE no ano de 2006, o Professor Paulo Henrique Martins e a Professora Eliane da Fonte.

Não teria sido possível a realização de diversas atividades do projeto, viagens ou a própria divulgação do mesmo sem a colaboração das seguintes pessoas em algum dos momentos do projeto de pesquisa: Telga Araujo (então Presidente do CREA-PE), Paulo Jaime Alheiros (DNPM-PE), José Fernando Coura (Sindixtra-MG), Fernando Teixeira (Novatec Engenharia), Sueldo Vita da Silveira (FADE-UFPE), Alexandre Santos (Clube de Engenharia de Pernambuco), Ivan Vieira de Melo (SBPC-PE) e Abelardo Baltar.

E ainda temos a gratidão com a família de diversos personagens tratados neste livro: Paulo Freire (por meio de Ana Maria Araujo Freire), Candido Pinto (por meio de Joana Melo e de Claudio Pinto), Rui Frasso Soares (por meio de Felícia Soares e de Célia Linhares), Ednaldo Miranda (por meio de Lucila Bezerra).

Aos jornalistas Marcelo Mario de Melo, Eliane Cantanhede, Franklim Martins e Samarone Lima pelo incentivo, que também é extensivo da mesma forma a Gêlcio Fortes (Museu Casa Guignard de Ouré Preto).

Agradecemos imensamente a interlocução de Aécio Matos, José Jorge de Seixas, Alvaro Alves Camello, Romildo Maranhão do Vale, Airton Queiroz (Gaguinho), Marcilla Gama, Iberê Batista da Costa, Carlos Alberto Soares, Jaime Galvão, Carmen Chaves, Francisco das Chagas Pinto Coelho, Genival Barbosa Guimarães, Guilherme Robalinho, Moema São Thiago, Kleber Farias Pinto, Jader Nunes de Oliveira, José Antônio Feijó de Melo, José Antônio de Albuquerque Araujo (Bolinha), Antonio Modesto da Silveira, Abdias Vilas Carvalho, José Osael Farias, Marcelo Santa Cruz, Maria Yara Campos Matos, Merval Jurema, Pedro Eugênio de Castro Toledo, Moema Mattos, Nelson Rosas Ribeiro, Norman Costa, Sérgio Costa (Serjão), José Antônio Gonçalves, José Maura e Fontes, Cláudio Dubeux, Adriano Batista Dias, Antônio Carlos Maranhão de Aguiar e Dorival (funcionário aposentado da Chesf).

Aos Professores Sonia Marques e Afonso Celso Scatuglia por também toparem o nosso desafio.

Aos pesquisadores e professores Marcelo Siqueira Ridenti, Luis Antônio Groppo, Roberto Romano, Heloisa Starling, Marcos Ribeiro Mesquita, Simon Schwartzman, José Murilo de Carvalho, Janice Tireli, José de Souza Martins, Marcius Cortez e Octavio Ianri (in memoriam) pelas sugestões dadas aos nossos projetos.

A pontualidade na colaboração de Rogério Assunção de Farias, das bibliotecárias (os) do CFCH, Evanise Souza de Carvalho, Carminha, Fatima, Rodrigo e Maria José Carvalho (Biblioteca CFCH), assim como a Marcos Galindo (e sua equipe do Virtus), Maria de Lourdes Florencio dos Santos (Lourdinha), Antônio Carlos Duprat Barros (CFCH), Marcos Ferreira (CFCH) e Maria Verônica Medeiros Guerra (Secretaria de Órgãos Deliberativos Superiores).

À presença marcante para que tivéssemos acesso a relevante dados para nossas pesquisas, nossos cordiais agradecimentos: Agostinho Barroso (UFOP); Professor Antônio Gomes de Araújo (então Diretor da Escola de Minas); Professor Dirceu do Nascimento (então Reitor da UFOP); Professor Jório Coelho (Revista da Escola de Minas - REM); Professor Leonardo Godefroid (então Diretor da Escola de Minas); Edmo de Abreu Mendes; Família de Douglas Morishita; Jaime Galvão; José Cesar de Casafa; Junior; José Jorge de Seixas; Marcelo Guimarães de Mello; Nelson Janot Marinho

E ainda gostaríamos de agradecer aos professores Alfredo Cordiviola, Raissa Palma de Souza Silva e Sílvia de Oliveira Pena pela competente tradução de alguns textos. Ao Tiago do DCE da UFPE pelo apoio.

Aos membros do CREA-PE, tanto aos seus profissionais, mas sobretudo à atual gestão. Nossas gratidões pela atenção e apoio a Ondine Bezerra, Milton Costa Pinto e Roberto Muntz (Presidente)

Aos amigos Mozart Mendes e Dona Wilma pela boa acolhida em Recife. E ao cineasta Sílvio Tendler pelo trabalho que está realizando no momento sobre movimento estudantil e exílio.

Como sempre é bom ressaltar o apoio de todos os funcionários da UFPE foram importantes para a conclusão do livro. Obrigado pelo apoio também dado pelos seguranças e motoristas, assim como aos funcionários e gestores da Editora UFPE: Gláucia Maria Lins de Araújo, Maria José de Matos Luna, Sérgio Siqueira, Jurandi Araújo, Adriana Freitas e aos demais funcionários.

Muito obrigado pelo apoio do pessoal que trabalha nos elevadores do CFCH: Marcilio Olímpio da Silva, Severino Irineu Barbosa, Seu Sílvio, Seu Américo e Seu Marcos. Muito obrigado ao apoio dos funcionários da Pró-Reitoria de Extensão da UFPE, com destaque aos nomes de Telma Lucia Ribeiro e Wilza Estrella, assim como à Professora Solange Coutinho, a Pró-Reitora. Aos funcionários do CTG/UFPE, em especial aos nomes de Valderez Menezes Cavalcanti,

Suely Maria das Chagas, Diane da Paz Ferreira Silva. Nossa homenagem. Também aos funcionários ou responsáveis pelo Gabinete do Reitor da UFPE: Lucia Dias, Maria José Caminha Soares, Antônio Marques da Costa Soares Junior, Paulo Roberto de Siqueira Melo, Maria Inez Aves Sabino de Araújo e Carmem.

Aos funcionários da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE (FADE/UFPE) pela disposição em colaborar com o projeto. Em especial: Rúbia Siqueira, Mariana Campelo, Suelida Costa Lima e Flávia Machado.

Por fim, gostaria de agradecer antecipadamente ao projeto Memória do Movimento Estudantil, sobretudo suas coordenadoras, Carla Siqueira e Angélica Müller, bem como ao Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Gustavo Petta, ao Presidente da União dos Estudantes de Pernambuco (UEP), Geraldo Vilar, ao Presidente do DCE/UFPE Aristóteles Cardona Jr e ao Tesoureiro do DCE/UFPE Fernando Gonçalves, pela possibilidade de poder ocorrer num período muito curto um debate aberto sobre os limites e possibilidades dos trabalhos acerca da memória do movimento estudantil brasileiro. Agradecemos, também, a Karla Gonçalves Noya, secretária do DCE/UFPE.

Não poderíamos deixar de agradecer ao apoio familiar de Avelino Emídio da Silva e Olívia Maria Machado.

SUMÁRIO

15 DADOS DOS AUTORES

PARTE INTRODUTÓRIA

21 Prefácio

Edmilson Santos de Lima (UFPE)

23 Introdução:

Otávio Luiz Machado e Michel Zaidan Filho (UFPE)

33 PRIMEIRA PARTE: Universidade e seus movimentos

35 Contexto do Nordeste do início dos anos 1960, a

Sudene e a Escola de Engenharia da UFPE

Tânia Bocelur (UFPE)

41 O contexto da Universidade do Recife

do início dos anos 1960 até o golpe de 1964

Luiz Costa Lima (UERJ e PUC-RJ)

47 O projeto de mudança social da geração

dos anos 1960

Jurandir Freire Costa (UERJ)

51 Memória do Movimento Estudantil no Brasil

Laura Morhy (UnB e CNPq)

59 Rebelião, contestação e silêncio:

o movimento estudantil em 1968

Simone Tenório Rocha e Silva (UFPE)

85 Os estudantes, o problema universitário

e a política nos anos 1960

Maria de Lourdes Fávero (UFRJ)

99 SEGUNDA PARTE: estudantes e movimentos políticos

101 Aspectos da participação dos comunistas
no movimento estudantil de Pernambuco (1920-1964)
Michel Zaidan (UFPE)

105 A Ação Popular no movimento universitário
do Recife nos anos 1960: um simples depoimento
Elimar Nascimento (UnB)

119 O PCBR e os estudantes na resistência à ditadura militar
Jacob Garendor (São Paulo-SP)

123 TERCEIRA PARTE: estudantes e a universidade

125 Reflexões sobre a condição estudantil
Michel Thiolent (UFRJ)

139 A Universidade e as Repúblicas
de estudantes: o caso de Coimbra, Portugal
Anibal Frias (Universidade de Paris X - Nanterre)

171 A CIA e a Universidade Federal de Pernambuco
Craig Hendricks (Long Beach City College)

175 Análise do Discurso do Novo Movimento Estudantil
Luiz Carlos Pinto, Maurício Antunes Tavares, Otávio L. Machado

191 Casas de estudantes e Educação Superior no Brasil:
Aspectos Sociais e Históricas
Otávio Luiz Machado (UFPE)

209 QUARTA PARTE: Homenagens especiais

211 Três militantes da Escola de Engenharia
de Pernambuco do período da ditadura
militar brasileira
Cândido Pinto, Nadja Brayner e Maria Brayner (UFPE)

-
- 215 Ruy Frazão Soares: a militância na EEP
Otávio Luiz Machado
- 219 30 anos sem Rui Frazão Soares?
Célia Frazão Soares Linhares (UFF) Edinaldo Miranda
- 223 Poema Os colares e as contas
Marcelo Mário Melo (Fundoj)
- 227 O Movimento Estudantil e o PCB: Um Depoimento
Airton Queiroz
- 231 As Novas Esquerdas e o Movimento
Estudantil no Brasil: 1961-1967
Luís Antonio Grappo
- 255 CONSIDERAÇÕES FINAIS
- 257 Pós-fácio
Alexandre Santos
- 259 HISTÓRICO DO PROJETO DO LIVRO

DADOS DOS AUTORES

Aníbal Frias: Doutor em Antropologia pela Universidade de Paris X (Nanterre).

Airton Queiroz: Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Célia Frazão Soares Linhares: Professora Titular de Política Educacional da UFF.

Craig Hendricks: Professor de História do Long Beach City College, Califórnia, Estados Unidos.

Elimar Nascimento: Professor do Departamento de Sociologia e do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (UNB).

Jacob Gorender: Historiador e escritor. Foi professor do Instituto de Estudos Avançados da USP (IEA-USP). É autor de diversos trabalhos sobre a ditadura militar brasileira, tendo sido ele próprio um dos mais fortes combatentes da esquerda brasileira.

Jurandir Freire Costa: Psicanalista e Professor da UERJ. É um dos mais respeitados psicanalistas do Brasil.

Lauro Morhy: Professor da UnB. Foi Reitor desta instituição por duas gestões. Atualmente é vice-presidente do CNPq.

Luiz Antônio Groppo: Professor da Universidade Salesiana de Piracicaba. É um dos autores mais intensos sobre movimento Estudantil na atualidade.

Luiz Carlos Pinto: Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE

Luiz Costa Lima: crítico literário, ensaísta e escritor. É Professor da UERJ e da PUC-RJ. É um dos mais respeitados intelectuais brasileiros. Com um vasto trabalho no campo da cultura brasileira, seu trabalho possui enorme influência no campo das ciências sociais.

Marcelo Mário Melo: jornalista. Trabalha na Assessoria de Comunicação da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj).

Maria Brayner: Professora aposentada do Departamento de Ciências Sociais da UFPE.

Maria de Lourdes Fávero: Livre Docente em Educação pela PUC-Rio; Professora aposentada na UFRJ; Coordenadora do PROEDES - Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade/FE/UFRJ e Pesquisadora Nível 1 A do CNPq.

Mauricio Antunes Tavares: Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE.

Michel Thiollent: Professor e pesquisador da UFRJ. É um dos mais importantes pesquisadores no campo da pesquisa-ação.

Michel Zaidan: Professor do Departamento de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPE.

Nadja Brayner: Professora aposentada do Departamento de Ciências Sociais da UFPE.

Otávio Luiz Machado: Historiador. Mestrando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da UFPE. Pesquisador-associado ao OSFE/UFMG.

Simone Tenório Rocha e Silva: Mestre em História pela UFPE. É uma das poucas autoras que trabalhou especificamente sobre movimento estudantil em Pernambuco.

Tânia Bacelar: Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE. É uma das mais respeitadas economistas de Pernambuco, pois sua atuação é ampla no que se trata do desenvolvimento da região Nordeste. Como pesquisadora, os seus interesses estão voltados para temas como desenvolvimento regional, políticas de desenvolvimento regional e local e análise de conjuntura nacional e regional. É autora, dentre outros trabalhos, de "Ensaio sobre o Desenvolvimento Brasileiro: heranças e urgências" (Editora Revan, 2000).

PREFÁCIO

Quando Otávio Luiz Machado, em abril de 2005, me procurou com a proposta de um projeto para resgatar e correlacionar o movimento estudantil no período de 1950 a 1975 nas tradicionais escolas de engenharia de Ouro Preto e Recife, achei a idéia excelente e oportuna, porque estávamos comemorando, naquele ano, os 110 anos de fundação da Escola de Engenharia de Pernambuco. A princípio Otávio acreditava que poderia concluir o livro ainda em 2005 e que poderia fazer o lançamento na festa de encerramento das comemorações dos 110 anos da Escola de Engenharia de Pernambuco. Mas, com o passar do tempo, verificou que o projeto tinha uma dimensão muito maior que a inicialmente pensada e não foi possível concluí-lo a tempo de lançá-lo em dezembro de 2005. Em 2006 Otávio ingressa no Programa de Pós-graduação em Sociologia. E continua com o apoio do Professor Michel Zaidan para continuar o seu projeto. As dificuldades encontradas não foram obstáculo para Otávio, que persistentemente manteve vivo o projeto. Varias foram às viagens para entrevistas e coletas de depoimentos de personagens ligados de alguma forma ao movimento estudantil no período analisado. Viagens inclusive ao exterior.

O resultado do trabalho árduo de Otávio, em parceria com o professor Michel Zaidan Filho é retrato de um dos períodos mais efervescente no movimento estudantil brasileiro, em particular na Escola de Engenharia de Pernambuco. Ao ler os diversos textos/depoimentos, onde a emoção e saudade de um tempo

marcante na vida de cada um dos depoentes, o leitor fará uma viagem a um período em que grandes conquistas foram obtidas através da mobilização estudantil. Percebe-se o cotidiano da vida estudantil da época, a politização e a responsabilidade coletiva dos alunos da Universidade Federal de Pernambuco, em geral, e da Escola de Engenharia de Pernambuco, em particular.

Os textos organizados por Otávio e Zaidan resgata um pouco da memória estudantil e dos movimentos sociais do período de 1950 a 1975, e que deve ser lido por todos aqueles que tenham interesse em conhecer ou apenas relembrar a participação dos estudantes de engenharia neste período tão marcante da vida acadêmica, política e social do Brasil.

Edmilson Santos de Lima
Diretor do Centro de Tecnologia e Geociências
UFPE

INTRODUÇÃO

O nosso objetivo é trazer aos leitores importantes textos que tratam da memória do movimento estudantil brasileiro. O foco não é dado novamente aos fatos que foram tratados e retratados por uma pequena mas insistente visão acerca dos movimentos estudantis brasileiros, que ainda não ousaram ir além de outras questões, espaços e temporalidades.

Uma abordagem mais do que especial foi dada ao tema do movimento estudantil no Nordeste do Brasil, pois compreendemos que ainda há muito a ser feito neste campo.

Não foi por acaso que o texto de abertura do livro foi feito pela economista Tânia Bacelar (UFPE). A autora, que é uma das mais importantes economistas do Nordeste, trata com precisão os desafios de desenvolvimento do Nordeste no final dos anos 1950 e início dos anos 1960. Situa o leitor quanto ao contexto da criação da Sudene, ou seja, uma crise econômica e uma ebulição política, sobretudo no Estado de Pernambuco; além do momento de grande formação de quadros profissionais formados a partir da Escola de Engenharia de Pernambuco, que seriam os artífices do desenvolvimento desde então. A partir daí localiza a juventude universitária e o movimento estudantil.

Em seguida, o texto do influente crítico literário e acadêmico brasileiro Luiz Costa Lima. Com seu estilo preciso e provocativo, traça sua experiência no Serviço de Extensão Cultural da então Universidade do Recife (atual UFPE), a contribuição da Revista Estudos Universitários no debate sobre a cultura brasileira e a importante contribuição do grupo ligado ao educador Paulo Freire. Ainda são tratados no texto o golpe de 1964, as divergências entre SEC e MCP (Movimento de Cultura Popular), a questão do dirigismo cultural e da "esquerda didática".

Jurandir Freire Costa busca tratar rapidamente no seu texto do projeto de mudança social de sua geração dos anos 1960. Ex-aluno da Faculdade de Medicina da UFPE, Jurandir é um dos mais importantes psicanalistas brasileiros, que nos contempla com uma análise que trata da preocupação de parcela do estudantado

pernambucano e brasileiro com um projeto de mudança social da sociedade brasileira. A partir de sua experiência como um dos participantes do movimento estudantil da Faculdade de Medicina da UFPE, o autor analisa a atuação dos estudantes em eventos como a organização de manifestações contra a ditadura, a luta pela libertação de colegas presos, o recrutamento de novos militantes para a causa social e o debate sobre a construção do socialismo libertário. E finaliza salientando a incapacidade das elites em resolver problemas sociais e políticos com instrumentos que não vão além da violência e da truculência.

O Professor Lauro Morhy trouxe sua contribuição enquanto 1º Secretário da União Nacional dos Estudantes (UNE) na gestão 1963-64, que foi presidida por José Serra. Ex-Reitor da Universidade de Brasília (UnB) por duas vezes, e no momento na vice-presidência do CNPq, Lauro analisa a questão da participação dos estudantes no debate sobre reforma universitária. Faz um depoimento importante sobre os desafios da juventude universitária nos revolucionários anos 60. E trata também da perseguição aos líderes estudantis depois do golpe de 1964, relatando sua própria experiência enquanto liderança do movimento estudantil brasileiro.

O texto de Simone Tenório Rocha e Silva é muito especial, pois é marcado pelo pioneirismo na análise do movimento estudantil em Pernambuco no período 1964-1968. A autora, mestra em História pela UFPE, apresenta parte da sua dissertação de mestrado sobre o movimento estudantil em Pernambuco entre 1964 e 1968. No presente texto, o ano de 1968 é apresentado como palco do embate de projetos políticos que tentavam seduzir a opinião pública e ganhar forças para sua implantação. Um deles, o projeto defendido pelos estudantes - embasado nas idéias difundidas pelos partidos e organizações de esquerda e temperado pelos ecos da Revolução Cubana e da Guerra do Vietnã - pretendia a derrubada do Regime Militar para a implantação de um governo popular revolucionário, que prepararia o caminho da revolução socialista. Em pólo oposto estava o projeto político defendido pelos militares. Porta-vozes do grande capital nacional aliado aos interesses do capital

multinacional, os militares defendiam a manutenção do *status quo* vigente, ajustando o desenvolvimento econômico do país aos interesses norte-americanos. Enquanto a utopia de esquerda era a de uma sociedade de iguais, a dos militares era a de uma sociedade disciplinada, hierarquizada aos moldes do quartel, onde os mais aptos comandariam e os menos aptos acatariam as decisões por confiar sem seus superiores. Era o embate entre uma sociedade sem injustiças *versus* uma sociedade de seres adestrados, obedientes.

O texto de Maria de Lourdes Fávero traz também as marcas do pioneirismo da autora da análise da relação entre movimento estudantil e a educação superior no Brasil. Autora do clássico "A Une em tempos de autoritarismo", Fávero, que é uma importante educadora brasileira, apresenta no seu texto algumas das principais contribuições já dadas sobre a história da universidade brasileira, focando o tema do movimento estudantil brasileiro. Analisa que, a partir da década de 1950, entre outras questões levantadas e discutidas sobre o ensino universitário no país, pode-se destacar o papel da universidade na sociedade brasileira, a busca da autonomia universitária, a estrutura organizacional das instituições universitárias, a cátedra como unidade básica da universidade, a insuficiência de recursos destinados ao ensino superior e o aumento de vagas nas instituições de ensino superior públicas, assim como a conseqüente expansão de seus cursos. Nesse contexto, entrou o debate em torno do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), o que acarretou na mobilização de intelectuais, educadores e estudantes em defesa da escola pública. No bojo da luta, colocou-se a defesa da universidade pública e gratuita, que persiste até os dias atuais.

Michel Zaidan nos traz novamente ao contexto histórico e político do Nordeste, ao analisar alguns aspectos da participação dos comunistas no movimento estudantil de Pernambuco entre os anos de 1920 e 1964. O texto inicia uma série de visões que serão tratadas em seguida sobre correntes importantes e decisivas no movimento estudantil, como foi o caso do PCB (Partido Comunista

Brasileiro), da AP (Ação Popular) e do PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário). Zaidan possui diversos trabalhos sobre os comunistas brasileiros, o que lhe dá a autoridade ao tratar de questões do PCB mais relacionadas ao movimento estudantil pernambucano. Para Zaidan, o primeiro grande momento da inserção dos comunistas no movimento estudantil e de massas está relacionado à existência da UNE, dos diretórios acadêmicos e entidades estudantis nas lutas e contradições do nacional-desenvolvimentismo - sobretudo na defesa da entrada do Brasil na guerra contra as potências do eixo, na defesa do monopólio estatal do petróleo e na redemocratização do país. Pernambuco - como o resto do país - vivia sob uma forte ditadura proto-fascista, autoritária, conservadora e nacionalista. O sentido das grandes mobilizações de massa desse período, nas quais esteve presente o partido comunista por orientação de seu comitê central, em função da luta antifascista dos comunistas no mundo todo, em favor de reformas nacionalistas era ao mesmo antiautoritária e antiditatorial. O conteúdo dessas reformas se mesclava facilmente com a luta pela redemocratização do país, uma alimentava a outra. A inserção e influência da militância comunista - via universidade e movimento secundarista - foi decisiva para o avanço democratizante e popular das chamadas "reformas de Base", os MEBs, o movimento de cultura popular, o teatro popular do Nordeste, os ateliês coletivos etc. Muito da extraordinária gestão da cultura dos prefeitos dessa época tem a ver com a participação dos comunistas e seus intelectuais no movimento de massas e no movimento estudantil.

A análise de Elimar Nascimento parte para uma outra corrente que também foi importante influência no movimento estudantil de Pernambuco e do Brasil: a Ação Popular. O autor, que foi um dos militantes estudantis nos anos 1960 e é atualmente um dos sociólogos mais ativos, nos contempla com um texto bastante interessante para elucidar o importante papel da AP nos meios estudantis. Num esforço brutal para relembrar fatos históricos

importantes no texto, Elimar consultou diversos membros da AP, livros e até mesmo lembranças que estavam totalmente ocultadas. O resultado final é o importante texto que nos apresenta, e que trata da AP no pré e pós 1964. A AP, na época, detinha o controle do movimento estudantil em quase todo o País. Tinha o controle da UNE. Aliás, manteve o controle mesmo após o golpe de 1964, quando o seu Presidente era José Serra, que se exilou. Segundo o autor, entre 1966 e 1968 a AP foi uma das maiores forças de mobilização no movimento estudantil de Pernambuco. Com o recrudescimento da Ditadura em final de 1968 (após o Ato Institucional Nº 5, de 13 de dezembro), o movimento interno de integração na produção (iniciado ainda em 1966), a conversão ao maoísmo, o distanciamento da Igreja e, em seguida, divisões internas, levaram a que também a AP perdesse força. Em 1972, finalmente, a maior parte de seus militantes ingressaram no Partido Comunista do Brasil. Movimento que na realidade começara ainda em 1971.

O Professor Jacob Gorender é um antigo militante do PCB, entidade que também teve como lideranças importantes os nomes de Luis Carlos Prestes, Mário Alves, Carlos Marighela e tantos outros. Autor de um dos livros mais críticos sobre a ditadura militar brasileira "Combate nas Trevas. A Esquerda Brasileira - Das Ilusões Perdidas à Luta Armada". Retrata a sua ligação com os jovens e estudantes. E é preciso ao analisar a ascensão e queda do PCBR. E ainda traz aspectos de sua própria saga como um dos quadros da esquerda brasileira. E não faz sem apontar os inúmeros erros da esquerda brasileira nesta história.

Michel Thiollent traz o leitor a imaginar a avalanche de transformações provocadas pela juventude nos anos 1960. O autor, que é de origem francesa, mas está radicado no Brasil há muitos anos como professor universitário da UFRJ, vivenciou enquanto estudante as revoltas dos estudantes franceses em 1968. No presente artigo são abordados aspectos da condição estudantil que dizem respeito à transição da adolescência para a idade adulta, à

aprendizagem social e cultural fora das salas de aula, à percepção das mudanças que ocorrem na participação política dos jovens na sociedade. Também serão discutidos o individualismo e os valores de solidariedade no que se refere aos comportamentos dos estudantes e às possibilidades de livre expressão.

O texto de Aníbal Frias nos tocou enormemente porque nos permitiu conhecer uma experiência de vida universitária fora do Brasil. O autor, doutor em Antropologia pela Universidade de Paris X (Nanterre), foca seu texto nas tradições e cerimônias acadêmicas em torno das repúblicas de estudantes da multiseular Universidade de Coimbra, Portugal. A partir daí, o autor ainda busca definir a vida em repúblicas, sobretudo como casas estudantis caracterizadas por um modo de vida comunitária, um investimento de seus membros na organização quotidiana e um espírito de fraternidade. Irredutíveis à função de "morar", elas se distinguem de outras residências universitárias mais convencionais. Ainda que existente em outros lugares, tal modelo possui uma singularidade devida às características sociais e históricas da Universidade e às marcas culturais da Academia de Coimbra, onde as *repúblicas* se encontram inseridas.

O texto trazido por Luiz Carlos Pinto, Maurício Antunes Tavares e Otávio Luiz Machado é uma tentativa de analisar o movimento estudantil mais recente, sobretudo advindo de entidades que ficaram desativadas por muitos anos devido à desmobilização dos estudantes universitários.

Em seguida, o texto Otávio Luiz Machado sobre as casas de estudantes, é direcionado para diversos estudantes de final de curso que estão trabalhando a questão das moradias universitárias, mas que geralmente não possuem uma análise histórica publicada para tomar como base. O tema é de interesse para estudantes de Arquitetura, Turismo, História, Serviço Social, Ciências Sociais e Engenharia.

Nos últimos textos do livro são narradas muitas experiências ou sensações dos autores em relação ao golpe militar brasileiro. O texto de Craig Hendricks, Professor do Long Beach City College, por exemplo, passa a visão de um pesquisador norte-americano que vivia no Brasil no período de maior recrudescimento da ditadura militar brasileira. Sob a orientação do importante brasilianista

Robert Levine, Craig pesquisou a história da Faculdade de Direito do Recife do final do século XIX. Ainda apresenta a sua experiência ao ter sido questionado pela CIA quando voltava ao seu país de origem, inclusive quando foi convidado para apresentar seu trabalho em uma reunião após a sua volta, mas cujo interesse maior dos seus anfitriões era analisar efetivamente a situação política de Recife

Nadja e Maria Brayner, professoras aposentadas do Departamento de Ciências Sociais da UFPE, tiveram longa vivência com um dos nomes que homenageamos diretamente neste livro: Cândido Pinto. Cândido foi um importante líder dos movimentos estudantis e políticos no final dos anos 1960. Com muita coragem e combatividade, a repressão e os grupos paramilitares, como o CCC, que tão logo se sentiram desafiados, não mediram as conseqüências e empreenderam ações a fim de calar a sua voz. O resultado foi o atentado que deixaria Cândido paraplégico, mas não menos disposto a continuar sua luta.

A homenagem à Ruy Frasão Soares está em dose dupla. Ruy é um dos muitos mortos e desaparecidos políticos do Brasil. No texto inicial, Otávio Luiz Machado não teve a pretensão de tratar apenas de uma parte da biografia de Ruy Frasão Soares, mas do ideário de uma geração que estudou Engenharia na Escola de Engenharia de Pernambuco (EEP), da então Universidade do Recife (atual UFPE), nos anos 1960. No ambiente da Escola discutia-se amplamente a educação brasileira aliada à transformação social do país. No texto de Célia Frazão Linhares - atualmente uma importante pesquisadora na área de educação da Universidade Federal Fluminense (UFF) e irmã do homenageado do texto -, a autora não esconde ser uma das admiradoras da luta empreendida por seu irmão nos difíceis anos da ditadura militar brasileira. Não se restringindo a traçar uma biografia de Rui, o que já é muito substancial, ainda faz uma análise da sociedade brasileira no contexto da ditadura.

Marcelo Mário Melo é um importante artista radicado em Recife. Jornalista por profissão e poeta por opção faz, em homenagem ao seu amigo pessoal e de lutas passadas, um comovente poema, sobretudo tratando do ser humano que rompe

barreiras e se perde na imensidão da realidade. Um pouco da vida de Ednaldo Miranda passa nas palavras e versos de Marcelo. Um poema do seu amigo foi a melhor forma de homenagear a figura heróica de Ednaldo Miranda, que foi um dos militantes estudantis e políticos mais perseguidos pela ditadura militar em Pernambuco.

O texto de Airton Queiroz é a sua própria narração sobre sua própria história de militante do PCB nos anos 1960, inclusive os novos rumos seguidos por esse Partido após o golpe de 1964.

O texto de Luís Antônio Groppo fecha finalmente o livro. É um texto que resume muito do que foi escrito pelos mais diversos autores. Groppo é um dos mais influentes autores da nova geração que estuda o movimento estudantil no Brasil. Também fica aqui nossa homenagem ao importante pesquisador do movimento estudantil da novíssima geração. E que venham tantos outros pesquisar o movimento estudantil.

O trabalho no qual se originou o presente livro intitula-se “A Engenharia Nacional, os estudantes e a educação superior: a memória reabilitada (1930-1985)”, que é resultado de diversas conclusões e contribuições da pesquisa piloto “O debate da relação educação e sociedade no movimento estudantil das tradicionais escolas de engenharia de Ouro Preto e Recife nos anos 1960”, realizada com a colaboração de pesquisadores das universidades federais de Ouro Preto e Pernambuco.

Não foram poucos os locais de pesquisa para que a história do movimento estudantil brasileiro ganhasse algum destaque. A grande preocupação no registro de entrevistas gravadas levou o projeto a visitar vários Estados do Brasil, como Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Distrito Federal, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e outros.

E ainda tivemos a grande preocupação de participar de eventos científicos sobre o tema, como foi o caso do “Simpósio Internacional Movimento Estudantil: dilemas e perspectivas”, na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal, em 2006, que garantiu aos membros do projeto maior experiência acadêmica no tocante ao tema movimento estudantil.

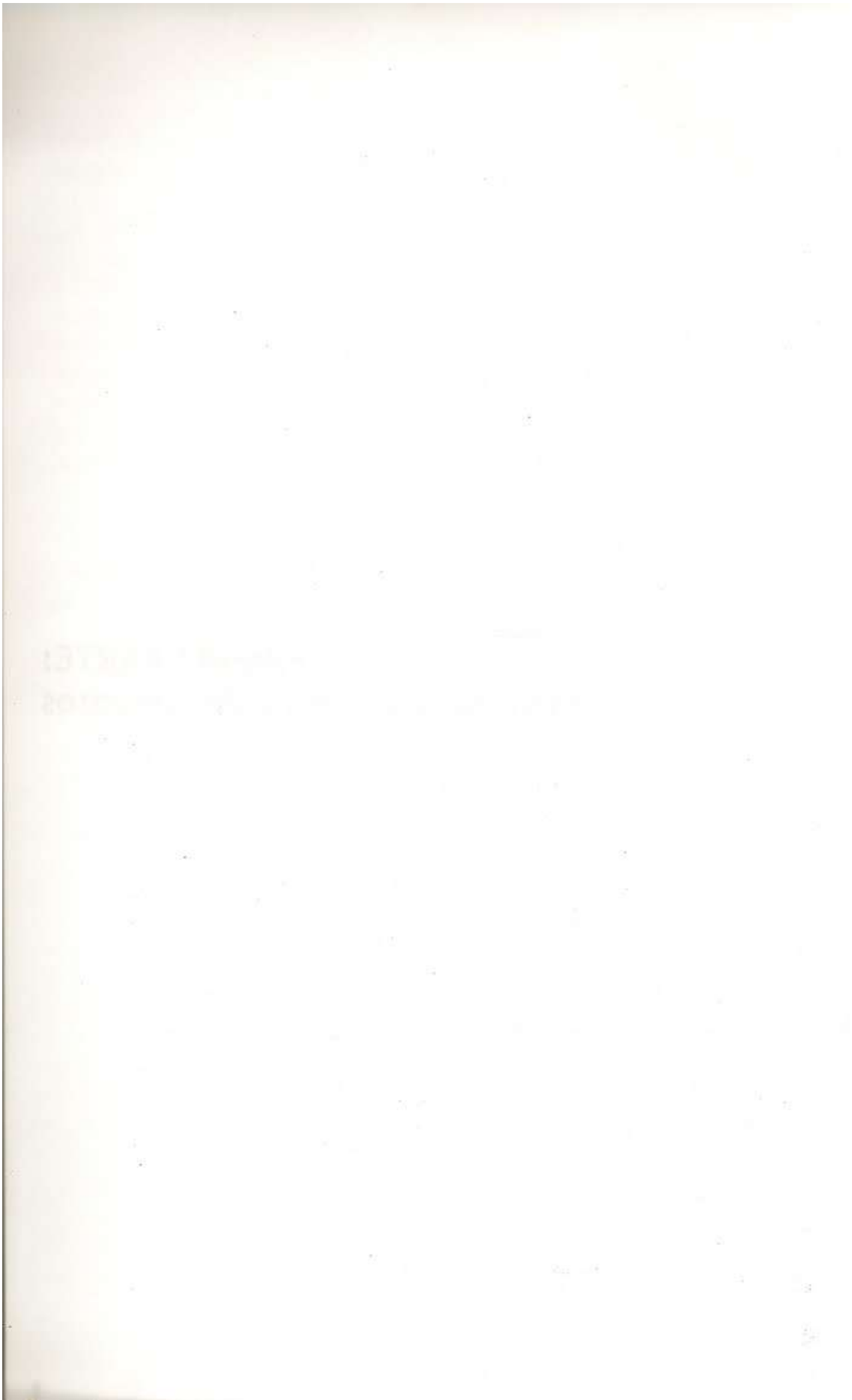
Um dos lemas do trabalho é o de que o conhecimento sobre o movimento estudantil é uma construção coletiva. Assim, a

generosidade de outros pesquisadores do tema é imprescindível. Outros trabalhos com a presença de outros autores também estarão no rol das nossas preocupações.

Com a contribuição de mais de vinte (20) instituições de educação superior do Brasil, temos a plena certeza de que o projeto "A Engenharia Nacional, os estudantes e a educação superior: a memória reabilitada (1930-1985)" ainda produzirá muitos bons resultados como o presente livro que agora lançamos, que visa apenas apresentar no primeiro volume uma análise do contexto da sociedade brasileira a partir dos anos 1960. No segundo volume, que já está sendo desenvolvido, a abordagem será dada aos temas das profissões e da juventude, que também estarão relacionados à questão da educação superior e do movimento estudantil.

Otávio Luiz Machado
Michel Zaidan Filho
(Organizadores)

**PRIMEIRA PARTE:
Universidade e seus movimentos**



CONTEXTO DO NORDESTE DO INÍCIO DOS ANOS 1960, A SUDENE E A ESCOLA DE ENGENHARIA DA UFPE

Tânia Bacelar (UFPE)*

No início dos anos 1960, o Banco do Nordeste trouxe aqui um economista chamado Hans Singer, que fez uma análise da região, naquele momento pós-revolução cubana. Ao examinar a realidade regional, ele concluiu que o Nordeste era um caldeirão preste a explodir.

O contexto do Nordeste e de Pernambuco naquela época era muito especial. Havia uma crise importante na Zona da Mata. Com o bloqueio norte-americano à Cuba, os Estados Unidos passaram a comprar açúcar do Nordeste, que era a área produtora mais próxima. Na Zona da Mata, onde se produzia cana, começou a acontecer um processo que a literatura especializada chamou de “fome de terra”, pois com o aumento da produção, precisava-se de mais área para plantar cana. Exatamente nessa região, os antigos escravos, depois que foram libertados, no final do século XIX, haviam se transformado em “moradores”, vivendo dentro das grandes unidades de produção de cana. No momento em que se precisou de mais terra, os proprietários procuraram tirar essa população de dentro de suas terras para ocupá-las com mais cana. E essa população foi jogada na periferia das cidades da Zona da Mata.

Havia, enfim um processo de proletarianização dos afro-descendentes, o que gerava uma tensão social muito grande na Zona da Mata. Por outro lado, o movimento sindical tinha se fortalecido, merecendo referência o papel desempenhado pelas “Ligas Camponesas”, que eram lideradas por Francisco Julião. Portanto, a Zona da Mata vivia uma tensão social muito forte, que propiciava a mobilização política.

No sertão, entre 1958 e 1959, para piorar a situação, houve mais uma vez um período de grande seca. Novamente a área semi-

* Texto baseado na entrevista de Tânia Bacelar à Otávio Luiz Machado, em Recife, no 1º semestre de 2005. Revisado pela autora em fevereiro de 2007,

árida vivenciava o problema da seca, que expulsava uma massa significativa de pequenos produtores sertanejos que, não conseguindo plantar, ficaram na miséria.

Além do mais, Juscelino Kubitschek tinha feito a Rio-Bahia. As mercadorias do Sudeste começavam a chegar no Nordeste e a competir com as daqui. Um dos segmentos que estava sofrendo muito com essa competição era o têxtil. Recife sempre fora um pólo têxtil importante, mas no período pós-Juscelino, no começo dos anos 1960, a chamada crise têxtil estava muito intensa. Havia uma espécie de “quebradeira” de empresas, que aqui no Nordeste eram tecnologicamente mais atrasadas do que as similares do Sudeste. E como a estrada tinha reduzido o custo do transporte entre as duas regiões, a têxtil do Nordeste experimentava uma crise importante.

A SUDENE, logo que foi criada, implementou um programa de modernização da indústria têxtil do Nordeste, o que reduziu pela metade o número de operários. Foi um programa que permitiu escapar quem se modernizou. Mas a crise matou muitas empresas e provocou muito desemprego, o que afetava, nesse caso, centros urbanos, como o Recife.

Recife também sempre fora um centro cultural importante do Nordeste. Muitos jovens de outros estados vinham estudar no Recife (hoje situa-se aqui uma Escola de Engenharia e uma Faculdade de Direito com mais de 100 anos). A cidade foi e continua sendo um pólo educacional importante na região. Imagine-se, portanto, uma cidade pólo educacional cercada de tanta crise.

Anos antes do golpe de 64, as forças progressistas tinham conquistado a Prefeitura do Recife. Miguel Arraes e Pelópidas da Silveira foram Prefeitos da cidade em nome de uma ampla frente de partidos de esquerda. Neste contexto, os universitários viviam uma ambiência muito especial. Estavam numa cidade pólo cultural e educacional de uma Região em época de crise social e de intensa atividade política. Não é por acaso que a estudantada era politizada. Como a desigualdade social, no Recife, era muito forte, era difícil não se politizar, não se sensibilizar com a realidade social que estava em seu entorno. E, naquele período, a Escola Engenharia teve uma presença importante no cenário local, juntamente com as Faculdades de Medicina, de Direito e tantas outras. O movimento estudantil era organizado, atuante, progressista.

A Sudene surgiu nesse contexto. Quando se examinava a realidade nacional, o que se via era o auge do período da industrialização pesada no Brasil, concentrada no Sudeste. Em contraposição, o Nordeste era uma região de crescimento econômico mais lento e com grande tensão social, o que contrastava com o ambiente do Sudeste, onde o dinamismo industrial era fantástico.

Nesse ambiente é que foi criada a Sudene. Ela foi criada em dezembro de 1959, e nascia não só de uma decisão do Presidente Juscelino, como também em consequência desse "caldeirão social" que fervia no Nordeste. A Sudene nasce, assim, de dois processos: um político e um social.

Nas eleições estaduais realizadas no final do período do Governo Juscelino, a maioria dos governadores dos estados do Nordeste era de oposição. Arraes tinha passado de prefeito para Governador de Pernambuco. O governador de Sergipe também era uma pessoa de esquerda.

O avanço muito forte das forças progressistas na região propiciou também a criação da Sudene. Havia um clamor por mudanças, oriundo do sentimento de que o dinamismo industrial não chegava aqui, quando se fazia uma comparação com o dinamismo do Sudeste.

A Sudene nasceu e na sua estrutura se destacava três grandes departamentos: o de Recursos Naturais, o de Infra-Estrutura e o de Recursos Humanos. O Departamento de Recursos Naturais foi criado para estudar a base de recursos da região, que não era conhecida. Não se sabia, por exemplo, em quais locais existia água subterrânea no Nordeste. E a Sudene mapeou tudo isso. O Departamento de Recursos Naturais da Sudene era muito forte. O segundo muito forte era o Departamento de Infra-estrutura, porque os dois primeiros Planos Diretores da Sudene destinavam mais de oitenta por cento dos seus recursos para os setores de energia e transporte, pré-condição para se ter indústria. Não se podia ter avanço de indústria na região se não tivesse acessibilidade e energia. E o terceiro era o Departamento de Recursos Humanos. E foi nele que se estruturou um programa de formação de quadros, que também era uma deficiência da região. A região não tinha quadros técnicos em carreiras que são muito importantes para o desenvolvimento. Não havia hidrólogos, engenheiros de minas,

geólogos, economistas, sociólogos, agrônomos, sociólogos, entre outros, numa dimensão suficiente.

Estes profissionais deveriam existir em número suficiente numa região que quisesse se desenvolver. Então a Sudene estruturou programas de formação de quadros, tanto para ela própria, como para os governos estaduais e para as empresas que surgiriam na região.

A presença da SUDENE era um estímulo para a juventude politizada de então. A instituição tinha uma imagem positiva, porque a expectativa era de que vinha para mudar. E lançava um conjunto de ações para mobilizar essa juventude. Sua política de contratação era muito interessante. Celso Furtado trouxe profissionais muito experientes para dirigir a instituição. É tanto que, quando houve o golpe, todos os ex- diretores da SUDENE se transformaram em consultores internacionais. Era gente de primeiro nível. E quando se juntava a experiência e competência dessas pessoas com a garra da juventude recrutada por concurso, o resultado não poderia ser melhor.

O processo de entrada na SUDENE era muito interessante. Primeiro se fazia um chamamento na região. Geralmente os recém-formados se inscreviam nesse primeiro momento do concurso. Aí a Sudene fazia uma primeira triagem. Os que passavam na primeira etapa, por terem as melhores notas, eram levados para um curso de especialização em desenvolvimento econômico, o que permitia a formação de quadros multidisciplinares, porque na mesma turma se tinha engenheiro, economista, sociólogo, agrônomo etc. E todos eles recebiam um curso que era dado pela CEPAL, que era um curso de desenvolvimento econômico.

O curso da CEPAL era dado no Nordeste todo: havia turmas na Bahia, em Recife, em Natal, etc. O curso circulava. E quem entrava nesse curso, que era de especialização e intensivo, já era remunerado para estudar. E os melhores da turma eram contratados pela SUDENE. A entrada era por mérito. Não tinha bilhete e influência política para ser contratado. As pessoas entravam se sentindo valorizadas numa instituição que tinha uma imagem muito positiva para juventude da época, porque ela era uma esperança de transformação da realidade social da região. E para completar, ainda se pagava muito bem. Os padrões salariais da SUDENE eram

muito acima da média dos padrões dos governos estaduais e das empresas.

A Sudene ainda tinha programas de pesquisa com os quais procurava se aproximar das Universidades. E financiava aquisição de equipamentos para melhorar os laboratórios da região. Apoiava os laboratórios para ajudar a criar massa crítica capaz de pesquisar e melhor conhecer o Nordeste.

Por ocupar um espaço importante, a Sudene era muito criticada, também. Por vir com essa imagem de instituição reformista, a Sudene teve que enfrentar reações no Nordeste. A própria lei de criação da Sudene passou um ano no Congresso. E só foi aprovada numa articulação política entre a bancada progressista do Nordeste e a bancada do Sudeste, porque a bancada conservadora do Nordeste - representante dos grandes coronéis, das oligarquias regionais - logicamente que não viam com bons olhos o projeto da SUDENE.

Se estas oligarquias criticavam a Sudene porque ia mexer nas estruturas antigas da região, a esquerda mais radical - que pregava a revolução socialista - achava que a Sudene era uma instituição burguesa, e que ela não passava de uma instituição reformista. Mas este projeto reformista da Sudene era um estímulo muito interessante para a estudantada da esquerda.

O golpe de 64 veio demonstrar a insatisfação de alguns setores conservadores com a Sudene. O interventor da Sudene, que era um General, tirou todos os diretores. Mas a Sudene era maior que isso. O programa de bolsa de estudo era fundamental, pois financiava os estudantes que não tinham condições financeiras para fazer os cursos que ela considerava importantes para o desenvolvimento da região.

Eu entrei na Sudene por conta desse programa. Minha primeira relação com a Sudene foi nesse programa de bolsas, fazendo pesquisa junto às famílias dos candidatos às bolsas da Sudene. Um estudante que morava no interior de Pernambuco e era de família pobre jamais poderia estudar na Escola de Engenharia de Pernambuco. Mas a Sudene financiava sua presença e todo o seu curso. Do mesmo jeito que ela investia em estrada, em energia, ela investia nas pessoas, para formar os quadros técnicos que o Nordeste precisava.

Muitos engenheiros, depois famosos e respeitados, cursaram a tradicional Escola de Engenharia da UFPE nos anos aqui analisados. Vários foram bolsistas da Sudene. Competência, entusiasmo, compromisso em mudar o grave quadro social do Nordeste e em elevar o padrão tecnológico da economia regional eram marcas da juventude que freqüentava a famosa Escola de Engenharia e eram, também, marcas da primeira Sudene. A ditadura tratou de esvaziar o órgão regional, até que ele foi extinto em 2001. A Escola de Engenharia sobrevive até hoje, sendo uma das unidades de referência da Universidade Federal de Pernambuco.

O CONTEXTO DA UNIVERSIDADE DO RECIFE DO INÍCIO DOS ANOS 1960 ATÉ O GOLPE DE 1964

Luiz Costa Lima¹

Luiz de França Costa Lima Filho. Este é meu nome de batismo. Na verdade, sou conhecido pela forma abreviada, Luiz Costa Lima. O interesse do projeto está em saber como vejo os acontecimentos de 41 anos atrás: o Recife quando do golpe militar. Eu trabalhava no Serviço de Extensão Cultural (SEC) da então Universidade do Recife (atual UFPE), fundado sob a gestão do Reitor João Alfredo Gonçalves da Costa Lima - apesar no nome, não era meu parente - e dirigido por meu grande amigo, Paulo Freire. Sua parte principal dizia respeito ao sistema de alfabetização concebido por Paulo. Além dele, o SEC era constituído pela Rádio Universitária, dirigida por José Laurêncio de Melo, e a revista *Estudos Universitários*, de que eu era o secretário. Pela difusão que o sistema de alfabetização de Paulo Freire alcançara por todo o país, Paulo se tornara das pessoas mais visadas pela direita pernambucana. (Diga-se de passagem que muito menos os comunistas o viam com simpatia). Ele e o então Reitor João Alfredo. Dado o golpe de 1964, todos nós que participávamos do projeto podíamos prever que não teríamos vida fácil. Embora nunca tenha consultado o inquérito da Universidade do Recife, posso lhe dizer que, se aí se acusava o SEC de visar exclusivamente os setores mais populares, cometiam um grande erro. A atividade principal do SEC era por certo a orientação dos que seriam monitores do sistema de Paulo Freire, e o trabalho destes por certo se dirigia aos setores ainda sequer alfabetizados. Mas a Rádio e a revista visavam a outros setores da população, aos quais se procurava apresentar uma visão diversa da produção intelectual e artística. Seria política a intenção de Paulo e o propósito destes dois outros setores? Por certo que sim. Mas não de política partidária.

Como o mundo estava dividido em dois pólos, o capitalista e o comunista, se éramos contra o sistema dominante, só poderíamos

¹ Texto produzido a partir de sua entrevista ao historiador Otávio Luiz Machado, no 1º semestre de 2005.

ser comunistas. E isso mais ainda em uma sociedade como a nordestina, onde o poder dos usineiros e donos de terra convivia com a miséria de milhões. Mas a prova imediata de que, por influência de Paulo, não pensávamos nessa bipolaridade é que o próprio Partido Comunista não tinha grandes simpatias pelo que ali se procurava fazer. O medo dos conservadores de perderem seus privilégios não lhes permitia ver o ensaio que se estabelecia a partir do sistema de alfabetização. Não era contraditório que a Rádio e a revista tivessem uma meta imediata distinta: nos três casos, tentava-se romper com as cadeias de uma sociedade em que só há poucos é reservado o direito de viver com dignidade. Embora fôssemos jovens, não pensávamos que o que fazíamos fosse mais do que um ensaio. Como dizia Montaigne, o maior medo da morte advém do aparato fúnebre que a cerca. Ou seja, da imaginação que se aterroriza ante o aparato que a cerca. A imaginação de nossos conservadores, o terror de perderem seus privilégios não os deixava perceber que a procura de alfabetizar as massas ou de oferecer aos já alfabetizados obras e indagações não costumeiras não significava que quiséssemos criar eleitores para o P.C.² Mas seu terror foi mais forte que sua possível inteligência.

Assim, com o golpe, podíamos saber o que nos esperava. Qual a participação efetiva de nossos furiosos inimigos quando perceberam que o seu golpe vencera? Recordo um episódio em si pouco significativo. Eu estava como professor visitante da Johns Hopkins University quando recebi um telefonema de um jornalista, Mário César Carvalho, interessado em um depoimento meu sobre 1964, no Recife. Lembrei-me então, mais com humor do que com amargura, que, estando eu preso, durante os interrogatórios, me preocupava em acompanhar a transcrição de minhas respostas. Depois de fazer mais uma correção, o major que me interrogava irritou-se e me passou um pito. Suas palavras seriam mais ou menos estas: "Não tem nada de ficar corrigindo o que está sendo escrito porque o seu caso já está resolvido: você foi denunciado como marxista por Gilberto Freyre e será aposentado". Na matéria publicada (Folha de São Paulo, 20 de março, 2000), o jornalista ouviu do major citado a contestação que tudo isso era invenção. Não posso comprovar que o que lembro de fato se deu. Não sei,

² Partido Comunista

portanto, se o ilustre sociólogo me denunciou. Apenas sei que a afirmação é verossímil e que os interrogatórios que os membros do SEC sofreram foram as peças legalmente decisivas para as cassações que logo se concretizaram. Tão logo o golpe se efetivou, o SEC foi fechado. Não mais voltei lá. Algum tempo depois estava preso e, ao sair da prisão, estando certo de que não poderia continuar como professor no Recife, aproveitei um convite e vim para o Rio. Como era praticamente certo o desfecho de tudo aquilo, aqui fiquei e foi aqui que ouvi a notícia de minha aposentadoria.

Na verdade, tive então de começar uma nova vida, em uma cidade que era para mim desconhecida. Registro aqui meu agradecimento aos frades franciscanos da Editora Vozes, pois foram eles que me propiciaram o meio de sobrevivência. Durante mais de um ano, fui revisor da Vozes. Nesse entretempo, tive ocasião de testemunhar a mudança de rumo da Editora. Ela havia até então publicado obras devocionárias. Tornou-se então um dos órgãos principais da parte da Igreja que discordava da ditadura. Lembro especialmente seu diretor, o frei Ludovico, que soube desculpar as ingenuidades e as falhas de seu imprevisto subordinado.

Voltando a ser preso em 1972 - semanas antes de defender minha tese de doutorado na USP - pude constatar como o sistema carcerário aumentara sua eficiência. Estive preso então apenas por poucas semanas. Não sofri torturas físicas. Nem posso sequer de longe me comparar com os que conheceram a pata da ditadura, muitas vezes perdendo a própria vida. O que então conheci entretanto bastava para saber como a prisão anterior ainda havia sido "cavalheiresca". Entrei encapuçado em um aposento de proporções relativamente grandes, dotada de luz fria, com que não podia distinguir o dia da noite, cercado de instrumentos, todos com títulos em inglês, que indicavam suas finalidades para a tortura; em cuja porta tinha de bater insistentemente para que alguém me levasse ao banheiro; onde, à entrada do interrogadores, devia repor a venda nos olhos, etc, etc. A técnica da tortura de fato avançara bastante. Não pretendo dizer que esse tenha sido o maior crime do golpe. Suponho que este "avanço" tenha se dado em todas as ditaduras latino-americanas do período.

O grande crime que foi cometido pelos agentes do golpe foi haver contribuído decisivamente para a situação de marginalidade em que o país foi mantido. E em que se encontra até hoje. Mas

fiqamos no clima de 64. O amigo - um dos raros que se manteve depois do golpe - Jomard Muniz de Britto, em texto publicado no livro de Osmar Fávero intitulado "Cultura popular, educação popular, memórias dos anos 60" (Edições Graal, 1983), refere-se às divergências entre o SEC e o MCP³. Seu entendimento é absolutamente certo. Divergíamos quanto à concepção do intelectual. Para o MCP, assim como para o CPC⁴ da UNE, o intelectual era tido como guia das massas. Embora essa concepção seja entre nós tão velha quanto o positivismo do século XIX, sem dúvida sua base era a política cultural stalinista. (Lembro-me, por contraste, dos textos de Trotski, que, embora longe estivesse de ser especialista em literatura, tinha a capacidade de intuir em um romance difícil e politicamente ambíguo como o *Voyage au bout de la nuit*, de Céline, um anarquismo difuso que poderia se encaminhar para um lado ou outro, e que terminaria, depois de Trotski morto, no fascismo que se conhece). Como eu tinha aprendido, por meus anos na Espanha franquista, o que significava o dirigismo cultural e como pouco se distinguia do fascismo, participei de uma linha de resistência ao dirigismo oba-oba tanto do MCP, quanto do CPC da UNE. Talvez encontrem-se ecos dessa posição nos artigos que eu escrevia para *Última Hora* - jornal que, se bem me lembro, foi empastelado nos primeiros dias do golpe. Mais difícil será encontrar os artigos que Sebastião Uchoa Leite escrevia para serem lidos na Rádio Universitária. Terão sido seus arquivos preservados?

Dada a importância política que tinha o Recife de então, seria proveitosa uma pesquisa nos jornais da época e, se sobreviveram, nas gravações da Rádio. Tal pesquisa seria ainda útil para se perceber o tom de vingança eufórica então assumido pelos vitoriosos. O fato é que nossa discordância com o MCP se concretizava fundamentalmente nas propostas para o teatro. Lembro-me que, um pouco antes do golpe, constituíamos um grupo para ler e discutir peças de teatro, de que fazia parte José Wilker, depois um famoso ator. Só alguns anos depois, formulei o que me aproximara da iniciativa de Paulo e o que, embora toscamente, procurei desenvolver com a revista *Estudos Universitários*, em um ensaio intitulado "O Sistema intelectual brasileiro", que publiquei

³ Movimento de Cultura Popular.

⁴ Centro Popular de Cultura.

em *Dispersa demanda*. Que autores mais líamos? De Lukács lembro bem que sabíamos distinguir o primeiro Lukács, o da *Teoria do romance* e de um ensaio precioso, nunca traduzido para o português, *A Alma e as formas*, do Lukács, "convertido", verdadeiro "cristão novo", que era o que mais se lia no Brasil. Lukács, Lucien Goldmann e um certo Walter Benjamin, aos quais fomos introduzidos por sua primeira tradução para o francês por um suíço que viveu pelo menos um ano no Recife, Pierre Furter. (Há na revista *Estudos Universitários*, um artigo dele muito bom - lamentavelmente, cheio de erros gráficos, que dá uma idéia bastante nítida do que nos separava da posição do MCP e do CPC). Acrescento ainda: essa divergência nos tinha aproximado de Haroldo de Campos. Mas este foi um contato que permaneceu apenas comigo. Não creio que conhecêssemos Gramsci. Sartre, sim, era leitura geral. Mas a fundamentação para a divergência contra o dirigismo ao menos eu o encontrava melhor nos livros de ensaios de Merleau-Ponty e no sociólogo norte-americano Wright Mills.

No texto acima citado, Jomard, criticou o *Livro de Leituras para Adultos* do MCP, por ter "frases tão óbvias e assustadoras". Embora tenha uma idéia muita vaga do livro, lembro um episódio que bem assinala por que o *Livro de leituras* assim nos parecia. Depois de encenada uma peça do MCP em um morro do Recife, levantou-se um senhor e perguntou algo como se estavam querendo lhe ensinar a ser pedreiro; e ele acrescentava que nisso era ele que podia ensinar aos atores... Mas isso não podia ser aprendido pela "esquerda didática", isto é, aquela que acreditava que os intelectuais deviam saber de antemão o que o povo deveria repetir. Diga-se de passagem: se a "esquerda didática" desapareceu, em troca, os agentes mediáticos e os autores que escrevem livros de olho em sua vendagem os substituíram com muito maior eficácia. Algo de semelhante ao aumento de eficiência do sistema carcerário da ditadura.

Mas deixo em paz aqueles de que discordávamos. Se me pergunto, a propósito da revista que secretariava, se ela representava seu papel de propor o intelectual como formulador de perguntas novas, deveria dizer apenas que ela o tentava, e bem toscamente. Isto é, sem o golpe iniciativas daquele tipo seriam obrigadas a amadurecer. Do contrário, rapidamente estariam sincronizadas com nosso sistema intelectual, adorador de diluições e

formulações vagas. Isso digo para que não se mitifique o que fazíamos. O que fazíamos era apenas uma tentativa contra a retórica burocrática ou o tom lírico-conservador perpetuado por Gilberto Freyre. Longe entretanto estávamos de realizar algo de duradouro.

Essa rebelião tosca contudo era bastante para que a grande maioria dos intelectuais da terra não tivesse contato com o SEC. Havia poucas exceções. Gostaria de recordar o apoio que tínhamos - e eu particularmente - do então professor de direito penal, Rui Antunes. Quando, meses antes do golpe, a Universidade conservadora conseguiu destituir-me do cargo de secretário da revista, Rui Antunes foi a única voz que me defendeu. Depois do golpe, nem falar. Aqui quero ainda prestar minha homenagem e agradecimento a alguém que havia sido meu professor no curso secundário e que era professor da Universidade Católica, Paulo Menezes. Maior apoio encontrávamos entre os estudantes, Lembrome de haver participado de exposições, seguidas de discussões inteligentes na Escola de Engenharia - que então ficava muito próxima da Faculdade de Direito. Na última discussão de que participei na Escola de Engenharia, alguém me perguntava se estava propondo uma terceira via - nem o capitalismo, nem o socialismo stalinista. Não sei o que respondi. Mas provavelmente a pergunta apontava para o rumo certo, pois então um autor que eu lia muito era o sociólogo Wright Mills. O decisivo estava na formulação da pergunta e, como prova de que estávamos aquém do que nos propúnhamos, que eu, nem ninguém de meu conhecimento, soubesse que terceira via seria essa. Éramos guiados apenas por nossa indignação com a desigualdade do país. Daí a tentação do voluntarismo. Ela conduziria, nos primeiros dias do golpe, quando ainda se achava que era possível haver resistência, a situações em que, não fosse a sorte, poderia ter sido morto. Não tendo sido trágicas, recordo-as como cômicas. Elas não merecem ser escritas.

O PROJETO DE MUDANÇA SOCIAL DA GERAÇÃO DOS ANOS 1960

Jurandir Freire Costa¹

Meu nome completo é Jurandir Sebastião Freire Costa. Nasci em Camaragibe, então distrito do município de São Lourenço Mata. Meus pais foram operários da fábrica têxtil de Camaragibe. Durante o período universitário meu pai era escriturário, enquanto minha mãe era doméstica. Já morava, então, em Recife. Dava aulas particulares de português, matemática, e de 1963-1964, ganhava uma pequena bolsa como alfabetizador no programa coordenado por Paulo Freire. Entrei para a faculdade de medicina em 1963. Até então não me interessava por política, e sim por cinema, literatura, música etc. Em 1963, logo no início do curso comecei a participar da alfabetização de adultos.

No curso de preparação de alfabetização, conheci pessoas da JUC - Juventude Universitária Católica. Comecei a me interessar por política a partir daí, mas não por política estudantil. Com o golpe e com o desmantelamento das antigas lideranças, mais ligadas aos partidos de esquerda, começamos, nós da JUC, a ocupar o espaço até então ocupado pelos tradicionais partidos de esquerda como o partido comunista. Em 1964, o José Carlos Moreira - que também era da JUC, nos candidatamos e ganhamos as eleições. O José Carlos foi eleito presidente e eu vice-presidente. Depois do mandato, isto é, a partir de 1965, continuei a participar das discussões até 1968, quando foi editado o AI-5. O endurecimento da ditadura e o término da faculdade me afastaram das atividades universitárias.

Naquele período, nosso objetivo era o de fazer com que os colegas estudantes se interessassem, sobretudo, por questões políticas mais gerais, como a situação da ditadura, os vínculos de dependência do Brasil para com os interesses do capitalismo norte-americano, a construção de uma sociedade socialista etc. Em suma, a atuação na faculdade, apenas de forma marginal, visava a resolver problemas específicos do ensino ou da prática médica. Estávamos,

¹ Texto produzido a partir de sua entrevista ao historiador Otávio Luiz Machado, Recife, 1º Semestre de 2005.

de um lado, preocupados em discutir com outros estudantes de esquerda, em especial com os membros e simpatizantes do Partido comunista, quais os rumos que a futura sociedade socialista deveria tomar, e, de outro, preocupados em entender qual o compromisso dos cristãos na construção de uma sociedade mais livre, mais igual e mais solidária. Sem contar que boa parte de nosso tempo era dedicada a organizar manifestações contra a ditadura, lutar pela libertação de colegas presos, recrutar novos militantes para a causa social e debater - em encontros, seminários e grupos de estudos - textos históricos, antropológicos, sociológicos, filosóficos e teológicos sobre a construção do socialismo libertário. Depois de 1968, perdi contato com os diretórios acadêmicos, até porque muitos deles foram proibidos de funcionar. Não havia uma estratégia definida para lutar contra a repressão política instaurada pela ditadura militar. Até 1968, as medidas repressivas eram relativamente moderadas, o que nos dava uma certa liberdade de movimentação; depois de 68, a tortura e o assassinato sistemático dos militantes dos diversos grupos de esquerda, impediu qualquer veleidade organizativa ou associativa.

A partir de 1970 fui para a França e nada sei dizer sobre este período, até 1975, quando voltei ao Brasil e me fixei no Rio. O trabalho positivo dos Diretórios Acadêmicos foi o de manter vivo o debate entre as elites econômicas, sociais e culturais sobre os destinos das sociedades democráticas. Isto, ao meu ver, foi uma contribuição enorme para a história política deste país. Dos quadros dos diretórios saíram muitos futuros parlamentares, intelectuais, líderes da sociedade civil etc., comprometidos com a perspectiva de gestão democrática da sociedade. Grande parte deles, reviu a maneira como imaginava a construção da justiça e da liberdade. Ou seja, reviu a forma dogmática de entender as contribuições marxistas para a compreensão da realidade político-econômica do país. Outros, permaneceram fiéis aquele ideário.

Seja como for, considero que a tarefa de resistência a qual nos entregamos, com ou sem plena consciência do papel que desempenhávamos, alterou a forma tradicional que tinham as elites brasileiras de se relacionarem com o povo ou a noção de povo. Não sou historiador, mas penso que se tratou de um fenômeno político de proporção semelhante ao abolicionismo ou ao movimento pela instauração da República. Entenda-se bem, digo isto, do ponto de

vista da modificação do olhar da elite em relação o resto da sociedade. Acho que os Diretórios acadêmicos, por extravagante e exagerado que possa parecer a alguns, cumpriram este papel. Depois daquela intensa, entusiástica e animada participação dos estudantes, a relação da elite com a sociedade mudou. E, creio, para melhor, embora muitíssimo coisa ainda reste por fazer. Não creio que houvesse nada de especial com o DA da Engenharia. Lembro que o diretório de Direito era muitíssimo ativo, assim como outros, como o de Geologia, o de Serviço Social etc. Certamente tínhamos a consciência de que formávamos um grupo social privilegiado, e queríamos distribuir este privilégio com todos. Resumindo, nossa atuação seguia o padrão de todos os movimentos políticos socialistas dos anos 60.

As dissidências, conflitos e disputas entre os grupos de esquerda não chegavam a constituir um verdadeiro cisma, em matéria de projeto social. Todos se inspiravam, mais ou menos, nas idéias marxistas. Uns eram mais fiéis ao credo comunista; outros, como nós da JUC, tínhamos com o marxismo uma relação polêmica, pois, apesar de aceitarmos a concepção econômica e política, não concordávamos que este fosse a última justificação da luta pela justiça e pela solidariedade, a qual estava baseada nos princípios éticos e espirituais do cristianismo.



MEMÓRIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NO BRASIL

Lauro Morhy¹

Otávio Luiz Machado (OLM):

-Como foi a sua trajetória até o início dos estudos na Universidade?

Lauro Morhy (LM):

- Eu sou do interior da Amazônia, de Guajará-Mirim, cidade que hoje pertence ao Estado de Rondônia. Quando ali nasci, ainda não havia sido criado o Território Federal do Guaporé, que depois passou a ser o T.F.de Rondônia, hoje Estado de Rondônia. Aprendi as primeiras letras em minha casa mesmo. A cidade estava em fase inicial e ali só existia o primário. Quando terminei esse curso, tive que sair para estudar em outros lugares mais adiantados. Saí então de casa com apenas 11 anos de idade para estudar fora. Fui interno em colégios, morei com parentes e em repúblicas. E andei por aí: Porto Velho, Manaus, Belém, Rio de Janeiro, São Paulo... Tive então uma vida típica daqueles jovens interioranos que saem para estudar fora, com grandes sacrifícios pessoais e da família. Mas sempre fui bom aluno, responsável, dedicado, estudioso. Permaneci mais tempo estudando em Porto-Velho, Belém e São Paulo.

(OLM) -Depois o senhor saiu do Pará, estudou em outros Estados por causa do movimento estudantil?

(LM) - A minha participação no movimento estudantil antecipou a minha saída de Belém. Fui para o Rio de Janeiro e, mais tarde, para São Paulo. Em Belém participei da liderança do movimento estudantil. Fui presidente do Diretório Acadêmico de Química, da Escola Superior de Química do Pará, a qual foi absorvida pela Universidade Federal do Pará - UFPa depois de muitas lutas, nas quais estive muito envolvido. O Reitor de então era contrário à inclusão dessa Escola na UFPa, assim como a de outra unidade isolada, a Escola de Serviço Social do Pará. Havia divergências locais, contaminadas por interesses e posições pessoais. Nada que se pudesse considerar em bases científicas, princípios educacionais ou estratégicos. Tais dificuldades geraram frustrações e indignações

¹ Depoimento de Lauro Morhy a Otávio Luiz Machado. Brasília 29-1-2004. Documento revisto em 7 de fevereiro de 2007.

no meio estudantil. Foi então que o movimento estudantil se organizou e passou a ter papel importante na encampação das duas instituições de ensino superior pela UFPa. De fato, conseguimos sensibilizar a opinião pública e as autoridades, de modo que as duas Escolas passaram a integrar a UFPa. Essa causa foi apoiada pela entidade estadual dos estudantes sediada em Belém, filiada à UNE, a UAP, União Acadêmica Paraense, de cuja liderança participei, inclusive como Diretor. Nessa época fui eleito para a diretoria da União Nacional dos Estudantes (UNE), como representante do Pará.

Como estudante de química que era, frequentei a Escola Nacional de Química da UFRJ no Rio de Janeiro, atuando no movimento estudantil em âmbito nacional. Morava no próprio prédio da UNE, no modesto alojamento destinado aos 10 diretores da entidade. Ali estava então baseada a liderança do movimento estudantil brasileiro, que era bastante forte nessa época.

Do Centro Popular de Cultura, o CPC da UNE, despontaram pessoas de destaque do mundo cultural brasileiro, como as que deram origem ao Cinema Novo. Ali atuaram, entre outros, Oduvaldo Viana Filho (o Vianinha), Leon Hirszman e Carlos Estevam Martins, que desenvolveram talentosas e criativas atividades culturais, com o apoio direto da própria UNE. O CPC promovia muitas atividades artísticas e sociais, inclusive em favelas e outros lugares pobres. Havia também o Teatro da UNE, que ficava no andar térreo, e que teve também papel cultural importante. A UNE-Volante percorria o Brasil conscientizando e mobilizando para a Reforma Universitária, em momentos enriquecidos por espetáculos teatrais, musicais e cinematográficos.

“A mais-valia vai acabar, seu Edgar”, de Oduvaldo Viana, peça apresentada no teatrinho da Faculdade de Arquitetura do Rio de Janeiro, mexia com todos e revelava o talento de Carlos Lyra. Por outro lado o pessoal de São Paulo “atacava” com *“Eles não usam black-tie”*, de Gianfrancesco Guarnieri, e *“Revolução na América do Sul”*, de Augusto Boal. Foi a UNE, com as suas atividades culturais, que conseguiu polarizar intelectuais como Ferreira Goulart (sua esposa Teresa Aragão teve papel importante nas promoções do CPC) e muitos outros. Nesse período foram lançados numerosos livros e publicações diversas, sob o “calor” da *guerra fria*. Os cineastas Alex Viany e Cacá Diegues praticamente nasceram nesse movimento cultural. E foi nessa época que apareceu a

“Canção do Subdesenvolvimento”, a publicação “Um dia na vida do Brasileiro” e a peça “Morte e Vida Severina”, de João Cabral, numa das interpretações teatrais mais expressivas, apresentada inúmeras vezes no TUCA, pelo pessoal de São Paulo, no Rio e em outros lugares por outros grupos artísticos ligados aos estudantes..

O movimento estudantil era realmente pujante e pleno de idealismos. Gerava belos sonhos, impulsionado pelo entusiasmo e pelo vigor da juventude. Compunham o movimento vários grupos político-ideológicos de todos os matizes e também os estudantes independentes. Na verdade alguns desses *independentes* tendiam para a esquerda, e atuavam como “linha auxiliar” de grupos político-ideológicos organizados. Estes grupos geralmente atuavam clandestinamente, pois não era possível o seu registro como partido político. Mas eram eles que fermentavam toda aquela movimentação estudantil, por meio das suas lideranças. Entre esses grupos, havia o “pecebão” ou “partidão” - Partido Comunista Brasileiro PCB); o Partido Operário ou Política Operária (POLOP) e a Ação Popular (AP). A AP surgiu da fusão de uma corrente da Juventude Universitária Católica (JUC) com outro grupo que se chamava *grupão*. O *grupão* incluía estudantes independentes, alguns dos quais tinham ligações político-partidárias. Mas a característica comum dos que o compunham, era a tendência socialista, a busca por um novo socialismo, um socialismo brasileiro. Na fusão discutiu-se e adotou-se nacionalmente o *documento básico* da Ação Popular. Esse documento foi sendo aprimorado: era a base teórica e filosófica da AP, que passou a orientar as suas ações. Mas pretendia-se mais: queria-se chegar a um documento maduro, em aprimoramento contínuo e adequado aos sonhos dos que compunham o movimento.

A AP ganhou a juventude, cresceu e se fortaleceu no movimento estudantil e chegou ao campo, com o auxílio de membros oriundos do Movimento de Educação de Base (MEB) da Igreja Católica. Conquistou simpatizantes no mundo político-partidário, no movimento operário e até entre militares. Eu era ligado ao *grupão* e depois passei para a Ação Popular. Na diretoria da UNE compunha o grupo da AP, juntamente com o José Serra que era o presidente da instituição, e os diretores Duarte Brasil Lago Pacheco Pereira (da Bahia), Carlos Albano Castilho (do R.G. do Sul) e Nazaré Castro Gomes, hoje Pedrosa (do Maranhão). Os outros

cinco diretores estavam ligados a outros grupos, principalmente ao "partidão". A Diretoria da UNE alcançou um bom nível de maturidade e entendimento, de modo que, em geral, as iniciativas tomadas pela instituição tiveram boa receptividade no âmbito universitário e foram bastante exitosas. Acho que fizemos boa história. Vivemos plenamente a nossa juventude, com ideais bastante elevados. A gente sentia aquela vontade pura de ajudar o país e a humanidade, com todo vigor e entusiasmo. Pode-se dizer que havia uma certa ingenuidade no movimento estudantil, mas acho que isso fazia parte daqueles dias históricos, do nosso amadurecimento e conscientização, e, enfim, da fase pela qual passávamos.

Pouco antes do golpe de 1964 eu participei do Comício do dia 13 de março, o "sexta-feira 13", famoso comício da Central do Brasil. Estavam lá: o Presidente João Goulart, o Arraes, o Brizola, o José Serra e diretores da UNE, além de muitas outras importantes lideranças políticas e sindicais. Via-se ali uma grande massa estimada de mais de cem mil operários e militantes de todos os partidos legalmente reconhecidos e dos que atuavam na clandestinidade. Foi aquele, de fato, um acontecimento grandioso e impressionante. Difícil era imaginar que menos de um mês depois, tudo aquilo seria derrubado pelo regime que se instalou em março de 1964.

Seguiu-se à "*Marcha com Deus, pela Família e pela Liberdade*" todo um processo político repressivo e de mudanças. É provável que muitos dos que estiveram no comício do dia 13 estavam também naquela *Marcha*... Mas, de qualquer modo, o comício foi um acontecimento grandioso e acredito que a maioria das pessoas que lá estavam resguardavam os seus sonhos e idealismos. E então veio todo aquele período político difícil: muitos fugiram, outros foram presos, perseguidos e até mortos. Eu consegui chegar à Bolívia e depois passei um tempo na região brasileira vizinha. Quando voltei estive um tempo em Belém e fui para São Paulo, onde vivi por um bom tempo clandestinamente. Mas sempre procurando estudar e crescer cientificamente. Afinal, pensava, não se fará revolução nenhuma sem pessoas competentes, bem preparadas... Associei-me a laboratórios científicos e tecnológicos da USP, do Instituto de Botânica de São Paulo e de indústrias. Como

eu estava na lista de pessoas visadas e procuradas, tinha que manter muita discrição.

Apesar de viver na clandestinidade e do quadro perigoso e sombrio, o pessoal da AP, entre os quais estava o Betinho, ainda se reunia e buscava caminhos para o movimento. Cada encontro era cuidadosamente preparado. O último do qual participei foi em Santo Amaro. Mas a situação complicou e a Ação Popular ficou muito visada. Houve denunciamento e até mesmo ações de outros partidos contra o movimento, além de, infelizmente, algumas traições ao que soubemos. Em certo momento a AP teve um racha interno, surgindo a Ação Popular Marxista-Leninista. A outra parte continuou defendendo as idéias originais do movimento. Após esse "racha" surgiram outras correntes que na verdade tiveram algumas raízes políticas na Ação Popular. Foi o caso do PC do B, com seus militantes oriundos da AP. Alguns deles estiveram no exterior, exilados, inclusive em países socialistas. Acho que o PT e o PSDB, criados mais tarde, tiveram raízes na AP.

Em resumo, a nossa participação no movimento estudantil ocorreu num período de lutas e esperanças, rico em idealismos, sonhos, experiências e aprendizados, apesar de todos os riscos, de todos momentos de tensão, perseguição e decepção.

As pessoas dificilmente imaginam o que seja viver em um período de perseguição, período em que a gente sabe que está sendo procurado, pode ser preso e sofrer outras coisas até piores. Isso é terrível. O cidadão sente-se permanentemente perseguido, sob riscos... Desconfia de tudo, até mesmo de pessoas amigas. Desse período, além das diversas experiências e lições de vida, foram aproveitados valiosos avanços culturais e artísticos. Alguns documentos ainda estão sendo resgatados historicamente, mas outros se perderam mesmo. Houve o episódio da ocupação da UNE, depois o incêndio e a derrubada do próprio prédio. A gente não sabe onde foi parar muita coisa que estava lá. Perdi livros, documentos e trabalhos em andamento. É possível que tenham sido levados por agentes do sistema policial e de repressão, ou que tenham sido simplesmente destruídos no incêndio do prédio.

(OLM)- Professor, para encerrar, pediria para o Sr. falar um pouco daquela reforma universitária proposta pelos estudantes nos anos 1960, levando-se em consideração o atual debate.

(LM)- Sobre a Reforma Universitária, considero que o nosso marco inicial foi o I Seminário de Reforma do Ensino (1957). Mas no final dos anos 50 é que o debate "esquentou", com as discussões em torno da Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Entretanto, o assunto ficou mais substancial com a Declaração da Bahia (maio de 1960) e com a Carta do Paraná (março de 1962), resultantes de seminários sobre reforma universitária, realizados, respectivamente em Salvador e em Curitiba. No período 1963-1964 o assunto estava em pauta já em fase mais madura e com posicionamentos bastante convergentes sobre certos princípios reformistas, como a democratização do ensino superior e a representação estudantil nos conselhos das universidades. O debate permeava as discussões sobre as Reformas de Base, propostas e incentivadas pelo Governo João Goulart. Houve, de fato, avanço considerável das idéias sobre a Reforma Universitária naquele tempo. Quando veio 1964 o debate foi interrompido, mas continuou-se a conversar e a discutir nos bastidores, embora com menos intensidade. O quadro nacional passou a ter novos focos e outras prioridades políticas. O próprio governo militar, aproveitando os resultados e as ressonâncias ainda existentes de todo aquele período de debates, discussões e agitações, acabou promovendo uma reforma universitária. E houve aquela fase de 1968... Não veio a reforma que se pretendia no período das discussões de 1963-1964, mas foram realizadas algumas mudanças interessantes, que tiveram o seu papel.

Depois do período militar as universidades voltaram a viver nova crise. Terminado o "milagre econômico" os recursos escassearam, e as coisas começaram a complicar de novo. Tudo isso trouxe uma série de problemas que foram se acumulando e se agravando, com sucessivos movimentos de contestações e greves. E eis-nos então, de novo, discutindo Reforma Universitária, sendo que, agora, o próprio governo prega a reforma e chama todos para a discussão. Há desconfianças de todos os lados, mas sabe-se que é preciso mudar. Na verdade a universidade devia estar mudando sempre, num processo natural e contínuo. A necessidade de mudanças episódicas e sob cobranças político-sociais revelam que ainda precisamos evoluir muito.

Não tenho dúvidas em afirmar que a fase pré-1964 teve papel importante. Muitos aspectos discutidos naquela época são considerados ainda hoje, com as atualizações necessárias, impostas

pela dinâmica do processo histórico-evolutivo nacional e mundial. A Reforma Universitária apresenta-se hoje mais complexa do que naquela época, mas com vários aspectos já bem conhecidos e discutidos. Deve-se observar que, com a aceleração da globalização, o nacionalismo tende a tornar-se uma bandeira distante e até desprezível para muitos, mas há certos valores que não podem ser simplesmente negligenciados ou abandonados como aqueles que são parte da nossa cultura e da nossa história. Esses valores precisam estar sempre presentes, e esperamos que no novo panorama, em busca do desenvolvimento sustentado, não predominem os interesses individuais, as influências culturais degenerativas e nem as velhas ou novas formas de controle das liberdades democráticas.

| Year | Population | Area | Population Density |
|------|------------|---------|--------------------|
| 1900 | 1,000,000 | 100,000 | 10 |
| 1910 | 1,500,000 | 100,000 | 15 |
| 1920 | 2,000,000 | 100,000 | 20 |
| 1930 | 2,500,000 | 100,000 | 25 |
| 1940 | 3,000,000 | 100,000 | 30 |
| 1950 | 3,500,000 | 100,000 | 35 |
| 1960 | 4,000,000 | 100,000 | 40 |
| 1970 | 4,500,000 | 100,000 | 45 |
| 1980 | 5,000,000 | 100,000 | 50 |
| 1990 | 5,500,000 | 100,000 | 55 |
| 2000 | 6,000,000 | 100,000 | 60 |
| 2010 | 6,500,000 | 100,000 | 65 |
| 2020 | 7,000,000 | 100,000 | 70 |

REBELDIA, CONTESTAÇÃO E SILÊNCIO: O MOVIMENTO ESTUDANTIL EM 1968

Simone Tenório Rocha e Silva¹

O ano de 1968 foi palco do embate de projetos políticos que tentavam seduzir a opinião pública e ganhar forças para sua implantação. Um deles, o projeto defendido pelos estudantes - embasado nas idéias difundidas pelos partidos e organizações de esquerda e temperado pelos ecos da Revolução Cubana e da Guerra do Vietnã - pretendia a derrubada do Regime Militar para a implantação de um governo popular revolucionário, que prepararia o caminho da revolução socialista.²

Em pólo oposto estava o projeto político defendido pelos militares. Porta vozes do grande capital nacional aliado aos interesses do capital multinacional, defendiam a manutenção do *status quo* vigente, ajustando o desenvolvimento econômico do país aos interesses norte-americanos. Enquanto a utopia de esquerda era a de uma sociedade de iguais, a dos militares era a de uma sociedade disciplinada, hierarquizada aos moldes do quartel, onde os mais aptos comandariam e os menos aptos acatariam as decisões por confiar sem seus superiores. Era o embate entre uma sociedade sem injustiças *versus* uma sociedade de seres adestrados, obedientes.³

¹ Nota da organização: algumas siglas que circularão abundantemente ao longo do texto significam o seguinte: a) UCP: Universidade Católica de Pernambuco, que atualmente se usa UNICAP; b) UFP: Universidade Federal de Pernambuco, que atualmente se usa UFPE; c) UEP: União dos Estudantes de Pernambuco; d) APEJE: Arquivo Público Jordão Emerenciano de Pernambuco; e) ME: Movimento Estudantil.

² Havia divergências entre os estudantes quanto ao caráter da revolução. As tendências ligadas às organizações de esquerda imediatistas acreditavam que o socialismo seria implantado a partir da derrubada do Regime Militar. As outras, que aderiam ao etapismo, pensavam na revolução em etapas.

³ Foucault, *Vigiar e punir: nascimento da Prisão*. 24ª ed. Petrópolis:Vozes, 2001, descreve a utopia da cidade perfeitamente governada, atravessada inteira pela hierarquia, pela vigilância, uma "cidade imobilizada no funcionamento de um poder extensivo que age de maneira diversa sobre todos os corpos individuais". (p. 164). Este nos parece ser o sonho dos generais que assumiram o poder em 1964.

Cada um dos lados em litígio acusava o outro de opressor e inimigo da democracia. Durante o primeiro semestre de 1968 os jornais, em todo o país, contribuíram para o fortalecimento do projeto estudantil entre a população. Ao noticiar as manifestações e a repressão policial a elas, a imprensa colaborou para que o Regime Militar fosse percebido como uma ditadura.

Em Pernambuco, no mês de janeiro de 1968, deparamo-nos com a repressão policial ao trote estudantil: manifestação pacífica que repercutiu na imprensa e levou a uma outra ação. Foi acertada nova data para o trote, que, então, transcorreu pacificamente, com grande adesão de populares.⁴ A reportagem do Diário de Pernambuco concluiu a notícia afirmando que “a ordem reinante, de um modo geral, foi atribuída pelo povo à decisão da Secretaria de Segurança [de não intervir], ficando assim definitivamente provado que o policiamento ostensivo da PM causou os distúrbios de quinta-feira.”⁵ A opinião pública tendeu a ficar favorável aos estudantes e contra as arbitrariedades policiais.

Nessa época, a rotina das faculdades e das ruas do Recife iria ser alterada. Estudantes acampando na reitoria, fazendo passeatas, greves, pichações, panfletagem, comícios; policiais invadindo faculdades, ocupando as ruas para evitar manifestações; engarrafamentos, nuvens de gás lacrimogênio, cavalaria nas ruas, pancadaria, correrias, comércio fechando as portas, bolinhas de gude no asfalto. Em vez dos bancos escolares os alunos freqüentavam as ruas da cidade, assumindo o papel de professores da revolução. Estas eram as cenas da cidade do Recife registradas pelos periódicos nesse 1968. Visão do paraíso para uns, do inferno para outros...

Os motivos que levaram as manifestações às ruas nesse ano foram vários. A insatisfação com os restaurantes universitários foi um deles. Os alunos da Universidade Rural de Pernambuco iniciaram o ano letivo em greve contra a majoração em mil por cento no preço das refeições.⁶ Eles denunciavam que esta medida era consequência do constante corte de verbas da educação que o

⁴ APEJE. Diário de Pernambuco dias 26/01/1968, 27/01/1968 e 30/01/1968.

⁵ APEJE, DP, 30/01/1968. Primeiro Caderno, p. 7.

⁶ APEJE. DP, 06/03/1968, primeiro caderno, p. 3.

governo federal vinha fazendo, enquanto aumentava o orçamento das Forças Armadas.⁷

A paralisação, que durou trinta e quatro dias, contou com passeata no centro da cidade, distribuição de panfletos, troca de acusações entre reitor e estudantes e greve de solidariedade promovida pelos alunos da Universidade Federal. Cada evento contando com a cobertura diária dos jornais, durante todo o mês de março. As denúncias dos alunos sobre as péssimas condições dos restaurantes e o descaso das autoridades competentes ganharam crédito na sociedade. Os deputados, demonstrando apoio à reivindicação dos universitários, formaram uma comissão, liderada por Valdemar Borges, para ir a Brasília conversar com o Ministro Tarso Dutra e entregar a ele um memorial mostrando a inabilidade do reitor Artur Lopes em resolver os problemas da UFRP (Universidade Federal Rural de Pernambuco).⁸

De posse de um relatório sobre as causas da greve, os alunos tentaram conversar com o reitor, que não quis recebê-los. Os estudantes decidiram permanecer na reitoria até serem recebidos. A polícia foi chamada e o episódio terminou com a prisão de cerca de cem manifestantes. A notícia se espalhou, levando os estudantes das demais faculdades a abandonar as aulas e decretar uma greve de protesto de 24h. Soltos duas horas após a prisão, por ordem do governador Nilo Coelho, ficou evidente no episódio o clima de confronto e de intolerância das autoridades frente ao constante desafio representado pelas ações estudantis.⁹

A crise dos restaurantes culminaria com a morte de um secundarista no Rio de Janeiro, incidente que seria o marco do ME em 1968, gerando protestos e mais repressão em vários estados do país. No dia 28 de março, a polícia invadiu o restaurante *Calabouço*, onde estudantes cariocas preparavam uma passeata de protesto contra o aumento do preço das refeições.¹⁰ Os policiais, que entraram atirando, mataram Edson Luís. O acontecimento

⁷APEJE. DP, 12/03/1968, primeiro caderno, p.6

⁸APEJE. DP, 21/03/1968, p. 6. Em passeata percorrida em silêncio pelo centro da cidade, no dia 16/03/1968, contra a administração do reitor da Rural, os estudantes empunhavam cartazes com a alcunha do reitor: "Boi Preto".

⁹APEJE. DP, 28/03/1968. Primeiro Caderno, p. 7.

¹⁰ Depoimento de Elinor Brito. In Reis Filho, Daniel & Moraes, Pedro de (org). *1968 - a Paixão de uma Utopia*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988, pp. 155- 165.

transformou-se em um fato político impactante, graças à ampla cobertura dos jornais. Passeatas de protestos ocorreram em quase todo o Brasil, lideradas pelos universitários e apoiada por setores da população, que se tornava cada dia mais insatisfeita com a repressão militar.

Enquanto os estudantes enfatizavam o caráter opressor do Regime, a polícia militar defendia-se, dizendo que atirou por estar sendo atacada pelos manifestantes. Consultado sobre o episódio, o general Jayme Portela, chefe da Casa Militar em 1968, em depoimento afirmou:

Tinha havido uma agitação no restaurante provocada por elementos comunistas, infiltrados entre os estudantes, resultando num conflito entre eles. A polícia foi chamada pela administração do restaurante para debelar o conflito (...) Mas foi recebida no restaurante a pedradas e a tiros e teve que reagir e, no incidente, foi morto um rapaz, que trabalhava no restaurante e estudava a noite.¹¹

Pela adesão popular ao velório e ao enterro de Edson Luís, verifica-se que as explicações oficiais para o conflito não foram convincentes.

No Recife, os universitários marcaram uma marcha de protesto contra a morte do secundarista para o dia 02/04/1968. Entretanto a passeata não se realizou, pois cerca de dois mil soldados fizeram um policiamento ostensivo nas ruas do centro. Ainda assim, dez estudantes foram presos, segundo a imprensa, por estarem em atitude suspeita. Mas após serem ouvidos pelos DOPS foram liberados.¹²

Não conseguindo realizar a passeata, os universitários fizeram publicar nos jornais nota oficial, assinada pelos presidentes dos Diretórios Centrais da Católica, Federal e Rural, apresentando-os como vítimas das arbitrariedades da ditadura.

O Movimento Estudantil brasileiro é mais uma vez vítima dos atos de força dos detentores do poder, que ao comemorarem seus quatro anos, prendem líderes estudantis, invadem

¹¹ Apud Valle, Maria Ribeiro do. 1968, O diálogo é a violência: Movimento Estudantil e ditadura no Brasil. Campinas: UNICAMP, 1999, p. 45.

¹² APEJE. DP, 03/04/1968, primeira página.

Universidades e, por fim, como coroamento de toda esta brutalidade, metralham em um restaurante um colega indefeso.¹³

Cartazes na entrada da Faculdade de Filosofia de Pernambuco estampavam os seguintes slogans: "Crime na Guanabara. Até quando os estudantes morrerão lutando por seus direitos?"; "Assassinaram mais um estudante, mas não matarão nossa luta." A representação dos universitários como vítimas de um governo ditador saiu do episódio fortalecida.

A violência no Rio puxou novas ondas de protesto e novas críticas ao Regime Militar. O projeto estudantil ganhava adeptos e o militar, opositores. A idéia alardeada pelos universitários de que o país vivia numa ditadura deixava de ser apenas retórica e passava a se concretizar nos atos violentos perpetrados contra os estudantes e a população em geral.

Numa época em que a primeira página dos jornais tinha o impacto dos noticiários de TV do horário nobre, o jornal carioca *Última Hora*, noticiando o enterro de Edson Luís, trouxe em primeira página a seguinte manchete: "Só Getúlio teve enterro assim."¹⁴ Para Martins Filho, o Rio ainda continuava a ser o "centro nervoso do país". Embora a capital houvesse mudado para Brasília, aquela cidade mantinha vários ministérios. Havia perdido a coroa, mas não a majestade.¹⁵ Enquanto vitrine do país, o Rio era retratado como um estado convulsionado, onde estudantes, com amplo apoio da população, desafiavam o poder militar.

Oficiais da linha-dura insistiam na tomada de medidas mais draconianas. Exigiam o fechamento completo do Regime. Os jovens ameaçavam seu projeto, sua autoridade. Sentiam-se desafiados. Um estado de sítio foi ventilado em abril. Mas os tempos pareciam diferentes da época do golpe. As Forças Armadas, que contaram em 1964 com um amplo leque de aliados, agora encontravam-se isoladas.

¹³ APEJE. DP, 31/03/1968, primeiro caderno, p. 3.

¹⁴ Apud Martins Filho, João Roberto. *Rebelião Estudantil: 1968 - México, França e Brasil*. Campinas, Mercado das Letras, 1996, p. 18.

¹⁵ Martins Filho, João Roberto. *Rebelião Estudantil: 1968 - México, França e Brasil*. Campinas, Mercado das Letras, 1996, p. 19.

Sentindo-se desacetadas, as autoridades insistiam no argumento da infiltração de elementos comunistas que, se aproveitando dos problemas reais da Universidade, insuflavam os jovens, com o intuito de desmoralizar o governo. O diretor geral do DOPS, General Lucídio Arruda declarou, acerca dos protestos desencadeados pela morte de Edson Luís: "os estudantes estão, presentemente, sendo liderados por gente estranha à classe, que prepara agitações e dentre essa destacam-se os comunistas, que estão agindo da mesma maneira em vários países, como na Polônia, Uruguai, Chile e Itália."¹⁶ A perplexidade com os acontecimentos simultâneos conduzia a explicação do fenômeno através da mitologia da 'conspiração', que, segundo Girardet, só consegue se efetivar porque baseia-se em acontecimentos concretos. Vivia-se um período de agitações estudantis em várias partes do mundo. A angústia se generalizava e levava à construção da teoria do 'complô' comunista, que visava submeter o mundo liberal aos seus domínios.¹⁷

Dentro desse clima de confronto, onde estudantes eram tidos como massa de manobra dos subversivos, a polícia invadiu, no dia 03 de abril, a FAFIPE (Faculdade de Filosofia de Pernambuco). Vinte estudantes foram espancados, o que gerou pânico e a suspensão das aulas naquela faculdade e nas demais da UFP. Segundo as autoridades, a invasão ocorreu quando um grupo de estudantes vaiou um contingente policial que estava nas imediações daquela escola. Após o incidente, os acadêmicos reuniram-se em assembléia e resolveram realizar uma greve de 24h, em protesto contra o arbítrio policial. Decidiram, também, assistir à missa das 17 horas, na Igreja de Santo Antônio, no dia 4 de abril, pelo sétimo dia de falecimento de Edson Luís.¹⁸ O terrorismo empregado contra os estudantes parecia visar silenciá-los pelo medo, mas não surtia efeito.

Missas de sétimo dia em memória do secundarista carioca foram realizadas em muitas cidades do país. No Rio, a violência policial contra pessoas saindo da Igreja após a realização da

¹⁶APEJE DP, 31/03/1968, primeira página.

¹⁷ Girardet, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

¹⁸APEJE. DP, 04/ 04/ 1968, primeiro caderno, p. 3.

cerimônia da manhã foi fotografada e divulgada pelos jornais. No Recife, a missa não foi realizada no local previamente estabelecido, sendo transferida para a Igreja do Rosário dos Pretos, na tentativa de burlar a repressão. O que não surtiu efeito, pois os policiais investiram contra estudantes que deixavam o templo. Vários foram espancados e outros presos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional, sob a acusação de distribuir panfletos subversivos, que preconizavam a implantação de um governo popular revolucionário e a destruição das Forças Armadas.¹⁹

Diante da violência policial perpetrada contra os estudantes após a missa, Dom Hélder fez apelo às autoridades do Estado para que sustassem a repressão às manifestações dos jovens, o que evitaria que ocorresse no Recife o desastre do Rio de Janeiro.²⁰ O governo justificou mais uma vez a violência policial com o argumento da infiltração comunista.²¹ Editoriais dos jornais criticavam a atuação do governo na repressão ao ME, contribuindo para incompatibilizá-lo com a população. Luís Cisneiros, em sua coluna, do dia 02/04/1968, no *Diário de Pernambuco*, sob o título 'Antes da repressão, o diálogo', advertia:

Antes de se apelar para a violência, seria bom o governo estudar as causas responsáveis pelos efeitos negativos que incidem sobre a nação. Os jovens reivindicam uma melhor assistência à classe e não a queda do governo, a mudança do regime, o assalto ao poder. (...) suas pretensões não são subversivas.

Há em todos os movimentos de massa infiltração de agitadores extremistas. Quanto à ingerência desses corpos estranhos nos organismos estudantis, justificam-se as enérgicas medidas repressivas. Elas devem pesar também sobre os aproveitadores políticos que tentam resultados eleitoreiros. Sobre esses, a mão de ferro da repressão. Sendo, entretanto difícil separar o joio do trigo, é preciso abrir diálogo com os estudantes para evitar novas mortes.

As reivindicações estudantis ainda eram percebidas como apenas reformistas, mas toda essa repercussão e o apoio

¹⁹APEJE.DP, 05/04/1968, primeiro caderno, p. 7.

²⁰APEJE. DP, 05/04/1968, primeiro caderno, p. 7

²¹ APEJE.DP, 05/04/1968. Primeiro Caderno, p.8.

alcançado²² levavam a uma maior politização e radicalização dos estudantes. As palavras chaves da esquerda começavam a ecoar em seus discursos.

É importante ressaltar que não só os estudantes de universidades públicas protestavam contra a administração de suas escolas. Os universitários da UCP, discordando do índice de reajuste das mensalidades para o ano de 1968, deixaram de pagá-las. Exigiram a cópia do orçamento da Universidade para formularem uma contraproposta de aumento. Só em fins de maio, diante da ameaça de fechar por falta de verbas, o reitor da católica entrou em acordo com os alunos, reduzindo o índice de reajuste para o percentual de 30%.

A crise universitária ameaçava a credibilidade do Regime, que vinha recebendo críticas da imprensa, de membros da Igreja e de segmentos da população. No intuito de reverter essa situação, o governo propôs a abertura de diálogo com os estudantes. Esta proposta dividia o movimento. A tendência liderada pela AP²³ era contrária, pois não conversariam com uma "ditadura assassina". As DIs²⁴ acreditavam que aceitar o diálogo era a oportunidade de demonstrar à sociedade que as autoridades estavam blefando²⁵. De ambos os discursos depreende-se que não havia disposição para negociar. Ao contrário julgavam que um entendimento com o regime era impensável, uma vez que falavam idiomas distintos e defendiam projetos inconciliáveis.

²² No dia 05/04/1968, o *Diário de Pernambuco* publicou declaração de Sílvio Pessoa, deputado da ARENA, que dizia que a ação dos moços estava ganhando consistência exatamente porque surgia como única via de protesto, pois os partidos existentes eram falsos, mentirosos, aglomerados sem expressão.

²³ Ação Popular (AP), fundada em 1962 por estudantes católicos, pregava um socialismo humanista em seus primórdios. Por volta de 1967, passou a defender a luta armada para a implantação do socialismo. Tendência com muitos adeptos no ME, propunha que este devia lutar para a derrubada da Ditadura abandonando as reivindicações específicas da categoria. In, Silva, Simone Rocha. *Em Busca da Utopia: as manifestações estudantis em Pernambuco (1964-1968)*, 2002. 161p. Dissertação (Mestrado em História) UFPE. Recife.

²⁴ As Dissidências (DIs) foram formadas pelas bases estudantis do PCB, que passaram a recrutar adeptos para as suas fileiras e não mais para o Partido. In, Silva, Simone Rocha. *Op. Cit.*

²⁵ Dirceu, José & Palmeira, Vladimir. *Abaixo a Ditadura: o Movimento de 68 contado por seus líderes*. Rio de Janeiro, Garamond, 1998, p. 110.

Em 19/06/1968, os universitários cariocas adeptos da segunda tendência marcaram uma concentração no pátio do MEC, dispostos a 'dialogar' com o Ministro. Foram recebidos com violência. Partiram para organizar uma barricada na Avenida Presidente Vargas. Os policiais chegaram dispostos a dispersá-los à força. No entanto, foram recebidos a pedradas e recuaram.²⁶

No dia seguinte, reunidos na Universidade, onde discutiam com o reitor as suas reivindicações, os estudantes foram vítimas da vingança policial. A PM cercou o prédio da Praia Vermelha e o reitor tentou negociar a saída pacífica dos alunos. A tensão foi aumentando, até que se acordou que poderiam deixar a escola em pequenos grupos, isoladamente. Ao saírem, os estudantes foram presos e agredidos no Campo do Botafogo.²⁷

As cenas de violência foram registradas pelas lentes do *Correio da Manhã*, que no dia 21/06/1968 publicou-as em primeira página. As fotos de moças e rapazes deitados no chão, com policiais urinando sobre eles²⁸, estimularam o repúdio e a revolta populares.

Nesse mesmo dia, os estudantes voltaram às ruas do Centro carioca para denunciar a violência sofrida na véspera. Os policiais tornaram a usar de força para dispersar o protesto. Uma batalha se iniciou. As ruas transformaram-se no cenário de uma guerra civil, onde populares e estudantes se enfrentavam com a força policial. O episódio, conhecido como 'Sexta-feira sangrenta', deixou um saldo oficial de um morto e 55 policiais feridos.²⁹ Em depoimento, Vladimir Palmeira à época presidente da UMES (União Metropolitana dos Estudantes, do Rio de Janeiro) afirmou que lá pelas duas da tarde não havia mais estudantes nas ruas, e, mesmo assim, o conflito se estendeu até o princípio da noite. Segundo ele, era a população carioca que dizia um basta à ditadura e lutava contra seus representantes policiais. O episódio foi interpretado pelos estudantes como o prelúdio de uma insurreição popular.³⁰

²⁶ Dirceu, José & Palmeira, Vladimir. *Abaixo a Ditadura: o Movimento de 68 contado por seus líderes*. Rio de Janeiro, Garamond, 1998, p. 111.

²⁷ Ventura, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1988, pp. 130-140.

²⁸ *Ibid.*, p. 135.

²⁹ Dirceu, José & Palmeira, Vladimir. *Op. cit.*, p.112.

³⁰ *Ibid.*, p. 127.

A repercussão dos fatos nos jornais foi estrondosa. Convencidos de que a ditadura estava isolada, os estudantes sentiam-se engrandecidos. Tomados de grande entusiasmo, os universitários cariocas convocaram o povo para uma passeata no dia 28/06/1968.³¹

A violência empregada contra os companheiros cariocas, levou os universitários de Pernambuco a programar uma passeata para o dia 27 de junho, quando também protestariam contra o anunciado aumento de 40% nas tarifas de ônibus. A passeata, que contava com apoio do clero, não se realizou. Foi impedida com uso da força. Dez pessoas foram presas e duas ficaram feridas. Entre os presos estavam um jornalista, duas moças e um padre.³²

A autoconfiança dos estudantes cresceu com o mar de pessoas que compareceu a seu chamado no Rio de Janeiro. A 'Passeata dos Cem Mil' transcorreu sem qualquer incidente, mais uma vez levando à crença de que a desordem era promovida pelos policiais, que, no discurso estudantil, representavam a ditadura.

Nessa passeata, evidenciou-se o racha no ME, que refletia a fragmentação da esquerda no momento. De um lado, a palavra de ordem que se ouvia era: "O povo armado derruba a ditadura"; do outro, vinha a contestação: "O povo organizado derruba a ditadura."³³ No entanto, as duas tendências defenderam na ocasião o desencadeamento da violência justa do povo contra seu opressor. Segundo análise de Maria Ribeiro do Valle, "a violência foi a tônica dos discursos da pacífica passeata", onde houve uma tentativa de se demonstrar a necessidade da criação de um exército revolucionário para enfrentar a ditadura.³⁴ Na ocasião, foi escolhida uma comissão para dialogar com o Presidente da República.³⁵ O encontro foi infrutífero, pois nem estudantes nem governo estavam dispostos a

³¹ Para que a passeata pudesse ocorrer pacificamente, artistas, intelectuais e jornalistas negociaram com o governador do Rio, que, após aval do governo federal, garantiu a sua realização, sem repressão, como relata Zuenir Ventura, op. cit., p. 151.

³² APEJE. DP, 26 e 28/06/1968, p. 3.

³³ Ventura, Zuenir, op. cit., p. 162.

³⁴ Valle, Maria Ribeiro do. Op. cit., pp. 111-113.

³⁵ A comissão que foi recebida pelo Presidente Costa e Silva era composta por um intelectual - Hélio Peregrino, uma mãe - D. Irene Papi, um padre - João Batista e dois estudantes - José Américo e Marcos Medeiros.

negociar; ambos pretendiam sair do embate como vitoriosos e o impasse se estabeleceu.

Impedidos de realizar a sua marcha no dia 27/06/1968, os estudantes pernambucanos marcaram outra manifestação para o dia 02/07/1968. Desta vez o clero, além de apoiar, passou a convidar os fiéis a participar, protestando ao lado dos estudantes, contra a arbitrariedade do governo.³⁶ A sociedade demonstrava seu repúdio ao regime apoiando e protestando ao lado dos universitários. Tal qual Narciso seduzido por sua imagem refletida, os estudantes se encantavam com a imagem que viam diante de si: a de uma sociedade participativa, prestes a lutar a seu lado, para espantar o fantasma da opressão que amedrontava a população.

Contando com a presença de cerca de vinte mil pessoas³⁷, aplausos e chuva de papel picado, a passeata do Recife assemelhou-se, para os seus líderes, a uma marcha da vitória³⁸. Consideravam que a ditadura estava encurralada e o jogo parecia ganho. O Movimento Estudantil, radiante, contava os dividendos do mês de junho. Sentiam-se imbatíveis.

A presença de policiamento ostensivo nas ruas e a repressão às passeatas não estavam sendo suficientes para conter o Movimento Estudantil, como era a expectativa das autoridades. A utopia militar de implantar uma sociedade disciplinada, onde o capitalismo pudesse se desenvolver sem os incômodos movimentos de protesto, parecia estar ameaçada.

O estado de sítio ventilado em abril, após os conflitos ocorridos em torno da morte e missa de sétimo dia de Edson Luís, não pôde ser deflagrado. O descontentamento com o governo era tamanho e tão explosivo, que se tornara impossível prever a reação a tal medida. O governo começou, então, a empreender políticas que desarticulassem os estudantes, na tentativa de isolá-los.

No dia 05 de julho, o Ministro da Justiça Gama e Silva proibia, definitivamente, as manifestações de rua, alegando que elas eram um desafio às autoridades constituídas, a julgar pelo tom dos panfletos e dos discursos estudantis. Os universitários do Recife

³⁶ APEJE. DP, 29 e 30/06/1968, p.3.

³⁷ Jacob Gorender fala que a passeata do Recife contou com a participação de 50.000 pessoas. Ver *Combate nas Trevas*. São Paulo, Ática, 1998, p. 161.

³⁸ APEJE. DP, 03/07/1968, p.3

afirmaram que continuariam a realizar seus protestos com ou sem autorização da SSP. E, na manhã do dia 08/07/1968, reuniram-se, de surpresa, em frente ao prédio dos Correios, onde realizaram um comício relâmpago e marcharam até o mercado de São José. Segundo o Diário de Pernambuco, foi a primeira passeata realizada no Brasil após a proibição.³⁹

Além das medidas repressivas, o MEC promoveu a criação de um grupo de trabalho para discussão da reforma universitária (Decreto Lei 62.937, 02/07/1968.). Pelo decreto governamental este grupo deveria contar com a participação de dois estudantes. A reforma proposta pelo governo, no entanto, deveria se nortear pelo relatório feito em maio pela Comissão Meira Matos. O documento era considerado, no meio governamental, como uma radiografia da crise universitária brasileira. Ele recomendava mudanças na Instituição, reconhecendo que as condições de ensino eram precárias. Entretanto, insistia na necessidade de se tomar severas medidas para impedir as práticas políticas dos estudantes, evitando uma politização da categoria.⁴⁰

O relatório foi alvo privilegiado de críticas do estudantado. No entanto, para se demonstrarem dispostos a colaborar, os universitários concordaram em indicar seus representantes para compor a comissão. Luís Travassos e Vladimir Palmeira foram os eleitos.⁴¹ Apontados pelas autoridades como responsáveis pelo recrudescimento da oposição estudantil, seus nomes foram rejeitados. Entretanto, os militantes conseguiram passar a imagem de que se a proposta não se efetivou a responsabilidade foi do governo, que agiu de forma intransigente ao não respeitar a escolha feita pelos estudantes.⁴²

Em 16/07/1968, o Conselho de Segurança Nacional se reuniu para avaliar a tensa situação do país. "Para o CSN fica caracterizada

³⁹APEJE. DP, dias 05/07/1968 e 09/07/1968, p. 3.

⁴⁰Poerner, Artur. O poder jovem: uma história da participação política dos estudantes brasileiros. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

⁴¹Oliveira, José Alberto S. de. *O Movimento Estudantil alagoano e a resistência ao Regime Militar*, 1994. Dissertação (Mestrado em História) UFPE, Recife, p. 49.

⁴²Na dissertação de José Alberto Saldanha de Oliveira, sobre o Movimento Estudantil alagoano, ele esclarece que os líderes estudantis de Alagoas, Pernambuco e Paraíba se reuniram em Maceió e resolveram delegar poderes a UNE para indicar os representantes estudantis no grupo proposto pelo governo.

a ação de 'elementos subversivos' e 'contra-revolucionários' com o objetivo imediato de promover a 'inquietação social e a perturbação da ordem pública', visando a alcançar a derrubada do regime e a substituição ao governo." ⁴³ E, percebendo o papel que a imprensa vinha assumindo ao divulgar com destaque as ações estudantis, o CSN divulgou nota fazendo "um apelo aos órgãos de comunicação social para que, patrioticamente, cumpram o seu papel de informar corretamente, a fim de que não se convertam em instrumento de desordem." ⁴⁴

Ao comentar a nota, o jornalista Carlos Castello Branco afirmou que se estava a um passo da implantação da verdade oficial, o governo decidiria o que seria a verdade. E analisava: "Não é segredo que, em muitos setores onde se pede o estado de sítio, se pensa que a medida é indispensável precisamente para impedir que os jornais continuem a divulgar, (...) a ocorrência de manifestações contra o regime. Já não lhes importa que os jornais condenem a agitação, o que desejam é suprimir a própria notícia da agitação (...)." ⁴⁵ A idéia do Conselho era silenciar a imprensa sobre o ME. Assim seria mais fácil isolá-lo.

Essa repercussão na imprensa, e a adesão de várias camadas da população ao protesto contra o regime, levaram a esquerda a avaliar o momento como o ideal para a radicalização. Em uma 'Resolução Política', o PCBR assim analisava o ano de 1968:

Diante do novo impulso do movimento de massas, nos últimos meses, agravou-se a situação nacional e acentuou-se o desgaste da ditadura militar (...) A expectativa de alguns setores da população em face das promessas de abertura democrática, formuladas pelo atual governo, cede lugar a uma oposição popular cada vez mais vigorosa. (...) Criam-se, portanto, condições cada dia mais favoráveis ao desencadeamento da luta armada contra a ditadura. Os fatos demonstram que sem o emprego da força armada, o movimento de massas não pode desenvolver-se e derrubar o poder das classes dominantes. ⁴⁶

⁴³ Valle, Maria Ribeiro do. Op. cit., p. 123.

⁴⁴ Ibid. p. 123.

⁴⁵ Apud ibid., p.123. O grifo é nosso.

⁴⁶ 'Resolução Política do PCBR' sem data. In *Prontuário do PCBR*, Fundo SSP/DOPS APEJE, nº. 6167.

Mas a crescente radicalização iria inibir o apoio às manifestações estudantis. O clima de violência que se estabeleceu a partir das primeiras ações da guerrilha urbana deflagradas pelas organizações de esquerda⁴⁷ e das ações de organizações paramilitares de direita, como o CCC⁴⁸, davam a sensação do início de uma guerra civil. As camadas médias e setores liberais da população haviam aderido aos protestos estudantis, identificando neles uma luta pela redemocratização do país, por vias reformistas. A luta armada não estava em seus planos, fazendo-os recuar em seu apoio, quando começou a ser travada. O temor que a guerrilha urbana conduzisse a um movimento similar à Revolução Cubana levou a aceitação do endurecimento do Regime como um mal menor. Tal qual ocorrera em 1964, as Forças Armadas iriam parecer o porto seguro, oferecendo a garantia de paz, de ordem social.

Por outro lado, os primeiros efeitos da política econômica de Delfim Neto começaram a se fazer sentir nesse período. A classe média conquistou maior poder de compra com ampliação do crédito⁴⁹, o que a tornou mais sensível aos apelos do governo federal, que afinal estava conseguindo debelar a crise. Acreditava-se que com o crescimento econômico os problemas brasileiros iriam ser resolvidos.

⁴⁷Desde o início do ano a ALN (Ação Libertadora Nacional) vinha realizando assaltos a bancos para conseguir fundos para a guerrilha. Em junho, a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) atacou um hospital do Exército, em São Paulo, para conseguir armamentos. A imprensa publicou declarações do comandante do Segundo Exército, desafiando os guerrilheiros a atacar seu quartel. Quatro dias depois, guerrilheiros da VPR arremeteram um caminhão cheio de dinamite contra o quartel-general do Segundo Exército, matando um sentinela. Em outubro, militantes da VPR assassinaram, em São Paulo, o capitão do Exército americano Charles Chandler, pelos crimes que teria cometido na Guerra do Vietnã. O radicalismo se recrudesceu. Skidmore, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 177.

⁴⁸ Apoiados pelos militares interessados em uma maior radicalização da Revolução de 31 de Março, o CCC (Comando de Caça aos Comunistas) e o MAC (Movimento Anticomunista) promoveram onda de invasão de teatros - onde, segundo o grupo, estavam sendo encenadas peças subversivas - e de diretórios estudantis. As invasões eram acompanhadas de quebra-quebras e tiros para o alto; pichações com promessas de atos mais violentos e assassinatos a líderes estudantis. Tudo com o sentido de forçar a uma posição extremada o governo Costa e Silva. Ventura, Zuenir, op. cit., 1988, p. 224-225.

⁴⁹ Skidmore, Thomas. Op. cit., pp.143-147.

Nessa conjuntura, em 29 de agosto de 1968, a UnB foi invadida por uma operação conjunta das forças da repressão: Polícia Militar, DOPS, Polícia Federal, SNI e Polícia do Exército. Os invasores arrombaram salas de aula, espancaram alunos, professores e parlamentares que por lá apareceram em busca de notícias sobre seus filhos. Justificaram a arbitrariedade com o argumento de que buscavam alunos que estavam com prisão preventiva decretada. A extrema violência empregada provocou inúmeras críticas ao governo. Na defensiva, a Polícia Federal alegou que a invasão fora provocada pelo fato das autoridades da universidade estarem cedendo salas para reuniões de "caráter altamente subversivo".⁵⁰

A tentativa de intimidação dos parlamentares pareceu clara nesse episódio. Tanto políticos da ARENA como do MDB vinham criticando o governo pela constância com que o Presidente legislava por meio de decretos. O discurso de Márcio Moreira Alves em repúdio à invasão da UnB forneceria o pretexto para a decretação do AI-5.

Os universitários de Recife concentraram-se em frente à reitoria da UFP para protestar contra o incidente ocorrido em Brasília. A polícia cercou o prédio e o reitor desceu para conversar com os alunos, impedindo que ocorressem incidentes. Dando prosseguimento à escalada repressiva, no entanto, o DCE da Federal foi invadido no dia 05/09/1968, por policiais que prenderam duas moças e apreenderam, segundo eles, farto material subversivo.⁵¹ As estudantes foram soltas após serem interrogadas, mas a acusação de ligação com atividades subversivas ficou sem resposta na imprensa, que já não divulgava a versão estudantil dos fatos. Além disso, a passeata marcada para contestar a invasão do DCE foi impedida pelo policiamento ostensivo nas ruas da cidade.⁵²

Em outubro, um episódio acabaria por colocar o ME sob suspeição. No dia 02, em São Paulo, iniciou-se a 'Guerra da Maria Antônia'.⁵³ A Rua Maria Antônia abrigava a Faculdade de Filosofia da

⁵⁰ Valle, Maria Ribeiro do. Op. cit., p.151.

⁵¹ *A Chama da Liberdade*, setembro de 1968, jornal da Escola Técnica. In Fundo SSP/ DOPS APEJE, prontuário nº. 17428.

⁵² APEJE.DP, 08/09/1968, p. 3

⁵³ Irene Cardoso afirma que o que ocorreu naqueles dias não foi uma luta entre estudantes de esquerda e de direita, mas um ataque organizado e articulado, paramilitarmente, pelo CCC, com o intuito de destruir o prédio da USP, que era,

USP, centro do ME de esquerda paulista⁵⁴ e a Universidade Mackenzie, que contava com inúmeros alunos de direita vinculados ao CCC. Os estudantes de esquerda haviam transformado aquela rua em território livre, no ano de 1968. Dormia-se na faculdade após as passeatas. De manhã, o toque de alvorada era a Internacional. Os estudantes do CCC, sediados na Mackenzie, não podiam mais tolerar esse desafio⁵⁵. O conflito estourou quando alunos da USP iniciaram, na rua, cobrança de pedágio para realização do XXX Congresso da UNE. Os universitários da Mackenzie começaram a atirar ovos em seus adversários, que devolveram a provocação. A batalha durou todo o dia, com extrema violência. À noite houve uma trégua, mas na manhã seguinte a guerra reiniciou.⁵⁶ Após acalorado debate, os alunos da USP resolveram abandonar o prédio que, logo após, foi incendiado pelos da Mackenzie. O episódio resultou na morte de José Guimarães, da USP.⁵⁷

José Dirceu, líder estudantil que participou da guerra, afirmou que todos estranharam a omissão dos policiais durante as horas de batalha campal.⁵⁸ Irene Cardoso é taxativa em afirmar a conivência das autoridades, não na guerra, mas no atentado terrorista ao prédio da USP, onde foram usadas armas privadas do Exército e bombas de gás de fabricação americana.⁵⁹

em São Paulo, um núcleo de resistência à ditadura. Cardoso, Irene. 'Maria Antônia: o edifício de no. 294'. In Martins Filho, João Roberto (org.). 1968 faz 30 anos. Campinas, Mercado das Letras/UFSCAR, 1998.

⁵⁴ Desde o mês de junho, a faculdade de Filosofia da USP fora ocupada pelos alunos no intuito de não haver desmobilização do movimento durante as férias. A faculdade ocupada transformou-se num centro de debates, aberto a toda a população. José Dirceu diz que ali era um espaço mágico, fábrica de idéias e de sonhos. A ocupação era uma festa; a experiência da audácia, da ousadia, do novo. Ver Dirceu, José & Palmeira, Vladimir. Op. cit., pp. 120-121.

⁵⁵ Oliveira Júnior, Franklin. *Paixão e revolução: capítulos sobre a história da AP*. Tese de Doutorado Recife: UFPE, 2000, p. 260.

⁵⁶ Ventura, Zuenir. Op. cit., pp. 221-223.

⁵⁷ Para evitar mobilização semelhante à ocorrida em março, por ocasião da morte de Edson Luís, um pelotão policial chegou cedo à casa do estudante, onde o corpo estava sendo velado. O enterro estava marcado para às 14 h; levaram o corpo para ser enterrado com a presença apenas dos seus parentes. Quando os estudantes chegaram à casa do rapaz, para fazer do cortejo fúnebre um grande ato de protesto contra a ditadura, o enterro já havia acontecido. Ver Dirceu, José & Palmeira, Vladimir. Op. cit., pp. 154-155.

⁵⁸ *Ibid.*, p. 150.

⁵⁹ Cardoso, Irene. Op. cit., 1998.

Mas a leitura do fato foi diferente, produzindo efeito desastroso para o ME. A guerra foi comparada a uma luta de gangs. A imprensa fez parecer que o conflito era um episódio de guerrilha urbana. A divulgação dos fatos nos jornais atuava contra os estudantes, que, sem espaço para veicular seu discurso, começaram a aparecer como "perigosos agitadores comunistas". As palavras do ministro Gama e Silva, publicadas no Diário de Pernambuco, em 09/05 agora soavam como verdadeiras: "Não tenho dúvidas de que os comunistas pretendem fazer sair de dentro das universidades a revolução comunista. Mas estão enganados porque deixam de considerar que há governo no Brasil."⁶⁰ O discurso militar começava a ganhar estatuto de verdade. O seu projeto ganhava adesão.

O incêndio levou à mudança da faculdade para a Cidade Universitária, o que contribuiu para acelerar o isolamento do ME paulista, uma vez que o local, distante do centro, dificultava a adesão da população e facilitava a repressão policial.

Os jornais do Recife não publicaram qualquer comentário de órgãos estudantis pernambucanos sobre a 'Guerra da Maria Antônia'. No entanto, o confinamento do reitor da UFP por seis horas, em seu gabinete, foi amplamente divulgado. No dia 04/10/1968, duzentos alunos ocuparam a reitoria, para forçar um diálogo com o reitor sobre a urgência de reformas no Hospital Universitário. Por não terem sido recebidos, eles mantiveram o reitor preso em seu gabinete. Só com a interferência do governador Nilo Coelho os alunos deixaram o prédio. O Conselho da UFP decidiu processar penalmente os responsáveis pela invasão. Toda pressão seria usada para desarticular o ME.

O último grande ato do Movimento Estudantil de 1968 deu-se em torno da prisão de 700 estudantes, que estavam presentes no XXX Congresso da UNE, na cidade de Ibiúna, em São Paulo, em 12 de outubro. Apesar de clandestino, o Congresso reunia estudantes de várias partes do Brasil, inclusive de Pernambuco, onde no início do mês os líderes universitários haviam realizado assembleias para a escolha dos delegados que iriam representar o Estado.

Segundo o Jornal do Commercio, os estudantes escolhidos foram: da Universidade Católica - Carlos Eduardo, João Marcos, Ricardo Noblat, Hugo Farias, Marcos Vinícius, Luís Augusto Pontual e

⁶⁰ APEJE.DP, 09/05/1986, primeira página.

o presidente do DCE Romildo Rego Barros; da UFP - Umberto Câmara, Marcos Burle, Carmem Chaves, Vera Martins, Lusinete Lima; do Instituto de Teologia - Valfrido de Assis Silva. Os eleitos, segundo a reportagem, eram, em sua maioria, adeptos de Luís Travassos, então Presidente da UNE, ligado à AP.⁶¹ Apesar da imprensa ter divulgado apenas estes nomes, trinta e sete pernambucanos participaram do evento.⁶²

Ao veicular a notícia da queda do Congresso da UNE, a imprensa anunciou a apreensão de armas, cartazes de Che Guevara e manuais de técnicas de guerrilha urbana. Procurava-se demonstrar que a reunião dos estudantes havia sido convocada para tramocar a guerra revolucionária, que seria empreendida ao lado dos grupos de esquerda que já estavam atuando. No mesmo dia das prisões em Ibiúna, o comando da VPR executava o capitão do exército americano Charles Chandler, por ter praticado crimes na Guerra do Vietnã.

O *Jornal da Tarde*, periódico de São Paulo, vinculou a ação terrorista aos estudantes e publicou uma carta aberta do CCC à população, que informava que os assaltos a banco e o assassinato de Charles Chandler eram de responsabilidade de organizações de esquerda. O grupo ameaçava, ainda, matar cinco comunistas a cada democrata assassinado. O CCC se dizia um órgão que congregava universitários brasileiros verdadeiramente democratas, que defendiam o nacionalismo radical. Parabenizava o governador de São Paulo pela dissolução do Congresso ilegal da ex-UNE, e pedia que esses "criminosos" fossem enquadrados na Lei de Segurança

⁶¹ JC, 02 e 03/10/1968, p. 5.

⁶² A lista dos estudantes pernambucanos presos em Ibiúna foi divulgada no DP: Paulo Pontes Carneiro, Francisco Flavio M. De Andrade, Valmir Costa, Antonio Fabio B. M. Maia, Ricardo Noblat, Paulo Henrique M. Maciel, Jader N. de Oliveira, Valnirido Carneiro C. Miranda, Airtton José de Lima, Umberto Câmara, Joarez José Gomes, José Thomaz Neto, Francisco de Sales G. de Oliveira, José Diniz de Oliveira, Luciano Correia de Oliveira, Manoel Fernando de Brito Figueiredo, Candido Pinto de Melo, Marcos Vinicius de Oliveira Ataíde, Marcus José Burle de Aguiar, José Gomes de Lima Filho, Hugo Farias Ramos, Luís Augusto Pontual, Netovitch Maia, Alberto Romeu Gouveia, Ronildo Rangel do Rego Barros, Arnaud de Holanda Cavalcanti, Marcus Antonio Tavares Marinho, Miguel Ramos Rodrigues, Maria Teresa Sales Costa de Melo, Danúzia Alves Rodrigues, Marta Maria Henrique da Silva, Maria Lusinete Lima, Guilherme Souza Bezerra, Vera Maria Martins de Albuquerque, Vera Rosa Borges, Carmem Castro e Gerusa Gener Rosa.

Nacional. Ao concluir a carta, declarava que, se as autoridades se omitissem, o CCC iria "trilhar novamente os caminhos de março para expurgar de nossa terra os comunistas, inimigos e traidores do Brasil." ⁶³

O tom de ameaça foi contundente. Os acontecimentos concorriam para que o Brasil fosse percebido como um país à beira de uma guerra civil. A situação assemelhava-se ao ano de 1964. Para as esquerdas, o golpe se efetivara em 1964 porque o PCB insistiu no caminho pacífico e não orientara os movimentos populares à resistência armada. Percebiam com entusiasmo a volta do povo às ruas. Consideravam que a massa estava se reorganizando, pois, apesar dos líderes estudantis estarem presos, passeatas ocorriam em todo o Brasil para a sua libertação. A leitura que se fazia do fato era a de que as condições subjetivas para a revolução estavam amadurecendo. Como se percebe através de publicação da AP:

Se estabelecermos um paralelo entre 1964 e 1968 a compreensão será facilitada. Em 64 as massas eram mobilizadas numa perspectiva incorreta, legalista e estavam iludidas. As massas que se mobilizaram após o golpe de 64, o fizeram numa perspectiva correta de luta pela derrubada da ditadura e expulsão do imperialismo através da prática da justa violência. Falar da guerra popular já não surpreende vários setores do povo. O povo vê no exército e na polícia não organismos democráticos, mas sim defensores da camarilha reacionária. Até antes de 64 os revisionistas prestistas tinham as rédeas da luta popular, e levaram para ela suas posições conciliatórias e traidoras. Hoje, os marxistas-leninistas começam a se consolidar e assumir a liderança do processo revolucionário, como não poderia deixar de ser, e isso é uma garantia de vitória. ⁶⁴

As organizações de esquerda investiriam, com a certeza da adesão popular, na luta para derrubar o atual obstáculo a implantação do socialismo no Brasil: a ditadura militar, protetora dos interesses do imperialismo no nosso país.

⁶³ Valle, Maria Ribeiro do. Op. cit., p.205.

⁶⁴ 'Política para o Movimento Estudantil', Edições do Povo, abril/1969. In *Prontuário da AP, Fundo SSP/DOPS APEJE*, nº. 29661.

A intensa pressão popular levou à libertação dos congressistas. Estudantes, mães, religiosos, políticos, padres, intelectuais foram às ruas de vários Estados, exigir a libertação dos universitários presos. A expectativa do governo de que com o isolamento dos líderes a oposição se retrairia não se efetivou.

No Recife, o Movimento Estudantil decretou greve de protesto contra as prisões realizadas em Ibiúna. No dia 14/10, entraram em choque com a polícia, na Rua da Concórdia, quando, em passeata, exigiam a libertação dos companheiros. No episódio, quatro estudantes foram presos: Cláudio Augusto Duque e Natanael, da Escola Politécnica e dois secundaristas, cujos nomes não foram divulgados⁶⁵.

O policiamento ostensivo nas ruas do Recife, no dia 23 de outubro, impediu nova manifestação contra a prisão dos manifestantes recifenses. No dia seguinte, entretanto, os alunos chegaram de surpresa ao centro da cidade, em grupos de 10, e fizeram comício relâmpago, condenando a repressão policial, a política educacional do governo e pedindo a libertação dos companheiros. Dispersaram-se rapidamente. Logo depois chegaram caminhonetes e jipes repletos de policiais, mas já não encontraram ninguém. Nesses momentos a cidade apresentava-se tensa; as passeatas estudantis engarrafavam o trânsito, faziam o comércio cerrar as portas, as ruas assemelhavam-se a uma praça de guerra e a população começava a temer o desfecho desses constantes conflitos.⁶⁶

As ações terroristas do CCC multiplicaram-se nesse período no Recife. A situação assemelhava-se ao período anterior a Revolução de 31 de Março; a instabilidade parecia grande. Mais uma vez a esquerda sentia-se próxima da vitória. Em sua avaliação o povo estava amadurecido, os grupos armados estavam preparados para a luta e os erros cometidos pelo PCB no pré-64 não se repetiriam, o encontro com a revolução estaria marcado.⁶⁷

No dia 19/10/1968, os muros da cidade do Recife amanheceram pichados com o nome de estudantes que seriam

⁶⁵ APEJE.DP, 15/10/1968, primeira página.

⁶⁶ APEJE.DP, 25/10/1968, primeira página.

⁶⁷ Reis Filho, Daniel Aarão. A revolução faltou ao encontro. São Paulo: Brasiliense, 1990.

assassinados pelo CCC, entre os quais a imprensa divulgou apenas o de Marcelo Santa Cruz. No dia 23/10 - mesmo dia em que havia ostensivo policiamento nas ruas da cidade para impedir a passeata estudantil -, membros do CCC depredaram e atiraram contra o prédio da UCP. Logo depois invadiram a Escola de Engenharia, promovendo quebra-quebra. O vigia que testemunhou o atentado ao prédio declarou que o grupo estava armado de metralhadoras. Mas os policiais nada viram, embora ambas as escolas ficassem no centro.⁶⁸ No dia 24/10, foi a vez da casa de Dom Hélder Câmara ser atacada pelo grupo de extrema direita.⁶⁹ A integridade física dos que faziam oposição ao regime militar estava ameaçada não só pelas forças legais, mas também pelos grupos paramilitares.

Os universitários haviam marcado eleição direta para a escolha do Presidente da UEP, que seria realizada em 30 de outubro. Só concorreram candidatos da esquerda: Cândido Pinto (da Escola de Engenharia), Valmir Costa⁷⁰ (aluno de veterinária da Rural) e Umberto Câmara⁷¹ (aluno de medicina). As eleições transcorreram em clima de muita apreensão, pois temiam-se ações terroristas do CCC. O medo era resultado das constantes ameaças feitas pelo grupo através de pichações e telefonemas anônimos. Apesar da tensão não houve incidentes e Cândido Pinto sagrou-se vitorioso.⁷²

No dia seguinte às eleições, entretanto, o CCC invadiu os DAs de Agronomia e Veterinária da Rural. Cerca de trinta homens mascarados e armados de cassetetes e revólveres depredaram o local. Depois metralharam a Casa do Estudante daquela

⁶⁸ APEJE.DP, dias 20/10/1968 e 23/10/1968, p.3

⁶⁹ APEJE.DP, 25/10/1968, primeira página.

⁷⁰ Valmir Costa havia participado ativamente da greve ocorrida em março de 1968, contra a majoração nos preços das refeições. Às vésperas das eleições, ele renunciou à sua candidatura, por não concordar com os métodos usados na propaganda pelos outros candidatos, orientando seus partidários a votar em branco. DP, 26/10/1968.

⁷¹ Umberto Câmara fez parte da última diretoria da UNE, sendo preso e morto pela repressão, no ano de 1973. Seu nome integrava a lista dos desaparecidos políticos, que foram reconhecidos como mortos por lei de iniciativa do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

⁷² Cândido Pinto sofreu atentado em abril de 1969, que o deixou paraplégico.

universidade. Segundo testemunha, enquanto agiam, gritavam: "Viva o CCC", "Apareçam comunistas covardes." ⁷³

Os estudantes do Recife levantaram a suspeita de que o CCC agia em comum acordo com as autoridades que, para não serem acusadas de arbitrárias, entregavam aos grupos paramilitares a função de reprimir os estudantes. Em sua interpretação, este recurso possibilitaria às Forças Armadas manter seu discurso de defensoras da democracia. Este argumento explicaria o fato do reitor da UFRP não ter apresentado queixa contra o atentado, apesar dos vigias terem sofrido lesões. ⁷⁴ Mas a retórica estudantil não conseguia mais o impacto do primeiro semestre. O enfraquecimento era visível, embora não para as suas lideranças e os militantes das organizações de esquerda.

A partir de fins de outubro, houve uma retração da massa estudantil nas manifestações. O movimento voltava a se encolher e ser constituído basicamente pelas lideranças e estudantes mais politizados. A maioria havia se retirado, seja por medo das ações repressivas dos policiais e do CCC, seja pela radicalização do próprio movimento, que já abertamente dizia pretender responder à violência do governo com a violência revolucionária do povo contra seus opressores.

Fato revelador desse endurecimento na linha política estudantil foi o seqüestro do cabo da PM, Clidenor Moreira Lima, que espionava a assembléia que se realizava na UCP, no dia 15/10 ⁷⁵. Alguns universitários levaram o cabo e pretendiam condicionar a sua libertação à dos estudantes presos durante as manifestações da categoria. Ao perceberem que não alcançariam êxito, libertaram o policial, que passou 7 horas como refém.

O *Diário de Pernambuco* trouxe em primeira página a foto do cabo com os olhos vendados e as mãos amarradas para trás sendo levado pelos alunos. A notícia causou desconfiança em relação aos propósitos democráticos dos jovens. A SSP condenou a atitude dos estudantes, que haviam seqüestrado um "jovem esquizofrênico", enquanto assistia a assembléia estudantil por conta própria e não a

⁷³ APEJE.DP, 02/11/1968, p.3

⁷⁴ APEJE. DP, 03/11/1968, p.3

⁷⁵ Estudantes discutiam mobilização para pressionar a libertação dos 4 companheiros detidos durante manifestação para libertação dos estudantes presos no XXX Congresso da UNE. APEJE.DP, dias 15 e 16/10/1968.

serviço.⁷⁶ Os estudantes estavam sendo representados como inimigos da ordem, agindo sob liderança dos radicais da esquerda, orquestrando um movimento subversivo. A cada dia pareciam se isolar mais, como avaliou Paulo Cavalcanti:

[Os estudantes] prendiam reitores em seus gabinetes montando guarda para que os inimigos [militares] os libertassem. Essas lutas se processavam nas cúpulas dos diretórios, a massa estudantil se tornava cada vez mais distante à medida que as ações se tornavam mais extremadas. (...) Restou o gesto heróico, isolado...⁷⁷

As ações extremadas afastavam os companheiros e o apoio da classe média, que preferia atuar na oposição legal. Wladimir Palmeira assim interpretou o momento:

(...) tínhamos uma retórica radical. No fundo, ainda se considerava que o ME podia ser a vanguarda, ainda que transitória, do movimento social.(...) Fazíamos discurso todo dia pela luta armada.(...) Eram discursos propagandistas.(...) O propagandismo não mobiliza, leva ao isolamento dos líderes.⁷⁸

Outro fator ainda contribuiu para o paulatino enfraquecimento do ME: o chamado das organizações de esquerda, que recrutavam seus militantes dentro do grupo. Apostando que fosse o momento ideal para desfechar a luta armada, deslocavam vários estudantes para outros trabalhos políticos. O movimento perdia seus líderes mais aguerridos.⁷⁹ Para José Dirceu:

A luta armada determinou o declínio do ME, colocando suas lideranças, seus participantes em outro tipo de alinhamento. (...) As organizações transferem todos os seus principais quadros para a guerrilha, pela própria visão de que chegara a hora de saltar das lutas sociais pacíficas para ações armadas ofensivas. Em certo sentido o Movimento Estudantil decreta aí

⁷⁶APEJE. DP, 16/10/1968.

⁷⁷ Cavalcanti, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi: Memórias*. Recife: Guararapes, 1980, vol.4. 1980. p. 77.

⁷⁸ Apud Reis Filho, Daniel Aarão & Moraes, Pedro.(Org.) . Op. Cit.,1998, P.111.

⁷⁹ Ibid., pp. 136-148.

o seu fim (...) ele faz um hara-kiri, perde seu lugar na sociedade.⁸⁰

Dentro desse quadro de refluxo do Movimento Estudantil aliado ao recrudescimento das ações terroristas de esquerda e de direita, o Regime Militar encontrou um solo fértil para desfechar seu golpe final sobre os respiradouros democráticos. O AI-5 consolidou o poder dos grupos mais conservadores dentro das Forças Armadas, que viam o endurecimento como única fórmula para garantir o desenvolvimento do país dentro dos moldes desejados pelo grande capital internacional, associado à burguesia interna. A sociedade da ordem e do progresso parecia ter enfim triunfado sobre a sociedade da participação, onde o povo ganharia voz nas decisões políticas.

A imprensa desempenhou um papel relevante para o desfecho político do ano de 1968. Ao deixar de publicar as notícias de oposição ao regime e expor as ações terroristas, contribuiu para incutir na população a sensação de pânico e insegurança e o desejo de pôr fim à ameaça de guerra civil no país. Já no mês de novembro não se publicava qualquer notícia de descontentamento em relação à política do governo nos jornais. A oposição parecia, enfim, silenciada.

FONTE:

APEJE - Arquivo Público Jordão Emerenciano.
Fundo SSP/ DOPS APEJE, prontuário nº.17428.
Prontuário da AP, Fundo SSP/DOPS APEJE, nº. 29661.
Prontuário do PCBR, Fundo SSP/DOPS APEJE, nº. 6167.

JORNAIS:

Diário de Pernambuco - 1968.
Jornal do Commercio - 1968.

⁸⁰Reis Filho, Daniel Aarão & Moraes, Pedro. (Org.) . Op. Cit., 1998, p.148.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi: Memórias*. Vol.4. Recife: Guararapes, 1980,
- DIRCEU, José & Palmeira, Vladimir. *Abaixo a Ditadura: o Movimento de 68 contado por seus líderes*. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da Prisão*. 24ª ed. Petrópolis:Vozes, 2001.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Ática, 1998.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *Rebelião Estudantil: 1968 - México, França e Brasil*. Campinas: Mercado das Letras, 1996.
- _____ (org.). *1968 faz 30 anos*. Campinas: Mercado das Letras/UFSCAR, 1998.
- OLIVEIRA, José Alberto S. de. *O Movimento Estudantil alagoano e a resistência ao Regime Militar*, 1994. Dissertação (Mestrado em História) UFPE, Recife.
- OLIVEIRA JÚNIOR, Franklin. *Paixão e revolução: capítulos sobre a história da AP*, 2000. Tese (Doutorado em História) UFPE, Recife.
- POERNER, Artur. *O poder jovem: uma história da participação política dos estudantes Brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- REIS FILHO, Daniel & Moraes, Pedro de (org). *1968 - a Paixão de uma Utopia*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- SILVA, Simone Rocha. *Em Busca da Utopia: as manifestações estudantis em Pernambuco (1964-1968)*, 2002. 161p. Dissertação (Mestrado em História) UFPE. Recife.
- VALLE, Maria Ribeiro do. *1968, O diálogo é a violência: Movimento Estudantil e ditadura no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 1999.
- VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

The following is a list of the members of the American Medical Association, as of January 1, 1934. The list is arranged in alphabetical order of the members' names. The names are given in full, including the name of the member's profession, and the name of the member's office or place of business. The list is divided into two columns, with the names of the members in the first column and the names of the members in the second column. The names of the members in the first column are given in full, including the name of the member's profession, and the name of the member's office or place of business. The names of the members in the second column are given in full, including the name of the member's profession, and the name of the member's office or place of business.

OS ESTUDANTES, O PROBLEMA UNIVERSITÁRIO E A POLÍTICA NOS ANOS 1960

Maria de Lourdes Fávero¹

1. INTRODUÇÃO

A partir dos anos de 1950, entre outras questões levantadas e discutidas sobre o ensino universitário no país, podem ser destacados, no período de 1958 a 1968: o papel da universidade na sociedade brasileira, a busca da autonomia universitária, a estrutura organizacional das instituições universitárias, a cátedra como unidade básica da universidade, a insuficiência de recursos destinados ao ensino superior, o aumento de vagas nas instituições de ensino superior públicas e a conseqüente expansão de seus cursos. Mas um problema permanecia intocado: como reformar as universidades, partindo-se de escolas superiores isoladas e de universidades resultantes de mera justaposição de escolas, com os emperramentos e limitações decorrentes?

Diante desses problemas, aos pouco começou a delinear-se, para diferentes setores da sociedade, a necessidade de uma tomada de posição. No final dos anos de 1950, o debate em torno do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) também se intensifica, acarretando a mobilização de intelectuais, educadores e estudantes em defesa da escola pública, ameaçada pela privatização. No bojo dessa luta, coloca-se a defesa da universidade pública e gratuita, luta esta que persiste até os dias atuais.

2. OS ESTUDANTES E A REFORMA UNIVERSITÁRIA

É difícil estudar o movimento que antecede à Reforma Universitária, promulgada em 1968, sem examinarmos, mesmo de forma sucinta, a participação dos estudantes, sobretudo nos

¹ As reflexões deste estudo são produto de pesquisas realizadas anteriormente, cujos resultados encontram-se em publicações da autora, com destaque para A UNE em tempos de autoritarismo. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

anos de 1960. Para a UNE - União Nacional dos Estudantes, a luta pela Reforma Universitária começa em 1957 com o I Seminário de Ensino por ela promovido (UNE, 1963, p. 12).

Se foi a partir desse seminário, que começou a esboçar-se no meio universitário a preocupação com a transformação estrutural das instituições de ensino, não se pode esquecer, porém, que foi no debate em torno do projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que se introduziu a pergunta “universidade para quem”? acrescentada a outras questões anteriores: “universidade como ou para quê” (*idem*, p. 13).

O debate em torno das Diretrizes e Bases adquire consistência no meio estudantil a partir de 1959, quando a UNE desenvolve, nacionalmente, campanha contra a versão privatista do projeto em discussão. Nesse ano, *O Metropolitano*, órgão oficial da União Metropolitana dos Estudantes do Rio de Janeiro, publica várias matérias dando ênfase à defesa da escola pública como a mais democrática, embora reconhecesse que o ensino privado e o ensino público deveriam coexistir em qualquer regime democrático. Na mesma linha de preocupações é feita uma advertência sobre os recursos destinados à educação: por não explicitar de forma clara o sentido de suas intenções, o projeto deixa campo aberto a interpretações variadas (*O Metropolitano*, 12 junho de 1960, p.8).

Embora a discussão sobre o projeto da LDBEN, em tramitação viesse ocorrendo há vários anos, a tomada de consciência da questão da Reforma Universitária, por parte do movimento estudantil, enquanto luta pela democratização da universidade, somente vai se verificar de forma explícita no I Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior, realizado em maio de 1960 na Bahia. Promovido pela UNE, esse seminário contou com a presença de 14 delegações de países da América Latina, nele sendo analisados três temas básicos: a) a situação da universidade na América Latina; b) uma política para as universidades latino-americanas e c) o conteúdo técnico da Reforma Universitária. A análise desse terceiro tema compreendeu outras questões de caráter mais abrangente, como: democratização do ensino superior; educação superior nacional; organização do magistério superior; organizações estudantis e sua participação na direção das universidades (Fávero, 2003, p. 565-566).

Observa-se ainda que, a partir da década de 1960, o movimento estudantil passou a relacionar as reivindicações de caráter educacional de forma mais conseqüente à luta política. Alguns fatos evidenciam essa relação: a) em 1961, foram criados o Centro Popular de Cultura - CPC e o primeiro Centro de Estudos Cinematográficos-CEC, com a finalidade de identificar o significado da arte na vida social brasileira.

Desde 1961, a UNE e o movimento estudantil entram numa fase nova de sua história com a eleição de Aldo Arantes, para a presidência da entidade, no XXIV Congresso Nacional. A eleição desse estudante, membro da Juventude Universitária Católica (JUC), tendo a seu lado dirigentes comunistas em frente-única, mais o fato de a entidade, no mesmo Congresso que o elegeu, ter decidido sua filiação à União Internacional dos Estudantes (UIE), passou a se constituir desafiante problema. O Cardeal do Rio de Janeiro, Dom Jayme de Barros Câmara, diante desses fatos, coloca Aldo frente ao dilema: a presidência da UNE ou a participação na JUC. A resposta não tarda: "Aldo deixa a JUC e se estabelece um impasse que nem o movimento, nem a Igreja puderam resolver satisfatoriamente nos anos seguintes" (Souza, 1984, p. 187).

Entre novembro de 1961 e início de 1962, na gestão Aldo Arantes, o setor de cinema da UNE dedica-se à produção do filme *Cinco Vezes Favela*. No mesmo período, o grupo de teatro da UNE começa a apresentar dois espetáculos: o primeiro com a peça *Eles não usam black-tie*, de Gianfrancesco Guarnieri, ao qual seguiu-se um debate sobre o problema da consciência de classe; o segundo, "espetáculos circunstanciais", incluindo a montagem de peças como *Miséria ao alcance de todos*, em que se discute a problemática do imperialismo econômico e a da cultura. Em março de 1962, uma equipe do CPC da UNE elabora o *Auto dos 99%*, que significou uma das tentativas para a conscientização estudantil da necessidade de uma Reforma Universitária (CPC/UNE, 1980, p. 89-98).²

No início de 1962, militantes da JUC engajados em política reúnem-se em Belo Horizonte, ao lado de jovens profissionais e

²A questão da Reforma Universitária é retomada e debatida no II Seminário Nacional de Reforma Universitária (II SNRU), promovido pela UNE, em Curitiba/PR, também, em 1962.

estudantes ligados ao *Jornal Ação Popular*, contando também com a participação de alguns intelectuais, políticos e dirigentes da UNE. Dessa reunião resultou os primeiros passos na orientação e organização do movimento ainda sem nome (em alguns documentos aparece com a denominação genérica de *Grupo*). No final de março de 1963 realiza-se novo encontro em nível nacional, em Salvador. Nessa ocasião, o movimento recebe o nome de *Ação Popular (AP)* e é aprovado seu documento-base (Souza, 1984). A expansão do grupo católico e a crescente ampliação da AP repercutem com maior intensidade no movimento estudantil. Em junho de 1962, Vinicius Caldeira Brant é eleito presidente da UNE, também pertencente aos quadros da AP.

3. OS SEMINÁRIOS NACIONAIS DE REFORMA UNIVERSITÁRIA

Ainda nos primeiros anos da década de 1960 foi intensificado, no movimento estudantil, amplo debate sobre a necessidade de transformação das estruturas sociais brasileiras, vindo à tona de forma clara o problema da crise da universidade. Realiza-se o I Seminário Nacional de Reforma Universitária (I SNRU), de 20 a 27 de maio de 1961, em Salvador/Bahia, do qual resulta a chamada *Declaração da Bahia*, um dos textos programáticos dos estudantes para a reforma das instituições universitárias.³ Essa *Declaração* aborda três temas: a) a realidade brasileira; b) a universidade no Brasil, e c) a reforma universitária, aos quais se acrescenta um adendo sobre o projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Esse documento contém uma análise crítica da situação em que vivia o país, do ponto de vista socioeconômico, chamando a atenção para alguns aspectos: nação capitalista em fase de desenvolvimento, com infra-estrutura agrária de base latifundiária, vivendo uma situação de dependência econômico-financeira de potências estrangeiras e com padrões de vida insatisfatórios; a presença do Estado oligárquico e classista, e o desenvolvimento em

³ Publicada no Suplemento Especial do *Jornal Critério*, do Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia de Pernambuco, essa Declaração foi transcrita em FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994, Anexo 1.

bases capitalistas. A *Declaração* adverte para a coincidência entre os detentores do poder econômico e os titulares do poder político (UNE, 1961). A análise dessas proposições permite inferir que a *Declaração da Bahia* caracteriza-se por refletir uma mudança no encaminhamento do movimento estudantil, através de suas lideranças, a respeito de questões maiores da sociedade brasileira.

Quanto ao segundo tema - A Universidade no Brasil - o seminário caracteriza-a como uma superestrutura de uma sociedade alienada, deformada em sua base econômica, porquanto situada no topo do processo discriminatório do ensino brasileiro, entendida como um privilégio. Para os estudantes, a instituição universitária estava falhando em sua missão cultural, social e profissional.

Em relação ao terceiro tema - A Reforma Universitária - assinala que a reforma proposta deveria deixar de ser mero retoque de fachada e ser entendida como parte de uma reforma mais ampla. Para alcançar tais objetivos, o documento defende o efetivo empenho dos estudantes na luta pela reforma e democratização do ensino, de modo a proporcionar condições de acesso à educação em todos os graus, além de abrir a universidade ao povo. Nesse terceiro tema, são discutidos também problemas acadêmicos e administrativos da universidade: autonomia universitária; regime de trabalho dos docentes, propondo-se a adoção do tempo integral; extinção da cátedra vitalícia; melhoria da formação de professores; participação do corpo docente, discente e grupos de ex-alunos na administração da universidade, através de um critério de proporcionalidade; não-reeleição, por mais de um período, dos reitores e dos diretores de unidades; inclusão em todas as escolas de um exame vocacional prévio ao exame vestibular, bem como fixação do número de vagas nas escolas públicas, especialmente na área tecnológica; elaboração de currículos e programas, em consonância com o desenvolvimento nacional e ajustados às particularidades regionais.

Na mesma perspectiva do Seminário da Bahia, entre 17 e 24 de março de 1962, realiza-se em Curitiba o II Seminário Nacional de Reforma Universitária. Suas conclusões estão reunidas na *Carta do Paraná*, que defende, na primeira parte, uma universidade crítica, antidogmática e imune às discriminações de ordem econômica, ideológica, política e social (UNE, 1962, p. 18), ao mesmo tempo em que chama a atenção para a necessidade da universidade

estabelecer real integração entre a formação geral e técnica. Na segunda parte da *Carta* é discutido o papel da universidade como instrumento de elaboração de uma cultura nacional, considerando para tanto ser necessário a universidade criar condições favoráveis ao desenvolvimento de uma consciência nacional e popular da problemática brasileira (*idem*, p.29).

A terceira parte dessa *Carta*, sob o título “Esquema tático de luta pela Reforma Universitária”, contém a discussão de sua inclusão ao lado de outras reformas de base, o que gerou sérias controvérsias e debates, dentro e fora do meio universitário, sobre o que deveria caracterizar a reforma das universidades no país (Fávero, 1994).

A ação concreta dos estudantes pela Reforma Universitária radicaliza-se mediante a exigência de participação efetiva nos órgãos colegiados das instituições universitárias. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024), promulgada em 20 de dezembro de 1961, previa, em seu art. 78, a representação do corpo discente, com direito a voto, nos colegiados superiores e nas unidades, mas não estabelecia a porcentagem dessa participação, que deveria vir a ser determinada nos estatutos e regimentos das entidades. No I SNRU, essa pretensão é prevista em termos de 40%, e no II SNRU é proposta em 1/3 (33,3%). Como os estatutos das universidades e escolas isoladas de ensino superior – por determinação da própria LDB—deveriam ser encaminhados ao Conselho Federal de Educação até 27 de junho de 1962, a UNE marca o primeiro dia desse mês como data limite para o estabelecimento pelas instituições universitárias da participação de 1/3 dos estudantes nos órgãos colegiados. Esgotado o prazo e não tendo sido atendidas as pretensões dos estudantes, foi deflagrada uma greve nacional que se estendeu até meados de agosto. Durante mais de dois meses foram realizadas passeatas, assembleias e reuniões locais, nas quais eram discutidas as reivindicações aprovadas durante os seminários sobre a Reforma Universitária (Fávero, 1994, p. 42).

Em julho de 1963, no XXVI Congresso da UNE, José Serra, estudante paulista também da AP, é eleito presidente da entidade. No mesmo ano, a UNE realizou, em Belo Horizonte, o III Seminário Nacional de Reforma Universitária, cujo temário em linhas gerais, seguiu a orientação contida na *Carta do Paraná*. No III SNRU os

estudantes concluem que: “[...] a melhor forma de condução imediata de luta pela Reforma Universitária seria, aproveitando o momento político de luta pelas reformas de base, encaminhar ao Congresso um projeto de emenda à Constituição, e outro de alteração da Lei de Diretrizes e Bases, no qual se consubstanciassem os pontos fundamentais da luta imediata pela Reforma Universitária” (UNE, 1963, p.26-27).

Neste seminário ocorre uma tomada de consciência por parte dos estudantes que de nada adiantaria reformar juridicamente a universidade sem antes transformar seu “próprio conteúdo”. Constata-se também que medidas concretas de reforma e democratização das instituições de ensino superior emperravam, por esbarrarem freqüentemente em obstáculos, tais como: “a cátedra vitalícia, os exames vestibulares, a estrutura de decisões dos problemas universitários, e tantos outros, característicos de uma legislação anacrônica, embora recente” (UNE, 1963, p. 26).

Mesmo não desconhecendo que não se democratizam instituições apenas com dispositivos legais, os estudantes não deixavam de perceber a necessidade de afastar os obstáculos criados por esses dispositivos à democratização da universidade. Obstáculos esses presentes tanto na Constituição (a vitaliciedade da cátedra, por exemplo) quanto na Lei de Diretrizes e Bases. Em conseqüência, o III Seminário elabora um projeto de emenda à Constituição de 1946 e um substitutivo à LDB, no que fosse pertinente ao ensino superior ⁴.

Analisando os seminários da UNE sobre a Reforma Universitária, pode-se deduzir que, nas declarações deles emanadas, os estudantes colocavam sempre o problema da reforma da sociedade e questões políticas mais globais, o que fica evidente quando discutiam Reforma Universitária como parte das reformas de base (Fávero, 2003, p. 572).

4. O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO PÓS-64

Com o golpe militar de abril de 1964, a história da UNE e do movimento estudantil passou a se confundir com a história da

⁴ Ver Anexo 3 “ UNE: luta atual pela Reforma Universitária”, in: FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque, 1974, p. CXX e CXXI.

repressão às liberdades e a intervenção estrangeira no País. A repressão policial desencadeada contra os estudantes produziu um estado de perplexidade numa geração que só conhecia a ditadura através dos livros. A posição do governo militar em relação aos estudantes estava sintonizada com a posição do então Ministro Roberto Campos: "Tratamento de choque para acabar com a subversão" (apud, Poerner, 1984, p. 219). Como parte dessa postura, por exemplo, diante das câmeras de televisão, ardeu em chamas o edifício-sede da União Nacional de Estudantes, situado na Praia do Flamengo, nº 132, no Rio de Janeiro. Segundo Carpeaux, "tratava-se, como num ritual da Inquisição, de expulsar o demônio da rebelião patriótica daqueles corpos jovens, substituindo-o pelo anjo da subordinação aos interesses antinacionais" (1969, p. 132).

A partir de 1964, além do repúdio à repressão policial-militar em relação à universidade e aos universitários, as discussões no meio estudantil centraram-se contra a Lei Suplicy (Lei nº 4.464/64) e contra os acordos MEC-USAID, principalmente o relativo ao ensino superior, assinado em 25 de junho de 1965. É oportuno lembrar, que em 5 de junho de 1964, o *Jornal do Brasil* já tinha publicado matéria com expressivo título: "Suplicy pede extinção da UNE e de todas as organizações estudantis nos estados". O entusiasmo gerador de reformas parece ter arrefecido. Nesse clima, em entrevista à imprensa, o Ministro Suplicy coloca-se abertamente contra o debate político dos problemas nacionais nas universidades, afirmando que "os estudantes são homens de amanhã, mas nós somos homens de hoje". E complementa: "Primeiro o estudante deve estudar, depois se aperfeiçoar na prática democrática no sentido amplo" (Correio da Manhã, 28 de agosto de 1964).

Os líderes estudantis, evidentemente, não concordavam com a posição do governo, por considerá-la antidemocrática, limitadora da ação dos estudantes. Reivindicam a imediata revogação da Lei Suplicy, entendida como uma arma para boicotar o movimento pelo poderes instituídos. Em consequência, os anos de 1965 e 1966 são marcados por greves de repúdio e boicote a essa lei. Face às dificuldades de negociação com o governo e partindo do pressuposto de que o diálogo com a ditadura acabava sempre em monólogo, a UNE lança um manifesto assinado pelos dirigentes da entidade.⁵

⁵ Publicado no Correio da Manhã, em 17 de dezembro de 1965.

Além dos cassetetes e bombas de gás lacrimogênio, os estudantes enfrentam nova estratégia do governo federal: a criação do Movimento Universitário para o Desenvolvimento Econômico e Social (MUDES) que, segundo Hermano Alves, passa a ser "uma espécie de *Peace Corps* interno". Além de criar o MUDES, o governo faz uma doação de CR\$ 20 bilhões em Obrigações do Tesouro à nova entidade. O Presidente Castelo Branco, referindo-se a esse movimento, diz ser "Um desafio ao idealismo de nossa juventude", dando aos jovens "a oportunidade de transformar o protesto vazio (*sic*) e a vocalização de slogans em ação efetiva para corrigir injustiças, minorar sofrimentos e aperfeiçoar a capacidade construtiva da comunidade" (*apud* Poerner, 1979, p. 274).

Ainda em 1966, o Ministro Moniz de Aragão encaminha ao Presidente da República exposição de motivos sobre a reestruturação das universidades brasileiras e declara à imprensa que a Lei Suplicy será mantida pois, embora passível de melhoria, era democrática e teria de ser aplicada. Na mesma entrevista, comentando a repressão policial nas universidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, o Ministro afirma que a autonomia universitária não havia sido atingida porque as forças policiais foram chamadas por diretores e reitores (Jornal do Brasil, 13 de setembro de 1966).

Em 28 de fevereiro de 1967, o Presidente Castelo Branco revoga a Lei nº 4.464/64 com o Decreto-lei nº 288, conhecido também no meio universitário como Lei Suplicy-Aragão, ou apenas Decreto Aragão. Com esse segundo dispositivo, são extintas as entidades estudantis de nível nacional e estadual reestruturadas essas entidades no âmbito de cada universidade. De acordo com o art. 20 do Decreto-lei nº 288, "são órgãos de representação dos estudantes de estabelecimento de nível superior: a) o Diretório Acadêmico (DA) em cada estabelecimento de ensino superior; b) o Diretório Central dos Estudantes (DCE), em cada universidade". Vedam-se aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, racial ou religioso, bem como incitamento ou apoio a ausências coletivas ao trabalho escolar (art.11). É instituída, também, a Conferência Nacional do Estudante, a ser convocada pelo Ministro da Educação, "para exame e debate objetivo de problemas universitários, para a elaboração de teses, sugestões e reivindicações a serem apresentadas às autoridades e órgãos competentes" (art. 18).

Apesar da repressão policial, as manifestações estudantis continuam durante todo o ano de 1966 e dezenas de estudantes são presos. No entanto, de todo o período que se estendeu após o golpe militar, o ano de 1968 é o que ficou mais marcado pelos protestos da juventude, ocorrendo sérias crises e violentas manifestações estudantis em vários países. Esse movimento de luta tem repercussões no Brasil, e sobretudo a partir de 1968 as manifestações de vulto do movimento estudantil se caracterizam pelo ataque direto à política do governo. O ano letivo inicia-se com manifestações em várias cidades; as instituições de ensino mobilizando-se na defesa das verbas e contra os acordos estrangeiros e a repressão. Um fato, contudo, mudou significativamente o caráter dessas mobilizações e do próprio movimento estudantil, com repercussões na vida política brasileira. Em 28 de março de 1968, em meio a um tiroteio, a polícia atinge mortalmente um estudante secundarista de 16 anos, no Restaurante Calabouço: Edson Luís de Lima e Souto, menino pobre que veio para o Rio de Janeiro a fim de estudar e lutar pela vida. Sua morte convulsiona o País, desencadeando problemas políticos relevantes. Com ela surge uma tomada de consciência da realidade política, em diferentes setores da população expressa principalmente no repúdio ao regime e ao poder militar. Em decorrência dessa tomada de consciência, o povo começa a sair às ruas enfrentando a repressão e o terror (Fávero, 2003, p. 577-578)⁶.

No dia seguinte ao assassinato, os estudantes do Rio de Janeiro entram em greve e várias notas são distribuídas pelos diretórios acadêmicos firmando posição de irrestrito apoio ao movimento estudantil e declarando luto oficial. Encontrando-se em Porto Alegre, o Ministro da Educação Tarso Dutra é indagado pelo *Jornal do Brasil* a respeito da morte do estudante. Recusa-se a dar entrevista e redige duas notas. O lavar as mãos das autoridades maiores do sistema educacional brasileiro em relação à morte bárbara de um estudante não ocorre apenas por parte desse Ministro. O reitor da Universidade Federal do Paraná e membro do Conselho Federal de Educação (CFE), o ex-Ministro Flávio Suplicy de Lacerda, entrevistado pela imprensa, observa que o CFE se

⁶ Ver a reportagem "Sangue no banquete ditatorial - morte e ressurreição de Edson Luís". Correio da Manhã, 7 de março de 1968.

encontrava reunido e "nem tocou no caso (...), porque isso era assunto de Polícia"(Jornal do Brasil, 2 de abril de 1968, p. 20). O protesto continua, apesar do forte dispositivo de segurança acionado em todas as capitais

Com o apoio de grande massa popular, em São Paulo, a 1º de abril, aniversário do golpe militar, milhares de estudantes paulistas promovem grande passeata em protesto pela morte de Edson Luís. Durante toda a passeata os estudantes usam braçadeira de luto e recebem apoio popular a seus protestos, inclusive de numerosos intelectuais, artistas e parlamentares, destacando-se entre eles: Sérgio Buarque de Holanda, Fernando de Azevedo, Paulo Duarte, João Cruz Costa, Alberto Muniz da Rocha Bastos, Paulo Mendes de Almeida, Frei Benevenuto Santa Cruz, Florestan Fernandes, Chico Buarque de Holanda, Ligia Fagundes Telles, Roberto Schwartz, Octávio Ianni e outros. Nessa ocasião é lançado um manifesto em São Paulo, contendo mais de 300 assinaturas (Correio da Manhã, 4 de abril de 1968, p. 14).

A situação se agrava ainda mais quando da realização da missa do 7º dia em intenção do estudante Edson Luís, no Rio de Janeiro. Nem a ocupação da cidade por tropas do Exército, nem as cenas de violência registradas desde o dia 28 de março de 1968 impediram que cerca de 2.500 jovens lotassem a Igreja da Candelária para assistir à missa. A saída do templo foi marcada por novas agressões.⁷

Depois de abril de 1968, recrudescer a crise estudantil com manifestações de rua e choque entre estudantes e policiais. No Rio de Janeiro, a situação se agrava quando, a 20 de junho daquele ano, choques da PM e agentes do DOPS cercam o prédio da Reitoria da UFRJ, na Praia Vermelha, devido a uma assembléia geral de estudantes. Nessa ocasião, os estudantes são encurralados, espancados, efetuando-se muitas prisões (Jornal do Brasil, 21 de julho de 1968, p. 15, 1º cad.). Tal fato repete o que já tinha ocorrido no ano anterior, na Faculdade de Medicina da mesma Universidade, quando os alunos são encurralados pela polícia, registrando-se numerosas prisões. Na história do movimento

⁷ Para se ter idéia do clima reinante, examinar a matéria "Cobertura nacional, uma semana de violência". *Fatos e Fotos*. Rio de Janeiro, n. 376, 18 de abril de 1968.

estudantil aquele episódio passou a ser conhecido como *O Massacre da Praia Vermelha*.

Segundo Poerner, a morte de Edson Luís não constituiu apenas um marco na história brasileira, mas despertou forças de oposição e protesto que até então pareciam adormecidas (1979, p. 219). Entre as manifestações pacíficas mais importantes realizadas no Rio de Janeiro, após 28 de março de 1968, destacam-se “A Marcha do Protesto” ou “A Marcha dos Cem Mil”, que durou seis horas.

Preocupado em conter o movimento estudantil, no final de 1967, o governo federal, por meio do Decreto nº 62.024, de 29 de dezembro daquele ano, instituiu uma Comissão Especial, presidida pelo Coronel Meira Mattos para propor medidas relacionadas com os problemas dos estudantes⁸. Como resposta à intensificação da crise, mediante o Decreto nº 62.937, de 2 de julho de 1968, o governo criou um Grupo de Trabalho encarregado de estudar, em caráter de emergência, as medidas que deveriam ser tomadas para resolver o problema da universidade. Para participar do grupo, foram convidados dois estudantes: Paulo Possas e João Carlos Bessa, ambos do Rio de Janeiro, que declinam do convite.⁹

É oportuno lembrar, ainda, que entre a morte de Edson Luís e a decretação do AI-5, a UNE realizou o XX Congresso Nacional de Estudantes, em Ibiúna, em outubro de 1968, onde foram presos quase todos os congressistas – cerca de 800 estudantes (Poerner, 1979, p. 303). Com os líderes estudantis presos, os sindicatos sob intervenção, o MDB tenta assumir no Congresso Nacional a vanguarda da oposição. O clima na cúpula militar é de bastante tensão, que se agrava com o discurso do deputado Márcio Moreira Alves em repúdio à invasão da UnB. Sentindo-se atingidos pelas críticas feitas pelo parlamentar, os militares, em represália, exigem sua punição, rejeitada pelo Congresso que, naquele momento, tenta recuperar sua autonomia. Mas a reação não se fez esperar: além do

⁸ Sobre essa Comissão consultar FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *Da Universidade modernizada à universidade disciplinada: Atcon e Meira Mattos*. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1991. Este livro traz como anexo o Relatório Meira Mattos.

⁹ A exposição de Paulo José Possas foi publicada no *Jornal do Brasil*, de 7 de julho de 1968. Está transcrita no livro de FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *Une em tempos de autoritarismo*, op. cit. p. 69-71.

fechamento do Congresso Nacional, em 13 de dezembro de 1968 foi outorgado o AI-5, o mais drástico de todos os atos institucionais.

CONCLUINDO...

Não é demais assinalar que, com a promulgação do AI-5 e do Decreto-lei nº 477, em fevereiro de 1969, cessaram todas as manifestações no meio estudantil. Muitos de seus líderes começam a agrupar-se e arregimentar-se em organizações clandestinas, optando pela luta armada. Esgotam-se quaisquer possibilidades de diálogo entre o governo e os estudantes. A *Operação Limpeza* determinada pela Doutrina da Segurança Nacional ativou as forças repressivas, controlando todos os movimentos democratas liberais e socialistas e afastando quaisquer suspeito, principalmente os intelectuais e os estudantes, bem como líderes dos sindicatos trabalhistas e das Ligas Camponesas (Sanfelice, 1986). De 1969 a 1979, o movimento estudantil restringiu-se à clandestinidade, ressurgindo lentamente, enquanto organização, a partir do XXXI Congresso da UNE, em 1979.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- CARPEAUX, Otto Maria. *O Brasil no espelho do mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- CORREIO DA MANHÃ. 17 de dezembro de 1965, apud.: *Revista Paz e Terra*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 212-213, julho de 1965.
- . *SP: Sodrê garante e passeata sai sem incidentes*, 4 de abril de 1968, p. 14
- . *Sangue no banquete ditatorial - morte e ressurreição de Edson Luís*, 7 de março de 1968.
- . *Suplicy não quer debate político nas universidades*, 28 de agosto de 1964.
- CPC/UNE. Auto dos 99%. *Arte em Revista*, ano 2, nº 3, p. 89-98, março de 1980.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *Suplicy enérgico: estudantes usam pretexto da lei para subversão*, 13 de agosto de 1965.
- FATOS e FOTOS. *Cobertura nacional, uma semana de violência*. Rio de Janeiro, nº 376, 18 de abril de 1968.

FAVERO, Maria de Lourdes de A. *Da Universidade modernizada à universidade disciplinada: Atcon e Meira Mattos*. São Paulo: Editora Cortez e Autores Associados, 1991.

— . *UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

— . Estudantes em movimento e o problema universitário na década de 1960. In: MAGALDI, A. M., ALVES, C., GONDRA, J. G. (orgs.). *Educação no Brasil: história, cultura e política*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003, P. 561-594.

JORNAL DO BRASIL. *Suplicy pede extinção da UNE e de todas as organizações estudantis nos estados*, 5 de junho de 1964.

— . *Aragão anuncia reforma e diz que vai manter Lei Suplicy*, 13 de setembro de 1966.

— . *MEC foi policiado pelo DOPS e soldados da PM*, 2 de abril de 1968, p. 20, 1º caderno.

— . *Exército vai manter a ordem e punir todos os responsáveis*, 21 de junho de 1968, p. 15, 1º caderno.

— . *Tarso instala o Grupo que preparará a reforma*, 7 de julho de 1968, p. 29, 1º caderno.

O METROPOLITANO. *Diretrizes e Bases e escola pública*, 12 de junho de 1960, p. 8.

— . *Universidade em crise*, 12 de junho de 1960 b.

POERNER, José Artur. *O Poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. 2ª ed. revista e ampliada.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SANFELICE, José Luís. *Movimento Estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64*. São Paulo: Autores Associados, 1986.

SOUZA, Luiz Alberto Gomez de. *A JUC: os estudantes católicos e a política*. Petrópolis: Vozes, 1984.

UNE. *Declaração da Bahia*. *Jornal Critério*, Recife, 1961, suplemento.

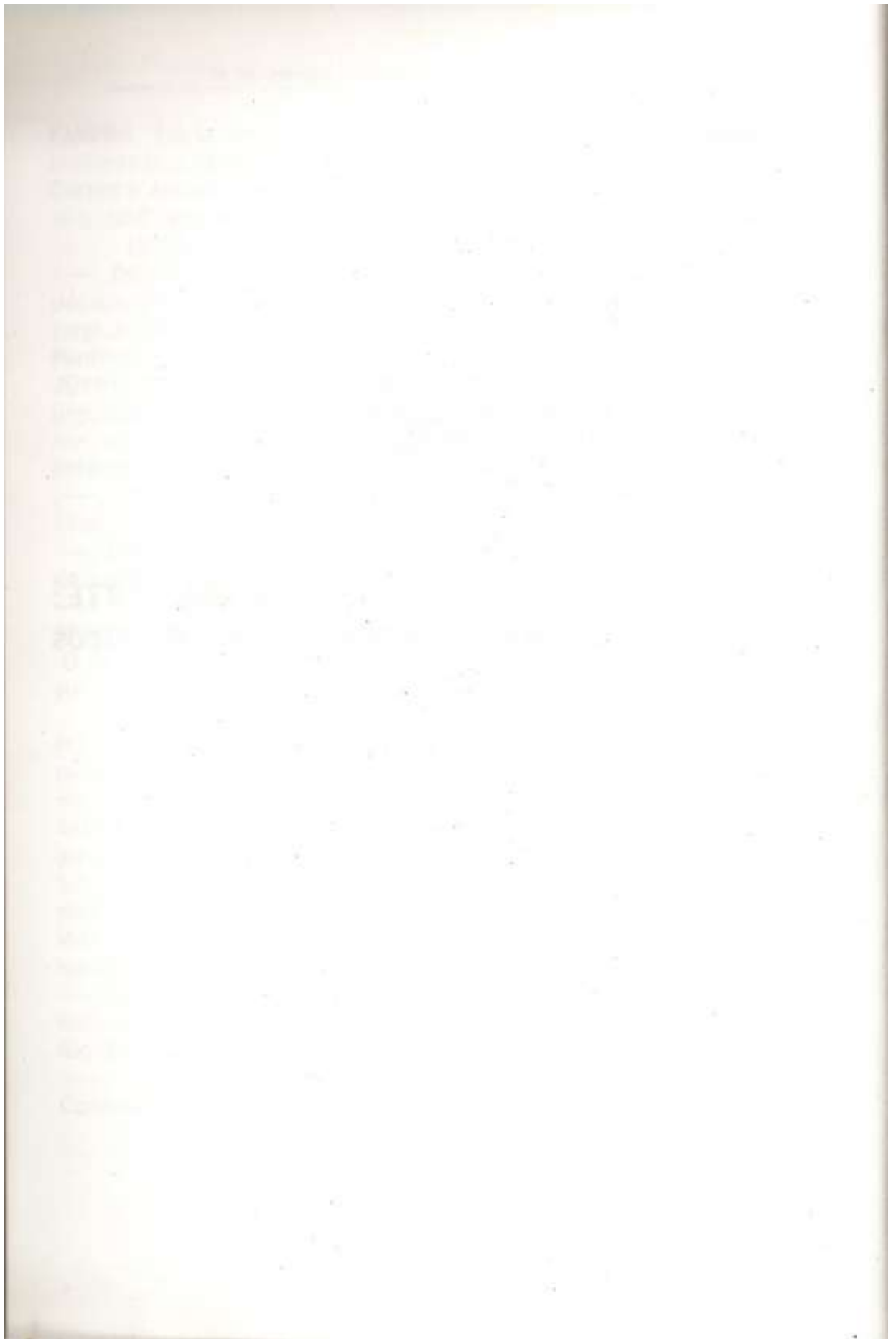
— . *Carta do Paraná*. Resoluções do II Seminário Nacional da Reforma Universitária. Curitiba, março, 1962. Cadernos da UNE 2, Rio de Janeiro: Editora Universitária, 1962.

— . *Luta atual pela reforma universitária*. *Cadernos de Coordenação Universitária*, n. 4, 1963.

Partido Comunista
Militante de
1940-1964

**SEGUNDA PARTE:
Estudiantes e Movimentos Políticos**

1940-1964
1940-1964
1940-1964
1940-1964
1940-1964



ASPECTOS DA PARTICIPAÇÃO DOS COMUNISTAS NO MOVIMENTO ESTUDANTIL DE PERNAMBUCO (1920-1964)

Michel Zaidan

Duas considerações de ordem teóricas ou conceituais se impõem inicialmente: a herança jacobina ou nacional-popular das grandes manifestações políticas em Pernambuco; e a política dos comunistas em relação aos movimentos de massa.

No que diz respeito a primeira questão, é importante destacar que - desde o início da história republicana em Pernambuco, havia essa característica histórico-genética: os movimentos sociais sempre foram ou assumiram o aspecto de mobilizações policlassistas (fortemente alimentadas, aliás, pelo protesto de setores médios radicalizados, que uniriam reivindicações específicas a causas nacionais). Foi assim no "salvacionismo", nas greves de 1917 e 1919, na luta contra o orçamento-monstro e na defesa da autonomia política de Pernambuco, tanto quanto como na revolução de 1930 como no levante da Aliança Nacional Libertadora (ANL). E a figura que mais simbolizou essa aliança entre Povo e Nação, Academia e Política, foi a do acadêmico e depois professor da Faculdade de Direito do Recife - Joaquim Pimenta e seus alunos e discípulos: Souza Barros, Cristiano Cordeiro, José Cordeiro, Rodolfo Coutinho e outros. É de lembrar que foi exatamente este núcleo que deu origem ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e teve participação marcante nessas mobilizações. A história política de Pernambuco não poderia ser contada sem a participação desses setores e sem aproximação do grupo - mediada por Joaquim Pimenta - das lutas nacional-populares deste período.

O outro aspecto a se considerar é a política dos comunistas nos movimentos de "frente única" da década de vinte e trinta, tanto quanto o lugar social do estudante (enquanto categoria social) na política, de modo geral. Aqui, é preciso fazer referência às duas políticas seguidas pelo PCB no que tange aos movimentos sociais: uma que enfatiza a aliança com setores burgueses ou pequeno-

burgueses contra a reação; a outra que enfatiza a hegemonização dos movimentos a qualquer custo, ou seja, sua instrumentalização partidária. Quanto ao lugar social do "estudante", é necessária falar o papel ressocializador que tem o aparelho escolar das origens sociais ou de classe dos estudantes e sua importância na politização dos mesmos - no ambiente da escola ou da faculdade. Mais ainda, quando este ambiente é perpassado pelas contradições mais gerais da própria sociedade.

O primeiro grande momento da inserção dos comunistas no movimento estudantil e de massas está relacionado à existência da UNE, dos diretórios acadêmicos e entidades estudantis nas lutas e contradições do nacional-desenvolvimentismo - sobretudo na defesa da entrada do Brasil na guerra contra as potências do eixo, na defesa do monopólio estatal do petróleo e na redemocratização do país. Pernambuco - como o resto do país - vivia sob uma forte ditadura proto-fascista, autoritária, conservadora e nacionalista. O sentido das grandes mobilizações de massa desse período, nas quais esteve presente o partido comunista por orientação de seu comitê central, em função da luta antifascista dos comunistas no mundo todo, em favor de reformas nacionalistas era ao mesmo antiautoritária e antiditatorial. O conteúdo dessas reformas se mesclava facilmente com a luta pela redemocratização do país, uma alimentava a outra. Em Pernambuco, o ponto alto dessas manifestações foi a realização do comício na praça do "Diário", na sacada do prédio de "Diário de Pernambuco", em prol da redemocratização do país, depois da deposição de Vargas. Vários intelectuais e acadêmicos da terra estavam presentes, quando no meio da multidão, fez-se ouvir um disparo que atingiu mortalmente o acadêmico de Direito Demócrito de Souza Filho. Este episódio foi o estopim para a batalha final contra o interventor no Estado de Pernambuco, Agamenon Magalhães. Dessas jornadas memoráveis, os comunistas e socialistas de Pernambuco participaram ativamente seja na frente de massas ou no interior dos movimentos sociais, particularmente, o movimento estudantil (Faculdade de Direito e a Escola de Engenharia).

O outro grande momento dessa participação dos comunistas em Pernambuco coincide com os governos da chamada "Frente do Recife" (Pelópidas Silveira, Cid Sampaio, Miguel Arraes), que desmontou a possante máquina eleitoral e partidária criada pelo ex-

interventor Agamenon Magalhães, durante a ditadura do "Estado Novo". O clima, o ambiente de renovação e abertura política, cultural, econômica e social no estado ensejou uma profunda colaboração, uma parceria entre as diversas forças políticas de Pernambuco - as mesmas que deram sustentação à "Frente" - entre as quais, estava o partido Comunista representado por Paulo Cavalcanti e outros membros do PCB.

A inserção e influência da militância comunista - via universidade e movimento secundarista - foi decisiva para o avanço democratizante e popular das chamadas "reformas de Base", os MEBs, o Movimento de Cultura Popular (MCP), o teatro popular do Nordeste, os ateliês coletivos etc. Muito da extraordinária gestão da cultura dos prefeitos dessa época tem a ver com a participação dos comunistas e seus intelectuais no movimento de massas e no movimento estudantil. Alguns nomes desse período são: Hermilo Borda Filho, Abelardo da Hora, José Cláudio, José Wilker, Paulo Rosas, Ariano Suassuna etc. A efervescência dessa época teria de ser carreada, como de fato foi, para o política partidária, seja no interior das entidades estudantis, ou fora delas no contexto das lutas gerais da sociedade brasileira. As escolas de Engenharia, Medicina, Direito, Filosofia, a UFRPE e antiga faculdade de Filosofia do Recife forneceram abundantemente lideranças, militantes e ativistas para o movimento estudantil e quadros para os partidos políticos de esquerda, particularmente, o PCB, os trotskistas e o Pc do B, num movimento de alta produtividade histórica, responsável mais tardes pela geração de lideranças políticas, empresarias e públicas em Pernambuco e no Brasil. Alguns desses nomes são: Cândido Pinto (Escola de Engenharia). Luciano Siqueira (Faculdade de Medicina), Jarbas Vasconcelos (Faculdade de Direito da Universidade Católica de Pernambuco), Marcos Freire, Marco Maciel e Roberto Freire (Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco). É neste contexto que se insere também o movimento de resistência dos diretórios e lideranças estudantis à ocupação militar da universidade brasileira e seus prepostos. Prova disso foi o covarde atentado perpetrado pelo CCC contra o acadêmico de Engenharia, Cândido Pinto, que o deixou paralisado pelo resto da vida.

O regime militar de 1964 promoveu uma feroz e cruenta repressão ao movimento estudantil e aos militantes comunistas

inseridos nele, cassando, prendendo, torturando e eliminando lideranças estudantis, militantes e ativistas estudantis e partidários. É o caso de lembrar o que aconteceu com o estudante da UFRPE, Odijas de Carvalho, que sumiu nos cárceres e tumbas clandestinas da ditadura militar. Ou a prisão de Edval Nunes - vulgo "cajá" ligado ao PCR (Partido Comunista Revolucionário), também ligado à diocese de Recife e Olinda, torturado e preso pelos militares do quarto exército. Finalmente, recorde-se do nome do nosso último presidente da UNE, ligado ao Partido Comunista do Brasil, Renildo Calheiros, hoje deputado Federal pelo seu partido ou a atual prefeita de Olinda, Luciana Santos, também militante do PC do B. Ambos oriundos da Escola de Engenharia, da UFPE. Ou de outros militantes políticos-estudantis, como Edinaldo Miranda ou Rui Frazão.

O exemplo da participação dos comunistas e outros militantes políticos no movimento estudantil de Pernambuco revela como, seja pela radicalização de setores médios ou a ressocialização operada pelo aparelho escolar, como este movimento foi portador de uma alta produtividade histórica na geração de vocações públicas, empresariais e cívicas, bem como de lideranças sociais importantes para a vida do país.

A AÇÃO POPULAR NO MOVIMENTO UNIVERSITÁRIO DO RECIFE NOS ANOS 1960: UM SIMPLES DEPOIMENTO

Elimar Nascimento

A memória é uma vilã. Traidora por excelência, revela algumas coisas e esconde outras. Nossas lembranças não correspondem exatamente aos fatos; por vezes, os mais importantes se vão, e os menos importantes, detalhes insignificantes, ficam e persistem. As memórias aqui escritas não são distintas. Registro apenas o que ocorre, sabendo que coisas mais importantes estão esquecidas, e por isso, não se revelam. E escrevo com dúvidas atroz, se não cometo injustiças. Nomes por vezes centrais nos eventos somem, enquanto outros, não tão importantes continuam vida a fora. A memória tem sua própria lógica, e uma certa aleatoriedade, creio.

Entrei na Ação Popular (AP) em 1964 pelas mãos de Rui Frazão, quando ainda era estudante secundarista. Estudava no Colégio Estadual de Pernambuco, pela noite, e pertencia a equipe regional Nordeste da Juventude Estudantil Católica (JEC), onde ingressei no final de 1963. Desta equipe lembro-me bem de Luiz Gonzaga, que depois foi para a equipe nacional com Betinho, Cláudio, que morava em Olinda e que é um dos criadores da Procenge, e Luciano Cerqueira, de Alagoas, professor na UFPe. Os que não eram de Recife moravam na rua dos Coelhos, na "Casa dos Permanentes". A dos rapazes de um lado da rua, e a das meninas do outro, pouco mais à frente. Depois, a partir de 1964/1965, chegaram Valdi Dantas, de Natal, hoje no Ministério do Trabalho, um dos maiores especialistas do País em crédito popular; Denis Bernardes, de Maceió, intelectual respeitado no Recife e outras plagas, e Tito de Alencar, de Fortaleza, que se suicidou em Paris, depois de uma prisão de longas torturas. Tito queria se dedicar aos outros por meio da religião, era um místico. Juntou-se aos dominicanos em São Paulo onde foi preso e torturado, pouco antes da morte de Marighela. Nunca conseguiu se libertar da tortura depois que saiu da prisão. Foi para a França. Cheguei a encontrá-lo em Paris por lá umas duas vezes. Mas quem me dava mais notícias

dele era seu grande amigo, Denis Bernardes, que fazia pós-graduação em História. Seu amigo e confidente.

Com a chegada desses novos componentes fui saindo de JEC e entrando na AP, acompanhado apenas por Valdi. Denis e Tito guardaram simpatia e certa aproximação, mas nunca foram militantes efetivos, se não me falha a memória. E Luciano partilhava pouco de nossas idéias.

Entreí na JEC na realidade em Porto Alegre onde vivi seis anos, entre os 10 e 15 anos. E quando cheguei no Recife, descobri um militante da JEC na minha turma. Não sei como ocorreu, mas as pessoas ficaram impressionadas como o identifiquei pela maneira de falar. No Recife a JEC, naquele ano de 1963, era ligada, ao Grupão, nome que se dava e eles também se davam, de um grupo de jovens católicos que se reuniam em Colégio do Recife, e eram muito ligados ao Padre Melo. Ocupavam uma posição de direita em relação à Ação Católica que vivia próxima da Ação Popular. De certa forma, eles ocupavam o lugar da direita de Marco Maciel e cia. Eles procuram representar uma terceira força no movimento secundarista, entre a AP e o PCB. Nunca tive muita simpatia pelo grupo ou pela JEC do Recife, embora tenha feito alguns amigos entre eles. Pareciam-me "reacionários" e um pouco arrogantes. Entre eles estava Luciano Coutinho, professor na Unicamp. Permaneci na JEC porque os membros da equipe regional, que também não tinham simpatias pelo Grupão, me recrutaram. Era final de 1963. Não fazia nem um ano que havia chegado no Recife. Assim, me tornei membro da equipe de direção da JEC do nordeste sem ter praticamente pertencido a qualquer equipe de base, por circunstâncias que me ultrapassavam.

Rui Frazão era uma pessoa que nos encantava a todos, por sua inteligência e elegância. Nós éramos secundaristas e ele já era universitário, da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Pernambuco. Já havia sido preso e havia se portado com coragem. Isso para nós era a mais forte indicação de heroísmo. Rui era quase um herói. Como depois foram Luciano Dourado e Ruth Cartaxo, ambos da Juventude Universitária Católica (JUC). Esta, pertencente também ao MEB, onde a conheci juntamente com Oscar, militante ou simpatizante da AP, mas militando entre os profissionais e não no meio estudantil. Luciano, o reencontrei em Paris como membro da equipe internacional da JEC. Juntos fomos a Portugal em férias,

com nossas famílias. Não sei como a polícia podia nele ver um "elemento perigoso", era um santo, incapaz de qualquer violência.

Ainda na equipe regional de JEC entrei na Escola de Belas Artes, para fazer o curso de teatro - formação de ator, em 1965. Era um curso que não exigia o ensino médio. Desta forma, me tornei secundarista e universitário ao mesmo tempo. E, por esta razão, fui ao Congresso da UNE em 1965, em São Paulo, e acabei apaixonado por minha futura mulher, Cristina. Mas esta é outra história, uma bela história. O fato de ter ido para o Congresso da UNE me deu um rápido prestígio na AP.

Isso me permitiu também uma aproximação com o pessoal da JUC, onde nunca ingressei. A aproximação devia-se em grande parte, porque alguns senão todos os seus membros da direção regional e/ou local (Telmo Araújo, Paulo Figueiredo, Jurandir Freire, Luciano Dourado, Telma Cidade, Clara Germana e Teresa Campelo) eram da AP, senão militantes, pelo menos grandes simpatizantes.

A AP, na época, detinha o controle do movimento estudantil em quase todo o País. Tinha o controle da UNE. Aliás, manteve o controle mesmo após o golpe de 1964, quando o seu Presidente era José Serra, que se exilou. O mesmo, porém, não ocorria em Pernambuco, onde o Partido Comunista Brasileiro (PCB) era forte, e a direita, de Marco Maciel, tinha tradição. Nela militavam jovens aguerridos que depois se transformaram em políticos relevantes na província e fora dela, como Sérgio Guerra e Gustavo Krauze. Com suas contradições internas, evidentemente. Um mais ao centro, outro mais à direita.

Lembro-me que por ocasião da formação da chapa do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFPE em 1965, existiam três forças, e a maior e mais importante era a do PCB. Nós da AP tínhamos apenas o Diretório de Belas Artes, e participávamos dos diretórios de Engenharia, Medicina, Arquitetura, Serviço Social e Ciências Sociais, mas sem deter o controle. Acabamos fazendo uma aliança com o PCB, que detinha a cabeça da chapa, mas nós conseguimos o secretário geral. Por pouco tempo. Pouco depois a Ditadura cassou todo mundo e dissolveu o DCE.

Assim como ocorreu com a JEC, logo ascendi na AP e em um ano já era da sua direção estudantil e, em seguida, da direção Municipal. Cristovam Buarque era um dos dirigentes do comando

regional nessa época, assim como Aldo Freire, morto em Paris em 1974.

Na direção do movimento estudantil partilhava do comando com José Faria, da Escola de Engenharia, e José Carlos Moreira Melo, de Medicina, que depois foi para a direção da UNE. Faria hoje é professor na UFRJ, e, José Carlos, médico psiquiatra em São Paulo. Eram pessoas maravilhosas naquela época e até hoje os admiro. José Carlos com maior liderança de massa, e Faria com liderança mais interna.

Sob essa direção, a AP se organizou entre 1965 e 1966. Ganhou raízes na UFRPe, com o Presidente da Escola de Veterinária, José Geraldo, e na Católica, particularmente na psicologia, economia, filosofia e jornalismo. E ampliamos nossa presença na UFPE, em Serviço Social, Arquitetura, Medicina, Engenharia, Química etc. Em 1967 a AP se tornou uma força equivalente a do PCB no movimento estudantil universitário em Pernambuco, superando-o no ano seguinte. É verdade que as divisões internas no PCB ajudaram, assim como a saída do movimento estudantil de alguns de seus principais líderes, como Roberto Freire. Da maioria do PCB, se não me engano, nasceu o PCBR. Mas eles tinham líderes importantes, e respeitados, como Airton e Cândido de Engenharia.

Entre 1966 e 1968 a AP foi uma das maiores forças de mobilização no movimento estudantil de Pernambuco. Dirigiu a maior parte das manifestações de rua, passeatas e comícios no centro do Recife. Conseguíamos, então, subir os morros para sensibilizar a população mais pobre da cidade, assim como, os mascates do centro do Recife velho. Chegamos a ter parte da direção do DCE, sob a direção de Abdias Vilar de Carvalho, com participação de Carmem Chaves, Rosa, Marco Burle, entre outros. Era uma chapa de composição, AP e PCBR.

Com o recrudescimento da Ditadura em final de 1968 (após o Ato Institucional Nº 5, de 13 de dezembro), o movimento interno de integração na produção (iniciado ainda em 1966), a conversão ao maoísmo, o distanciamento da Igreja e, em seguida, divisões internas, levaram a que também a AP perdesse força. Em 1972, finalmente, a maior parte de seus militantes ingressaram no Partido Comunista do Brasil. Movimento que na realidade começara ainda em 1971.

Lembro-me que em São Paulo, já em fase de afastamento da organização, como a chamávamos, fui procurado por Zé, como era conhecido Drummond, para participar do movimento de aproximação e fusão com o PC do B (na época ainda não era claro o que ocorreria). O que o levava a me procurar era a falsa impressão que ele tinha de que eu era simpatizante do PC do B, pelo simples fato de, em Fortaleza, ter promovido uma chapa comum para o DCE local, sob direção de João de Paulo, do PC do B. Na época lembrei-me que havia sido alvo de crítica de membros da direção nacional, inclusive dele. E como antes estava enganado, não tinha feito a aliança porque tecia simpatias pelo PC do B, mas porque era a única forma de participarmos da direção do DCE. Afinal, fazem-se alianças com forças diferentes, e em função de circunstâncias concretas e objetivos específicos. Achava na época o PC do B muito dogmático e pouco consistente teoricamente.

A integração na produção foi um movimento interno da AP para superar a falta de enraizamento existente no âmbito da classe operária e do campesinato. Assim, jovens estudantes, em geral universitários, mas também profissionais liberais eram convidados a se empregarem em fábricas, habitarem bairros populares ou mesmo ir viver com os camponeses. Evidentemente que este movimento terminou por afastar da organização muitos de seus militantes que não acreditavam neste procedimento ou não estavam dispostos a tanto sacrifícios. E retirou outros do movimento estudantil, como eu e Cristina, antiga vice-presidente do diretório de Belas Artes. Betinho escreveu um belo relato a respeito de sua experiência de sua integração na produção. No entanto, lembro-me de alguns, poucos é verdade, que conseguiram o feito da conversão. A persegui de 1968 até 1972 em Paris, quando trabalhei em uma fábrica. Finalmente cheguei a conclusão - demorada, não tem dúvidas - de que se queria estudar e dedicar-me aos estudos teria que abandonar a fábrica. O sonho do intelectual operário era apenas um sonho.

Na verdade, em 1969 é todo o movimento estudantil que se arrefece e se radicaliza, com as ações armadas. As classes médias começam a voltar para a casa, encantadas com o milagre econômico que começa, enquanto as ações armadas de assalto à banco e seqüestro de embaixadores ganham destaques. Em 1969 ou 1970, participar de ações de protesto estudantil contra a Ditadura era uma temeridade, e poucos aceitavam este desafio. Com a morte dos

principais líderes armados entre 1969 (Marighela) e 1971 (Lamarca), a esquerda urbana, e de classe média, era derrotada.

Vivi o movimento estudantil universitário do Recife entre 1965 e início de 1968. Mas em circunstâncias distintas, como distintos foram os momentos políticos. Um foi o momento de 1964/1965 com Castelo Branco, em que se podia fazer protestos sem arriscar a vida, pelo menos os estudantes. Outro momento foi o de 1966/1968 com Costa e Silva, em a luta se acirrou e os militares no poder caminharam mais para a direita.

Foram quase quatro anos, pois em fins de 1967 ingressei no comando regional da AP, e comecei a fazer trabalho com outros segmentos sociais.

Primeiro, com populações dos bairros pobres do Recife, pois poucos meses já antes saíra de minha casa e fora morar em um casebre em Iputinga e, depois de casado, em 1968, no Vasco da Gama, com Valdi e Tarcísia. Minha primeira casa em bairro popular, quando tinha 20 anos, era um quarto de chão batido, uma rede, uma mesa com duas cadeiras e uns paus que saíam da parede, servindo de guarda roupa. Saía de um apartamento de três quartos em plena praça do Carmo em Olinda, de onde via o mar.

Depois, em um segundo momento, fui trabalhar com camponeses na zona da mata de Pernambuco. Toda semana pegava um ônibus para me reunir com camponeses. Lia para eles trechos de Mao Tse-Tung, contava-lhes minha versão da história do Brasil e discutíamos como resistir aos "latifundiários". Saía no final da tarde do Recife e voltava no dia seguinte. Morro de fome. Até hoje me recordo com saudades dos cafés da manhã que tomei no Cais de Santa Rita: um prato de inhame com um bife magro e muita graxa por cima, e um copo de café preto. Não devo suportar hoje, mas naquela época eram adoráveis.

O que me atraiu na AP foi a proposta de uma revolução nacional, própria, pois quando nela ingressei já conhecia a revolução russa e chinesa por leituras, assim como, o caminho das guerrilhas cubanas. Nenhum dos três modelos me parecia conveniente para o Brasil.

Em relação a Cuba, o fato de sermos 67 vezes maior me parecia uma diferença significativa. Éramos não apenas um país continental, em face de uma ilha, mas uma sociedade

relativamente complexa, urbana e industrial, frente a uma sociedade praticamente rural.

Quanto a China havia as enormes diferenças conhecidas entre as sociedades Ocidental e Oriental. A China era um mar de camponeses, praticamente sem indústrias, estranha a religião cristã, ao passado colonial, à escravidão. Nada tinha a ver com o Brasil.

E, finalmente, em relação à Rússia, havia também a diferença de grau de desenvolvimento e, sobretudo, de circunstâncias históricas. Em 1917 a Rússia era um imenso país agrário, enquanto nós éramos um país nos transformando em urbano e industrial em 1965. Depois, no caso da Rússia, tinha havido a conjuntura da Primeira Guerra Mundial, a derrota e enfraquecimento do governo, enquanto nos anos 1960, vivíamos a Guerra Fria, sob as asas do imperialismo norte-americano.

A AP me surgia como uma proposta própria, adequada às nossas características, sem modelos externos. O mimetismo colonial me incomodava muito, e ele parecia presente nos outros partidos como o PCB (PCBR) e o PC do B. Embora não tivesse lido ainda Darcy Ribeiro e pouco Celso Furtado, partilhava de suas idéias, e a AP me parecia o instrumento ideal. O desafio para criarmos um modelo de sociedade por meio de um caminho próprio, a revolução brasileira, para lembrar Caio Prado Junior, uma de nossas maiores referências na época.

Aliás, se a sociologia tinha os seus três clássicos - Marx, Dirkeim e Weber - nossa formação histórica tinha os seus: Caio Prado Junior, Wernecker Sodré e Celso Furtado.

Depois, havia a aproximação com a Igreja Católica, e ela me parecia parte integrante e essencial da formação de nossa história e nossa personalidade. A religião evitava os estigmas de ateísmo que pairavam sobre os comunistas, embora tenha me distanciado da fé cristã desde 1968. Mesmo sem ser mais religioso, percebia que era prático sermos conhecidos como próximos da Igreja Católica. Não podemos esquecer que 90% de nossa população era católica na época. Os evangélicos ou protestantes eram minorias extraordinárias. Em nada parecido com os dias de hoje.

Não sei se tinha estas idéias sobre AP naquela época ou as forjei depois, ao largo do tempo. Afinal, vendo de hoje, éramos extremamente ignorantes da correlação de forças existentes, da

natureza intrínseca da Ditadura e do dinamismo econômico em que o País ingressava. Ignorávamos de fato o que era o nosso País. Acreditávamos, porém, que poderíamos derrubar a Ditadura, fazer o País voltar a democracia, e iniciar o processo de criar uma sociedade mais justa, mais humana, menos desigual. Odiávamos o capitalismo, e não nos agradava o socialismo real imperante na URSS. Éramos chamados a criar um outro caminho. Que não era o "solidarismo" ou o foquismo, era um outro, ainda não existente.

Depois, meio exilado em Paris, descobri que a ignorância que tínhamos era partilhada pelos maiores intelectuais, que analisavam a Ditadura como algo passageiro e a retomada do crescimento econômico impossível em livro datado de 1966, em que constavam nomes como Weffort, Cardoso e Furtado, entre outros.

Éramos, os militantes estudantis da AP, todos possuídos de um forte idealismo, de um louco voluntarismo e de uma utopia extraordinária. E, sobretudo, imaginávamos conhecer o mundo. Lembro-me que ainda secundarista era constantemente convidado a ir falar sobre "Realidade brasileira" em outros colégios, fazendo análise de nossas estruturas sócio-econômicas e da conjuntura nacional e internacional, não sei com que leitura nem informações. Certamente poucas, pois não tinha nem 20 anos, mas, definitivamente, com muitas certezas. Na época era um "homem de certezas", o que contribuiu para a minha ascensão na AP. Somos todos deuses ou semideuses quando temos 18 ou 20 anos. Temos pouquíssima idéia de nossos limites. Acreditamos que somos capazes de tudo e mais alguma coisa. Nada, absolutamente nada, era obstáculo suficientemente sério e importante para nos dirimir do trabalho militante. Liderávamos o movimento contra a Ditadura e estávamos certos que tínhamos forças de colocar os militares para fora do Poder. Não nos dávamos conta de nossa monumental ingenuidade.

Tivemos vários líderes intelectuais que nos influenciaram na AP daquela época, que já havia ultrapassado a fase do hegelianismo católico do *Documento de Base*, de Mounier, Maritain e Padre Lebreton. O *foquismo*¹ de Régis Debray havia tido um sucesso relâmpago, que logo se apagou, como fogo de palha.

¹ Expressão que vem da teoria do foco guerrilheiro pregado por Régis Debray a partir de sua experiência e leitura sobre a revolução cubana, na qual um grupo de

Um dos intelectuais mais importantes, naquele período, entre 1965 e 1968, foi Louis Althusser². Eu me tornei um de seus “tradutores”, pois aparentemente havia compreendido o que significava a diferença entre a prática e a teoria, incluindo a prática teórica. Lembro-me que Faria falava-me, sabiamente, como era de seu costume, sempre modesto e pertinente, com muita desconfiança desse autor.

O mais importante intelectual revolucionário para os militantes da AP daquela época, porém, foi Mao Tse-Tung, quando em 1968 a organização, como era chamada, se converteu ao maoísmo. Li tudo que caía na minhas mãos, inclusive os “cinco textos mais lidos”, entre os quais se incluía o de Norman Bethune, história de um médico canadense que havia morrido servindo aos camponeses nas zonas de libertação dos comunistas chineses. Era o exemplo de dedicação, como o *velho tonto*, era o da persistência. Os li muitas vezes em reuniões noturnas com camponeses da zona da mata de Pernambuco e depois com operários em Fortaleza e camponeses na Serra de Ibiapaba, na fronteira com o Piauí. O que mais me impressionava é que havia camponeses que entendiam perfeitamente o espanhol, língua em que estavam escritos os livros que tinha.

Os textos mais importantes, porém, eram os “Da prática”, “Da Contradição” e “Da contradição no seio povo”.

No pátio da antiga FAFIPE (Faculdade de Filosofia de Pernambuco, então localizada ao lado da Fábrica da Fratelli Vita), e provavelmente em todos os outros pátios da UFPe, UFRPe, Universidade Católica e FAFIRE (Faculdade de Filosofia do Recife), passávamos horas discutindo sobre a revolução e a forma de a construirmos. Um de nossos militantes, Netovitch, se preparara diuturnamente para a revolução fazendo ginástica, tomando leite, evitando farras. As meninas de Serviço Social - Telma, Célia, Rosali,

jovens de classe média havia tomado o poder. O que podia se repetir em outras partes da América Latina. Já que o proletariado quase não existia e o campesinato era muito frágil, restavam os estudantes de classe média.

² Louis Althusser, professor na Ecole Normale Superior, foi um intelectual francês da corrente do estrutural-marxismo que muita influência teve na América Latina durante os anos 1960. Escreveu entre outros: *Lire Le Capital*. Depois, internado em uma clínica psiquiátrica, após ter assassinado a mulher, declarou que nunca leu mais do que o primeiro volume do Capital.

Vitória, Helena, Marialva - eram de uma dedicação extraordinária. Corajosas e destemidas no enfrentamento da polícia. A mim elas encantavam com a paixão que despejavam na militância. No pátio da Católica ingressávamos pela madrugada em reuniões, preparando passeatas, visitas aos bairros populares e panfletagens na cidade, particularmente na Avenida Guararapes na hora da saída do trabalho, as 18:00.

Em uma dessas manifestações, talvez em mais de uma, camelôs e feirantes vieram se juntar aos estudantes, em um trabalho do qual participava Valdi.

Lembro-me que uma das vezes chegou a notícia de que a polícia havia cercado a Católica e esperava que saíssemos para nos prender. Era cerca de meia noite, e estávamos em reunião preparando uma manifestação para o dia seguinte. Indicaram-me, então, um caminho de saída. Pulei um muro para uma casa vizinha e caminhei pelo muro mais duas casas até chegar a uma residência de uma simpatizante nossa que, prevenida, já nos esperava e nos abrigou naquela noite. Escapei de muitas prisões assim, por acaso, por informações de amigos ou conhecidos. A polícia não invadiu a Católica graças à intervenção de Dom Helder que se interpôs entre a Universidade e a polícia.

Dom Helder era um aliado, mas muito desconfiado de um certo ateísmo que já grassava nas fileiras da AP. Marcava também um pouco de distância por achar a organização muito radical. Embora não falássemos de luta armada de maneira clara, ele sabia que havia forças entre nós impulsionando para preparar a guerrilha rural, como de fato veio a acontecer depois do ingresso da maior parte da AP no PC do B.³

O movimento estudantil era muito aberto e dele não participava apenas militantes organizados, havia simpatizantes de organizações e outros estudantes, que se mobilizavam, mas se comprometer com qualquer organização de esquerda.

A polícia tinha muitos infiltrados entre os estudantes e como conversávamos muito, deveria possuir muitas informações sobre quem era quem, quais os líderes etc. Não sei muito da qualidade dessas informações, mas imagino que não eram sempre das

³ Digo a maior parte mas não tenho estatísticas que comprovem tal afirmação, retrata apenas uma impressão.

melhores. Em geral os infiltrados não eram pessoas muito inteligentes e havia muitos boatos. Ora fulano era simpatizante do PCB, ora era do PC do B ou mesmo da POLOP. Havia um murmurinho constante.

A AP no meio estudantil organizava-se por núcleos, espécie de células, conforme as escolas ou faculdades. No período em que atuei no movimento estudantil o centro nevrálgico ficava entre a Faculdade de Direito, passando pela Escola de Engenharia e de Economia na rua do Hospício, em seguida pela FAFIRE na Avenida Conde da Boa Vista, para acabar no final desta avenida onde ficavam a Geologia, o Serviço Social e a Arquitetura. Mas o centro de confluência era entre a FAFIPE e a Católica, perto da *Fratelli Vita*, fábrica de refrigerantes da época. O Campus da UFPE na Cidade Universitária apenas começava e a UFRPe ficava longe, em Dois Irmãos. Afora estas, com alguma expressão, existiam apenas a Escola de Ciências Médicas e a Politécnica, ligadas posteriormente denominada de Universidade Estadual de Pernambuco.

As reuniões do movimento estudantil eram normalmente na FAFIPE (ou na Católica), neste período. Mais concretamente no refeitório, no caso daquela, que era aberto ao pátio interno. Eram reuniões de lideranças, abertas a qualquer estudante (ou não). Nelas discutíamos a conjuntura nacional e internacional, decidíamos sobre posições a tomar, notas a publicar, greves a decretar ou manifestações a realizar. As manifestações eram ou comícios internos, normalmente na Católica, ou passeatas no centro da cidade. No caso das passeatas, marcadas no final da tarde e início da noite para pegar o pessoal saindo do trabalho, a polícia tomava conta da cidade. Nós marcávamos um local, todos se dirigiam para lá e, de repente, alguém começava a falar, outros a distribuir panfletos no meio do povo, normalmente na Avenida Guararapes, onde a concentração de pessoas era maior.

Quando a Ditadura foi se radicalizando chegamos a levar bolas de gude ou molotov para as ruas, sob protesto do sempre moderado PCB. Era a forma de enfrentarmos a polícia. Sempre alguns de nós, como Carlos Eduardo (Cadoca), um dos líderes do PCB e hoje um dos políticos de expressão em Pernambuco (atualmente deputado federal), ou Abdias Vilar de Carvalho (Bidu), da AP, eram presos. No início passava-se no máximo uma noite na cadeia. Depois, as coisas pioraram, e começaram as torturas e

mesmo assassinatos ou tentativas, como a de Cândido, então presidente da União Estadual dos Estudantes, e ligado ao PCBR. A UEP foi fechada em 1966 e só a reabrimos em 1968. Durante este período ficou nas mãos de uns estudantes de direita, ligados ao Comando de Caça aos Comunistas (CCC).

Não me lembro quantas células ou melhor, núcleos, a AP tinha entre 1966 e 1968 no movimento universitário em Recife, nem quantos militantes, talvez entre 40 e 60. Lembro que estávamos presentes, e bem, em Medicina, Serviço Social, Belas Artes, Ciências Sociais e Engenharia na UFPe. Um pouco em Economia, Arquitetura, Geologia, Química e História Natural nesta Universidade. Não conseguíamos entrar em Direito, um reduto dos comunistas e da direita. Éramos em contrapartida bastante presentes na Católica e, razoavelmente, na UFRPe e FAFIRE. Mas as escolas que mais pesavam eram, evidentemente, Medicina (já na Cidade Universitária), Engenharia, Direito e Ciências Sociais. Mas para nós Serviço Social era a diferença.

A AP gozava de prestígio entre os padres e movimentos religiosos mais avançados, um pouco no meio de profissionais liberais de esquerda e mesmo entre pessoas da classe média mais escolarizada. Mas fora desses meios não me parece que fosse muito conhecida. Havia alguns militantes secundaristas, entre os quais Eudes, Ana Santa Cruz, Marco Melo, Tadeu e meu irmão, Elzimar. Mas também um tal de Hugo, que depois passou para o lado da polícia e entregou muita gente, inclusive o colega com o qual morava em São Paulo (já em 1972), Silvio Batusanski, hoje ligado ao PSDB e durante algum tempo secretário de Paulo Renato, quando ministro da educação no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso.

José Carlos Moreira Mello, de Medicina; Jose Geraldo da UFRPe e Abdias Villar de Carvalho (Bidu), nas Ciências Sociais, eram nossos maiores líderes de massa. Telma Cidade se destacava entre as mulheres. Eu falava também nas manifestações, mas como pertencia à direção, havia um certo cuidado para não se expor em excesso, e uma certa proteção. Que por sinal pouco funcionava. Muitas vezes tive que sair da Católica protegido pelo pessoal Trotskista, entre os quais se encontrava meu amigo Sergio Buarque.

Havia também o pessoal que estava na retaguarda, e jogava um papel muito importante, como Célia Uchoa de Serviço Social,

José Farias da Engenharia, Silvio Batuschanski das Ciências Sociais ou Jurandir Freire da Medicina. E, certamente, muitos outros que hoje não me lembro mais.

Após o golpe de 13 de dezembro de 1968, com o AI 5, a Ditadura se recrudesceu e nossos heróis ganharam outros nomes: Valdi Dantas e Abdias Vilar de Carvalho das Ciências Sociais, Bartolomeu de Química e Marco Burle e Luciano Siqueira de Medicina. José Carlos havia seguido para UNE.

Casado, fui para o Ceará, me integrar, com minha mulher, nas lutas camponesas, onde permanecemos um ano. Começávamos outra história, que terminou por nos levar a São Paulo, e depois ao exílio em Paris e África.



O PCBR e os estudantes na resistência à ditadura militar

Jacob Gorender (São Paulo-SP)*

Depois do golpe de 64, o Partido Comunista Brasileiro, o PCB, liderado por Luiz Carlos Prestes, ficou numa situação muito difícil. Houve uma grande dispersão, o que daí já permitiu que fossem germinando dissidências que iriam se concretizar nos anos seguintes. Mas isto não foi de imediato.

Eu continuei no PCB como membro do Comitê Central. E me recorde que estive presente na primeira reunião do Comitê Central realizada depois do golpe, em maio de 65. E depois houve outras reuniões às quais compareci. Mas até ser excluído do PCB, que se deu no congresso de 1967. Nele, eu, Carlos Marighella, Joaquim Câmara Ferreira, Mário Alves, Apolônio de Carvalho e outros fomos excluídos do PCB.

O PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), que surgiu posteriormente, a partir do trabalho dos dissidentes do PCB, foi também fruto da falta de unidade da esquerda naquele momento, pois se sáisse uma só organização teria mais força e seria mais numerosa. Mas saíram várias. E ainda havia outras organizações fora do PCB que também atraíram militantes, como a POLOP.

Um dos gravíssimos defeitos da esquerda depois do golpe - daqueles que divergiram no PCB - foi exatamente a fragmentação. Num glossário no meu livro *Combate nas trevas* listei umas vinte organizações.

E esse processo é claro que enfraqueceu tremendamente a esquerda mais ativa e mais revolucionária do período posterior ao golpe. E foi progredindo até o surgimento do PCBR.

Eu não posso dizer exatamente como esse processo progrediu. O fato é que depois da nossa expulsão do PCB, houve

* Texto baseado na entrevista de Jacob Gorender à Otávio Luiz Machado, em São Paulo, em 29 de setembro de 2005. Revisado pelo autor em fevereiro de 2007.

uma reunião em Niterói com os dissidentes. Eu não posso enumerar precisamente quantas pessoas estavam presentes, mas eram umas sessenta ou setenta. E durou um dia. Marighella não foi nem mandou representante, pois ele já tinha uma linha própria e não queria se misturar com ninguém. Marighella tinha idéias próprias e queria pô-las em prática. E assim não ia se subordinar a essa reunião.

Muitos dos participantes como Mário Alves, Apolônio de Carvalho e eu éramos mais experientes. Havia um rapaz bem moço de Minas Gerais depois morto pela ditadura. Seu nome era Élcio Pereira Fortes. Ele ficava no fundo da sala e interveio várias vezes. Era um rapaz muito jovem mesmo. As intervenções dele visavam repetidamente impulsionar a combatividade. Depois, nós da reunião nos dissolvemos. E a reunião de Niterói ficou nisso.

Mas nós tínhamos algumas conversas. Nós quem? Mário Alves, eu, o Apolônio de Carvalho e mais alguns companheiros. Eu estava em São Paulo e Mário Alves no Rio. E nós, então, chegamos a conclusão seguinte: já estávamos fora do PCB, mas também não queríamos acompanhar o Marighella, porque não queria saber de partido. Quer dizer, a nossa singularidade, digamos assim, é que nós queríamos que houvesse partido. Várias outras organizações também não tinham partido. E eram organizações que depois se fracionavam, como foi o caso do Colina (Comandos de Libertação Nacional), que atuava principalmente em Minas Gerais.

A nossa idéia era de luta armada para derrubar a ditadura, mas com ligação com as massas. Não queríamos o tipo de ação que estava sendo realizado pelo próprio Marighella e por outros, como os assaltos e atentados que não tinham nenhuma repercussão nos meios operários e populares. Bem ao contrário, dada a interpretação diária da imprensa, essas ações eram até mal vistas, porque o termo "terrorista" ficou generalizado. Nossas ações eram vistas como "coisa de terrorista". Então, o resultado que se obtinha com isso era o contrário do que se pretendia.

A nossa idéia era uma organização de luta armada, sem dúvida, mas que procurasse ligação com as massas. Um partido que fizesse ações de massas.

E o PCBR surgiu numa outra reunião em Niterói, também. Escolhemos Niterói que era um lugar mais seguro que o Rio de

Janeiro. E numa reunião, com mais ou menos umas vinte pessoas, surgiu o PCBR.

O PCBR tinha o Mário Alves como secretário-geral. Tínhamos uma pequena base aqui em São Paulo, que eu dirigia, além de algumas bases no Rio de Janeiro e no Recife.

Mas não durou muito a organização inicial em que pensávamos. Depois de tanta divisão, éramos mais uma organização. O PCBR entrou na mesma linha das outras organizações quando começaram os assaltos. Não em São Paulo, porque eu não admitia.

Em outros Estados, não me consta que o PCBR tenha se entranhado. Então, a idéia foi mudada. Eu era contra esses assaltos e não tomei parte em nenhum deles, porque considerava aquilo - como eu dizia na época - uma hemorragia da esquerda.

Os assaltos acabavam em tiroteios, prisões e torturas, no Doi-Codi. E ainda em assassinatos nas masmorras do regime. Além do mais, no final de contas, como ficou demonstrado, para se preparar um assalto, consumia-se mais dinheiro do que o que se obtinha com ele.

E o outro lado se preparou. Os bancos começaram a ter a segurança reforçada e ficou cada vez mais difícil empreender um assalto como aquele do trem pagador, que eram excepcionais.

Embora não fosse a nossa intenção, mas era o espírito da época e dos próprios militantes que se agruparam no PCBR, acabamos fazendo o que os outros faziam. Ocorreram assaltos do PCBR no Rio de Janeiro e no Recife em particular, com os mesmos resultados dos outros: tiroteios, prisões e torturas dos militantes.

Eu pessoalmente era contra os assaltos, como já relatei. E por esta razão eu não era bem visto nesses meios da esquerda armada, que sabiam da minha opinião. Eu não era bem considerado, o que ocasionou é que não fui incluído em nenhum grupo de resgate de presos com os seqüestros dos embaixadores. Eu fui vetado.

O setor estudantil esteve muito presente no PCBR. O setor estudantil era numeroso em todas as organizações. Ou em quase todas. O certo é que a grande massa de militantes da luta armada daquela época era da classe média. Não eram exclusivamente operários. Aí a razão do grande número de estudantes, que são jovens e ainda estão adquirindo cultura. E isso então explica a presença excepcional deles. Mas não só estudantes como também de profissionais liberais. A classe operária tinha presença pequena

número de operários mais muito poucos. Os operários não estavam convencidos.

Aí tem que se levar em conta que os sindicatos estavam todos sob intervenção. Quer dizer, os sindicatos deixaram de ser um elo de transmissão de orientação entre os operários, porque a ditadura varreu os sindicatos. Todos os militantes de esquerda foram ou presos ou expulsos. E organizações como diretórios estudantis e outras estavam sob severo controle policial. Então tinham efeito anulado.

Quando mataram Marighella, a situação ficou mais difícil. Foi um golpe muito sério. A *débâcle* se deu em Janeiro de 1970. Aí o que é que aconteceu? Do lado do PCBR, Mário Alves foi preso depois de ser terrivelmente torturado na Polícia do Exército do Rio de Janeiro. Agüentou firme e não soltou a mínima informação para os torturadores. Os suplícios brutais o levaram à morte. Foi um herói. Eu fui preso no dia 20 de Janeiro aqui em São Paulo, porque tinha havido quedas aqui de companheiros do PCBR.

Como tinham sido presos e a tortura era terrível, um deles acabou "abrindo" o endereço da casa dele. Eu não sabia das prisões, pois as comunicações não eram fáceis. A gente não se falava por telefone e não tinha celular naquela época. Eu fui à casa de um companheiro que eu costumava encontrar para ter contatos. E quando chamei, a janela logo se abriu com os tiras, que me prenderam, me pegaram e me algemaram imediatamente.

Os policiais já sabiam que eu iria ali naquela casa mais dias menos dias. A tática da polícia naquela época era prender e ficar dentro da casa esperando que alguém chegasse. A casa ou era uma casa de família ou então era um aparelho que seria procurado mais dias menos dias por algum militante. E não foram poucos os que "caíram" assim. E eu fui algemado e levado para o DOPS onde imperava o famoso delegado Sérgio Fleury. Fui torturado e submetido às várias brutalidades que ali se praticavam com os prisioneiros. Não fui exceção e nem podia ser. Não entreguei ninguém. Tenho a consciência tranqüila com relação a isso.

E o movimento estudantil resistiu tanto quanto pôde. Por exemplo, havia diretórios acadêmicos da USP que eram ativos, apesar da repressão. Quer dizer, mesmo nas condições da ditadura, os diretórios super vigiados resistiram.

MOVIMENTO ESTUDANTIL

de 1964 a 1968

TERCEIRA PARTE: Estudantes e a Universidade

Estudantes
e a Universidade

REFLEXÕES SOBRE A CONDIÇÃO ESTUDANTIL

Michel Thiollent

Introdução

Os organizadores do projeto de pesquisa sobre a história das repúblicas de Ouro Preto me convidaram para preparar um artigo sobre questões relacionadas com o modo de vida e as atividades estudantis na sociedade. O convite foi motivado por um artigo sobre a crise de 1968, no qual retratei alguns aspectos do contexto da vida intelectual que afetam os comportamentos ao longo dos anos (Thiollent, 1998). Eu não estava convicto de que um artigo baseado nessa experiência passada pudesse interessar um público jovem para discutir modos de vida e desafios intelectuais de hoje no Brasil. Todavia, conseguiram convencer-me de que, de fato, haveria uma possível contribuição, derivada da experiência acumulada e do recuo ao passado. Aceitei, então, a proposta de formular e agrupar algumas reflexões sobre a referida temática, deixando claro que se trata apenas de uma indagação, com perguntas não respondidas, e não de resultados de uma pesquisa sistematizada.

Embora não seja um grupo social homogêneo, os estudantes universitários vivem uma condição social marcada pelo fato de estarem em uma situação transitória de aprendizagem, que, supostamente, lhes possibilitará, em proporção reduzida pela competição, o acesso a determinadas profissões qualificadas e posições sociais valorizadas. Tal condição remete a um conjunto de relacionamentos (origens de classe, vínculos familiares, status, renda, estilo de vida, tipo de moradia, hábitos de consumo, etc.) no qual se firmam o caráter psicológico, o gosto cultural, a ética, a ideologia política, etc. O modo de vida associado às repúblicas cria um ambiente cultural específico para os estudantes, no qual esses relacionamentos se configuram.

Neste artigo, serão abordados aspectos da condição estudantil que dizem respeito à transição da adolescência para a idade adulta, à aprendizagem social e cultural fora das salas de aula, à percepção das mudanças que ocorrem na participação

política dos jovens na sociedade. Também serão discutidos o individualismo e os valores de solidariedade no que se refere aos comportamentos dos estudantes e às possibilidades de livre expressão. Supõe-se que tais questões fazem sentido para os estudantes no contexto da vida coletiva das repúblicas.

Abrindo o círculo

Tomando a vida em república como tema de partida, imagino que o caráter coletivo desse tipo de experiência seja muito mais que uma simples questão de moradia. Essa forma de vida coletiva constitui uma experiência de estudantes, muitos deles recém-saídos da adolescência. Encontram-se pela primeira vez fora do círculo familiar, dentro de um espaço coletivo em que as regras de conduta são diferentes, o que propicia vivências diferenciadas, em situação transitória, levando ao ingresso na vida adulta.

Nesse período de transição, a vida dos estudantes é marcada, de um lado, pelo distanciamento da família, especialmente para aqueles que vêm de outras cidades ou estados, e, por outro lado, pela descoberta de novos mundos em matéria de conhecimento, diferentes da experiência escolar anterior e associados às profissões ou especializações escolhidas. Pode-se acrescentar que esse período de vida é também objeto de transformações nos planos afetivo e sexual.

É conhecido o fato que, em março de 1968, nos alojamentos da Universidade de Paris-Nanterre, houve atritos entre estudantes e administração por causa do regimento que proibia a livre circulação dos moços e moças fora de suas respectivas áreas residenciais. Alguns analistas dos acontecimentos de maio atribuem a esse fato um papel importante no desencadeamento da revolta anti-autoritária.

Desde os anos 60, a moradia universitária se tornou um problema social e político e foi objeto de estudos sociológicos. Segundo Seymour M. Lipset (1968), sobretudo em países latinos da Europa, a discussão extra-curricular nos cafés, ou nas residências universitárias, teria sido favorável ao surgimento do espírito de revolta. Naquela época, as residências universitárias, os alojamentos e as repúblicas foram considerados como locais de

intensa politização, o que originou, em alguns países como o Brasil, uma política de seu esvaziamento e, até, de fechamento.

Aquém da politização, no plano psicológico, a transição da adolescência à idade adulta, algumas vezes, é vivida de modo bastante angustiante, traumático. Isso foi analisado por Georges Lapassade (1963) e vários outros. Tal transição gera problemas afetivos que podem levar certos alunos a crises depressivas, esquizofrênicas e, até, ao suicídio. É conhecido o fato que, especialmente em campi do hemisfério norte, o número de suicídios de estudantes é muito alto.

Uma hipótese, que talvez mereça ser objeto de investigação, consiste em supor que, no Brasil, o lado festivo da vida em república teria o efeito de reduzir a ansiedade, o que explicaria a minimização dos problemas de entrada na vida adulta e a ausência de suicídios.

Em termos de política de mudança e melhorias, um possível objetivo seria o de restituir o conteúdo cultural e político à residência universitária em geral e à república, em particular, fazendo delas um local de socialização, de amparo psicológico, de aprendizado da vida cotidiana, de troca de experiências e informações, de liberdade de expressão, etc. Esse tipo de objetivo talvez seja mais acessível em repúblicas que em grandes alojamentos, onde a situação é despersonalizada.

Aprendendo fora das salas de aula

Na vida universitária, sabe-se que o que aprendem os alunos não se limita aos conteúdos difundidos em salas de aula, laboratórios, manuais e apostilas. Boa parte da experiência, em termos de sabedoria, consciência política, gosto cultural e valores, é adquirida de modo extra-curricular, nas conversas informais com colegas, nos bares, nas festas e, em caso de moradia coletiva, nos alojamentos ou repúblicas. Além disso, a participação em diretórios acadêmicos, movimentos políticos ou culturais é geralmente fonte de uma rica aprendizagem.

No contexto brasileiro, a pesquisa social e histórica para o resgate da memória das repúblicas pode mostrar as possibilidades de aprendizagem extra-curricular, relacionadas com a cultura local, a vida coletiva e os movimentos políticos. Trata-se de um espaço de

socialização no qual se desenvolvem relacionamentos informais e que, em alguns casos, favorecem o trabalho intelectual sob forma de círculos de estudos, de grupos de teatro ou de criação artística. Pode haver compartilhamento de leituras, debates, filmes, etc.

A vida em república possui aspectos festivos e aspectos conscientizadores nos planos cultural e político. Em conjuntura de escassez de alternativas políticas e de formas de expressão cultural autônoma, será que os estudantes se retraem, ou ainda, sobrevalorizam o aspecto festivo em detrimento do aspecto mais intelectualizado?

O tempo que passa

Nos anos 60, um estudante de vinte anos tinha uma imagem da Segunda Guerra Mundial e de seus combatentes como se fossem fato e personagens de outro século. Hoje, em 2000, um aluno de vinte anos deve imaginar as guerras dos anos 60 e seus remanescentes como sendo de remota época. A percepção do tempo dilata os intervalos que existem entre gerações e, com isso, envelhecem aceleradamente fatos e personagens. Reciprocamente, os adultos que foram jovens nos 40 não entendiam os estudantes dos anos 60, e os que foram jovens nos anos 60 estranham os dos anos 2000.

Talvez seja mera visão distorcida de gerações passadas, mas ouve-se dizer que os jovens de hoje são diferentes, de mentalidade programada pela televisão, video-games e computadores, e de limitada cultura geral.

Em uma perspectiva de simples adaptação ao mercado de trabalho, as empresas que selecionam estudantes para *trainees* se queixam do despreparo da grande maioria. Segundo Colombini, faltam domínio de língua portuguesa e línguas estrangeiras, cultura geral, informações sobre a atualidade, espírito crítico. Até mesmo o domínio da informática é limitado: “os que têm Internet em casa sabem como trocar mensagens ou buscar sites de bandas de rock, mas estão longe de ter qualquer entendimento sobre a utilidade da rede para os negócios ou para carreira” (Colombini, 2000).

Em uma perspectiva mais política, observa-se o desconhecimento das doutrinas presentes ou passadas em matéria de política e filosofia e dos regimes ou conflitos políticos existentes

no mundo. Os jovens não lêem mais como no passado volumosos livros sobre marxismo e teorias críticas, que eram estudados de modo extra-curricular em função da mobilização então existente e dos objetivos de transformação social.

O paradoxo da chamada “sociedade da informação” é que, apesar das dezenas de canais de televisão, dos milhares de livros, enciclopédias, revistas de todo tipo, e apesar dos CD-ROM e das redes de informação da Internet, o nível efetivo de informação da grande maioria do público alfabetizado e, até mesmo, cursando o ensino superior, torna-se cada vez mais limitado. Uma possível explicação passa pela desmobilização dos jovens, pela falta de objetivos específicos para algum tipo de ação ou de expressão na sociedade.

Todavia, até mesmo entre os jovens mais mobilizados, os conhecimentos e informações também parecem limitados. Com base em uma pesquisa de campo realizada em Santa Catarina, sobre a militância dos jovens da década de 90, Janice Tirelli Ponte de Sousa observa que: *“nossos entrevistados demonstram pouca informação sobre as gerações militantes do passado, ainda que recente, e, apesar da militância, pouco sabem sobre as lutas políticas históricas, quer de seu partido, quer de outros movimentos sociais significativos”* (Sousa, 1999:173).

Para evitar comparações apenas retrospectivas e unilaterais, deveríamos questionar o presente: que conhecimentos ou habilidades sociais de tipo novo os jovens são portadores? Certamente seus relacionamentos, percepções ou formas de expressão possuem sinais de futuro e uma riqueza que os antigos não enxergam.

Um outro aspecto do tempo que passa e que nos induz a um certo relativismo é a própria trajetória dos estudantes quando “crescem” e se tornam pessoas maduras.

Em muitos países, inclusive o Brasil, estudantes e jovens professores que foram críticos ou até revolucionários em décadas passadas, hoje, estão confortavelmente instalados no sistema, defendendo a ideologia ou a ordem que combatiam. Isso não deve ser interpretado a partir de casos isolados, no plano da “mesquinhez” individual ou da “falta de vergonha”. É uma evolução que tem suas razões sociológicas e pode ser vista como resultado de

sucessivos ciclos de vida das idéias e dos ideais entre gerações, dos quais é difícil escapar.

Entre jovens das gerações passadas, havia bastante irrealismo: para eles, o capitalismo ia acabar a curto prazo e o socialismo já estava na ordem do dia. Hoje os jovens são muito "realistas", tendem a aceitar as leis do mercado e os produtos dos meios de comunicação com mais facilidade. Os estudantes não parecem manifestar o mesmo entusiasmo. Não existe um modelo de sociedade atraente. Os ideais revolucionários ainda existem, mas não mobilizam como no tempo de Che Guevara. O realismo de mercado, o domínio da tecnologia, os produtos da mídia, a globalização compõem um quadro de referência para o posicionamento dos indivíduos e seus comportamentos parecem mais "cautelosos". No entanto, o passado não deve ser mitificado: as relações líderes/seguidores e os contínuos conflitos intergrupais não eram isentos de "patologia" autoritária, da qual ninguém deveria ter saudades.

De modo geral, seria equivocada qualquer interpretação que apresentasse o passado como melhor que o presente. Em cada época, é preciso analisar a situação e delimitar os tipos de consciência e atuação possíveis.

Que esperar do futuro?

Fatores importantes que estão modificando a vida estudantil, nas últimas décadas, são as condições de entrada nas universidades e a situação de saída dos alunos.

Até os anos 60, o acesso ao ensino superior ficava restrito a uma pequena minoria. Hoje o ingresso nas universidades continua restrito por diversas razões (escassez de vagas, deficiências do ensino médio, falta de recursos dos alunos), mas houve importante crescimento. Não vamos lamentar o acesso elitizado do passado, nem evocar a suposta "massificação" do presente.

Na época de maior limitação à entrada, os estudantes apareciam na sociedade como grupo destacado - a "elite da nação" - e podiam viver intensas experiências diferentes das da massa da juventude, durante o intervalo de vida universitária. Hoje, ter acesso ao ensino superior, mesmo que seja em faculdades pagas, não está associado a tanto prestígio, e a vida dos alunos não se

distancia tanto da dos jovens em geral, nos patamares das classes médias.

Ao saírem da universidade os contingentes formados não encontram as mesmas condições que no passado. Ontem, para a maioria, o destino parecia bastante definido: os formados iam se tornar advogados, engenheiros, médicos, professores, funcionários públicos, dentro de um quadro institucional e um mercado de trabalho previsíveis a longo prazo. Hoje, na "sociedade do curto prazo" (Sennett, 1999), com a flexibilização do trabalho, a reestruturação das empresas, o enxugamento do setor público, encontrar um emprego de nível superior de caráter estável está se tornando mais difícil.

Segundo Richard Sennett, no contexto norte-americano, os jovens precisam se acostumar à idéia que terão de mudar várias vezes de emprego. As profissões e os conhecimentos se tornam rapidamente obsoletos, o espírito de empreendedor é necessário. A flexibilização traz incerteza e empregos precários. Tal tendência começa a se tornar realidade no Brasil, principalmente nos setores de maior competitividade ou em empresas recém-privatizadas. Essa visão de futuro que já chegou, sem dúvida, traz novos motivos de ansiedade para os recém-formados, para os alunos mais jovens que estão se preparando para o vestibular e para os mais velhos, já em exercício, que sofrem demissões ocasionadas pela reestruturação das empresas.

A insegurança quanto ao futuro torna-se uma importante característica da condição estudantil e, nesse contexto, coloca-se a questão dos comportamentos orientados pelo individualismo, dificultando o surgimento de possíveis alternativas de caráter mais solidário.

Individualismo e solidariedade

Os estudantes são particularmente sensíveis a todos os problemas e às crises da sociedade. Dependendo das conjunturas, essa sensibilidade se manifesta, ora sob forma de conformismo e individualismo, ora sob forma de inconformismo, altruísmo ou solidariedade.

Sobre a questão do individualismo, diversos aspectos devem ser observados. É comum ouvir dizer que, a partir dos anos 80, a

juventude, em sua maioria, abandonou ideais alternativos, socialistas, e adotou comportamentos mais individualistas, voltados para a valorização pessoal. Os estudantes seriam menos "idealistas" e menos envolvidos que no passado em projetos de transformação geral da sociedade. Isso seria, na verdade, o sinal de uma mudança mais ampla em todas as categorias ou grupos sociais, pressionados pela competitividade na educação e no trabalho. Conseqüentemente, as formas de ação coletiva em associações, sindicatos, movimentos políticos sofrem um recuo e têm menor capacidade de mobilização. O militantismo está em crise, as assembléias esvaziadas, etc. Entretanto, os movimentos renascem em algumas circunstâncias bem específicas, como no exemplo da mobilização dos "caras pintadas", no episódio do *impeachment* de Fernando Collor, mas não há uma atividade permanente. (Ver análise desse movimento em Sousa, 1999:53).

Com o individualismo cresce o interesse no consumo, na aparência corporal (malhação) e indumentária (roupas de etiqueta), e em outros atributos individuais que se fazem presentes na vida cotidiana nas últimas décadas. Essa tendência, às vezes chamada de "novo individualismo", foi analisada no plano filosófico por Gilles Lipovetski (1983).

Além disso, o individualismo cresceu também com a informatização da vida cotidiana. Embora qualquer um possa se comunicar com qualquer outro a respeito de qualquer assunto por meio de computadores, a informática desenvolve uma forma de isolamento das pessoas que passam boa parte de seu tempo na frente de uma "lanterna mágica" - tela de monitor.

Em termos gerais, é inegável a existência do atual individualismo, mas é preciso relativizá-lo e distinguir vários níveis. O individualismo como concepção filosófica oposta ao coletivismo não deveria ser confundido com o individualismo enquanto comportamento imediato, isolado, ao qual os indivíduos são levados por questão de sobrevivência.

Diz-se, também, que o individualismo pode ser encarado de um ponto de vista dialético, na sua relação com seu oposto, isto é, o altruísmo, remetendo a valores de coletividade, de responsabilidade ou de solidariedade.

Prevalece o individualismo em conjunturas sociais e políticas quando não há projetos coletivos e mobilizadores, mas os conflitos

históricos fazem emergir, em qualquer momento, novos fatos. Apesar do crescimento das ciências sociais e das técnicas de previsão, o curso da história permanece bastante imprevisível. O predomínio do individualismo não impede o possível ressurgimento de formas coletivas de ação, dentro de um movimento dialético entre minoria e maioria. Como reação ao fluxo liberal/individualista, já se observam comportamentos e formas de pensar orientados por princípios de cooperação e solidariedade, inclusive na área econômica (Arruda, 2000).

No plano filosófico, o individualismo nem sempre é visto como tendência negativa. Alain Renaut (1998) mostra que, em certas circunstâncias históricas, o individualismo está associado a uma busca de emancipação para com as hierarquias e outras entidades coletivas pelas quais as autoridades se impõem aos indivíduos, negando sua autonomia. Ao individualismo conservador opõe-se um individualismo democrático ou individualismo de recusa à submissão.

A velha oposição individualismo/altruísmo tem de ser repensada em função das novas teias de relações que se desenvolvem entre os indivíduos, que não são apenas tradicionais relações de militância, relações de líderes/seguidores, com seus decorrentes ritos coletivos. Segundo a observação de Janice T. P. de Sousa, os jovens militantes dos anos 90 exigem o reconhecimento da individualidade nos movimentos coletivos de que participam. Em outros termos, *“o coletivo deve incorporar a forma de ser de cada um”* (Sousa, 1999: 194).

Para quem tem algo a dizer ou a fazer em função de ideais coletivos, a superação do individualismo conservador passa por formas de conhecimento e de atuação, que, certamente, serão diferentes das antigas. Não é adequada a lamentação acerca do crescimento do individualismo. As formas de relacionamento, de sociabilidade estão em fase de transformação, de modo acelerado a partir dos anos 90 e o maior peso atribuído à informação e comunicação modifica o quadro da atuação da juventude.

Atuando com mais informação

Os quadros de reflexão crítica e as práticas culturais e políticas precisam ser redesenhadas em função do maior acesso à

informação. Existe o risco de receber informações em excesso e de não saber o que fazer com elas. Antigamente, com a censura, qualquer informação crítica se tornava rara e extremamente valorizada. Hoje, com acesso facilitado, há uma desvalorização ou banalização de qualquer informação.

Entretanto, as recentes lutas internacionais contra o neoliberalismo, por exemplo, na ocasião de reuniões da OMC (Organização Mundial do Comércio), como a de Seattle, em 1999, mostram que, por intermédio das redes de informação, é possível organizar, à distância, mobilizações, pressões e ações de grande envergadura (George, 2000).

Estudantes e intelectuais têm um papel importante a desempenhar na seleção de informações críticas, na sua armazenagem (resgate e preservação da memória) e na sua difusão inteligente entre os grupos interessados, tendo em vista a descolonização das mentes. Tal processo não se limita a uma universidade ou a uma área específica. As lutas ideológicas podem ser concebidas e organizadas em redes, com participação de vários movimentos sociais, entre os quais o movimento estudantil.

Nas universidades, em função da escassez de recursos, muita gente acaba vendendo qualquer tipo de serviço a qualquer empresa ou instituição, com perda de significação cultural e acadêmica. Para quem tem algo a dizer, é preciso repensar as formas de interação entre universidade e sociedade, sem limitá-las aos interlocutores do mundo privilegiado, mas abrindo novas frentes com trabalhadores, representantes de movimentos sociais, da cultura popular, etc.

Tal interação ocorre em projetos de extensão que continuam sendo uma excelente oportunidade de contato dos estudantes com diferentes interlocutores e de avanço para um conhecimento vinculado aos problemas reais da sociedade (Thiollent et al., 2000). Ademais, existem interessantes experiências de cursos pré-vestibulares comunitários, organizados com a participação do movimento estudantil, especialmente por grupos de estudantes dos alojamentos ou repúblicas, facilitando o acesso à universidade para jovens carentes, em particular, negros (Amaral, 2000).

A possível atuação social, cultural, política dos estudantes é diferente da dos movimentos das décadas passadas, quando os alvos pareciam mais bem definidos: luta contra a ditadura, contra o imperialismo, etc. Hoje, o quadro de referência está mais

fragmentado; há uma série de ações pela cidadania, pela defesa de direitos humanos e direitos sociais, e a favor de minorias (mulheres, jovens, negros, indígenas, trabalhadores rurais, favelados, populações de rua, e outros, que, em seu conjunto, formam uma ampla maioria). Há também o movimento ecológico, para uma reformulação do todo, na relação da sociedade com a natureza. As ideologias e mobilizações estão evoluindo e o papel da informação é diferente. Da difusão de panfletos mimeografados na rua ou na porte das faculdades e fábricas, passa-se a um sistema de informação interativo e a distância.

Para a nova geração, o desafio consiste em encontrar ou inventar novas formas de expressão e de atuação. Cada geração precisa reinventar essas formas para sair do imobilismo e ter algum tipo de participação na história. Se tiverem sensibilidade à informação, os jovens desenvolverão suas habilidades para usá-la de modo mais crítico.

Conclusão

Espero que essas reflexões possam animar algumas discussões e promover o diálogo entre estudantes e ex-estudantes. Talvez, elas encontrem um quadro ideal na forma de vida comunitária como a que existe nas repúblicas de Ouro Preto. Imagino que esta cidade possui um clima cultural favorável, associado à memória histórica do país. Um simples passeio por suas ruas dá o sentimento de estar em um local privilegiado, cheio de significações, que, mesmo que mal conhecidas, revelam-se propícias à reflexão e à redefinição de uma identidade, o que justifica a relevância do resgate da informação.

Aprende-se muito nas universidades, como também aprende-se muito fora delas, nas ruas, nas praças, no centro, na periferia, no campo, conversando com colegas ou pessoas das mais diversas condições. A vida coletiva dos estudantes em repúblicas constitui um momento-chave de maior abertura para o mundo.

A nova geração não imitará a antiga. Só poderá criar formas de consciência, relacionamentos, tipos de trabalho intelectual ou de expressão cultural e artística que sejam apropriados ao atual contexto da vida universitária e voltados para os desafios, crises e rápidas evoluções da sociedade.

As atividades intelectuais não se desenvolvem apenas como exigência curricular, mas como “projeto de vida”. Imagino que muitos estudantes de hoje, procurando promover formas de expressão cultural e dominar mecanismos da informação, poderiam, entre outros objetivos, pôr o seu conhecimento a serviço de iniciativas de cultura, formação e informação alternativas, em diversas áreas, sob forma de experimentações na vida social e cultural relacionadas com percepções do passado, do presente e com preocupações de futuro.

Nesse sentido, o espaço de liberdade de expressão de que dispõem os estudantes universitários na organização comunitária das repúblicas poderia ser mais bem aproveitado e fortalecido por meio de uma mais efetiva inserção na cultura local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AMARAL, M. Cursinhos para pobres. *Caros Amigos*, III, n° 35, fev. 2000, p.13-15.
- ARRUDA, M. Uma educação para a ‘economia solidária’. Entrevista, *Jornal do Brasil*. Educação e Trabalho, 23-07-2000.
- COLOMBINI, L. Acorda moçada! Disponível em URL: [http:// www.jobshopping.com.br/artigo_01.html](http://www.jobshopping.com.br/artigo_01.html). Consultado em 03/07/00.
- GEORGE, S. Como a OMC foi posta em xeque. *Caros Amigos*, III, n° 35, fev. 2000, p. 18-19.
- LAPASSADE, G. *L’entrée dans la vie. Essai sur l’inachèvement de l’homme*. Paris, Editions de Minuit, 1963.
- LIPOVETSKY, G. *L’ère du vide. Essai sur l’individualisme contemporain*. Paris: Gallimard, 1983.
- LIPSET, S.M. Alternativas para as atividades estudantis. In: BRITTO, S. (Org.). *Sociologia da Juventude IV*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- RENAUT, A. *O Indivíduo. Reflexão acerca da filosofia do sujeito*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1998.
- SENNETT, R. *A corrosão do caráter. Conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro : Record, 1999. 204p.
- SOUSA, J.T.P. *Reinvenções da Utopia - a militância política de jovens nos anos 90*. São Paulo : Hacker, 1999.

THIOLLENT, M. Maio de 1968 em Paris. Testemunho de um estudante. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, nº 10, 1998, p. 63-100.

THIOLLENT, M., ARAÚJO, T. de, SOARES, R.L.S. (Orgs.) *Metodologia e experiências em projetos de extensão*. Niterói : UFF, 2000 [no prelo].

1870
1871
1872
1873
1874
1875
1876
1877
1878
1879
1880
1881
1882
1883
1884
1885
1886
1887
1888
1889
1890
1891
1892
1893
1894
1895
1896
1897
1898
1899
1900

A UNIVERSIDADE E AS REPÚBLICAS DE ESTUDANTES: O CASO DE COIMBRA, PORTUGAL

Aníbal Frias¹

Introdução

A Universidade de Coimbra é multiseular. Fundada inicialmente em Lisboa no final do século XIII, ela se instala definitivamente em Coimbra no século XVI, depois de alternar-se bastante entre as duas cidades. Desde os primeiros *Estatutos* de 1308, concedidos a *universitas*, quer dizer, à corporação dos mestres e dos estudantes, algumas medidas são tomadas para que os estudantes possam alugar suas casas, a título individual ou coletivo, diretamente junto aos proprietários.

Atualmente, alguns autores remontam a origem das *repúblicas* à Idade Média, levando-se em conta o valor facial dos *Estatutos*, ainda que essa denominação, *repúblicas*, seja muito mais recente. Ora, uma história social das *repúblicas* e dos alojamentos estudantis em geral, faz com que apareça uma série de transformações de ordem social, econômica ou jurídica. Este tipo de habitação é indissociável da evolução da instituição universitária, para além das constantes nominais, “*república*”, “*estudante*” ou “*Universidade*”. O que está em jogo aqui, não é somente a questão da interpretação - variável - dos textos, e ainda menos do limite entre saber e “não-saber”. A razão deve ser procurada em outro lugar. A explicação destes discursos, finalmente anhistóricos e anacrônicos, corresponde a uma outra lógica social munida de sua própria positividade, aquela ligada à invenção das tradições, no sentido que Eric Hobsbawm e Terence Ranger dão a esta expressão². Estas afirmações realçam as estratégias tradicionalistas contemporâneas que tendem a “fundar”, em uma origem temporal tornada “mítica”, uma ordem social presente

Agradeço a Otávio Luiz Machado pela revisão do texto e as tradutoras do texto francês, Raíssa Palma de Souza Silva e Sílvia de Oliveira Pena.

² Eric Hobsbawm et Terence Ranger, *The Invention of Tradition*, Oxford, Blackwell, 1983.

inscrevendo-a na (longa) duração; e, isto, com fins de legitimação e de valorização de práticas, de instituições ou de atores.

Dito isto, as *repúblicas* de Coimbra são casas estudantis caracterizadas por um modo de vida comunitária, um investimento de seus membros na organização quotidiana e um espírito de fraternidade. Irredutíveis à função de "morar", elas se distinguem de outras residências universitárias mais convencionais. Ainda que existente em outros lugares, tal modelo possui uma singularidade devida às características sociais e históricas da Universidade e às marcas culturais da Academia³ de Coimbra, onde as *repúblicas* se encontram inseridas.

Este quadro abrangente, ao mesmo tempo institucional, territorial e social, se confunde com a Alta⁴, espaço de evolução das *repúblicas*. Ele se encontra convertido pelo pesquisador em uma escala de observação dessas estruturas e de seus membros. Esta aproximação é completada pelo estudo da vida interna das casas comunitárias já que elas desfrutam de uma grande autonomia.

Origem e características da Universidade de Coimbra

A Universidade de Coimbra é a mais antiga de Portugal, dado que ela foi fundada pelo Rei Dom Dinis, no dia 1^o de março de 1290⁵. Em agosto do mesmo ano, o Papa Nicolau IV confirma esta criação e concede à *universitas* alguns privilégios: uma jurisdição privativa (Foro acadêmico) assimilada à da Igreja e a *licencia ubique docendi*, autorização de ensinar em qualquer parte do

³ As palavras "Universidade" e "Academia" são freqüentemente empregadas como sinônimos; apesar disso, a segunda remete antes à vida social e cultural estudantil, organizada localmente em torno de uma associação, tal como a Associação Acadêmica de Coimbra (AAC).

⁴ Sobre a *Alta académica* como espaço ritual e sensível, ver nossos estudos: Anibal Frias, "Espace rituel et territorialité sonore à l'Université de Coimbra (Portugal)", Abel Kouvouama e Marie-Caroline Vanbremeersch (coords.), *Lisières et espaces sensibles*, Paris, L'Harmattan, 2002; e "Une introduction à la ville sensible", *Recherches en Anthropologie au Portugal*, MSH, Paris, n° 7, 2001, pp. 11-36.

⁵ Se a data de 1290 se impôs com a descoberta, em 1912, do "documento precioso", a saber o diploma de fundação da Universidade, a interpretação de seu conteúdo conduziu Rómulo de Carvalho a preferir o ano de 1288, data da "súplica" endereçada por vários *prelados* ao papa (*História do ensino em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1996, pp. 46-51, especialmente p. 49 e nota 13).

mundo cristã. Além destes direitos, a autoridade real acrescenta outros ao longo do tempo: a isenção de alguns impostos, das armas e das rondas, uma vestimenta estatutária (de onde descende a atual capa e batina), uma proteção real, um mercado ou ainda uma polícia acadêmica composta de verdeais, e depois de arqueiros após 1839 com o período liberal. A *universitas* é, na Idade Média, sinônima de *societas*, de *comunitas* ou de *corporatio*. Formando uma realidade social originária do campo do saber e da "educação", ela emerge e se constitui em torno dos séculos XII / XIII. A *universitas* designa então a "corporação dos mestres e dos estudantes": *universitas magistrorum et scholarium*. Ela tem seus próprios *Estatutos*, seu santo padroeiro (São Nicolau), seu "savoir-faire", suas formas de ajuda, suas hierarquias, suas marcas de reconhecimento, (insígnias, selo, vestimenta, latin), seus ritos ou suas formas de sociabilidade. Esta guilda é constituída pelas "pessoas do saber"⁶ formando o *magisterium*, cuja atividade consiste na leitura de *auctoritates* e, eventualmente, na (re)produção de livros e na escrita - umas atividades tão "técnicas" quanto rituais e sagradas.

Na verdade, o Estudo Geral, segundo a denominação então mais corrente, se implantou em Lisboa. Situado no bairro de Alfama, o ensino é, inicialmente repartido em várias casas⁷ (como em Paris, rua do Fouarre). O Estudo é transferido pela primeira vez para uma das margens do rio Mondego, em Coimbra, em 1308, por causa das rixas opondo freqüentemente os estudantes e a população local. Depois de várias idas-e-voltas entre as duas cidades, a Universidade se instala definitivamente em Coimbra em 1537. O renomado Monastério de Santa Cruz e alguns colégios religiosos dos arredores, construídos por ocasião da transferência definitiva do Estudo, asseguram o alojamento dos clérigos e a transmissão do saber. A partir de 1544, a Universidade adquire uma forma mais institucional ao se transferir para a Alta. No topo desta colina, Lusa-Atenas (comme ela é, por vezes, então chamada) ocupa o palácio arrumado por Dom Manuel I e cedido aos intelectuais por Dom João

⁶ Jacques Verger, *Les gens du savoir en Europe à la fin du Moyen Age*, Paris, PUF, 1997.

⁷ Ver Mário Alberto Nunes Costa, *Reflexão acerca dos locais ducentistas atribuídos ao Estudo Geral*, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1991.

III. A Primeira República, em 1910, vem colocar um fim de uma vez por todas a esses privilégios. Nous l'avons dit, le Conselho de Veteranos (CV) exerce une fonction de gardien de la Praxe académica. Il dispose, pour cela, de moyens de coercition, avec les trupes, ou de la possibilité de faire d'un étudiant un "caloiro vitalice". Il s'agit d'une sorte d'excommunication praxística qui relègue le "doutor" insoumis dans l'enfer de la condition de "futricia".¹³ A grandes reformas no ensino, especialmente o superior, chegando aos *Estatutos* de 1772 onde se manifesta o espírito das Luzes, racionalista e universalista. Apesar disso, até a véspera da Primeira República, os estudos universitários se fundamentam amplamente nos métodos rotineiro e escolástico.

Desde sua origem, violências e provocações entre as pessoas "da toga" e as pessoas da cidade⁸ (os "burgueses" vivendo de pequenos trabalhos e do artesanato) marcaram a história da Universidade⁹. A explicação não se refere a uma "natureza", aquela de uma "eterna" juventude turbulenta. Ela deve ser, ao contrário, procurada nas condições dos estudos e nas características das populações escolares. Desenraizados, orientados em sua maioria, para o celibato (até o fim do século XV), caracterizado pelo Foro e a tonsura, os estudantes são considerados e tratados como "jovens". Esta qualidade à qual se sobrepõem diferenças sociais, favorece momentos de "alegria"¹⁰, às vezes excessiva, e um estado/etapa transitório conduzindo, normalmente, aqueles que estão na condição/período de "estudante", no sentido de aprendizes, para uma vida de adulto¹¹. Reduplicada por uma reclusão institucional ou

⁸ Os historiadores anglo-saxões resumam tal oposição pela expressão: *Gown and Town*.

⁹ Para uma antropologia histórica da violência estudantil, ver Anibal Frias, "Les traditions étudiantes au Portugal et en France et leurs critiques", *Actas do Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia*, dezembro de 1999 (a sair).

¹⁰ Indicamos também, que "jovem" está menos ligado à idade (biológica) que a uma condição social determinada; o mesmo que "alegria" pertence menos à ordem do sentimento, interior e subjetivo, que a uma forma de expressão social. Estas categorias semânticas são variáveis no plano histórico, social e cultural. Na Idade Média, por exemplo, "jovem" e "alegria" estão ligados como o confirma sua etimologia: *juven* (juventude) e *joi*, *joven* (turbulências, divertimentos). Dirigir-se a Georges Duby, *Mâle Moyen Age*, Paris, Flammarion, 1988, pp. 89, 94 e 100.

¹¹ A propósito do espaço / tempo escolar como "heterotopia" (Foucault), orientada nos aprendizados ao mesmo tempo técnicos e sociais e nos exercícios ascéticos

uma divisão espacial em células (após 1772 a residência na Alta se torna obrigatória), esta situação desenvolve entre os estudantes, formas de amizade e de convivialidade¹². Uma outra razão, dessa vez estrutural, concerne à existência mesma do Foro. Ele subtrai legalmente os delitos dos escolares¹³ à jurisdição "comum", até a sua abolição em 1834 (hoje em dia ainda existe uma certa "tolerância" coletiva para com os "excessos" estudantis).

De 1943 a 1969 sob Salazar, a parte Alta da cidade foi profundamente transformada com a construção de uma Cidade Universitária, com estética monumentalista e alegórica, no estilo clássico e com linhas ortogonais¹⁴. Estes trabalhos conduziram à destruição de um patrimônio composto de colégios dos séculos XVI a XVIII, de velhas igrejas, de casas seculares e de ruas da Idade Média, como a rua Larga, onde se concentrava uma abundante sociabilidade estudantil e popular. Os ex-alunos, por intermédio de sua revista de nome revelador e evocador, *Rua Larga*, puderam protestar, apesar da censura, contra este atentado ao centro histórico da cidade. Uma *república* atual, que foi forçada a se mudar, bem como mais de 1600 Salatinas (os habitantes da Alta), tem um nome que lembra, simbolicamente, sua oposição às demolições: *Bota-Abaixo*. O título dado em seguida à sua revista: "*Katraka!*" e um desenho feito na bandeira da casa, onde se vê um personagem tentando, desesperadamente, conter as colunas que

conduzindo a um corte social, ritualizado, com o mundo comum e ordinário (lembrada pela "skholé" = lazeres e escola), encontrar-se-á desenvolvimentos em nosso Mestrado: Anibal Frias, *Les traditions étudiantes au Portugal*, Universidade de Paris X Nanterre, 1992.

¹²Sobre a amizade escolar na Idade Média, ver Maurice Aymard, "Amitié et convivialité", Philippe Ariès e Georges Duby (éds.), *Histoire de la vie privée*, t. III, Paris, Armand Colin, 1986, pp. 490-497.

¹³O termo "escolares", utilizado em seu sentido genérico remete tanto ao reitor e ao chanceler, aos mestres e aos estudantes, quanto aos "oficiais" acadêmicos (bedel, procuradores, etc.), aos servidores dos letrados e os "subordinados" ("*suppôts*"): os artesãos trabalhando para a Universidade. O todo formador mais propriamente da *universitas*.

¹⁴Cf. Anibal Frias, " 'Patrimonialização' da Alta e da Praxe académica de Coimbra", Atas do IV Congresso Português de Sociologia, Oeiras, Celta, 2002 (em CDRom). Sobre as demolições da Alta histórica conduzindo à construção da Cidade Universitária sob Salazar, ver Nuno Rosmaninho, *O princípio de uma "revolução urbanística". Os programas da cidade universitária de Coimbra (1934-1940)*, Coimbra, Minerva Editora, 1996.

desmoronam, também constituem referências à identidade fundadora. No ano 2002, a Universidade de Coimbra ultrapassou os 22.000 estudantes, dos quais 60% são mulheres, repartidos em oito Faculdades e, desde 1994, dois e logo três lugares, denominados Pólos.

Tradições universitárias

Antes de 1910 (e em alguns casos ainda hoje em dia), práticas e aspectos tradicionais se manifestam em vários registros. O costume atua, a princípio, nos tratos institucionais e nos símbolos professorais: Abertura solene do ano lectivo, faustos ostentatórios do doutorado, porte da borla e do capelo (o chapéu e a toga) ou leituras cerimoniais *ex cathedra* do "lente", o mestre cujo ensino repousa desde a Idade Média sobre a leitura-comentário de uma "autoridade" (*lectio*).

As tradições estudantis, chamadas genericamente "Praxe acadêmica" (troles no Brasil), formam uma outra janela de costumes, misturando rituais, condutas lúdicas, expressões gráficas e transgressões estereotipadas. Elas são feitas de "canulars e de paródias" (partidas e piadas), de trotes ritualísticos exercidos pelos estudantes mais velhos (chamados "doutores" no século XX) sobre os "caloiros" ("calouro" no Brasil), os de primeiro ano. Esta violência, normalmente controlada pelo grupo¹⁵, é caracterizada por constrangimentos físicos (até o início do século XX, "canelões" e "palmatoadas" na entrada da Universidade: a Porta Férrea) ou psicológicos (pagamento da "patente", "exploração" dos novatos). A isto, é preciso acrescentar os roubos de galinhas na vizinhança por parte dos moradores das *repúblicas* até os anos 1950 (um afresco mural no *Prá-Kys-Tão* testemunha este fato), brigas ou desentendimentos relacionados aos "futricas"¹⁶, a população da Baixa não-universitária.

Uma definição limitada da Praxe acadêmica diz respeito ao conjunto de rituais e de jogos administrados pelos "doutores" aos

¹⁵ Anibal Frias, "Traditions étudiantes et violence", *Tam Tam, Journal des ethnologues*, Université de Picardie Jules Verne, n° 3, março de 1998, pp. 6-11.

¹⁶ A palavra vem do francês *foutriquet*, designando uma pessoa de baixa condição; ela mesmo é formada a partir de *foutre*: esperma.

calouros, sobretudo no início do ano lectivo onde acontecem as praxes de curso, numa lógica, normalmente, de integração progressiva dos noviços. Neste caso, a configuração social e lógica da Praxe funciona como um rito de passagem fazendo passar-mudar os indivíduos do mundo comum, exterior e familiar, ao mundo académico reservado, com suas regras e suas sociabilidades¹⁷. Se fosse agora necessário dar uma definição extensiva da Praxe, ela abrangeria uma multiplicidade de comportamentos e de estatutos hierárquicos, de ritos e cerimônias, de objetos e de insígnias, de períodos onde se misturam as festas, o cerimonial, o carnaval, atividades lúdicas e musicais incluindo a Latada, que acontece em novembro, e a Queima das Fitas, em maio. A Praxe se compõe ainda de uma vestimenta: a capa e batina, com as "maneiras" de usá-la, de grupos unisexos de "doutores", masculinos ou femininos, partindo à "cassa ao calouro" depois da meia-noite na Alta, grupos de cantores e músicos tradicionais (tunas), de serenatas, de grupos de fado, de biografias de ex-alunos e de poemas, de jornais e revistas, de discursos, de episódios engraçados e de histórias, de gritos estereotipados, de uma gíria, de hinos, de emblemas, de brasões, de bandeiras, de cores, de ritmos temporais, de um comportamento (boémia, irreverências), de lugares e de territórios, de sociabilidades e de "excessos", de personagens típicos e de figuras legendárias, de imagens e de mitos, de elementos modernos e tradicionais... e de saudades. A esta lista aberta, seria preciso acrescentar as *repúblicas* que possuem, elas também, seus próprios costumes e *Estatutos*: nome, bandeira, símbolos, grito, hino, apelidos, figuras legendárias, denominações, hierarquia, ritos, sociabilidades, organização rotativa, reuniões de casa, "Conselho de Repúblicas"...

A boémia literária, poética, teatral ou musical se desenvolveu na segunda metade do século XIX, com Eça de Queiroz, Antero de Quental, Augusto Hilário, ou Antônio Nobre. Ela invadiu os espaços da taberna, das *repúblicas*, do teatro, da rua ou ainda o Choupal, o Penedo da Saudade ou o Jardim Botânico. Neste contexto ao mesmo tempo estético, cultural e político (onde

¹⁷ Sobre a Praxe académica como um ritual de passagem, poderemos ler em nosso artigo: "La Praxe dos calouros: un rite de passage", *Recherches en Anthropologie au Portugal*, n° 5, 1998, pp. 11-39.

circulam os textos de Proudhon), a figura do “cabula” se opõe ao estudante sério, o “urso” na gíria estudantil. O Conselho dos Veteranos, se colocando como guardião das tradições, acabará por reificar estes costumes através da redação de *Códigos da Praxe*. O de 1957 constitui um modelo para os de 1993 e de 2001 que, no geral, o reproduzem quase que identicamente. A esta lista, é preciso acrescentar a *Latada*, um tipo de algazarra organizado pela primeira vez nos anos 1880 pelas turmas de quarto anos de Direito. Ela volta no dia do “Ponto” em maio, marcando o fim das aulas. Enfim, a paródia do Centenário da Sebenta, em 1899, é reiterado sob a forma do Enterro do Grau em 1905. A Queima das Fitas atual, que acontece em maio, em particular o Cortejo dos quartanistas, repleto de finalistas e de calouros, em deriva.

Uma última “tradição” instituída desde a origem do Estudo Geral é a que associa religião e saber, Igreja e Universidade, com “uma mistura de serviço de Deus e de Minerva¹⁸”, segundo a expressão do professor de Matemática, Sidônio Pais, futuro presidente da República. Nestes termos, este republicano critica, em 1904, a obrigação estatutária feita aos universitários da oração ao Espírito Santo e do juramento à Imaculada Conceição. Se a Universidade, esta nova Atenas da Cultura, é essencialmente acessível às elites, em particular em Direito¹⁹ e em Medicina, ela é mais amplamente reservada aos iniciados. É isso que recordam os ritos de iniciação e o isolamento da *Alma Mater* na “colina sagrada”.

O conjunto destas tradições, colocado sobre um poderoso sistema hierárquico (professor/estudante, “doutores”/noviços) e distinto (universitários/*futricas*), foi tema de contestações por parte dos estudantes e dos professores republicanos, tais como José de Arruela, Homem Cristo (filho), Bernardino Machado ou Teófilo Braga. Estas críticas são renovadas ao longo do século XX,

¹⁸ O emblema primitivo do selo da *universitas* é a *Sapientia* bíblica; ela é substituída em seguida por uma outra figura, de natureza alegórica: a deusa Minerva (Manuel Augusto Rodrigues, *Chronologia Historiae Universitatis Conimbrigensis*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1988, p. 27).

¹⁹ Ver Maria Eduarda Cruzeiro, “Costumes estudantis de Coimbra no século XIX: tradição e conservação institucional”, *Análise Social*, vol. XV (60), 4°, 1979, pp. 795-838.

nomeadamente durante a crise académica de 1969 e da Revolução de 1974.

Em 1980 as tradições estudantis foram “restauradas” em Coimbra. Algumas polémicas e, por vezes conflitos, surgiram. Este facto traduziu-se em outros sítios por uma “invenção” de tradições académicas. Entre a influência do prestigioso modelo coimbrão e a revitalização de elementos regionais, elas confiram uma “alma” a Universidades ou Politécnicos recentes e ancoram uma “identidade estudantil” local²⁰. Estes costumes acompanham um movimento geral e mais antigo: o de uma patrimonialização das tradições. Desde o fim do século XIX, o termo “Praxe” aplicado às tradições estudantis, constitui um indício e ao mesmo tempo, uma consequência de uma transformação das práticas simbólicas estudantis, como também, da Universidade com o aumento de uma concorrência de estabelecimentos superiores em Lisboa e no Porto²¹. A expressão “Praxe académica” abrange doravante usos e costumes antes dispersos e fracamente codificados.

O conceito de “patrimonialização” nos permite compreender tal fenómeno complexo²². Esta noção articula uma dupla dinâmica global. A primeira recai sobre um ato de legitimação conferindo um valor artístico, histórico, cultural, ideal ou simbólico a uma construção, um objeto, uma prática ou um espaço. A segunda recai sobre uma valorização social de uma certa entidade, reconhecendo-lhe um interesse local, nacional ou global. É necessário acrescentar a este procedimento formal, uma lógica de natureza museológica. Ela consiste em uma política de conservação e em uma “mise en scène” de objetos “culturais” ou “artísticos” destinados a ser representados e contemplados. É ao fim de uma tal operação social, onde se misturam poderosas cargas de sagrado e de crença, que um “patrimônio” é definido e visível. Esta dinâmica determina ao

²⁰ Estas tradições, amplamente folklorizadas, desenrolham estratégias identitárias. Cf. Anibal Frias, “Le bizutage au Portugal. Hiérarchies sociales et stratégies identitaires”, Marie-Caroline Vanbremeersch (coord.), *De l'autre côté du social. Cultures-Représentations-Identités*, Paris, L'Harmattan, 1998, pp. 29-67.

²¹ Maria Eduarda Cruzeiro, “Costumes estudantis de Coimbra no século XIX: tradição e conservação institucional”, art. cit.

²² Sobre esta noção, ver Anibal Frias, “‘Patrimonialização’ da Alta e da Praxe académica de Coimbra”, *Actas do IV Congresso da Associação Portuguesa de Sociologia*, Oeiras, Celta (em CD Rom), art. cit.

mesmo tempo uma certa maneira de colocá-lo em prática, supondo usos codificados e um olhar estetizante. De mesma forma, ela traz consigo um tipo de administração racional dos “bens” culturais ou materiais. De tal maneira que o “patrimônio” (universitário), bem como as “tradições” (estudentis), não preexistam como fatos empíricos ou históricos, mas são objeto de uma construção social da sociedade presente. São duas modalidades relacionais identificando uma certa ligação - complexa e variável - que a sociedade comporta em consideração a “seu” passado - com sua parcela de seleção, de comemoração e de esquecimento²³.

Das casas studentis às repúblicas

Os *Estatutos* da Universidade de Coimbra mais antigos fazem referência a condições de residência dos mestres e dos alunos²⁴. A questão do alojamento estudantil constituiu um problema real tanto em Lisboa quanto em Coimbra. Do século XIV ao início do XVI, esta última cidade permaneceu limitada ao plano demográfico (menos de 5000 habitantes) e espacial uma vez que o *habitat* foi reagrupado sob as muralhas, estando concentrada desde a porta de Almedina até a Sé Velha e o Castelo.

Desde a bula papal do 8 de agosto de 1290, confirmando o Estudo Geral, ficou estipulado que os donos das casas desocupadas deveriam reservá-las aos “escolares” por um baixo preço fixado, e controlado, por dois universitários e dois burgueses. Uma vez

²³ A patrimonialização das tradições letradas se encontra reforçada pela multiplicação, há mais de um século, de autobiografias de ex-alunos de Coimbra (das quais a mais conhecida é Trindade Coelho: *In Illo Tempore. Estudantes, lentes e futricas*, Portugália Editora, Lisbonne, 1902) e por uma objetivação dos costumes fazendo “objetos” materiais e simbólicos recortados do vivido ordinário, representados nos discursos, nos *Códigos* e nas “mises en scènes”, e até nas imagens que os turistas se empenham em comprar. Cf Anibal Frias et Paulo Peixoto, “O reencantamento da cidade? Modes e efeitos da estetização do património urbano em Coimbra”, *Actas do colóquio de Porto*, setembro de 2001 (a sair).

²⁴ Alguns mestres e estudantes optam pelo “*Grand Tour*” espécie de companheirismo intelectual (Dominique Julia e Jacques Revel, *Les Universités européennes du XVIe au XVIIIe siècle. Histoire des populations étudiantes*, Paris, EHESS, tome 2, 1989, p. 86). Esta peregrinação acadêmica, que se prolongará até o século XVIII, conduz as pessoas do estudo em direção às Universidades estrangeiras. Os Portugueses frequentam sobretudo, Salamanca, Paris e Toulouse.

estando a *universitas* instalada em Coimbra, em 1308, o Rei Dom Dinis reitera esta medida, acrescentando a possibilidade de os estudantes negociarem diretamente com os proprietários a locação ou a compra de um imóvel²⁵. A forma residencial coletiva é bastante difundida na Europa. Às diversas denominações, correspondem diferentes estruturas sociais: *domus*, *hospicium*, *paedagogium*, *contubernium*, *regentia*, *bursa*, *aula*, *hall* ou *hostel*²⁶. O alojamento comum, adquire um aspecto particular de acordo com cada caso: *nationes* (juntando os estudantes de uma mesma zona cultural), *collegia*, monastérios, ou ainda *pupilajes* na Espanha (os estudantes de uma mesma faculdade aí se encontram sob as ordens de um "bachiller", mestre dos "pupilos"²⁷), *bursae*, na Alemanha, *halls* (*aulae*) e *colégios* na Inglaterra... Uma outra fórmula, ainda que mais rara no passado, consistia em alugar um quarto particular, com efeito isolante: o estudante coabita com seu professor, antigamente, ou mora "na casa do habitante" com senhorio, hoje em dia em Portugal²⁸. Outrora, os *cameristae* eram acolhidos na casa dos cidadãos. Eles são chamados de *camaristas* na Espanha ou de *Martinetes* em Paris. Em alguns casos, o aluno só passa para partilhar uma refeição com seus companheiros de mesa

²⁵ Maria Teresa Nobre Veloso, "O quotidiano da Academia", AA.VV. *História da Universidade em Portugal*, I volume, tomo I (1290-1536), Universidade de Coimbra/Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, pp. 136-137.

²⁶ Rainer Christoph Schwinges, "Formação dos estudantes e vida estudantil", Hilde de Ridder-Symoens (coord.), *Uma história da Universidade na Europa*, vol. I: As Universidades na Idade Média, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1996, p. 217. Sobre a moradia estudantil, dirigir-se igualmente a Léo Moulin, *La vie des étudiants au Moyen Age*, Paris, Albin Michel, 1991, pp. 21-31. Para Paris, ver Simone Roux, *La rive gauche des escoliers (XVe siècle)*, Paris, Editions Christian, 1992.

²⁷ Margarita Torremocha, *La vida estudiantil en el Antiguo Régimen*, Alianza Editorial, Madrid, 1998, pp. 41-42. Notemos que *pupilo*, *pupille* em francês ou *pupil* em inglês, vêm de um termo latino que designa o aluno; o vocábulo "bachiler" (que deu bacharel ou *bachelier* em francês) remete à velha palavra *bacalaureus* que servia para designar um grau de nobreza: "bas chevalier" (baixo cavaleiro).

²⁸ A relação entre o estudante (sobretudo a estudante), e seu senhorio é frequentemente cortez, misturando independência e respeito recíproco da intimidade, podendo desencadear uma verdadeira relação de confiança. Neste caso, esta relação favorece divisões de espaços, de serviços ou de palavras e, para o estudante, a possibilidade de reencontrar um espírito familiar. Acontece que, às vezes, uma desconfiança se instala.

(comensais), ou então ele é um “convidado pagante”, como o *portioniste* ou o *pupilo*.

É também um modelo freqüente os escolares que optam por uma casa, dividindo aí a “comida e o teto”. Esta vida comunitária não é forçosamente um sinônimo de igualdade: há uma hierarquia, como no exemplo dos *pupilajes* ou no das *nationes*. Se estes últimos distinguem o valor dos membros de acordo com sua “qualidade” social, isto não impede que uma convivialidade e ligações de solidariedade se desenvolvam entre eles, ainda mais que, em geral, eles são conterrâneos. Este *modus vivendi*, fundado no grupo e na partilha, se encontravam ainda recentemente na Alemanha com os *Burschenschaften*, derivando dos *bursae* da Idade Média. As “Bolsas” (*bolsae*) são, além da Idade Média, sociedades estudantis de ajuda mútua garantindo aos seus socios cama e comida, a maneira de uma assistência mutualista fundada sobre uma forte solidariedade “de mesa” e “étnica”, a imagem das *nationes*. Na Alemanha, durante os séculos XVIII e XIX, aparecem corporações estudantis: as *Orden* e as *Landsmannschaften* (com recrutamento regional), depois os *Korps* e as *Burschenschaften*, mais politizadas. Este último tipo provem das *Bolsae*, pois a *Burse* na Alemanha medieval ou, mais tarde, a *Börse* “esigna o sítio onde pessoas vivem com bolsa comum (soldados e estudantes)”²⁹. Os *Korps* estudantis são corporações que adotam rituais centrados em códigos identitários (apelidos hierárquicos, hinos, cantos, cores), no concurso de consumo de cerveja em tabernas e na honra com a prática do duelo. Na Inglaterra, em Oxford e em Cambridge, os aprendizes intelectuais “*lived, in early days, two or three to a room in rented rooms or houses*”³⁰, segundo um modelo difundido em outros lugares, como vimos.

²⁹ Gilbert Gillot, “Rites bachiques dans les corporations allemandes au XIXe siècle”, Martin Aurell, Olivier Dumoulin e Françoise Thelamon (coords.), *La sociabilité à table. Commensalité et convivialité à travers les âges*, Rouen, PUR, 1992, p. 109 note 1.

³⁰ Elisabeth Leedham-Green, *A concise history of the University of Cambridge*, Cambridge University Press, 1996, p. 26. Este modelo deve ter emigrado para os Estados- Unidos sob a forma contemporânea das *fraternities* e *sororities* onde se desenvolveram costumes, especialmente denominações identitárias das casas, dos apelidos dos membros, e das amizades fundando em seguida, fortes ligações de solidariedade. Como se verifica, no mais, a respeito de todos os corpos, das “instituições totais” (no sentido de Goffman) e outras sociedades secretas.

Hoje em dia, se as recentes residências universitárias de Coimbra, reúnem, em um mesmo edifício, dezenas de estudantes, rapazes e garotas, elas induzem ao individualismo e ao retiro estudantil. Porém, alguns estudantes combinam de bom grado para irem comer juntas nas cantinas, beber ou festejar o aniversário de um deles, ou simplesmente, para seguirem um mesmo andamento nas aulas. Da mesma forma, uma amizade preexiste algumas vezes, ou se constitui em consequência de uma divisão, negociada, de um apartamento ou de uma casa. Mas acontece também, que uma separação venha a por fim a um desentendimento ou a um conflito.

Na Espanha, as *posadas* reúnem um pequeno número de estudantes funcionando segundo regras estritas impostas e controladas pelo *rector*. Outras *hospederías*, datando mais ou menos dos séculos XVI, XVII, são designadas pelo nome genérico de *governaciones*. Elas se caracterizam pela cooptação dos membros, por princípios endógenos e um grau de autonomia elevado. Segundo Margarita Torremocha³¹, "*los escolares optaban por alquilar ellos mismos una casa o unos cuartos y [por organizar] su vida doméstica, bien solos o con la ayuda de una o varias mujeres a su servicio*".

Esta definição poderia se aplicar à *república* estudantil. Formas de *repúblicas* se encontram hoje em dia no Brasil, em Ouro Preto. Em Portugal, elas estão sobretudo presentes em Coimbra³². Daí, elas puderam se difundir para Lisboa ou para o Porto, ainda que suas "tradições" sejam claramente mais restritas de quem em Coimbra. Se for possível identificar traços invariáveis entre os diversos tipos de *repúblicas*, nacionais e estrangeiras, elas se constituem e evoluem em função da instituição universitária e dos costumes acadêmicos onde elas foram implantadas e do contexto cultural e político da sociedade englobante. Vejamos com mais detalhes as *repúblicas* da Universidade de Coimbra.

Características das *repúblicas*

Numa primeira aproximação, as *repúblicas* de Coimbra são casas comunitárias de estudantes, autônomas e auto-administradas,

³¹ Margarita Torremocha, *La vida estudiantil en el Antiguo Régimen*, art. cit., p. 42.

³² Cf. Anibal Frias, "Les *Repúblicas* d'étudiants à Coimbra", *Latitudes*, n° 14, maio de 2002, pp. 41-49.

cujos membros ou sócios são unidos por ligações económicas e afetivas. Se for possível estabelecer uma continuidade histórica entre as casas estudantis e as atuais *repúblicas*, sempre existe um risco de cair no anacronismo e no a-historicismo. Tudo muda neste assunto, à imagem da Universidade e da sociedade global. O que se desloca, são os tipos de estrutura, seu grau de independência e de institucionalização, os costumes internos, o estatuto dos residentes, as formas de relação, as características do estudante - a começar pelo nome "*república*" que começa a aparecer nos textos somente no início do século XIX, com a influência do período liberal.

Uma *república* tem o tamanho de uma casa, às vezes, espaçosa. Ela é habitada por de 6 a 10 pessoas. A este número, é preciso acrescentar de 2 a 5 "comensais" partilhando as refeições. Se existem quartos duplos, os quartos individuais se tornam a norma. Acontece de duas camas dispostas em um mesmo quarto acolherem um novato e um mais antigo. Assim, a adaptação do recém chegado ao espírito da casa e a seus membros é favorecida. Uma casa comporta em geral, além dos quartos, um ou dois banheiros, um cômodo comum para receber as visitas e organizar festas, uma biblioteca e uma cozinha onde as refeições são feitas sobre uma grande mesa. Todas as casas adotaram um modo de gestão autônoma funcionando "a vez" ou por "turnos". Esquematicamente existem tarefas distribuídas por "ministros" (das finanças, etc.), os "semanais" ("kayds" no *Prá-Kys-Tão*) se ocupando de por a mesa ou de ajudar a cozinheira³³ e um/a "administrador/a" (chamado "Cherife" no *Bota-Abaixo*) gerando a alimentação durante um mês. Uma vez por semana, uma ou duas pessoas vão encomendar e receber os alimentos obtidos com uma redução de 50% pelos Serviços Sociais da Universidade, adotando uma forma cooperativista.

As casas são alugadas a particulares por um preço bem pequeno: entre 5 e 10 contos por mês. Algumas constituíram

³³ Algumas *repúblicas* não têm cozinheira (chamada "cumadre" em Ouro Preto), seja por opção (as *Marias*, incluindo os *elementos efectivos* e a *experiência*, cozinham em turnos de uma semana), seja para favorecer uma maior implicação dos membros na casa e fazer economia (*Prá-Kys-Tão*, *Ninho dos Matulões*), seja porque problemas financeiros passageiros impedem o pagamento do salário da cozinheira (*Corsários*, 44).

associações desde os anos 1990. A maioria delas é mista a menos de 25 anos.

Em 2002 existem 27 *repúblicas*, das quais 2 são femininas: a *Rosa Luxemburgo*, fundada em 1972 e as *Marias do Loureiro*, datando de 1993. Alguns testemunhos se referem aparentemente, a “repúblicas femininas” que teriam existido desde os anos 1920³⁴. Estes fatos parecem corroborados pelos escritos de uma viajante francesa da mesma época³⁵. Se considerarmos alguns detalhes relacionados, como as tarefas rotativas e a autonomia, estas residências se assemelham de fato a uma *república*. Mas é provável que estas casas funcionem à imagem das *repúblicas* masculinas, talvez com menos turbulências e bebedeiras. As casas femininas se estruturam por simples mimetismo sem realmente frequentar as dos garotos. Esta separação se verifica também, na vida acadêmica em geral, uma vez que as estudantes não se vestem de maneira tradicional, com a capa e a batina, e quase não participam dos trotes e da Queima das Fitas até os anos 1950. Na verdade, somente as *repúblicas* masculinas são reconhecidas e legítimas, e fazem parte das memórias orais e escritas dos antigos. Aliás, uma expressão de Dionysia de Mendonça caminha no mesmo sentido de tal interpretação: “A residência dos Palácios Confusos, a que às vezes chamávamos a nossa ‘República’, como aparece aqui e acolá no nosso ‘Diário’...”. Logo, a denominação “*república*” não tem um carácter formal, aparecendo aqui como ocasional e enquanto “efeito de estilo”; ela se restringe unicamente aos membros, sendo difundida somente sobre um registro escrito, interno e privativo.

A residência estudantil “tradicional” de Coimbra, se caracteriza por uma forma de vida coletiva e por uma comunidade de interesses e sentimentos. O espírito de solidariedade e de fraternidade não impede a presença, antigamente, de uma hierarquia entre os membros e, hoje em dia, de diferenças estatutárias. O título de presidente ou “Mor” (de *majus*: “maior”) marca, até 1969, uma hierarquia respeitada. Ela se fundamenta no “tempo de casa”, o qual legitima o exercício de uma autoridade tradicional, à maneira da hierarquia no seio da Praxe Acadêmica ou

³⁴ Dionysia Camões de Mendonça, “Residências Independentes para Universitárias: 1920-1974”, *Boletim da AAEC*, n° 14, junho de 1984, pp. 55-63.

³⁵ Lily Jean-Javal, *Sous le charme du Portugal*, Paris, Plon, 1931, pp. 155-158.

da Universidade. O critério do “tempo de casa”, permite ao Mor escolher seu quarto ou ser talvez mais escutado nas “reuniões de casa”; nos *Fantasma*s, seu voto em reunião de casa conta mais que o dos outros (mas este é um caso isolado). Sua autoridade, entretanto, tem se tornado mais moral e tem se atenuado. O Mor faz parte dos “elementos efetivos” que são definitivamente aceitados por unanimidade quando acontece um voto de reunião de casa onde funciona uma verdadeira democracia participativa. Após uma discussão com o candidato, “à casa” e um voto de unanimidade por parte de seus “elementos efetivos”, o novato fica “a experiência” durante um período que varia de seis meses a um ano.

Finalmente o nome de uma *república*, a “*república Spreit-ó-Furo*” por exemplo, designa ao mesmo tempo a entidade residencial e a unidade formada por seus habitantes, os elementos a experiência e os efetivos reunidos, com exceção dos comensais.

A estes indivíduos residindo e comendo no que eles consideram como sua casa, é preciso incluir os comensais que partilham unicamente as refeições coletivas. Amigos ou viajantes de passagem encontram facilmente as portas abertas (literalmente até pouco tempo), uma refeição e uma cama: são os “convidados” da mesma forma que os amigos de um elemento da casa, que vieram partilhar uma refeição. A chamada para as refeições se faz através da voz ou de um sino, seguida do anúncio gritado: “à palha (seus animais)!” O último estudante integrado, então “a experiência”, é geralmente um “caloiro da casa”. Sua designação pode variar: ele é o “menino do povo” para os *Bota-Abaixo* ou o “homem da palha” para os *Palácio da Loucura*. Atualmente, o termo “calouro”, da mesma forma que os aspectos que lembram a Praxe, pode ser recusado. É o caso das repúblicas *Inkas*, *Marias do Loureiro* ou *Prá-Kys-Tão*³⁶. Se o último integrado se torna igual aos outros (ainda que enquanto neófito, ele “está aqui para aprender e saber escutar” de acordo com a conversa de um Mor), até os anos 1960, ele ocupa o degrau mais baixo da hierarquia interna. Esta posição ingrata o predispõe a assumir as tarefas e a sujeitar-se às afrontas mais ou

³⁶ Durante a *Queima das Fitas*, em maio 2002, estas duas últimas casas colocaram, na parte exterior, as mensagens respectivas seguintes: “Pensa, logo não praxes” e “República Anti-Praxe”.

menos rituais por parte do grupo, não privadas de humor e brincadeira.

Em Coimbra, a palavra "*república*" tem um sentido genérico. Desde 1948, data da criação do *Conselho de Repúblicas* (CR)³⁷, três tipos de "*repúblicas*" foram distinguidos, com uma conotação ligeiramente hierárquica. Eles dependem, ainda aí, da antigüidade da casa enquanto *república*.

Trata-se, em ordem crescente, do "solar", da "*república*" (propriamente dita) e da "*real república*". Os últimos *Estatutos* do CR, refeitos em 1986, aboliram a distinção hierárquica entre estas três categorias de casa. Isto quer dizer que, se o solar tem o direito de participar e de votar em um CR, ele não saberia "convocá-lo", diferentemente dos dois outros tipos de casa. Ele pode entretanto, passar estrategicamente por uma casa amiga ou, *a fortiori*, por sua *república* "madrinha"³⁸ afim de tratar de questões e de defender os interesses no que toca ao conjunto das *casas* ou ainda de tomar coletivamente uma posição social ou política sobre um determinado assunto, como o aumento das propinas ou a lei sobre a depenalização do aborto, nos anos 1990. A atenuação da hierarquia entre estas entidades residenciais é visível, por exemplo, no fato de que algumas *repúblicas* conservaram seu nome de *solar*, como os *Kapangas*. Ao mesmo tempo, a expressão "ao serviço da Praxe", presente nos primeiros *Estatutos* do CR, em 1948 (art. 1), desapareceu com o redemoinho contestatório das tradições e das hierarquias (acadêmicas e sociais) em 1969 e, sobretudo, em 1974. A partir desta data é mesmo o conjunto da Praxe acadêmica que está suspenso e, no que concerne às *repúblicas*, o CR. Esta reação conduziu atualmente, a uma espécie de desprendimento - senão uma oposição - entre a Praxe, e principalmente o Conselho dos Veteranos que a encarna, e o CR.

³⁷ Sobre o *Conselho de Repúblicas*, cf. *infra*.

³⁸ No momento do projeto de lei sobre a depenalização do aborto em Portugal, em 1998, as *Marias* puderam assim convocar um CR graças ao apoio de seu vizinho e padrinho, a *Baco*. Indicamos que o apadrinhamento entre casas provém do fato que, para passar à *solar* e depois a *república*, uma *república* reconhecida "apresenta" a casa candidata na ocasião de um CR. Tal medida reforça - ou tece - ligações feitas de ajudas mútuas, de visitas recíprocas e, eventualmente de relações amorosas.

Os três *Códigos da Praxe* de Coimbra (1957, 1993, 2001) se referem à *república* como formadora do “conjunto dos estudantes vivendo em comunidade doméstica”. Esta definição é extremamente abrangente, já que existem em Coimbra casas que não são repúblicas “vivendo em comunidade doméstica”, como os *CowBoys*. Por outro lado, os *Symbas*, ainda que levando o nome de “solar” desde 1962, foi excluído do título de “*república*” pelo CR por ter sido uma casa praxista em 1969.

A definição dos *Códigos* é, por outro lado, incompleta pois para que uma *república* exista é preciso que ela seja votada e reconhecida pelo CR, sem necessariamente preencher todas as condições formais, e especialmente a “inauguração oficial”, previstas pelo *Código da Praxe*.

As *repúblicas* participaram ativamente nos conflitos estudantis de 1962, 1965 e de 1969 sob o Estado Novo. Elas puderam agir enquanto espaços protetores de oposição (Mário Soares fez uma conferência nos *Kágados*, em 1969), através do jornal *O Badalo* ou criando uma lista única e unitária. Esta, permitiu aos estudantes ganhar as eleições da Associação dos estudantes (AAC), em 1961, contra a Comissão Administrativa imposta pelo governo. Alberto de Souza Martins ou Celso Cruzeiro³⁹, entre outros líderes da contestação de 1969, eram moradores de *repúblicas*. Entre 1969 e 1974, elas passaram de um praxismo “cultural” a um anti-praxismo que pôde ser algumas vezes, político. Medidas do Estado em 1982 e 1986, conduziram à proteção das *repúblicas* conferindo-lhes um valor patrimonial⁴⁰.

Cada casa possui um nome. A denominação pode brincar com as palavras (*Pra-Kys-Tão*, *Kágados*, *Bota-Abaixo*, *Fantasma*, *Rás-Te-Parta*, etc.), remeter à uma origem geográfica dos membros (*Corsários das Ilhas*, *Solar dos estudantes açoreanos*, *Kimbo dos Sobas*, *Farol das Ilhas*), se referir à loucura, às bebidas ou aos jogos (*Palácio da Loucura*, *Baco*, *Bota-Abaixo*, *Trunfé-Kopos*), ao “meio” (*Ninho dos Matulões*), a valores de virilidade (*Galifões*), às mulheres

³⁹ O autor escreveu a única obra existente sobre o assunto: *Coimbra 1969*, Porto, Edições Afrontamento, 1989.

⁴⁰ Sobre esta questão, ver Anibal Frias, “Patrimoine et traditions étudiantes à Coimbra (Portugal): entre art et culture”, Jean-Olivier Majastre e Alain Pessin (dir.), *Vers une sociologie des œuvres*, tome I, Paris, L’Harmattan, 2001, pp. 425-446.

(*Ay-ó-Linda, Spreit-ó-Furo, Boa-Bay-Ela*) ou à cozinha (*Rapó-Táxo*). A identidade nominal pode ainda provir de um acontecimento histórico ou de um personagem político (5 de *Outubro, Rosa Luxemburgo*), de uma referência exótica (*Inkas*) ou, simplesmente, do lugar (*Marias do Loureiro, República da Praça, Solar do Kuarenta, Solar do 44*).

Todas as *repúblicas* possuem uma bandeira negra onde são visíveis, em branco, o nome e uma logo-marca inspirada no humor, no espírito anti-Praxe (as *Marias* ou as *Rosas*), na bebida, na boémia, na música, nas mulheres, etc. A expressão praxista "*Dura Praxis, sed Práxis*" é acrescentada em muitas bandeiras. Todas possuem um grito: "*E-K-A*" para os *Kágados*, "*A-R-R-E*", para os *Boa-Bay-Ela* ou bem "*Hó égua!*", para os *Prá-Kys-Tão*...⁴¹. Elas se diferenciam igualmente por seu hino. Daremos o dos *Boa-Bay-Ela*: Estas meninas de agora / Boas lascas à valer / Suspiram de hora a hora / Passam a vida a dizer / Que a malta mais agradável / Desta Coimbra tão bela / É a malta formidável / E pyramidável / Da Boa-Bay-Ela. Neste exemplo representativo, vê-se na obra ao mesmo tempo a afirmação da identidade, a valorização da casa e a afirmação de um *ethos* masculino apontando um período no qual os estudantes (rapazes) eram maioria na Universidade e os únicos a morar em *repúblicas*. Acrescentemos, uma referência a Coimbra e a uma particularidade da *república* (cf. "Pyramidável").

A produção de ligações e de cultura nas *repúblicas*: o exemplo dos *Kágados*

Uma observação participante "do interior" dos *Kágados*, prolongada por vários anos, demonstra a amplitude das atividades no seio das *repúblicas* em matéria de sociabilidades e de culturas. A proposta de residência não é o resultado de uma busca pessoal, mas provinha de um convite da casa: demonstrando com isto uma confiança em mim, na qual eu via o sinal de uma "adoção".

⁴¹ O estilo e ritmo destes gritos derivam, sem dúvida, do *grito académico* nacional: "*F-R-A*", servindo de modelo para outros. Eis aqui, por extenso o grito dos *Kágados*: *K...A...KA / K...E...KE / K...I...KI / K...O...KO / K...U...KU / Ká...ga...dos* (3 vezes) / *Aguenta o gado*.

Para além de uma união real e sólida entre os membros, zonas de diferenciação e até mesmo de desacordos podem surgir. Os sinais de intimidade entre dois ou três membros, fora das relações amorosas, raramente coabitantes, se notam na troca de números dos *celulares*, no envio de *e-mails* ou de mensagens de celular (no período de férias), no fato de se encontrarem em um café depois das refeições feitas em comum, de empreender projetos conjuntamente, de se ajudar mutuamente, ou ainda de convidar um amigo residente para passar um fim de semana “na terra”, com sua família. O fato de que as ocasiões de conflito sejam raras, não impede o surgimento de divergências e de discussões às vezes animadas. O momento das refeições ou os cafés são propícios para as conversas coletivas, felizes, espontâneas e diversificadas. Todos os assuntos da vida são abordados, mesmo se as conversas livres se orientam de bom grado sobre as questões políticas e religiosas e no universo da casa. É assim que, por exemplo, o atentado do 11 de setembro de 2001 foi comentado e deu lugar a confrontações de pontos de vista diferentes.

Em consideração aos *Kágados*, algumas discussões puderam se manifestar a respeito do uso do celular nos espaços comuns (cozinha, sala); “acusações” feitas por um “elemento” contra outros membros e expressas em um espaço semi-público, o café habitualmente freqüentado por todos; ou na decisão a tomar, coletivamente, em consideração aos barulhos noturnos repetidos (devidos a um efeito do álcool) do Mor com, sobretudo, conseqüências na vizinhança queixosa - excessos que resultam em outros danos, a propósito de suas “dívidas” acumuladas na casa ou do abandono dos estudos. É também no nível dos acertos, quer dizer, concretamente, convocando uma “reunião de casa”, que dois membros me participam, ao redor de um copo, de sua intenção de “colocar o problema” da conduta de um terceiro membro que, em plena madrugada e sob o domínio do álcool, se mostrou agressivo para com uma senhora de passagem. A casa serve ainda de unidade de julgamento ou de escala de medida na recusa manifestada por um “jovem” antigo morador diante do anúncio da candidatura a “elemento de casa” da parte de dois comensais que ele julga “imatuross” pois eles são pouco integrados à vida da *república* e porque “é a primeira geração sem consciência política” o que arrisca de desestabilizar a casa; ou na atitude a tomar acerca da

coabitação de um casal formado por dois membros da casa, perante sua presumida ausência nas refeições, nas reuniões, na organização. Esta polêmica é interessante pois ela faz aflorar certas normas implícitas.

Uma destas regras de vida comum é a do estado "solteiro" nas *repúblicas*. Se ela não impede (na verdade ela favorece) relações sexuais esporádicas, e até relações amorosas, ela encoraja pouco, em princípio as uniões coabitantes. Não tanto porque ele vai contra a moral do grupo, mas porque a ligação "matrimonial" acarreta inconvenientes para o andamento da casa. O dever de implicação pessoal no funcionamento da casa ou a necessidade de uma presença efetiva e afetiva, são duas outras regras, informais de fato, mas bastante constrangedoras.

Um estudo minucioso da vida dos *Kágados* ao longo de um único ano demonstra, por outro lado, a diversidade das atividades sociais, culturais, festivas, rituais, políticas ou esportivas que se desenvolvem em seu interior. Estas manifestações variam, logicamente, de uma casa para outra.

Nesse aspecto, a *república* aqui estudada juntamente com o solar *Marias do Loureiro*, é fortemente ativa. Talvez porque uma é a mais antiga e a outra é a mais recente (feminina), estas duas afirmam sua posição diante das outras casas, da Universidade e do AAC. As atividades praticadas pelos membros de uma casa ou entre *repúblicas*⁴² amigas, pensadas e organizadas em comum, são por exemplo sessões de poesia ou de cinema (às vezes temáticas). Encontros esportivos, sardinhas com os moradores do bairro, *sangrias*, edições de textos poéticos (*Plágio*), revistas ou jornais, principalmente sobre a vida de uma *república*, algumas difundidas pela Internet (*O Badalo*, *Riskos e Kakos*, *O Galinheiro*, *O Furinho...*). São ainda atividades de todos os tipos que são elaboradas na perspectiva do "centenário", a festa anual comemorando a fundação da casa.

Porquê o nome "centenário"? "Porque dez anos numa *república*, valem cem anos de vida", segundo reza o ditado. Esta

⁴² As ocasiões de reunir todas ou a maior parte das *repúblicas* estão a cada vez menos frequentes: o CR, no dia da primavera reúne na rua da Matemática, 7 / 8 das casa situaadas nas proximidades; há alguns anos a "Semana das *repúblicas*" é um momento que instiga os encontros esportivos e culturais.

data de aniversário reúne as gerações antigas e atuais em torno de uma refeição pantagruélica (feijoada, carnes, marisco, arroz doce, bolos, vinho ou cerveja), de cantorias e de violões, de histórias e de lembranças, de conversas sem fim, de emoções, de saudades. Os outros "repúblicos" assim como os amigos passam por volta da meia-noite. Cada ano as manifestações se estendem por mais de um mês: exposições de fotografias, desfiles de gigantes e cabeçudos, seções de fado, animações para crianças órfãs, peças de teatro, ligações com associações de caráter recreativo, cultural ou esportivo, "cafés concerto", tais como "Nós e o Zeca" comemorando José Afonso e realizado em colaboração com dois espaços culturais populares: o Ateneu de Coimbra e o Grémio Operário... Exigindo uma preparação de várias semanas e uma colaboração estreita entre todos, estes eventos contribuem para unir os indivíduos (e os antigos) de uma casa e algumas casas entre si. Eles permitem consolidar as relações com a vizinhança, com a população estudantil, com organismos locais ou com outras cidades (Ansião, Trancoso, Braga, São João da Madeira, Bragança). A esta longa lista, seria preciso acrescentar a produção, quase que sempre circunstanciada, de múltiplos cartazes, desenhos, afrescos, caricaturas⁴³...

Uma tal produção cultural, onde prima a informalidade, desfruta de uma fraca visibilidade social, sendo tema somente de breves notícias nos jornais locais. Ela permanece estranhamente ausente das relações universitárias relativas à cultura de Coimbra. Tratando-se da oferta cultural acadêmica, estes estudos se mantêm nas atividades propostas pela AAC. Ora, a expressão cultural das *repúblicas* é uma das raras, em Coimbra, a provir "espontaneamente" do corpo social (letrado). Nunca completamente dissociada das ocasiões e das ligações sociais que as *repúblicas* refletem e consolidam, esta criação escapa às

⁴³ O registro das expressões estéticas estudantis faz parte de uma cultura acadêmica; certos elementos, como os *graffiti*, os afrescos e os cartazes constituem indicadores ao mesmo tempo dos valores políticos destinados à visão e ações coletivas projetadas nas paredes de um território. Sobre estes aspectos, consultar Anibal Frias e Paulo Peixoto: "Esthétiques urbaines et jeux d'échelles. Expressions graphiques éduquantes et images du patrimoine à l'Université de Coimbra", *Oficina do Centro de Estudos Sociais*, Universidade de Coimbra, juin, n° 162, 2001.

categorias dos observadores apressados. Seria somente porque elas desfrutam do registro não-institucional e na implicação dos membros, antes que na centralização das decisões e organização racional de uma certa legitimidade cultural? Nós estamos longe evidentemente, de uma imagem social - "exterior" e sábia - das *repúblicas* (e mais genericamente da Praxe acadêmica) que, de acordo com a proposição... de um antropólogo local, seriam: "uma mão cheia de nada, só são copos, bêbedos e drogas"...

Um lugar criador: o exemplo dos *Kágados*

Como acabamos de ver, as *repúblicas* concentram atividades culturais. Elas são também espaços criativos no plano estético, ainda que, novamente, esta criação viva seja ignorada. A cultura aqui, é entendida ao mesmo tempo no sentido de marcas identitárias e de formas estéticas apreendidas, sinteticamente em sua dinâmica criativa. Precisamente, os arquivos de uma *república* cristalizam, misturando-os, uma maneira de ser e uma maneira de viver. Cada casa possui seus arquivos, mais ou menos importantes em função da antigüidade da casa, do cuidado tomado com sua preservação ou do grau de furor destrutivo quando da Revolução de 1974.

Por "arquivos", deve-se compreender, por um lado, documentos escritos, gráficos, fotográficos ou sonoros, objetos materiais e imateriais formando uma espécie de depósito inerte, mas cujo sentido objetivado continua sempre questionável; e, por outro lado, a palavra falada, oral e viva, dos antigos, reativada nos reencontros, feitos de lembranças engraçadas e de uma história consagrada sob a forma de "histórias" narrativizadas. Este passado se manifesta no prisma tanto do tempo que passou, propício à saudade, quanto de uma memória partilhada através de experiências vividas constitutivas de uma mesma "geração" ou, para os mais jovens, de referências trazidas, lidas ou escutadas. A parte dos arquivos "endormecidos" é aqui confrontada, no mínimo por alguns destes materiais ou episódios, com a memória viva dos indivíduos. O que retém o sentido que os *Kágados* conferem ao vivido "em pessoa" ou ainda a uma história dita ou transcrita dependente, para o pesquisador, de dados "frios".

Considerando-se os aspectos informais, ainda que estruturantes, dos *Kágados*, é possível descobrir sinais identitários e formas expressivas. A análise se focaliza nos arquivos, documentários e memoriais, afim de fazê-los “falar” através das propostas ou dos costumes dos próprios indivíduos.

O primeiro dos elementos identitários não é outro senão o próprio nome “*Kágados*”. Esta designação que remete a uma entidade coletiva representa além disso na vertente da identidade/identificação já que ela atua, sobretudo nas situações formais e escritas (as públicas, reuniões, correspondências...), enquanto termo de referência e de endereço. A *república dos Kágados* data do 1º de dezembro de 1933; ela foi fundada por estudantes da região do Minho⁴⁴, em consequência de uma sessão da *república Porvir*, fundada quinze anos antes. Na fotografia dos “fundadores”, está escrito “cágados”; somente em 1943 (quando do 1º “milionário”) que a letra “k”, de ar mais sábio e exótico, substitui o “c” de origem. Se retivermos o jogo de palavras libertino (*kágado/cagar*) e as diversas variações de sentido que o vocábulo recobre, especialmente no que designa um tipo de tartaruga (*cágado*), ou antes a imagem social deste animal aquático, os membros, atuais ou antigos (os “velhinhos”), se referem a alguém como lento (nos estudos), ou “astuto” (manhoso) e “esperto” (finório) na vida. No quotidiano, toda uma série de termos começando pela letra “c” é reescrita com um “k”. Esta letra serve para aproximar do nome da casa, começando pela própria palavra “*kasa*”. Esta grafia circula entre eles próprios, entre iniciados ou diante das outras *repúblicas*. Ela prolifera nas várias correspondências e todos os tipos de documentos. A “*kasa*” então não designa uma casa qualquer, mas a “*nossa*” tornada referencial. A letra “k” se aplica igualmente a outros vocábulos específicos ligados aos *Kágados* tais como “*komensais*”, “*kandidatos*”, “*karaça*” ou (velha) “*karapaça*” em relação ao *habitat* que é a *república*. Quando foi necessário encontrar um nome para a revista de poesia dos *Kágados*, o título foi naturalmente ortografado “*Riskos e Kakos*”. Do mesmo modo, um afresco estudantil datando de 1964, tendo por acaso sobrevivido à *tabula rasa* do 25 de Abril de 1974 e

⁴⁴ Esta origem se reflete no hino da casa: Sou do Minho / Sou do Minho / Sou do Minho Litoral / Quem não conhece o Minho / Não conhece Portugal.

aos trabalhos efetuados na casa entre 1994 e 1997, representa a "santa ceia". No lugar de Jesus Cristo, reina um "J.K." sacralizado e mítico (no *Bota-Abaixo* o "Bispo" é um antigo que se tornou "espírito"). Esta grafia identitária não é privada de humor. Ela instaura entre os residentes uma certa distância lúdica em consideração a seus próprios costumes. Sinal de reconhecimento e manifestação afetuosa, ela torna mais sensível uma boa convivência.

Existe uma linguagem relativa às *repúblicas* ou a algumas delas somente. Como em Ouro Preto, os *Kágados* possuem sua fala. Esta se limita a algumas palavras ou expressões conhecidas e partilhadas por todos os "membros", no sentido etnometodológico. Nós já assinalamos que nas *repúblicas* o costume de nomear diferentes "ministros" se estabeleceu há algum tempo. Para os *Kágados*, estão distintos, de acordo com sua competência pessoal, os "ministros" das finanças, dos assuntos exteriores, do patrimônio artístico ou ainda da cultura e das relações comunitárias. Enfim, uma pequena comunidade estudantil como os *Kágados* inventa apelidos ou alcunhas, a partir do nome, do físico, do caráter ou ainda de episódios fundadores. Às vezes eles se convertem nas "identidades apenas nominais": "Barbas", "Sá Carneiro", "Morcego", "Mimi", "Serginho", "Maria Galega", "M&M'S", "Os três rapozinhos". Do mesmo modo, na mais pura improvisação, por empréstimos ou "alterações", a casa fabrica palavras ou expressões que são também de *private jokes*: "miau", "bota-lh'azeite", "es uma fera", etc. Estes códigos favorecem uma cumplicidade calorosa e um conhecimento íntimo. Eles são o reflexo de interações quotidianas, de ligações familiares entre membros ou entre amigos saídos da vizinhança e que se encontram todos os dias nos cafés.

As formas expressivas constituem a segunda pista explorada a partir de arquivos, no sentido da definição deste termo. Estas formas expressivas procedem da criação individual ou coletiva, mas sempre num contexto "de conjunto" e específico. Se elas contêm um toque estético, elas se prendem pouco num formalismo de linha apurada, abrindo, ao contrário, para finalidades sociais, lúdicas ou políticas. Elas se indexam então, a um contexto cultural e ocasional, onde a parte informal e recreativa desempenha um papel importante. Nós já pudemos observar que as *repúblicas* são lugares inventivos, desenvolvendo atividades sociais, gráficas, e culturais.

Aqui, reteremos apenas um exemplo de criação. Trata-se de desenhos produzidos, espontaneamente, pela “administração kagadal”. Lembramos que o administrador(a)⁴⁵ é o “elemento” que está encarregado, por um mês, da gestão da cozinha, em particular das despesas e das compras de comida e do cálculo mensal das cotas individuais dos “elementos de casa” e dos “comensais” em função do número global de refeições, do “IRAK”⁴⁶, dos gastos correntes da casa (água, gás, eletricidade, aluguel) e dos atrasos ou os adiantamentos financeiros eventuais efetuados ao longo do mês decorrido. As somas que daí resultam, são devidas por cada pessoa. Elas são seguidas do nome (ou apelido) respectivo dos beneficiários e são expostas na cozinha para os interessados. Durante os anos 1994-1995, as diferentes “administrações”, imitando-se mutuamente, ultrapassaram estes aspectos técnicos e funcionais para brincar com a identidade de cada membro, quer ele fosse “elemento de casa”, ou “comensal”.

De fato, entre os arquivos da casa, se encontram caricaturas, representando cada um dos “moradores” na forma de um animal. A técnica da caricatura tende aqui à “animalização” das pessoas, tornando salientes seus traços e defeitos graças ao aumento de alguns detalhes e a uma cristalização desses “defeitos” levados por uma linha gráfica e textual. Com a ajuda de um ex-aluno, eu compreendi o quanto este grafismo informal, de aparência insignificante, aponta muito melhor que um texto ou uma palavra, certas normas coletivas a respeitar e certos valores “transgredidos” assim figurados. Estes retratos, oscilando entre os *cartoons* e a “carga”, entre a leveza da situação e a crítica, revelando ao mesmo tempo, de uma maneira extremamente sutil e com uma parcela de talento e brincadeira, a personalidade de cada um dos estudantes em favor das relações longas e quotidianas.

⁴⁵ Ao fim do século XIX, ele é chamado de “bolsa”. Deve-se reconhecer neste termo uma referência à *bursa* que, na Idade Média, designava ao mesmo tempo o estudante “bolsista” e um tipo de alojamento “econômico”?

⁴⁶ O “Irak” designa o Imposto Revolucionário da Alimentação Kagadal. Trata-se de uma parcela fixada - evolutiva - pagada por cada elemento de casa e comensal, e cuja soma pode ser superior ao salário pago à cozinheira, cujo montante em 2001 era de 68 contos.

O Conselho de Repúblicas

O "Conselho de Repúblicas" (CR) foi criado em 1948 afim de defender os interesses das casas e de estabelecer entre elas "um tratado de concordia e de amizade". Os *Kágados* assumiram a presidência do CR ao longo de dez anos, na qualidade de *república* mais antiga.

As reuniões do CR acontecem à noite, quase nunca começando antes da meia-noite, antes da chegada dos representantes de todas as *repúblicas* ou de todas as delegações. Elas se prolongam até às 7 horas ou mais, depois de uma noite em branco ao mesmo tempo fascinante e cheia de experiências, passada em infinitas conversas e votos, em contestações e em conflitos geralmente controlados.

A regra de funcionamento do CR consiste na palavra rotativa entre as casas presentes, através de seus/suas representantes ou delegados/as; algumas casas conferem seu poder de voto a uma outra casa, freqüentemente amiga. A "casa" é aqui a unidade operante e referente. É a residência que convoca aquela que organiza o debate, colocando eventualmente à disposição, comidas e bebidas. Após uma inscrição prévia das casas que pedem a palavra para (contra-) argumentar sobre um determinado ponto ou fazer uma proposta destinada a ser discutida e votada, cada uma se expressa de acordo com a ordem na lista previamente estabelecida, sem nenhuma outra forma de prerrogativa ou de precedência. É quase sempre um/s elemento/s de casa que vai/vão a estas reuniões, mas acontece de um ou dois comensais de confiança serem aí apresentados em nome da entidade que eles encarnam e cujos interesses eles defendem. Nas reuniões mais importantes, onde são discutidos assuntos julgados essenciais, o Mor ou os moradores mais antigos tomam de bom grado a palavra.

Nós poderemos agora descrever um exemplo de reunião do CR que remonta ao ano 2000. No caso analisado, diferentes agrupamentos trataram de um único assunto. Ele se mostrou complexo pelos interesses divergentes entre as casas, pelos procedimentos colocados em prática, pelas polêmicas e as múltiplas questões funcionais ou éticas levantadas. O tema destas reuniões estava relacionado à divisão (com suas modalidades e seus

princípios) de uma ajuda financeira de 55.000 contos concedida pelo Estado ao conjunto das *repúblicas* de Coimbra.

Uma primeira reunião de informação, em dezembro, aconteceu na sede dos Serviços Sociais, em sequência à convocação de todas as *repúblicas* por parte de seu diretor. O Dr. Luzio Vaz, depositário da soma monetária, lembrou um princípio geral, ainda que central: são as *repúblicas* que, coletivamente e entre elas, decidem de uma maneira soberana a respeito do destino a dar ao dinheiro que lhes foi destinado. As reuniões seguintes entre as partes concernentes, revelaram de uma só vez, dificuldades quase insuperáveis. Estas são devidas, em parte, ao egoísmo e ao "protagonismo" de algumas casas (como lhes foi reprovado) diante de um "maná" financeiro inesperado⁴⁷. Mas elas provêm talvez, sobretudo da necessidade de articular, em prática, valores de igualdade e de solidariedade reguladoras do CR e o princípio, concreto, de equidade necessitando de tratar "desigualmente" das casas iguais de acordo com suas necessidades (que elas deviam definir e hierarquizar). Além do mais, a situação se encontra complicada pela regra de voto que funciona com a unanimidade das 27 casas.

O debate logo se polarizou na *república Kimbo dos Sobas* cuja estrutura corre o risco de desmoronar por causa das falhas perigosas no nível das fundações. Os *Kágados* insistiram, de início e até o fim, sobre a importância dos valores e dos princípios de igualdade e de solidariedade que subentendem, e condicionam toda ação ou decisão do CR, enquanto órgão que emana e encarna o conjunto das casas. A questão se colocou acerca do realojamento urgente, e provisório, dos membros do *Kimbo* e da reconstrução de seu *habitat*, e até da compra de uma outra casa. Num primeiro momento, os interessados deram preferência à reconstrução de sua

⁴⁷ Observamos de passagem que quando o Estado, em duas retomadas (1991 e 1995), concedeu às *repúblicas* uma outra grande soma em dinheiro (15 000 + 50 000 contos) que serviu para a restauração de algumas casas bastante deterioradas, como a dos *Kágados* ou a dos *Rás-Te-Parta*, isso foi motivo de polêmica. Estas casas, por terem ousado receber dinheiro do Estado, foram chamadas de "vendidas". Nada parecido aconteceu em 2000/2001. É possível enumerar algumas das razões: uma vetustez no aumento de casas necessitando de urgência nos trabalhos; um meio estudantil globalmente menos politizado hoje em dia, uma abertura relativa das casas ainda que ciumentas de sua autonomia material e de sua independência espiritual e quase territorial.

residência por razões afetivas e de continuidade: os antigos se confundem com as paredes carregadas de história(s) e todos se identificam com o lugar da *república*⁴⁸. Antes de chegar, depois de várias seções, mais ou menos a um consenso, sobre a prioridade do *Kimbo* em termos tanto de urgência como da importância dos trabalhos a realizar, outras *repúblicas* fizeram valer suas próprias necessidades, vitais ou "de conforto" (estas categorias foram longamente discutidas e criticadas), estimando estar no seu direito de obter sua "parte", precisamente, enquanto *repúblicas*. Duas outras puderam acusar, de passagem, o *Kimbo* de "aproveitar" da ocasião da vinda do dinheiro para se mover. A idéia de conceder uma parte dos 55.000 contos ao *Kimbo* (seja 10.000 contos), paralisou-se em um primeiro momento; era necessário ainda se colocar em acordo sobre os critérios e as modalidades de atribuição da quantidade restante.

A escolha do modo de cálculo da divisão do dinheiro assim como da hierarquização das prioridades no que concerne às necessidades ou os trabalhos constituíram outros obstáculos. Estes problemas foram assim, o tema de longas argumentações e de duras negociações conduzindo à formulação de propostas e contrapropostas, antes de submetê-las à aprovação geral. Uma das críticas, formulada nos bastidores, apontava tal modo de cálculo considerado como favorável a certas casas, dentre as quais estranhamente aquela que defendia este mesmo sistema de cálculo - suspeitaram alguns. As casas acabaram por se organizar em torno de duas posições principais. Entre as divergências de idéias formuladas se deixa às vezes adivinhar um certo grau de antagonismo, ou de protagonismo, entre os grupos de casas (um dos

⁴⁸ Um dos moradores mais idosos do *Kimbo*, depois da mudança provisória, ficou sozinho na casa, por razões afetivas. A mesma situação aconteceu alguns anos antes na *Kágados* uma vez que, a um dado momento restava apenas um *elemento* em permanência, falta de novos recrutamentos, sem dúvida, mas também por "resistência" diante da ausência de ajudas institucionais e para não abandonar "a velha karapaça". Quando a *república dos Kágados* se tornou inabitável com os anos, e sobretudo em consequência de chuvas contínuas se infiltrando nas paredes até as fundações, provocando até o desmoronamento de uma parte do telhado e do teto do banheiro no início do ano 1983, os *Kágados* unânimes, através da voz de seu *Mor*, declararam em um jornal: " *não sairemos, mesmo que [a casa] caia...se cair será conosco lá dentro porque recusámo-nos a abandonar o que nos pertence e pertenceu a tantas gerações de estudantes* ".

presentes falou em “*blocos*”) - o que, por outro lado, não escapou aos próprios atores. A respeito da avaliação das prioridades de cada entidade, donde se seguiria a distribuição do dinheiro ao *prorata* das necessidades respectivas, decidiram chamar uma comissão exterior de *experts* (engenheiros civis) que deveria integrar moradores de *repúblicas* pagos pelo CR. O recurso aos *experts* não traduz somente, ao que parece, um domínio dos critérios técnico-racionais (visíveis além disso, na seqüência de modos de cálculos complexos ao longo dos debates) e uma dificuldade por parte do CR de solucionar seus próprios problemas: a tomada em conta de normas externas, tendo força decisiva, pode ser vista como um indício do enfraquecimento de sua autonomia e de sua capacidade de domínio sobre seus próprios membros (alguns - novatos, aliás - puderam mesmo levantar a questão da utilidade do CR e de sua capacidade de resolver o problema).

Depois disso, outras propostas surgiram de iniciativas pessoais de duas casas, como a organização de “*soirée*” musical (Sarau) no Teatro Académico Gil Vicente a fim de recolher fundos para o *Kimbo*. Enquanto esperavam, os membros do *Kimbo*, se instalaram provisoriamente em um outro alojamento próximo ao antigo; eles organizaram aí uma festa de instalação para a qual eles convidaram as casas que lhes apoiaram no CR. Como espaço sobretudo funcional, e transitório (os objetos e as lembranças ficaram um tempo na *república*), eles reorganizaram ali seu cotidiano, até que eles pudessem encontrar uma nova casa suscetível de ser convertida em *república*.

Conclusão

Enfim, é possível dar uma definição mais completa da *república*, pelo menos de sua versão coimbrã e atual. Ela pode ser caracterizada a partir de vários critérios convergentes, marcados pelo sinal de ligação (significado aqui pelos radicais “*co/com*”).

Assim uma *república* de estudantes é uma casa comunitária que se funda numa coabitação espacial de seus membros *efetivos* e *a experiência*, masculinos ou femininos, e à qual se integram *comensais*. Esta copresença de pessoas cooptadas (colegas de curso, conterrâneos, indivíduos recomendados) se prolonga sobre uma

linha geracional: os “antigos”. Ela favorece uma multiplicidade de interações, individuais ou de grupo e uma forma de cooperação, participativa e rotativa. Esta cooperação econômica se duplica sobretudo, com um estilo de vida identificado a um companheirismo convival. Às ligações de reciprocidade e a uma ética de confiança que unem os membros entre si, acrescenta-se um sentimento de pertença a uma mesma casa. Esta é constitutiva de uma unicidade intra e inter-geracional. As *repúblicas* estão conectadas entre si pelo viés (quase-institucional) do *Conselho de Repúblicas* e, ordinariamente por relações mútuas, de natureza amical, intelectual ou cultural.

Uma ilusão, socialmente bem fundamentada, faz remontar as *repúblicas* a uma época retrógrada. A mesma lógica, misturando crenças e representações coletivas, considera a Universidade atual como uma instituição “fundada por Dom Dinis”. Estes mitos, conservados, são sem dúvida providos de uma razão e de uma eficácia. Eles repousam na aparência de um *continuum* material (a *república* ou a Universidade) e textual (arquivos da casa ou *Estatutos* da Universidade). A reativação de histórias e a conservação de uma memória coletiva unem os moradores de uma mesma *república*. Além disso, a *domus universitaria* que é a Universidade, é sinônimo de *Alma Mater*⁴⁹ tanto para os estudantes quanto para os professores, da qual se consideram afetuosamente, os filhos. A Praxe acadêmica também, apesar de suas formas transgressoras, lúdicas ou paródicas é, ela própria, filha da Universidade.

⁴⁹ *Domus universitaria* significa casa universitária e *Alma Mater*, Mãe [sustentadora] da Alma. A primeira expressão surgiu em uma carta coletiva dos estudantes de Coimbra, datada de abril de 1925 (*apud* Joaquim Ferreira Gomes, *A Universidade de Coimbra durante a Primeira República (1910-1926)*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 1990, p. 420).

1. *Introduction*
 2. *Methodology*
 3. *Results*
 4. *Discussion*
 5. *Conclusion*
 6. *References*
 7. *Appendix*
 8. *Notes*
 9. *Tables*
 10. *Figures*
 11. *Tables*
 12. *Figures*
 13. *Tables*
 14. *Figures*
 15. *Tables*
 16. *Figures*
 17. *Tables*
 18. *Figures*
 19. *Tables*
 20. *Figures*
 21. *Tables*
 22. *Figures*
 23. *Tables*
 24. *Figures*
 25. *Tables*
 26. *Figures*
 27. *Tables*
 28. *Figures*
 29. *Tables*
 30. *Figures*
 31. *Tables*
 32. *Figures*
 33. *Tables*
 34. *Figures*
 35. *Tables*
 36. *Figures*
 37. *Tables*
 38. *Figures*
 39. *Tables*
 40. *Figures*
 41. *Tables*
 42. *Figures*
 43. *Tables*
 44. *Figures*
 45. *Tables*
 46. *Figures*
 47. *Tables*
 48. *Figures*
 49. *Tables*
 50. *Figures*
 51. *Tables*
 52. *Figures*
 53. *Tables*
 54. *Figures*
 55. *Tables*
 56. *Figures*
 57. *Tables*
 58. *Figures*
 59. *Tables*
 60. *Figures*
 61. *Tables*
 62. *Figures*
 63. *Tables*
 64. *Figures*
 65. *Tables*
 66. *Figures*
 67. *Tables*
 68. *Figures*
 69. *Tables*
 70. *Figures*
 71. *Tables*
 72. *Figures*
 73. *Tables*
 74. *Figures*
 75. *Tables*
 76. *Figures*
 77. *Tables*
 78. *Figures*
 79. *Tables*
 80. *Figures*
 81. *Tables*
 82. *Figures*
 83. *Tables*
 84. *Figures*
 85. *Tables*
 86. *Figures*
 87. *Tables*
 88. *Figures*
 89. *Tables*
 90. *Figures*
 91. *Tables*
 92. *Figures*
 93. *Tables*
 94. *Figures*
 95. *Tables*
 96. *Figures*
 97. *Tables*
 98. *Figures*
 99. *Tables*
 100. *Figures*

101. *Tables*
 102. *Figures*
 103. *Tables*
 104. *Figures*
 105. *Tables*
 106. *Figures*
 107. *Tables*
 108. *Figures*
 109. *Tables*
 110. *Figures*
 111. *Tables*
 112. *Figures*
 113. *Tables*
 114. *Figures*
 115. *Tables*
 116. *Figures*
 117. *Tables*
 118. *Figures*
 119. *Tables*
 120. *Figures*
 121. *Tables*
 122. *Figures*
 123. *Tables*
 124. *Figures*
 125. *Tables*
 126. *Figures*
 127. *Tables*
 128. *Figures*
 129. *Tables*
 130. *Figures*
 131. *Tables*
 132. *Figures*
 133. *Tables*
 134. *Figures*
 135. *Tables*
 136. *Figures*
 137. *Tables*
 138. *Figures*
 139. *Tables*
 140. *Figures*
 141. *Tables*
 142. *Figures*
 143. *Tables*
 144. *Figures*
 145. *Tables*
 146. *Figures*
 147. *Tables*
 148. *Figures*
 149. *Tables*
 150. *Figures*
 151. *Tables*
 152. *Figures*
 153. *Tables*
 154. *Figures*
 155. *Tables*
 156. *Figures*
 157. *Tables*
 158. *Figures*
 159. *Tables*
 160. *Figures*
 161. *Tables*
 162. *Figures*
 163. *Tables*
 164. *Figures*
 165. *Tables*
 166. *Figures*
 167. *Tables*
 168. *Figures*
 169. *Tables*
 170. *Figures*
 171. *Tables*
 172. *Figures*
 173. *Tables*
 174. *Figures*
 175. *Tables*
 176. *Figures*
 177. *Tables*
 178. *Figures*
 179. *Tables*
 180. *Figures*
 181. *Tables*
 182. *Figures*
 183. *Tables*
 184. *Figures*
 185. *Tables*
 186. *Figures*
 187. *Tables*
 188. *Figures*
 189. *Tables*
 190. *Figures*
 191. *Tables*
 192. *Figures*
 193. *Tables*
 194. *Figures*
 195. *Tables*
 196. *Figures*
 197. *Tables*
 198. *Figures*
 199. *Tables*
 200. *Figures*

A CIA E A UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO¹

Craig Hendricks

Recebi uma bolsa da Fulbright-Hayes para estudar história do Brasil em 1973-74. Trabalhei primeiro na Bahia com uma bolsa da Fundação Ford, junto com o Prof. Harry Mackler da Universidade de Toronto, depois fui para Pernambuco em agosto de 1973 para começar a pesquisar para meu doutorado em Recife. Meu orientador era o Dr. Robert Levine, da State University of New York at Stony Brook (SUNY-Stony Brook) O foco da minha pesquisa era a Faculdade de Direito do Recife e seu papel na formação de bacharéis e políticos entre os anos de 1870 a 1930. Concluí o doutorado em 1977, com a tese "Educação e Permanência da Estrutura Social: FDR, 1870-1939". Morei em Recife desde agosto de 1974 a julho de 1974.

Meu trabalho em Recife foi maravilhoso. Eu aproveitei muito meu tempo de pesquisa; eu apreciei ter aprendido sobre a América Latina, sobre o Brasil e sobre o nordeste brasileiro. Ninguém me fez nenhum tipo de restrição, as pessoas foram muito prestativas e gentis, como os brasileiros sempre são. Provavelmente achavam estranho que um estudante americano se interessasse pela FDR (Faculdade de Direito do Recife), mas todo mundo foi sempre cortês e amável comigo.

Leio jornais e revistas brasileiras, vejo televisão, tenho ido a concertos e falado com amigos sobre a ditadura no Brasil. Foi um tempo muito difícil para o país e para os brasileiros. Como um estudante americano, eu estava tão absorvido pela minha pesquisa e pela tentativa de entender a história do Brasil, que nem cheguei a ficar profundamente envolvido com os aspectos políticos enquanto estava no Brasil, salvo para observar de que modo a ditadura influenciava a vida cotidiana.

¹ Texto produzido a partir da entrevista ao historiador Otávio Luiz Machado, em 2005.

Fui muito ajudado pelo maravilhoso pessoal da biblioteca da Faculdade de Direito; os atendentes e bibliotecários foram sempre muito prestativos comigo. O Arquivo do Estado foi particularmente útil para mim, fornecendo informação, documentos e idéias relativos à história de Pernambuco. Os funcionários do Arquivo foram muito amáveis e generosos. Posso dizer o mesmo sobre os professores e bibliotecários da UFPE.

Na verdade, não passei muito tempo na UFPE em 1973, por isso a situação política era bastante desconhecida para mim.

Quando estive em Pernambuco em 1973-74, tive contato com vários funcionários americanos do consulado dos Estados Unidos no Recife, como também com pessoas que trabalhavam para a Agência de Informação dos Estados Unidos (USIA) em Recife. Todos foram cordiais comigo, e me ajudaram a encontrar apartamento, em agilizar meus cheques vindos da Fundação Fulbright, e também me convidaram para participar em eventos sociais no consulado. Nunca soube, enquanto estive no Recife, se alguém que encontrara era um agente de inteligência ou se estava colhendo informações. Apenas tive alguma suspeita disso quando voltei a New York e falei sobre a minha temporada no Brasil com amigos e colegas. Um funcionário com quem eu tinha falado várias vezes em Recife me perguntara se eu estava interessado em trabalhar para o governo dos Estados Unidos quando retornasse a meu país. Eu não estava interessado, e ele nunca voltou a me procurar. Em alguns eventos sociais do consulado, várias pessoas me perguntavam sobre a minha pesquisa, fazendo perguntas gerais sobre a situação entre os estudantes da FDR; o que era que estavam dizendo, ou sobre que discutiam, esse tipo de coisas. Ficava feliz em falar da minha pesquisa, e foi isso o que fiz. Tratava-se principalmente sobre aquilo que os professores de direito estavam escrevendo nos 1890 e assuntos desse tipo, ou sobre as grandes questões das reformas da lei depois de 1891. Mas eu não sabia nada sobre aquilo que os estudantes pudessem estar pensando ou discutindo politicamente na FDR. Os brasileiros que eu conhecia falavam sobre futebol, Copa do Mundo e música—MPB (anos 70). Portanto, eu não ia ser muito útil, se alguém quisesse extrair de mim alguma informação valiosa.

Acredito mesmo que deve ter havido um trabalho de inteligência levado a cabo por funcionários americanos no Recife, e no resto do Brasil—era um país de grande interesse para os

americanos nos anos 70. Muito investimento americano, muitos receios sobre o Chile, e sobre outros lugares. Tenho certeza que o Brasil atraiu muita atenção do Departamento de Estado comandado por Henry Kissinger em 1973-1974.

O seqüestro de Elbrick, a relevância do Brasil para a política americana na América Latina, tudo tendia a focalizar a atenção nas relações entre o Brasil e os Estados Unidos. A esquerda era fraca nos anos 70; e a ditadura era poderosa e a repressão intensa. Lembra dos debates dos militares brasileiros entre os "linha dura" e os que defendiam alguma distensão? Era uma época muito interessante e difícil para o Brasil, e a política Americana geralmente deu apoio aos militares justamente porque os militares apoiavam a política americana no continente—no Chile, em El Salvador e na Cuba de Castro.

Eu apreciei a minha temporada no Brasil. Os brasileiros que encontrei foram maravilhosos, gentis e generosos e sempre dispostos a me ajudar e a facilitar a minha pesquisa na FDR.

ANÁLISE DO DISCURSO DO NOVO MOVIMENTO ESTUDANTIL¹

Luiz Carlos Pinto
Maurício Antunes Tavares
Otávio Luiz Machado

Introdução

As expectativas com que nossa sociedade trata a juventude vem de uma visão nostálgica e romanceada da memória do passado. Nesta tarefa de buscar no passado um mapa para juventude atual acaba desfavorecendo uma rigor histórico, desconsiderando contextos e sujeitos. Como acontece com outras fases da vida - como infância, velhice, etc - a juventude é definida quase que exclusivamente a partir da idade biológica, ficando em segundo plano aspectos relacionados às experiências dos sujeitos reais. Assim, a divisão cronológica pura e simples do ciclo da vida, sem considerar as diferenças históricas, culturais, econômicas, sociais e étnicas entre os grupos etários, induz a homogeneização de conceitos teóricos absolutos e abstratos, projetados como totalidades sociais, embora distantes das experiências de vida dos grupos reais (BOURDIEU, 1983).

A tônica do discurso construído pela indústria cultural, estimulada pela velocidade da técnica, transformam os conteúdos e significados das representações sociais da experiência de “ser jovem”, relacionando esta com a velocidade, agilidade, com os riscos, como indica a valorização dos esportes radicais apoiados em instrumentos ou no controle, pretensamente absoluto, do corpo (RIBEIRO, 1997). O corpo jovem é agora glamurizado, convertido em corpo ideal para qualquer idade biológica do homem e da mulher e a juventude é equiparada a um estado de bem-estar e disposição física e mental que pode ser apropriado pelos adultos de “meia-idade”, como um produto de consumo.

¹ O presente artigo reúne algumas conclusões dos autores, que foram objeto de trabalho da disciplina Teoria do Discurso e Análise do Discurso, ministrada pelos docentes Joanildo Burity e Remo Mutzemberg no PPGS/UFPE durante o primeiro semestre de 2006.

A juventude não é um estado, mas uma construção sociocultural que ocorre num tempo histórico determinado. As diferenças das juventudes ao longo da história são enormes. O retorno da juventude como categoria analítica que ocupa o centro das atenções de muitos pesquisadores e organismos internacionais, se dá muito em função deste ser um dos grupos mais sensíveis às transformações sociais, econômicas e culturais que têm impactado quase todas as sociedades afetadas pela globalização e pela reestruturação produtiva. Assim, na verdade, a pauta que está associada à juventude tem a ver com as conseqüências da "modernização" imposta pelas forças hegemônicas do capital, que se traduzem nos seguintes termos cunhados por cientistas sociais e jornalistas: desemprego juvenil, violência juvenil, exclusão juvenil, cultura juvenil. Assim, de uma forma genérica, a juventude é evocada como o grupo que tem que vencer os maiores obstáculos para projetar seu futuro em meio a um mundo em mudanças.

A contribuição de Foracchi (1965, 1972) para a compreensão da condição juvenil nos anos 60 - período profundamente marcado pela participação política dos jovens no movimento estudantil - foi fundamental por ter conseguido desenhar com clareza teórica os traços sociológicos da problemática da juventude em suas relações com a estrutura da sociedade, com a universidade, com a família e com seu grupo político de referência. Ao considerar que em cada sociedade houve um "diálogo" singular com a juventude mostrou-a no modo ambivalente de ter um papel social, atribuído e delimitado pela idade, pelo direito e protagonista em alguns momentos das relações societárias e culturais, percebendo, porém, que a intensidade de suas experiências dependem destas mesmas relações preparadoras da vida adulta.

Nessas relações intergeracionais são elaboradas projeções sobre o futuro dos jovens, que ora se revelam claramente em situações como na instituição da herança, ora estão embutidas nas entrelinhas das discussões sobre estudos, carreira profissional, casamento, etc. Isto porque as relações sociais intergeracionais contribuem para a transmissão de práticas e de idéias arraigadas no sistema social, constituídas como parte da cultura dominante - como mecanismos de transmissão e (re)criação cultural - tornando evidente a equivalência entre o sistema de normas da sociedade global e o sistema de normas da família: *"Assumir-se adulto*

corresponde ao esforço de colocar-se diante das opções da vida que o sistema apresenta e enfrentá-las como tais” (FORACCHI, 1972: 30).

No que se refere à questão da participação do jovem na sociedade, temática que atravessa esta análise sobre o discurso do movimento estudantil atual, as expectativas criadas projetam na juventude a capacidade, ou responsabilidade, de transformar a sociedade, de realizar as mudanças necessárias para fazer “um mundo melhor”. Essa projeção se fundamenta em uma memória discursiva associada à juventude dos anos 1960 e 70 que, parte dela, evidentemente, participava de atos de resistência chegando até a pegar em armas na tentativa de resistir à ditadura militar. São esses jovens desta época, ainda, que são identificados como os protagonistas de movimentos pela paz, pela liberação sexual e pela liberalização do uso de drogas. O maio de 68 na França, o dezembro de 68 no Brasil (data da passeata dos Cem mil no Rio de Janeiro), o movimento hippie americano, o movimento negro e o movimento feminista, todos estes acontecimentos fazem parte dessa memória discursiva que coloca o jovem como o agente revolucionário em sociedades ocidentais modernas e capitalistas. Uma projeção baseada na nostalgia e na fixação de um sentido criado a partir de recortes que escolhem focos e escondem cenários. Por exemplo, quando se faz referência a juventude dos anos 60 e 70 focaliza-se aqueles que estiveram engajados nas lutas democráticas, ignorando os demais, a grande maioria, que não participavam destas lutas políticas. Assim, focalizando uma minoria - sem desprezar a importância e a capacidade das minorias para provocar processos de transformação social - produz-se o efeito de pensar toda a juventude em geral daqueles anos como combativa e revolucionária. Complementando esta construção discursiva, quando se faz referência aos jovens de hoje, muitas falas dizem respeito àqueles que não se encontram organizados, pelos menos em organizações socialmente referenciadas - tais como ONG's, associações, grupos culturais, etc - desconsiderando aqueles que estão envolvidos em processos coletivos que visam transformar uma dada realidade. Compara-se uma minoria com uma maioria, contrapõe-se parte e todo (NOVAES, 2002). Desta forma, o efeito de sentido provocado pela referência as manifestações estudantis dos anos 60 e 70 é o de desconsiderar a possibilidade do jovem de hoje agir motivado por

interesses coletivos de transformação social. Essa propriedade do discurso de fabricar sentidos e provocar efeitos de sentidos é a responsável pela formação das identidades de sujeitos sociais que estão em relações de força (FOUCAULT, 1987).

Diante de tais referências que foram formando um modelo ideal de juventude e de participação do jovem na sociedade, no sentido weberiano mesmo, não é raro ouvir vozes dizendo sobre a apatia dos jovens atuais, a falta de participação e interesse na política, dizendo que o jovem hoje é individualista e consumista. Para compreender o sentido de participação é preciso estabelecer o elo desta palavra com a formação discursiva em que ela se inscreve (ORLANDI, 2005). Para essa formação discursiva que toma como paradigma de participação dos jovens a geração dos anos 60-70, as formas consagradas como manifestações legítimas de participação política são, principalmente, as passeatas, greves e ocupações, que foram e ainda são utilizadas pelos movimentos sociais chamados "tradicionais", como o sindicalismo. Assim, são estes atos extralinguísticos que completam o sentido da palavra participação, colando o sentido desta aos movimentos sociais e, conseqüentemente, as formações ideológicas das esquerdas que se referem e são referenciadas por práticas sociais determinadas e não por quaisquer práticas.

A quem interessa esse discurso que coloca o jovem de hoje como apático, sem poder e desinteressado pelo poder, numa posição inferior aos jovens de outrora, apresentados como participativos e revolucionários? O que se está tentando encobrir e que sentido se quer fixar à juventude? É preciso considerar que:

Quando se fala em geração, não se está falando apenas da idade biológica, de quem tem 17 ou 18 anos, 23 ou 24 anos. Nas definições de juventude sempre há alguém empurrando alguém para ser jovem e não ter poder, ou alguém que está retirando alguém da juventude e levando-o a entrar na maturidade para trabalhar. (NOVAES, 2002:47)

Juventude e movimento estudantil

Os trabalhos sobre a juventude, movimento estudantil e processos de transformação social do final dos anos 1960, e as duas décadas que se seguiram (POERNER, 1968; GUILHON ALBUQUERQUE,

1977; MARTINS, 1979; MARTINS FILHO, 1987; SANFELICE, 1985; RIBEIRO NETO, 1985), mostraram a presença de estratégias em ações coletivas, marcadas em diversos períodos pelas atuações de toda uma geração que cruzou sua identidade com a das sociedades brasileira e latino americana.

Nos anos 1980, embora de modo reduzido e disperso, as ciências sociais desenvolveram trabalhos sobre os jovens e os demógrafos cobriram demandas que serviram de referência para os estudos sobre a condição da vida e história juvenil, ao enfocarem a condição de estudante-trabalhador ou apenas trabalhador juvenil nos levantamentos estatísticos. Neste período, o desenvolvimento de estudos a partir de noções voltadas para a sociabilidade juvenil nos diferentes espaços de formação identitária (ABRAMO, 1994; SPOSITO, 1994) como o movimento estudantil, grupos de referência e afinidade cultural, inicia um campo fértil de estudos. As noções de transitoriedade, ambigüidade, momento de suspensão da vida social, individuação, vivência de uma crise potencial, estado de revolta e mal estar, constituíram-se como indicadores de observação dos (novos) territórios de produção e reprodução de sociabilidade de jovens que vivem a condição intermediária entre a adolescência e a vida adulta no conjunto das relações sociais contemporâneas.

A observação do movimento juvenil no espaço regulador como a universidade, a família, o trabalho, e fora dele, nos espaços culturais, sociais e de lazer (ABRAMO, 1994; SOUSA, 1999), mostra que os binômios dependência/autonomia; tradição/ruptura; produção/reprodução estão presentes nas práticas socioculturais juvenis, colocando para a pesquisa social a necessidade da compreensão teórica a partir das diferentes condições juvenis.

O final da década de 1990 abre perspectivas nas ciências sociais para a constituição de estudos sobre práticas e movimentos de juventude voltados para as questões contemporâneas com forte ênfase na abordagem histórica e cultural. Numa perspectiva temporal (ANDRADE, 1999, MELLUCCI, 1997, MISCHÉ, 1997, DIÓGENES, 1998) o jovem - estudante, trabalhador, militante político, protagonista cultural - aparece como num processo de "metamorfoses", que não podem ser encontradas em identificações fixas, como um modelo, onde suas intervenções sociais se orientam por uma variedade de cenários e novos sofrimentos modernos

(étnicos, de classe social, de gênero, etc), novas crises relacionadas com o risco de uma dissolução da perspectiva temporal tradicional na qual as suas escolhas e posicionamentos podem ser situados.

Estes estudos vêm mostrando que os jovens ao resignificarem, com os próprios recursos, o projeto social que lhes foi apresentado confirmam, rejeitam, negam, renovam os processos sociais. Criam relações de uma multiplicidade social e cultural que permitem conteúdos próprios de abordagem do seu universo e estimulam a articulação analítica interdisciplinar para a compreensão do seu significado

O jovem de hoje tem outras formas organizativas que passam, geralmente, longe dessas organizações tradicionais sobre as quais está estabelecido o jogo político com suas formas de participação consideradas legítimas pelo sistema político. Grupos que procuram preservar/reinventar tradições étnicas, ou regionais, ou locais; grupos musicais (especialmente de rap) que produzem um discurso de denúncia social muito forte; grupos religiosos que fazem trabalhos pastorais ou mesmo de apoio espiritual a populações em situações de risco; grupos que se mobilizam a partir de situações particulares ao seu bairro/comunidade; grupos que procuram expressar revolta e coragem recorrendo a atos que estão nos limites da legalidade, como os "pixadores" e outros tipos de gangues e galeras, etc. (MINAYO *et al.*, 1999; ALVIM & GOUVEIA, 2000)

Os jovens assumiram pautas individuais de comportamento e ficaram distantes de utopias revolucionárias. O que não significa que não aceitam engajar-se numa causa coletiva, desde que esta respeite sua autonomia individual. A distância do político é marcada pelo "horror" ao centralismo burocrático, ao entendimento da política como causa em si mesma e repleta de bandeiras próximas de uma "aristocracia proletária". A lógica reivindicatória mira-se no presente e não ao futuro. Esvaziaram-se os discursos mas cresceu a atração pelo visual, pelo cultural, pelo diferente, pelo cotidiano e por causas que incitam o seu estilo individual.

Este panorama inicial das questões da juventude e do movimento estudantil constituem o ponto de partida para a análise do discurso da chapa A Ciranda, que ganhou a eleição para o Diretório Central dos Estudantes da UFPE em março de 2006. A análise em seguida foi baseada em material de propaganda que circulou no campo da UFPE em Recife, que compõe o corpus de

análise, juntamente com material de propaganda da chapa Correnteza, concorrente no mesmo processo, material bibliográfico sobre juventude e movimentos sociais, entrevistas com antigos líderes do movimento estudantil, especialmente da União Nacional dos Estudantes (UNE) e dos Centros Populares de Cultura (CPC).

Democracia e participação - Re-encantando o movimento estudantil

De-superficialização e constituição do objeto discursivo

O primeiro objetivo da chapa A Ciranda é o resgate da ação política pelos estudantes, bem como sua relevância para a transformação da sociedade. O texto é direcionado aos estudantes, no contexto da disputa eleitoral pela gestão do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Mas o princípio que norteia o objetivo do resgate da ação política estudantil se projeta para toda a sociedade. E, dessa forma, o texto tem como objetivo secundário fomentar a participação dos universitários no tecido social, transformando-o.

O texto é elaborado por um coletivo de estudantes de vários cursos diferentes que forma a chapa, e é igualmente direcionado ao conjunto maior de estudantes eleitores, na circunstância da disputa eleitoral. Circunstância essa em que a instituição do DCE é considerada, pela representação de A Ciranda, desprovida de seu potencial mobilizador. A Ciranda considera também que o DCE está sendo gerido de forma autoritária e sob o controle de um partido; e além disso sua gestão anterior teria sido marcada pelo desrespeito a normas de proporcionalidade da representação e de funcionamento interno - esse quadro desenhado pela chapa representa também o oposto exato ao que ela se propõe a colocar em prática, se eleita.

A Ciranda afirma em seu texto a necessidade do resgate da legitimidade da entidade, denotando assim que a gestão passada prejudicou a representatividade legítima do DCE. A chapa afirma ainda que de seu conteúdo programático nada será feito em solidão, mas em consonância, interação e diálogo com os estudantes, apontando assim que esses não foram procedimentos postos em prática pela gestão passada.

A Ciranda, dessa maneira, se coloca como oposição à gestão do DCE de então. A partir daí, podemos verificar que, na entrelinha

do dito, a posição-sujeito dos autores do texto aponta para um grupo que está excluído da representação do corpo discente da universidade. Como a idéia de renovação e resgate da atuação política do movimento estudantil é colocada como uma pretensão de atuação em toda a sociedade, e para toda a sociedade, quem fala pelo texto também se coloca contra o *status quo* da sociedade, pois, na superfície desse discurso pelo menos, pretende modifica-la. Na superfície desses discurso quem fala pelo texto está de certa maneira excluído social e insatisfeito com essa situação.

Mas posição-sujeito dos autores do texto não é somente a da esquerda e excluída do processo político em que deve se envolver o movimento estudantil. Essa posição-sujeito advoga para si a capacidade de reconstruir a participação política estudantil na sociedade, e se coloca como a única alternativa possível a esse objetivo. Essa alternativa aparece no texto sob o signo do encantamento, ou do reencantamento. A Ciranda se coloca como a alternativa única de retomada do envolvimento com a política pelas entidades representativas do movimento estudantil, envolvimento crucial para a modificação de toda a sociedade. Há aqui uma relação com a memória.

Pensada em relação ao discurso, falamos da memória como interdiscurso (ORLANDI, 2005). Este está na base do dito aqui, ou melhor, na propaganda eleitoral da chapa A Ciranda. Ele fornece os elementos da significação no discurso que estamos considerando - nesse caso, toda a experiência do movimento estudantil na história do Brasil, e o que se disse e se escreveu sobre ele, sua característica contestatória estão em jogo. Também devem ser consideradas, como elementos do interdiscurso, as formulações passadas sobre voto, eleições universitárias, relações entre entidades estudantis e partidos políticos, reivindicações históricas do movimento estudantil. Esses elementos estão a significar, como uma reverberação, uma memória estruturadora sobre o movimento estudantil.

A memória da experiência do movimento estudantil nos permite entender outras formas como este pode ser realizado. A intenção do movimento estudantil nas décadas de 1960 e 1970, principalmente, apontava para a luta pela democracia no Brasil, igualdade social e distribuição de renda. Parecia se dirigir ainda para os movimentos pela paz, pela liberação sexual e pela

liberalização do uso de drogas (NOVAES, 2002:42). Mais do que temáticas diferentes das atuais, a pauta de atuação parecia mais aberta e claramente política, pautada por uma visão de como o país de veria ser, com a intenção de transformá-lo.

A memória intercede inclusive na composição icônica da propaganda eleitoral de A Ciranda. São utilizadas cores e imagens historicamente associadas às forças de esquerda - é o caso da cor vermelha, abundantemente usada em frases e em desenhos, e a estrela, outro signo cuja lembrança nos evoca a mítica de fundo socialista, em que a estrela é um elemento icônico sempre presente em bandeiras, selos, broches, entre outros.

Há um efeito de sentido que parece ser central na utilização do termo reencantamento. Ele está associado a magia, a encantamento, a atitudes que contornam/driblam as leis que regulam o mundo natural: quem é capaz de realizar encantamentos, magia, é capaz de fazer levitar corpos, mudar cores das pedras, fazer chover, transformar bronze em ouro. Ou criar ilusões de que pode fazer levitar corpos, mudar as cores das pedras, fazer chover, transformar bronze em ouro...

Esse é um elemento do interdiscurso associado ao termo encantamento, sua interseção maravilhosa à concretude natural. No contexto em que as propostas da chapa A Ciranda propõe atuar, ou seja, o mundo social, o que implica a frase "cirandemos para reencantar o movimento estudantil"?

Que evidência explícita produz o termo "reencantamento", no mundo social? Ele parece estar associado à reconquista do encanto, da sedução, do prazer, da magia.

O "reencantamento do movimento estudantil", assim, aponta para a reconquista daquilo que, no movimento estudantil era sedutor, prazeroso, mágico. E também para a sua relevância política no contexto maior em que se localiza e se realiza, a própria sociedade.

O termo ainda aponta para um outro não-dito: o de que a forma de fazer política entre os estudantes, antes do advento d'A Ciranda é chato, monótono, preso a propostas políticas fechadas, exageradamente dependentes das determinações de partidos políticos - nesse sentido, o "cirandar" se opõe àquela práxis do, digamos, movimento estudantil mais tradicional. O "cirandemos" substitui o processo político, como se verá adiante.

Os enunciados nos folhetos associam o objetivo principal de resgate da ação política estudantil à própria dança, na medida em que esta só acontece com a participação integrada dos sujeitos, que se articulam em harmonia para executar os movimentos - ninguém dança ciranda sozinho. São necessárias pelo menos duas pessoas. Assim, não é por acaso que algumas das frases dispostas em evidência nos panfletos remetem a essa integração harmônica: "Ciranda é bom de se dançar de mão com a mão", "Ela é de todos nós, ela é de todos nós", "Não faremos nada em solidão", são exemplos disso.

Mas precisamos passar da superfície lingüística dos enunciados para assim construir o objeto discursivo (ORLANDI, 2005). Por isso, precisamos nos perguntar qual o efeito de sentido por trás de "cirandemos para re-encantar o movimento estudantil". O que não está dito? O que o uso do termo re-encantar, e da lógica evidenciada em seu entorno, podem mostrar além do que é evidente? Estamos preocupados, nessa primeira etapa, em ver a discursividade do material analisado. Esse primeiro lance de análise é de natureza lingüístico enunciativa, em que, no processo de construção do objeto discursivo está sendo considerado o esquecimento número 2 - da instância da enunciação.

Aqui, um parêntesis retroativo. Como mostra Pêcheux (1975), o esquecimento número 2 produz uma ilusão de que há uma relação direta entre pensamento, linguagem e mundo, através de cuja identificação pensamos que o que foi dito só pode sê-lo desta forma e não de outra. É estabelecimento de uma relação natural entre coisa e palavra.

Ainda segundo Pêcheux, o esquecimento número 1 é da ordem da ideologia, atua na instância do inconsciente e é resultado da forma como a ideologia interpela o sujeito. A ele está associado o sonho adâmico.

Mas o que o uso do termo re-encantar, e da lógica evidenciada em seu entorno, podem mostrar além do que é evidente? Para responder às questões acima, será útil elaborar uma paráfrase dessa última frase, lembrando que esse primeiro passo de dessuperficialização procura estabelecer o objeto discursivo. Nosso objetivo é desnaturalizar a ilusão de que aquilo que foi dito só poderia ser dito desta maneira. A composição das famílias parafrásticas relacionam o dito ao não dito, com o que poderia ser

dito, etc. Os dizeres assim observados delimitam as formações discursivas que fazem as palavras significarem (COURTINE, 1984). Uma paráfrase assim concebida poderia ser “dancemos A Ciranda para resgatar (de forma encantada) o movimento estudantil”.

O uso do termo “encantamento” mobiliza efeitos de sentido na interpretação dos autores que obliteram o embate político necessário para alcançar seus objetivos, na qual se inscrevem a luta de classes, a disputa por saberes e por poderes a estes ligados, as contradições internas ao movimento estudantil e ao sistema político-social em que aquele está imerso; escondem o renhido território das disputas contingentes e das disputas estruturais. Toda essa materialidade histórica parece ser camuflada em função da possibilidade de um “re-encantamento”, um resgate plácido e romântico da força política que, historicamente, o movimento estudantil já teve.

Fala-se aqui do apagamento de um processo histórico almejado (o resgate da força legítima do movimento estudantil) e a possibilidade de que este objetivo seja alcançado de forma a-histórica, ou seja, a-política. E por assim dizer, mágica, na medida em que cria a ilusão de que, burlando princípios sociais de interação, desviando-se das contradições inerentes ao mundo social, ignorando a luta de classes e a disputa de saberes a ela vinculada, será possível atribuir vida nova ao movimento estudantil.

A “impressão de realidade”, ou, nas palavras de Orlandi, a ilusão que sobrepõe palavras, idéias e coisas no discurso d’A Ciranda esconde esse objeto discursivo, dessa forma constituído como um processo de despolitização fundamental.

A ilusão a qual nos referimos é a de que o re-encantamento proposto pela A Ciranda parece uma fórmula acabada e viável de recuperação e resgate do movimento estudantil. O objeto discursivo é o de um assujeitamento festivo, sem conseqüências ou que requeira mais envolvimento do que o necessário para dançar uma ciranda: dar as mãos.

Processo discursivo e ideologia

Precisamos agora, partindo do objeto discursivo, relacionar as formações discursivas com a formação ideológica que rege essas relações. O objetivo é entender os processos discursivos que geraram os efeitos de sentidos contidos no discurso da chapa A

Ciranda. O conceito de metáfora em Pêcheux será importante para tanto.

O efeito metafórico é o fenômeno semântico no qual há uma substituição contextual de um sentido. A metáfora não somente constitui (ou reconstitui) sentidos, como também constitui o sujeito. Dito de outra forma, a geração de sentido está sujeita à metáfora, ao deslize de sentido. E demanda, requer, exige, interpretação e por decorrência a historicidade.

O "cirandar" usado pela chapa A Ciranda se apresenta sob um efeito metafórico que correlaciona a dança em si a um efeito de sentido associado à intenção de resgate do movimento estudantil, como já comentado. Pêcheux nos mostra (1969) que as palavras escolhidas remetem a discursos cujos sentidos são originados em diferentes formações discursivas, que, no discurso, se fazem representar pelas ideologias.

A partir disso, a metáfora contida no "cirandar" constitui um sentido vinculado a um discurso, que é por sua vez alimentado por diferentes formações discursivas. Tais formações se representam ideologicamente no discurso, apontando para o encobrimento de que o "resgate" político do movimento estudantil é um processo com custos, obstáculos, divergências, contradições - impuro. Mas, principalmente, aponta para uma desarticulação política fundamental que submerge a práxis crítica em um processo de interação e de ação festivos.

Ainda que o conjunto icônico da propaganda se utilize de referências das esquerdas - cores e símbolos -; e a chapa reivindique e declare autonomia em relação a partidos, sugerindo vinculação à esquerda do espectro político, apesar disso, a propaganda d'A Ciranda não se propõe a mudar a sociedade. Se propõe a re-encantar a sociedade.

O sentido metafórico aqui representado submerge o processo político, estabelece a dispersão programática necessária para qualquer interferência na sociedade, planta o imobilismo que satisfaz e alimenta o próprio *status quo*. O efeito metafórico do re-encantamento guarda palavras que remetem a um interdiscurso de estabilidade, cuja formação ideológica é próprio às forças consideradas retrógradas e conservadoras.

Não é possível contar com as palavras como se elas fossem signos neutros. A sua transparência é intransparente - as palavras

são interpeladas pelos conflitos históricos e sociais pelos quais passam os falantes. É onde se institui sua memória, impregnada de outras vozes, outras vivências, valores e desejos. Essa interpelação constitui a própria não transparência, sua polifonia.

O que equivale dizer que o discurso d'A Ciranda não é um bloco homogêneo. No interior de sua formação discursiva coexistem discursos originários de outras formações discursivas (PÊCHEUX, 1977). É necessário considerar ainda que a ideologia, inseparável de toda formação social, e das contradições desta, é eivada de contradições também. E como é ela, a ideologia, que constitui o discurso e os processos de significação, a contradição não poderia deixar de estar presente no discurso. Por isso, seria ingênuo afirmar que o discurso da chapa A Ciranda é ideologicamente constituído (e constituinte) de uma única cor ou somente uma orientação.

A heterogeneidade que se revela na formação discursiva d'A Ciranda, dialoga com elementos discursivos do movimento estudantil dos anos 1960 e 1970, dominado principalmente por correntes comunistas de vários matizes (trotskistas, maoístas, leninistas...), mas também dialoga com o discurso de novos movimentos sociais, com as reivindicações do feminismo e de minorias étnicas, religiosas e lingüísticas. Assim é que o chamamento à ação coletiva não apaga as possibilidades de atuação mais individualizada, em projetos de esporte, saúde, comunicação, cultura e outros, ressaltando, através do discurso, que o movimento busca ser "leve, crítico e criativo", adjetivos recorrentes na linguagem publicitária atual.

Conforme Pêcheux, existe uma forte articulação entre ideologia e inconsciente, na medida em que ambos operam ocultando a sua própria existência (PÊCHEUX, 1997). A relação entre sujeito e ideologia possibilita fazer a crítica à ilusão da evidência do sujeito e do sentido. "A 'evidência' da identidade esconde o fato e que ela é o resultado de uma identificação-interpelação do sujeito, cuja origem externa, não obstante, é lhe 'estranhamente familiar'" (*idem*, p. 150).

A interpelação d'A Ciranda através dos enunciados "cirandemos para re-encantar o movimento estudantil" e "Ciranda é bom de se dançar de mão com a mão", por exemplo, investe na evidência do sujeito e do sentido para inculcar um imaginário que

sugere a unidade entre ambos. Ou seja, a unidade do sujeito com o mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABRAMO, H. W. (1994). *Cenas juvenis*. São Paulo, Scritta.
- ALVIM, R.; GOUVEIA, P. (2000). *Juventude anos 90: conceitos, imagens, contextos*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- ANDRADE, E. N. (org.) (1999). *Rap e Educação, Rap é Educação*. São Paulo, Summus.
- BOURDIEU, P. (1983). *Questões de sociologia*. São Paulo, Marco Zero.
- COURTINE, J.J. (1984). "Definition d' Orientations Théoriques et Méthodologiques en Analyse de Discours", in *Philosophiques*, Vol IX, n.2, Paris.
- DIÓGENES, G. (1999). *Cartografias da Violência e da Cultura*, São Paulo, AnnaBlume.
- FORACCHI, M. M. (1972). *A Juventude na Sociedade Moderna*. São Paulo, Pioneira.
- _____. (1965). *O estudante na transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1965.
- FOUCAULT, M. (1987). *As palavras e as coisas*. 4ª ed. São Paulo, Martins Fontes.
- _____. (1987) *A arqueologia do saber*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- _____. (1993). *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro, Graal.
- GUILHON ALBUQUERQUE, J. A. (1977). *Movimento estudantil e consciência social na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

- GREGOLIN, M. do R. (2004). *Foucault e Pêcheux na análise do discurso - diálogos & duelos*. São Carlos, Claraluz Editora.
- MAINGUENEAU, D. (1993). *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas, Pontes.
- MARTINS FILHO, J. R. (1987). *Movimento estudantil e ditadura militar*. Campinas, Papyrus.
- MARTINS, L. (1979). A geração AI-5 - um ensaio sobre autoritarismo e alienação. *Ensaio de Opinião*, v. 2, p. 72-103.
- MELLUCCI, A. (1997). Juventude, tempo e movimentos sociais. In: *Revista Brasileira de Educação- ANPED - Juventude e Contemporaneidade*, n.5 e 6, p.5-14.
- MISCHE, A. (1997). De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política, In: *Revista Brasileira de Educação- ANPED- Juventude e Contemporaneidade*, n.5 e 6, p.134-150.
- MINAYO, M. C. S. et al. (1999). *Fala Galera: Juventude, Cidadania e Violência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Garamond.
- NOVAES, R. R. (2002). Juventude e participação social: apontamentos sobre a reinvenção da política. In: ABRAMO, H.W.; FREITAS, M.V.; SPOSITO, M.P. (org.). *Juventude em Debate*. São Paulo, Cortez.
- ORLANDI, E. (2005). *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP, Pontes.
- _____. (1996). *Interpretação*. Petrópolis, Vozes.
- PÊCHEUX, M. (1975). *Les Verités de la Palice*, Maspero, Paris, trad. Brás. *Semântica e Discurso*, E. Orlandi et alii, Editora da Unicamp.
- _____. (1995). *Semântica e discurso*. Campinas, Editora da Unicamp.
- _____. (1997). *Discurso, estrutura ou acontecimento*. Campinas, Pontes.
- POERNER, A. J. (1968). *O poder jovem*. São Paulo, Civilização Brasileira.

- RIBEIRO NETO, A. "Um laço que não nos une mais". *In: Desvios*, São Paulo, n. 4, 1985, p. 58-71.
- RIBEIRO, A. C. T. (1997). Modernidade e risco nas metrópoles brasileiras. *In: CANESQUI, A.M. (org.). Ciências Sociais e Saúde*. São Paulo, Hucitec/Abrasco.
- SANFELICE, J. L. (1985). Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64. Parte 1. *Reflexão*. Campinas, v. 10, n. 31, jan-abr., p. 146-167.
- SOUSA, J. T. P. de. (1999). *Reinvenções da utopia*. São Paulo, Hacker/Fapesp.
- SPOSITO, M. P. (1993). A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e a ação coletiva na cidade. *Tempo Social*, v. 5, n. 1 e 2, p. 161-178.

CASAS DE ESTUDANTES E EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: ASPECTOS SOCIAIS E HISTÓRICOS¹

Otávio Luiz Machado

Introdução

O objetivo principal do texto é recompor alguns aspectos das habitações de estudantes universitários brasileiros. É um tema que estamos trabalhando há vários anos, sendo estimulado em parte pela existência de poucos estudos, assim como da ocorrência de inúmeras visões distorcidas sobre as moradias estudantis no país.

No caso das “repúblicas”, a inserção do estudante neste grupo ocorre com a inculcação de valores como solidariedade, responsabilidade e autonomia. O capital econômico não é o que influencia geralmente o cotidiano das “repúblicas”, pois o capital cultural e social acumulado trocado ao longo de sua vida universitária é o que é decisivo.

Nas repúblicas mais abertas não existem critérios sócio-econômicos na seleção das novas vagas ou na organização do ambiente do espaço da moradia. Diferentemente do que ocorre nas “repúblicas”, nos alojamentos e nas casas de estudantes universitários, o critério central para a entrada do estudante é ser oriundo de famílias de baixa renda².

Assim, a contribuição de todos estes espaços universitários na formação educativa e a própria inclusão maior dos grupos de

¹ Agradeço aos comentários de Luís Antônio Groppo.

² Entendemos como de “baixa renda”, os estudantes que cursam a graduação na universidade e enfrentam dificuldades de manutenção no decorrer dos seus cursos em itens como livros e apostilas, transporte, alimentação e moradia, devido aos seus próprios rendimentos ou de sua família não arcarem adequadamente com todas as despesas, necessitando, desta forma, do apoio da universidade em todos ou em vários destes pontos. A UFPE tem discutido nestes termos (FONTE, 2003), identificando este estudante como aquele cuja família tenha no máximo uma renda de 2 salários mínimos por pessoa. Podem ser chamados em certos momentos estes estudantes de “desprivilegiados”, pois não competem de forma igual com os demais estudantes que pertencem à universidade.

universitários na vida universitária, cremos que é uma problemática importante a ser estudada.

Mas como tratarmos a questão das moradias hoje sem analisar a própria história e formação das mesmas? Ou a história das moradias sem pensarmos a questão no atual momento?

Uma outra grande questão hoje para as universidades é a relação com as cidades. As universidades cada vez mais participam da vida das cidades, bem como as cidades participam mais da vida das universidades. Não existe tanto uma separação, sobretudo quando levamos em conta a vida comunitária de várias repúblicas e casas de estudantes integradas com as cidades nos seus mais diversos aspectos (econômicos, culturais, sociais etc).

Atualmente, a interiorização das universidades é uma prática cada vez mais adotada. Enquanto as primeiras escolas superiores se instalaram preferencialmente em grandes cidades, atualmente as pequenas e médias cidades brasileiras são escolhidas preferencialmente para a instalação de universidades. Em algumas cidades foram instaladas escolas superiores por causa do papel cultural que desempenhavam. Um destaque para as cidades históricas de Ouro Preto, São Luís e Olinda.

O aspecto das moradias dos estudantes e a relação com as cidades é uma questão crucial para Universidades. A Universidade Estadual Paulista (Unesp) é o grande exemplo de interiorização. A UNESP conta com campus em mais de 23 cidades no interior, além do Campus em São Paulo. A Universidade apresentou um estudo sobre o impacto da sua atuação em 14 dessas 23 cidades. O oferecimento de ensino, de produção de conhecimento relevante para estas cidades e prestações de serviços diversificados às suas populações, injeção de recursos via despesas dos funcionários, professores e estudantes foram alguns dos impactos da presença da UNESP nestas cidades (Bovo, 2003). A Unesp oferece moradias próprias aos alunos em vários campi. Também existem muitos alunos que alugam imóveis nestas cidades.

Além das diversas moradias, cremos que um outro ponto de encontro importante nas universidades são os restaurantes universitários (RUs). Eles permitem uma convivência importante entre todos os membros da universidade (estudantes funcionários ou professores).

Não se apoiando apenas no aspecto assistencial - importantes principalmente aos alunos de baixa renda -, os restaurantes universitários, as "repúblicas" e casas de estudantes criam um ambiente que gera aproximação e novas relações entre as pessoas oriundas de classes, culturas e formações diferenciadas. Os almoços coletivos dos estudantes no restaurante universitário, a presença dos grupos de republicanos em festas estudantis ou em solenidades universitárias demonstra que o grupo está unido não apenas em função do espaço físico da casa, mas de outros aspectos apresentados no seu "espírito de corpo".

Bourdieu pensou que todos os corpos dotados de um espírito corporativo - e exemplificando com as *fraternities* e as *sororities* das universidades norte-americanas - tais como as famílias se encontram submetidas a dois sistemas de forças: 1) forças da economia: introduzem tensões, contradições e conflitos; 2) forças da coesão: "que estão vinculadas ao fato de a reprodução do capital, sob suas diferentes formas, depender, em grande parte, da reprodução da unidade familiar" (Bourdieu, 2001b, p. 176-177).

Diferentemente da "habitación de estudiante", que está presente na teoria que Bourdieu e Passeron desenvolveram na França (Bourdieu & Passeron, 1969), outras muitas moradias universitárias não são lugares impostos pelas condições econômicas e sociais dos estudantes. Os critérios sócio-econômicos são suspensos, permitindo que uma maior integração dos estudantes ocorra também numa série de rituais e cerimônias acadêmicas que buscam incessantemente incentivar a troca de capitais com a inculcação de um *habitus* republicano.

Pierre Bourdieu possui enorme contribuição para a teoria social, que está retratada de forma original em diversos trabalhos (Bourdieu, 1969, 1987). Muitos estudos relacionados à educação são estendidos aos de processos de distinção e de produção e reprodução da vida social através de muitas categorias deste teórico, tais como *habitus*, capital cultural e social e poder simbólico. As estratégias de acumulação de capital cultural e social utilizados por estes estudantes, assim como os locais privilegiados para o aprendizado extracurricular no ambiente universitário podem ser refletidos a partir desta perspectiva teórica.

Max Weber (um dos clássicos da teoria social) foi um intelectual que não estudou sistematicamente o tema dos

estudantes universitários e da vida comunitária nas universidades, embora tratasse com destaque diversos aspectos dos *colleges* norte-americanos que se localizavam em cidades pequenas. E que obrigavam os estudantes a habitarem dentro deles exercendo assim um "controle rigoroso sobre o modo de vida dos estudantes" (Weber, 1989, p. 75). Segundo Weber, as opiniões que recebeu em círculos empresariais norte-americanos explicitavam que os *colleges* tinham uma "função" de promover uma formação diferenciada no que tange à preparação dos estudantes em vivenciar de uma mesma experiência universitária, inclusive em instituições instaladas em pequenas cidades.

As grandes levas de estudantes que se deslocam de regiões inteiras para outras é um problema histórico. Na Alemanha, por exemplo, por volta de 1830, ali os estudantes migravam das universidades de inverno do norte para as universidades do verão do sul num movimento constante que passou a atualizar os ritos da vida estudantil coletiva nas pensões e nas cervejarias (Verger, 1996, p. 74).

A construção de um ambiente universitário diversificado também é uma questão universitária relevante:

"Na segunda metade do século XIX, estudantes universitários fundaram diversas organizações como grupos literários, sociedades secretas, times de futebol, clubes sociais, bem como *fraternities* (fraternidades). Estas últimas se constituíam em grupos fechados de estudantes, que residiam juntos em casas localizadas dentro ou na periferia dos *campi* e que, até hoje, podem ser identificadas por letras gregas nas suas fachadas. As primeiras fraternidades eram só para estudantes do sexo masculino. Passado algum tempo as estudantes fundam as *sororities* (irmandades³) para estudantes do sexo feminino. As várias *fraternities* e *sororities* espalhadas por todo o país, formam o *Greek System*, ou seja o sistema grego, que as une para que tenham maior organização. Esse sistema funciona como uma rede de apoio e de contatos sociais. Através dele os estudantes contam com apresentações e/ou recomendações, que

³ O termo *sorority* em inglês é o feminino de *fraternity*. Em português, o termo irmandade tem uma conotação mais religiosa do que de gênero feminino, o que não é o caso na língua inglesa. Por essa razão estarei usando *fraternity* e *sorority* em inglês. Usarei o plural, em português pois engloba os dois termos.

podem facilitar a busca de estágios, empregos, empréstimos e outras facilidades contam também com uma identidade que os diferencia” (Oliven, 2003, s.p).

Mas a permanência em qualquer uma das *fraternities* tinha sempre algumas exigências:

“Para se pertencer a uma *fraternity* não basta pagar uma mensalidade, é preciso se candidatar. O candidato preenche uma ficha com fotografia, dados pessoais, especificando as razões pelas quais elegeu tal fraternidade para pertencer. Quem escolhe os novos sócios são os antigos residentes. É interessante que um candidato que tenha alguém da família que pertence a uma *fraternity*, possui uma chance maior de ser escolhido, ele possui uma *legacy*, ou seja, um legado. Existem alguns rituais referentes à passagem da condição de *pledged*, candidato, a membro da organização, ou seja, *brother* (irmão). O novo membro deve enfrentar desafios que lhe são impostos para mostrar que é merecedor de fazer parte da organização. A cada um dos novos membros selecionados é designado um irmão mais velho, que já mora na residência, para orientar o novato em termos de adaptação à vida no *college* e na *fraternity*. Existe todo um ritual de acolhimento aos novos sócios. Uma vez irmão, se é irmão por toda a vida. O pertencer a uma *fraternidade* exige lealdade, pois a ligação com esta não se encerra com a obtenção do diploma do *college*. Ela, de fato, continua e deve se expressar no apoio financeiro a obras sociais, na ajuda para a construção e manutenção de algumas residências universitárias para novos membros e, principalmente, apoio ao *college*” (idem).

Após uma breve introdução, agora nos deteremos sobre o caso do Brasil, que ao longo dos anos foi formando um conjunto universitário importante.

Um breve história das “repúblicas” universitárias no Brasil

No Brasil, na primeira instituição de educação superior, a Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, criada na capital de São Paulo em 1827, a questão da cidade também foi importante. A

criação de instituições de educação superior geralmente provoca mudanças radicais nas cidades. E maior cidade do Brasil passou por tais questões com os estudantes: "São Paulo era tão pequeno que a chegada de um batalhão foi suficiente para não haver casas para alugar" (Souza Campos, 1954, p. 315).

Em Olinda, também, os estudantes da Faculdade de Direito (criada em 1827) passaram a encantar a histórica cidade com seus violões, flautas e modinhas, assim como em Ouro Preto - escola criada quase duas décadas depois -, traçando à vida da cidade um aspecto romântico e menos sombrio.

O clamor pelas pequenas cidades universitárias foi objeto de preocupação de um dos maiores pensadores brasileiros, Tristão de Athaíde, o Alceu Amoroso Lima:

"Pois aquilo que foi outrora S. Paulo, no tempo em que era a cidade dos estudantes, é hoje Ouro Preto. Seria aqui o lugar ideal para uma grande Universidade. E estou convicto que ainda o será algum dia no futuro, quando os políticos e educadores se convencerem que é nas cidades pequenas que se levantam, em geral, os maiores centros de estudos - Coimbra ou Salamanca, Oxford ou Bohuhe, Cambridge (Harvard) ou Recife." (Athaíde, 1965, p. 5).

A Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, criada na capital de São Paulo no final dos anos 1820 (pertence à Universidade de São Paulo - USP), possuiu a primeira moradia universitária própria de uma instituição escolar, pois nesse período a cidade, então com 10 mil habitantes e considerada a 10ª maior cidade brasileira, ainda não dispunha de muitos imóveis para estudantes. E um conjunto de estudantes forçou a faculdade a abrir no seu mosteiro vagas nos próprios cubículos. Um dos primeiros problemas enfrentados por esta Faculdade quanto ao número de estudantes ocorreu em 1830. Especificamente com a entrada de mais 99 estudantes. E como sua maioria vinha de outras províncias, aí não restou à direção outra decisão a não ser a permissão para que alguns estudantes morassem nos próprios cubículos do mosteiro.

Assim, a primeira moradia própria de uma instituição de educação superior brasileiro funcionou num imóvel de dois andares, no Mosteiro da Ordem Seráfica de São Francisco, prédio de estilo barroco, inaugurado em 1647.

Na Faculdade de Direito de São Paulo, também, surgiram as primeiras casas que, embora não pertencessem à instituição, tinham forte ligação com a mesma pelo fato dos seus ocupantes pertencerem à Faculdade. Funcionava quase como um “anexo” da Faculdade. A designação de outra moradia estudantil existente “quando grupos de estudantes encontravam acomodações em casas, chamavam a estas de ‘repúblicas’” (Dulles, 1984, p. 20), que tinham “um método democrático para a escolha dos dirigentes de seus grupos” (*idem*).

A exibição de uma vida universitária focada em “repúblicas”, bares, dependências da faculdade e outros locais ajudaram na criação de um “espírito universitário”. Tal situação foi exibida na segunda instituição de educação superior do Brasil, fundada na cidade de Olinda, Pernambuco, também tradicional pelas suas “repúblicas”:

“Em Olinda - e mais tarde também em Recife - os estudantes faziam vida em *commum*, morando varios delles em uma só casa com um criado p'ra lhes fazer as compras e preparar a comida; costume igualmente seguido outr'ora pelos estudantes francezes. Reuniam-se assim de preferencia os collegas da mesma provincia, o que não excluía como academicos a solidariedade que existia entre todos. A isso chamavam republicas. Não haveria ahi nessa denominação uma reminiscencia daquellas 'pequenas Republicas', como eram chamados, na Renascença, os estabelecimentos universitários da Hespanha comprehendendo as casas dos estudantes, que também eram privilegiadas? Como se sabe, a independencia desses estabelecimentos era absoluta. Elles gozavam de todas as immunidades, sendo uma das mais apreciadas a prohibição de fazer diligencias policiaes ou judiciaes nas habitações dos lentes e estudantes. Como em todas as Universidades da Europa, a partir do seculo XII em que ellas receberam uma organização mais ou menos semelhantes não só quanto aos cursos e aos estudos, mas também no que diz respeito a corporação de mestres e alumnos, o estudante era naquelles centros uma 'potencia oppressiva, tyrannica, com a qual deviam contar os poderes publicos', diz um escriptor. Também no nosso pequenino centro de Olinda sem os privilegios e as immunidades das universidades medievaes, sem jurisdicção especial e sem a independencia das 'pequenas Repúblicas', da Renascença, tão só por força da tradição, pelos fios de ligação multi-secular dessas instituições o estudante se constituiu uma força. Era na Academia

que se tinha refugiado em um período de revoluções a oposição religiosa e política - esta, sobretudo, que não teria talvez como órgãos senão os jornais dos estudantes” (Nestor, 1930, p. 12-14).

A cidade de Ouro Preto passou a ser a cidade das “repúblicas”, com um sistema estabelecido de casas com preços razoáveis, a partir da transferência da capital de Minas para Belo Horizonte, em 1897, pois

“tinha afamados créditos educacionais. Clima benigno, um tanto frio, excelente. Altitude de 1.100 metros. Água abundante, das melhores do Brasil. Cidade pequena, de vida tranqüila. Ambiente acariciador. Famílias afectuosas, acolhendo estudantes. Vida barata, tão barata, depois da mudança da Capital, que uma casa se alugava por 20\$000. Alguns prédios caíram e outros eram dados para moradia para se conservarem gratuitamente. Em “repúblicas” o estudante podia viver com apenas 100\$0000 mensais! Estudava-se de graça na Escola de Pharmacia e na Escola de Minas” (Racioppi, 1940, p. 13).

No início dos anos 1960, a falta de moradia, sobretudo para estudantes, foi um dos principais problemas para a Escola de Minas de Ouro Preto (EMOP), quando pensava em resolver seus principais problemas de ensino e de administração. Em uma das reuniões da Congregação da EMOP, o Professor Moacyr do Amaral Lisboa levantou algumas questões:

“Alojamentos para alunos, residências para professores, recrutamento de novos elementos para o corpo docente e produção de trabalhos técnicos e científicos devem ser as novas metas da política da Escola de Minas para que ela possa manter o nome, o prestígio e as tradições que desfrutam no seio das coletividades brasileiras e de além mar” (Ata da 787ª da Congregação da EMOP, Sessão em 13-02-1962).

E reclamou dos preços dos aluguéis e das pensões:

“Nesse modo de agir dos proprietários da cidade anula qualquer propaganda que se faça da Escola de Minas visando o aumento do seu número de alunos e contribuirá, mesmo para desviar aqueles que, lá fora, possam vir estudar em Ouro Preto” (idem).

Durante o Governo Washington Luís, quando foi sancionado um decreto do Congresso Nacional criando a Casa do Estudante Brasileiro (em Paris, França), realmente temos a demonstração clara do Estado agindo na questão da moradia estudantil, pois, conforme o próprio decreto, o objetivo era “facilitar a vida material dos estudantes patricios na capital franceza” (Decreto Nº 5.612, de 26 de dezembro de 1928). Assim, mesmo com a preocupação de apoiar estudantes brasileiros residentes no exterior, o apoio foi dado e importante para marcar o início de uma série de políticas públicas ao setor da moradia estudantil.

A Casa do Estudante do Brasil também é um marco. Mesmo sendo uma entidade privada sustentada com muitos subsídios do setor público, a entidade foi um parâmetro para o que se devia fazer ou não fazer em termos de assistência estudantil. Criada em 1929, por longos anos influenciou os assuntos estudantis oficiais. Seus objetivos eram o apoio assistencial e a promoção do intercâmbio cultural. Sua fundadora e por anos presidente, Ana Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, tornou-se a quase proprietária da própria instituição que fundara e conduzia.

Um marco realmente na questão estudantil aconteceu no pós Revolução de 1930. Com o estabelecimento de novas regras para a educação superior brasileira, a adoção de um sistema universitário, Getúlio Vargas consolidou um sistema de casas de estudantes ou alojamentos universitários. E foi através de uma participação maior dos estudantes na administração de diversas atividades das escolas superiores. Com a criação dos DCEs (Diretórios Centrais de Estudantes) e Das (Diretórios Acadêmicos), os estudantes passaram a administrar cantinas e restaurantes. E puderam fundar e administrar moradias com recursos públicos.

O Estatuto das Universidades Brasileiras, anunciado pelo Ministro da Educação e Cultura do Governo Provisório de Vargas (em 1931), Francisco Campos, tinha a intenção de estabelecer universidades que pudessem ser um “centro de contato, de colaboração e de cooperação de vontades e de aspirações, uma família intelectual e moral” (Campos *apud* Fávero, p. 22). Por isso, a organização dos estudantes dar-se-ia no sentido de “criar e desenvolver o espírito de classe, a defender os interesses gerais dos estudantes e a tornar agradável e educativo o convívio entre os membros dos corpos discentes” (*idem*, p. 79).

A organização de entidades assistenciais de moradia, alimentação, atividades científicas e esportivas tinham ajuda financeira oficial por meio de verba determinada e repassada pelo recém-criado Conselho Técnico-Administrativo.

A Casa do Estudante de Pernambuco (CEP), por exemplo, fundada em 1931 num prédio alugado do Recife (na rua do Hospício), foi fruto deste movimento assistencialista encampado pelo Presidente Getúlio Vargas. A CEP foi para a sua sede definitiva num amplo casarão no bairro do Derby, no ano de 1935.

Todo este período pode ser contextualizado no *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, em 1932, assinado por vários intelectuais brasileiros que propugnavam a “reconstrução educacional do Brasil” através de uma nova postura de todos na grande obra da educação. E das quais destacariamos do documento dos manifestantes a constituição de sociedades de ex-alunos, entidades estas que manteriam a partir daí uma relação constante com várias das escolas.

Quanto às sociedades de ex-alunos e os demais potenciais participantes da grande obra educacional, o Manifesto deixava claro a sua importância:

“Utilizando, em seu proveito, os valiosos e múltiplos elementos materiais e espirituais da coletividade e despertando e desenvolvendo o poder de iniciativa e o espírito de cooperação social entre os pais, os professores, a imprensa e todas as demais instituições diretamente interessadas na obra da educação.”
(*Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, 1932).

Na década de 1930, em que também podemos demonstrar a participação dos ex-alunos dos cursos tradicionais (sobretudo Medicina, Direito e Engenharia) na vida universitária, ainda gostaríamos de tratar deste modelo de “associações de antigos alunos”. As mesmas estiveram presentes em várias universidades norte-americanas, como Harvard, nos anos 1840.

No Brasil, tal modelo somente passou a ocorrer nos anos 1930, quando os ex-alunos pretendiam inicialmente participar das datas comemorativas das faculdades e universidades. E passaram a apoiar grandes iniciativas em prol, sobretudo, dos estudantes. A mais antiga destas associações no Brasil é a da Faculdade de

Medicina da USP, em 1930. Além da participação nos cerimoniais acadêmicos da faculdade, a associação ainda pretendia “interessar-se pelas iniciativas que teriam por fim melhorar as condições materiais dos alunos matriculados na Faculdade de Medicina de São Paulo” (Souza Campos, 1954, p. 529). Algumas destas associações, sobretudo de cursos com ex-alunos de maior influência, como a da Politécnica da USP, tomaram a iniciativa de construir uma casa de estudante em terreno doado pela prefeitura, em 1939, numa das primeiras iniciativas deste tipo (*idem*, p. 558).

Tais associações foram imprescindíveis para o desenvolvimento dos *colleges* dos Estados Unidos. E influenciavam decisivamente tais instituições:

“As fraternidades dão suporte a organizações de *alumni*, ex-alunos, que mantêm um forte vínculo com a sua *alma mater*. Essa expressão, que a tradição inglesa passou para a norte-americana, refere-se àquele ambiente expresso em ideais, valores, normas, atitudes, bem como os aspectos naturais e arquitetônicos, que caracterizam e dão vida a uma instituição de ensino: pode-se dizer a sua filosofia, história e geografia. Desta forma cada instituição, cada *college* deixa uma marca indelével naqueles que por ele passam, marca que permanece ao longo de suas vidas. É importante salientar que muitos professores famosos de Cambridge e Oxford foram enterrados nos cemitérios das respectivas universidades. As relações dos *colleges* e universidades com as fraternidades variam muito. As fraternidades, como organizações da sociedade civil, realizam várias ações filantrópicas, como dar bolsa de estudos, por ex.. Os *colleges* são beneficiados com essas bolsas e com o significativo suporte financeiro de *alumni*, que pertencem a uma *fraternity*, que está presente no seu *campus*. No entanto, as fraternidades muitas vezes se constituem em poderes paralelos. Algumas vezes, os alunos se sentem mais ligados a suas *fraternities* do que ao *college*, deixando de obedecer as regras estabelecidas por esse último” (Oliven, 2003, s.p.).

No Brasil, na antiga Vila Rica, hoje Ouro Preto, desde 1938 o Diretório Acadêmico da Escola de Minas de Ouro Preto buscava criar a sua entidade assistencial, através da busca de apoio junto à Casa do Estudante do Brasil (CEB).

Mas devemos ressaltar que a CEB foi uma entidade que passou a sucumbir com a criação da União Nacional dos Estudantes

(UNE), em 1938. A entidade pretendida pelos estudantes de Ouro Preto veio a surgir apenas em 1946, com a Casa do Estudante de Ouro Preto (CEOP). Criada para ser uma “uma instituição visando especialmente promover todas as formas de proteção e beneficiência aos estudantes de Ouro Preto” (Ata de fundação da Casa do Estudante de Ouro Preto), recebeu recursos públicos e privados desde os primeiros instantes.

Uma outra entidade, a Casa do Estudante da Escola de Minas, que foi criada em 1953, tinha por finalidade principal fornecer aluguel acessível, bolsa dos alunos da Escola e “alojamentos confortáveis e higiênicos” (*folder* da instituição). Foram para isso construídas várias “repúblicas” tradicionais dos estudantes de Ouro Preto ou reformados prédios antigos. A criação de uma nova entidade foi uma forma da Escola de Minas não dividir recursos “destinados a Ouro Preto” com a Escola de Farmácia e a Escola Técnica, pois seus ex-alunos, postos em empresas e cargos públicos chave, passaram a questionar sobre a destinação dos seus esforços para outras escolas.

Em 1955⁴, a Casa do Estudante da Escola de Minas conseguiu do Congresso Nacional, e da Presidência da República, pelos deputados Israel Pinheiro e Francisco Leite Neto, verba programada para o orçamento de 1954. Foram os seguintes valores e destinos: 1) Casa do Estudante da Escola de Minas - um milhão e trezentos mil cruzeiros; 2) Excursões - duzentos mil cruzeiros; 3) Bolsas de Estudo - duzentos mil cruzeiros.

As transformações da educação superior nos anos 1960 também atingiram em cheio as moradias universitárias. Tais impactos afetaram a moradia universitária que não se podia deixar de contemplá-las em todas as políticas públicas. Até então muitas universidades se constituíam com a junção de faculdades isoladas, sobretudo nos cursos de Engenharia, Direito e Medicina.

Um projeto ambicioso de moradia neste período, tanto para professores como para estudantes e funcionários não foi colocado totalmente em prática. Trata-se do projeto Universidade de Brasília (UnB), que pretendia construir moradia para toda a sua população

⁴ Esta comunicação foi feita em Assembléia Geral Extraordinária do DAEM de 25 de março de 1955.

universitária até 1970 (MEC, 1962), num trabalho que foi sendo abortado após o golpe de 1964.

A UnB foi criada para ser um modelo para as demais Universidades, conforme os diversos depoimentos neste documento do MEC (1962): 1) Professor José Leite Lopes, do então Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais: “Construa-se ali uma universidade nos moldes mais modernos, mais eficientes e mais adaptados à época da revolução científica que estamos vivendo hoje, e que as demais universidades pelo exemplo do que se fizer em Brasília procurem ver que não haverá outra saída que não modificarem sua estrutura atual” (*idem*); 2) Celso Furtado, da então SUDENE: “Universidade de Brasília constitui uma grande oportunidade de tentar reorientar todo o sistema universitário brasileiro” (*idem, ibidem*).

Enquanto isso novas casas de estudantes iam sendo criadas. Por exemplo, a Universidade do Rio Grande do Sul criou, em 1960, a Casa dos Estudantes das Faculdades de Agronomia e Veterinária (CEFAV), substituindo um antigo prédio que funcionava como casa de estudante e outros setores de apoio.

Em outras moradias que já haviam sido criadas anteriormente, como as de Ouro Preto, a discussão foi sobre a permanência das repúblicas na cidade. Em 1961, os estudantes discutiram a questão do repasse das casas da Casa do Estudante de Ouro Preto (CEOP) para a Fundação Gorceix (FG), que para eles, “viria a acarretar um domínio completo sobre a vida do estudante”. Entre 1962 e 1963, na Presidência de Luiz Carlos de Assis Moreira na Comissão Executiva da Casa do Estudante da Escola de Minas (CEEM) criou-se três frentes para a busca de apoios para a CEEM: 1) Empresas: em carta-circular enviada pelo Presidente intitulada “Da Casa do Estudante da Escola de Minas às indústrias do país”, havia uma análise sobre as condições necessárias para “atender aos novos planos da Escola de Minas”, ou seja, o de aumentar o número de alunos. Tais medidas para o aumento do número de estudantes seguiam o Plano Nacional de Educação, de 1962. E a CEE expõe naquela carta a expansão da principal empresa da cidade e o aumento da procura das poucas casas disponíveis em Ouro Preto, afirmando que, enquanto isso, os estudantes viviam em casas sem reformas e que prejudicavam seus estudos. O objetivo da carta era sensibilizar as empresas no sentido de que doassem uma casa para a

entidade com o compromisso que a CEEM fornecesse à república criada o nome do seu nome doador (carta datada de janeiro de 1963, Prof, Luiz Carlos de Assis Moreira, Presidente da Comissão Executiva da CEEM); 2) Embaixadas: Outro fato importante, nesta verdadeira campanha para a aquisição de novas casas para repúblicas, é que a CEEM enviou correspondências às principais embaixadas dos mais importantes países no Brasil, como os Estados Unidos, ressaltando que “gostaríamos que Ouro Preto pudesse oferecer melhores condições de hospitalidade” (carta datada de 8 de julho de 1963). E explicita que havia um plano de construção de mais 18 casas, além das 15 das entidades. “Cada casa receberá o nome do País que financiar a aspirada construção, numa justa homenagem à sua abnegação”. Os Estados Unidos, através da “Agency for International Development” (Agência para o Desenvolvimento Internacional), respondeu à sua carta, ressaltando não dispor de verbas, embora ressaltando que vinha “contribuindo com recursos consideráveis para a educação do Brasil”, e que “nossos recursos aplicados naqueles de maior urgência e que possam vir a contribuir mais eficazmente para o bem estar e para o desenvolvimento do Brasil num sentido mais lato” (06 de novembro de 1963); 3) Apoio de Ex-Alunos e Empresas próximas dos ex-alunos: no encaminhamento da mesma correspondência a algumas empresas que possuíam ex-alunos da Escola de Minas, a resposta mais surpreendente foi do representante de uma empresa de Minas Gerais - que também era membro do Conselho Diretor da Fundação Gorceix -, que ao ser procurado pela Presidência da CEEM, salientou que sua empresa já fazia doações à Fundação Gorceix, e assim, não se podia ajudar a CEEM;

Havia a pretensão da CEEM em assumir parte das casas que pertenciam à Casa do Estudante de Ouro Preto (CEOP), que era a parte que cabia aos estudantes de Engenharia, Em 1963, o presente Presidente da CEEM explanou aos estudantes que durante sua gestão nada foi feito além de pequenos consertos, pensando ser necessário o apoio da FG para resolver os problemas da CEEM e que, “desmoralizá-la será fechar às portas a salvação da E.M.O.P”.

O sistema de moradias universitárias ainda foi ampliado no regime militar pós 1964. Na gestão do Ministro Jarbas Passarinho (1969-1973), algumas entidades passaram a receber financiamento contínuo, como a Casa do Estudante de Pernambuco. Ainda em

Recife, nos anos 1970, foi inaugurada a Casa do Estudante Universitário da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). No Rio de Janeiro, um antigo prédio no bairro do Flamengo, transformou-se na Casa do Estudante Universitário, em 1973. Porém, fechado nos anos 90 após o seu completo abandono.

A construção de moradias para estudantes teve grande fôlego ainda nos anos 80, com a construção de repúblicas na UFOP e de várias casas na Unicamp. A Unicamp é uma das universidades que possuem regulamentos que tratam amplamente de uma discussão educacional e não meramente assistencialista em relação à moradia estudantil, pois o entendimento da Universidade é de que não se deve apenas fornecer moradia para os estudantes de famílias de baixa renda, mas “proporcionar um espaço de discussão sobre as questões concernentes à Academia, bem como uma área de estudos e produção intelectual, incentivando a formação interdisciplinar”, “possibilitar a integração entre os estudantes e a Comunidade Externa” e “oferecer melhores condições para criação intelectual e a livre manifestação cultural dos estudantes” (UNICAMP. Deliberação Consu-A-24, de 04/12/2001).

Conclusões

São diversas as experiências vividas em casas de estudantes, seja os alojamentos, seja as repúblicas. Ou outros tipos de moradias. Foi comum nos diversos depoimentos que coletamos a seguinte questão sobre a importância da vida em moradias universitárias: o processo de socialização passa a ser mais acelerado. A experiência social e comunitária é estimulada para abrir caminho a uma rica experiência extracurricular. Além do mais, uma crítica à sociedade capitalista em si, que foi comum nos anos 1960, encontrou forte respaldo nos estudantes do período que habitavam locais que ofereciam alternativas de convivência e de relação social. Conforme Wolfgang Maar, ex-morador do Crusp, “nos identificávamos por nossos interesses, e não com base em nosso desempenho em relação à sociedade constituída” (Maar, 1998).

Desta forma, a reivindicação de moradia estudantil é antiga. É uma constante preocupação com a expansão da educação

superior, a revitalização das cidades e da formação educacional e política dos estudantes universitários.

Fontes

Documentos

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Reforma Universitária: avaliação da implantação - Universidades federais*. Salvador: Centro de Estudos Interdisciplinares para o Setor Público, Convênio ISP/UFBA/MEC/DAU, 1975. 2 volumes.

CAMPOS, Francisco. *Exposição de motivos do Ministro Francisco Campos sobre a reforma do ensino superior*. *Diário Oficial*, Rio de Janeiro, 15 de abril de 1931.

Diretório Acadêmico da Escola de Minas de Ouro Preto (DAEM). *Ofícios diversos*.

_____. *Boletins diversos*.

Escola de Minas de Ouro Preto. *Atas da Congregação*.

_____. *Ofícios diversos*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL LISBOA, Moacyr do. "As repúblicas de Ouro Prêto". In: *Revista da Escola de Minas*, p. 43-48, 1976.

ATHAÍDE, Tristão de. In: *Comentário na Voz do GLTA*, Ouro Preto, GLTA, 1965.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

_____. *La Noblesse d'Etat*. Paris: De Minuit, 1989.

_____. *O Poder simbólico*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001a.

_____. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. 3ª ed. Campinas: Papirus, 2001b.

_____. & PASSERON, J. C. *Los estudiantes y la cultura*. 2ª ed. Barcelona: Editorial Labor, 1969.

CARVALHO, José Murilo de. *A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória*. São Paulo: Editora Nacional; Rio de Janeiro: Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), 1978.

DULLES, John W. F. *A Faculdade de Direito de São Paulo e a resistência anti-Vargas. (1938-1945)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Edusp, 1984.

FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque (org.). *Universidade do Brasil. Guia dos dispositivos legais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/INEP, 2000.

FOLHA DE S. PAULO. "Morar em república pede divisão de tarefas". São Paulo, 23/01/2003.

FONTE, Eliane Maria Monteiro da (org.). *Limites e possibilidades da assistência estudantil no espaço universitário*. Recife: PROACAD/UFPE, 2003.

MAAR, Wolfgang Leo. *Depoimento à Fundação Perseu Abramo*. São Paulo: sítio www.fpabramo.org.br, 1998.

MACHADO, Otávio Luiz. "As Repúblicas Estudantis da Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil". In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, nº 66, p. 197-199, outubro de 2003.

_____. "As 'repúblicas' e a expansão da educação superior: o caso da UFOP". Ouro Preto-MG, *Jornal da UFOP*, maio/julho de 2004, p. 11.

_____. (org.) *Repúblicas de Ouro Preto e Mariana: trajetórias e importância. No prelo*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - MEC. *Universidade de Brasília. Projeto de Organização, pronunciamento de educadores e cientistas e lei nº 3.998 de 15 de dezembro de 1961*. Brasília: MEC, 1962.

NESTOR, Odilon. *Faculdade de Direito de Recife: traços de sua história*. 2ª ed. Recife: Imprensa Industrial, 1930.

OLIVEN, Arabela Campos. "A marca de origem: comparando colleges norte-americanos e faculdades brasileiras". In: *GT Educação e Sociedade - XXVII Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciências Sociais*, Caxambu, 2003.

RACIOPPI, Vicente de Andrade. *Estudantes do Rio Grande do Sul em Ouro Preto. Memória Histórica apresentada ao 3º Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia Comemorativo do Bicentenário de Porto Alegre*. Belo Horizonte: Typ. Castro, 1940.

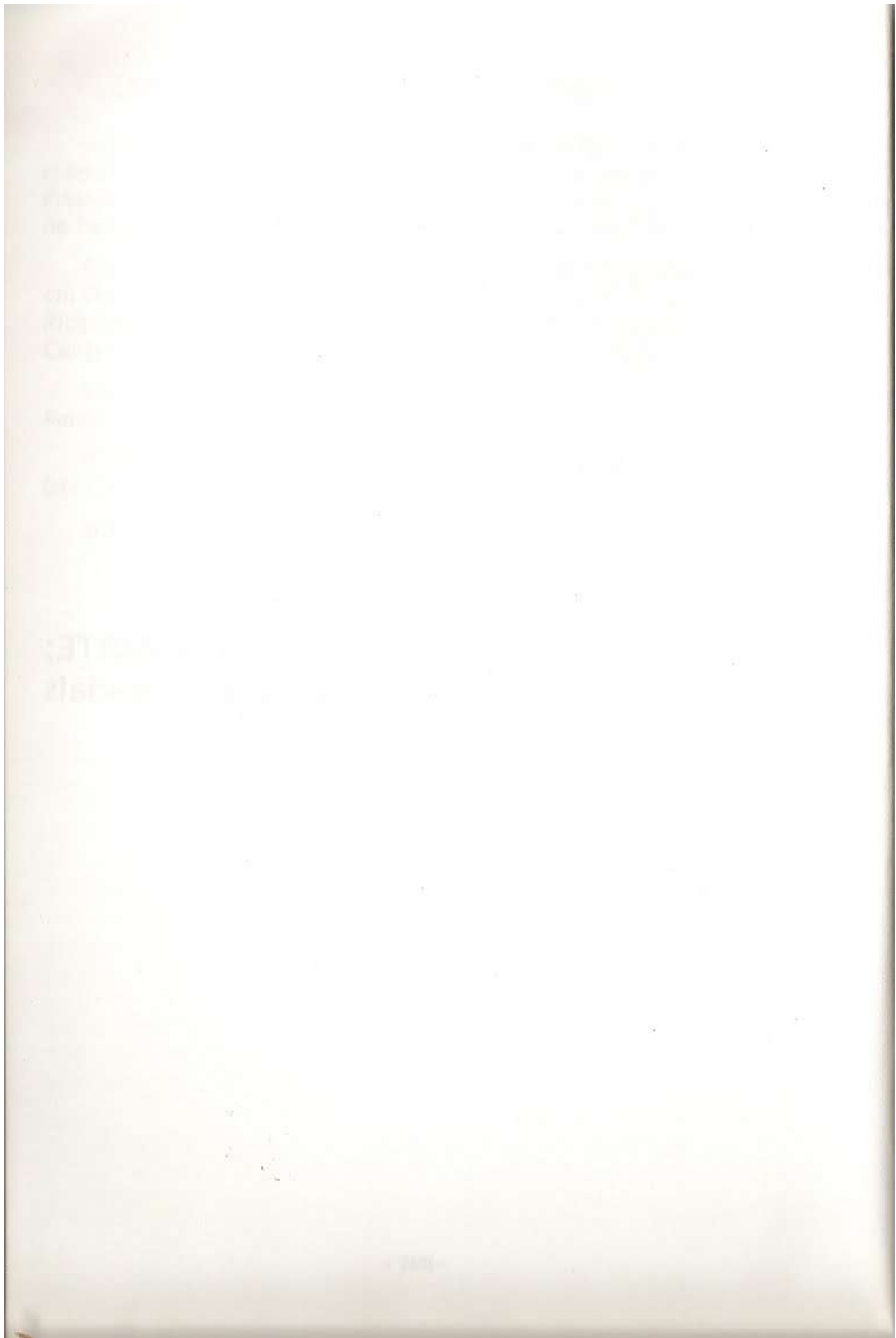
SOUZA CAMPOS, Ernesto de. *História da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Editora da USP, 1954.

UNICAMP. *Deliberação Consu-24*. Campinas: Unicamp, 04/12/2001.

WEBER, Max. *Sobre a Universidade*. São Paulo: Cortez, 1989.

SECRETARIA
DE EDUCAÇÃO
DO ESTADO

**QUARTA PARTE:
Homenagens Especiais**



TRÊS MILITANTES DA ESCOLA DE ENGENHARIA DE PERNAMBUCO DO PERÍODO DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA

Cândido Pinto: Coerência, Coragem e Dignidade
Maria Brayner e Nadja Brayner

Profundamente respeitado por seus amigos, companheiros e mesmo por seus adversários Cândido foi sempre uma referência para todos nós, pela sua coragem, coerência e espírito crítico.

Nunca se furtou a colaborar com os seus companheiros quando estes o procuravam para pedir orientação e apoio, mesmo nos momentos mais difíceis que viveu, sobretudo após o atentado que o deixou paraplégico, momentos também particularmente difíceis da vida nacional.

E nós confiávamos nele - o que não era pouco naquela época. Tínhamos certeza que ele jamais trairia nem às suas convicções, nem aos seus companheiros.

Embora a maioria das pessoas, sobretudo os jovens, o tenha conhecido através das reportagens na "mídia", que destacavam sua luta para punir os seus agressores até hoje impunes, apesar do seu empenho, Cândido via essa luta de modo mais abrangente. Nada pessoal. Não se tratava de vingança contra aqueles que o haviam atingido, mas de justiça, de punição para os torturadores e assassinos, que durante o Regime Militar executaram uma política fria, planejada e seletiva de extermínio e/ou desmoralização dos líderes mais combativos e dos jovens mais promissores e corajosos que ousavam enfrentá-los.

Cândido começa a destacar-se como liderança ainda no ano de 1965 - ano em que fez vestibular e ingressou na famosa Escola de Engenharia - "A Casa com Alma", como a chamou em recente artigo Cristóvam Buarque. Naquela época a escola estava vivendo dias particularmente tumultuados.

Logo após o Golpe, o Diretório Acadêmico de Engenharia havia renunciado em bloco para evitar uma intervenção violenta dos golpistas contra seus alunos e professores,

uma vez que a Escola concentrava um expressivo número de lideranças intelectuais e estudantis fortemente comprometidos com as mudanças em andamento propostas pelo Governo deposto.

Não foi por acaso que em 1966 realizou-se uma assembléia para julgar dois estudantes que haviam denunciado seus colegas aos militares, o que culminou com a expulsão dos dois da festa de formatura daquele ano, com o voto de 400 estudantes favoráveis à expulsão e apenas 11 votos contrários.

O simbolismo dessa assembléia, que delimitava as condutas tidas como inaceitáveis no âmbito da Escola, iria marcar a história do Movimento Estudantil, desdobrando-se nos anos subsequentes nas prisões de Aécio Gomes de Mattos e Cândido Pinto acusados de terem comandado a referida assembléia.

Seria nesse clima de guerra que Cândido iria enfrentar ao ingressar na vida universitária, desempenhando a partir de então um papel decisivo na reorganização do Movimento Estudantil, agora, profundamente transformado e reprimido.

Paradoxalmente, é nessa época que o movimento estudantil passa a desempenhar um papel fundamental na luta contra a ditadura militar, buscando ocupar os espaços vazios deixados pelas frentes de massa silenciadas pela repressão, atribuindo-se o papel de vanguarda política.

Tática e estratégia são as palavras de ordem daquele momento, quando o movimento estudantil passa a ser visto pelos diferentes partidos políticos e grupos organizados da sociedade civil, onde se inclui a chamada Igreja Progressista como alternativa para a reorganização das forças democráticas e canal de expressão das supostas demandas reprimidas da população.

O desafio a ser enfrentado era imenso e Cândido o enfrentou corajosamente, desenvolvendo importante trabalho político-organizativo, sobretudo no meio estudantil, afirmando-se como uma de suas principais lideranças, não como um líder ausente, distante, mas presente, inclusive nas tarefas que delegava aos companheiros.

Certa ocasião, convocou vários colegas para colaborarem na feitura dos cartazes que deveriam ser levados a uma manifestação de rua. Na época os instrumentos de trabalho eram a cartolina, o pincel atômico e muita criatividade, e criatividade era o que não faltava a Cândido. Talentoso, ele desenhava ao mesmo tempo em que "bolava" as frases e desenhos, fazendo quase sozinho todo o

trabalho, enquanto nós, apesar da boa vontade, não conseguíamos acompanhar o seu ritmo. Aliás, ironicamente, foram o seu talento e criatividade os responsáveis pela sua primeira prisão, logo após o seu ingresso na Universidade, com apenas 17 anos, sob a acusação de desrespeito às autoridades contidas em charge que elaborara para um jornal estudantil.

Excelente orador - combativo e coerente - Cândido não fugia da briga e enfrentava com destemor as situações mais difíceis, lutando até o fim pelo que acreditava. E essa era uma das suas características que nos preocupava, ele não admitia ou aceitava recuos, quando esses lhes parecessem covardia. Era como se tivesse medo de ter medo.

Assim, uma semana antes de sofrer o atentado que o deixaria paraplégico, tivera uma forte discussão com uma companheira que reclamava com ele da falta de cuidado com a segurança. Afinal, dizia a companheira, como importante liderança, àquela época Presidente da União Estadual de Pernambuco (UEP Livre), ele era particularmente visado pelos órgãos da repressão, onde se incluíam os grupos paramilitares, a exemplo do CCC, dos quais vinha sofrendo ameaças. Ademais, com a promulgação do AI 5 a Ditadura agia impunemente, de modo cada vez mais arbitrário, prendendo, torturando e assassinando seus opositores.

Cândido, irritado, ouviu a companheira, acusando-a de "segurismo". Alegou que havia tomado todas as precauções necessárias, de modo que não seria pego de surpresa. O que não admitia era ser imobilizado pelas ameaças que vinha sofrendo. E continuou suas atividades políticas até sofrer o atentado que quase o levou a morte.

Levado ao Hospital, Cândido travou uma árdua batalha pela vida. E nós, companheiros de militância, acompanhávamos essa batalha convencidos de que ele conseguiria vencer, que ele resistiria, como resistira ao atentado, porque não se curvara, não se entregara aos bandidos. Quando, enfim, levado de volta ao quarto do Hospital, "guardado" por policiais, Cândido, apesar do sofrimento físico, manteve a dignidade e reunindo as suas forças, gritou em voz alta para os amigos e companheiros que pareciam "aguardar suas palavras": "Eles pensam que me destruíram, mas eu, ainda tenho a minha cabeça!".

E de fato, eles nunca conseguiram destruir Cândido, porque são impossíveis de destruir a honestidade, a integridade, o sonho, a coragem e o amor à justiça e aos ideais de fraternidade.

Na verdade, Cândido nunca se “colocou” como vítima. Não era do seu feitio lamentar-se, até porque se considerava, e com justa razão, um lutador, um combatente posto fora de combate temporariamente, mas nunca derrotado, nem destruído.

E Cândido continuou a sua militância como referência expressiva de todos os combatentes e, depois, sobreviventes da esquerda. Continuou sempre lutando boas lutas, porque para ele o sonho não acabara, mas continuaria vivo enquanto existisse miséria, desigualdade e injustiça. E sempre se saberia de que lado ficar, porque, segundo ele: “Um sonho que se sonha junto, cedo ou tarde, vira realidade!”.

RUY FRASÃO SOARES: A MILITÂNCIA NA EEP

Otávio Luiz Machado

No presente texto não temos a pretensão de tratar apenas de uma parte da biografia de Ruy Frasão Soares, mas do ideário de uma geração que estudou Engenharia na Escola de Engenharia de Pernambuco (EEP) na então Universidade do Recife (atual UFPE) nos anos 1960. No ambiente da Escola discutia-se amplamente a educação brasileira, que era associada à transformação social do país.

Ruy foi um apaixonado pela educação. Ainda em São Luís-MA, sua cidade natal, pôde manifestar publicamente suas idéias em jornais da cidade, como foi o caso da situação dos professores da rede estadual. Ainda viveu o dilema de não poder cursar Engenharia de Minas na sua terra natal por não dispor ainda naquele Estado tal curso universitário pelo qual pudesse se ligar.

A Engenharia trazia um desejo de realização profissional. Era marcante nos anos 60, no curso de Engenharia, a presença de uma autoconcepção profissional que instigava uma intervenção social dos profissionais em áreas muito além da técnica que a acompanhava. Ser engenheiro permitia tornar-se um profissional altamente ligado ao campo social e político da sociedade.

Depois de vivenciar ao mesmo tempo a situação lastimável dos professores do ensino básico e a falta de infra-estrutura da educação superior em seu Estado natal, Ruy partiu para Recife para ingressar na Escola de Engenharia de Pernambuco (EEP), o que aconteceu em 1961. Com amplo apoio familiar, sobretudo de sua mãe, e, iniciado o tão procurado curso, ele ainda pôde vivenciar já nos seus primeiros encontros acadêmicos o ambiente intelectual da cidade e da própria Universidade do Recife.

E haviam duas forças políticas principais que disputavam a hegemonia do movimento estudantil da EEP: a JUC (Juventude Universitária Católica) e o PCB (Partido Comunista Brasileiro). Ruy se definiu pela primeira. Muito além da reflexão sobre a determinação meramente econômica na constituição da sociedade, Ruy ainda percebia que era necessário alimentar um desejo

profundo e sensível para com o ser humano. Adotava uma concepção cristã de existência.

Com grande apego ao estudo e ao mesmo tempo ao trabalho associativo, a grande contribuição inicial dele no movimento estudantil foi o trabalho junto ao Diretório Acadêmico. Em 1965, a principal luta era para barrar a transferência da sede da EEP da rua do Hospício para o bairro do Engenho do Meio. A compreensão dos estudantes à época era de que a ditadura militar pretendia isolar os estudantes num prédio longe das ruas e do povo. Ruy foi escolhido um dos representantes dos estudantes na Congregação da EEP. Discutia-se neste momento a ampliação da influência da Engenharia e das novas perspectivas para a educação superior, seja através da proposta de reforma universitária dos militares, seja por meio dos próprios professores e estudantes que internamente debatiam a qualidade do ensino ou a ampliação de pesquisas na instituição.

No prosseguimento da luta dos estudantes começaram as intervenções ao Diretório e uma série das ameaças e prisões de alguns líderes. Algo que passou a ser recorrente no pós-abril de 1964. Em 1965, por exemplo, foram presos os estudantes Alexandre Magalhães da Silveira e Ruy Frasão Soares, conforme matéria do jornalista Márcio Moreira Alves:

Quinze dias após a prisão de Alexandre Magalhães foi prêso um seu colega, Rui Frazão. Segundo informações que recebi, a 30 de abril este rapaz teria sido submetido a torturas por choques elétricos com tal intensidade que quebrou alguns dentes. As autoridades universitárias alhearam-se completamente do caso e os estudantes, além de alguns protestos registrados pelas sucursais dos jornais do Sul, nada puderam fazer” (“Se eles vencessem”, por Márcio Moreira Alves. Correio da Manhã, 1/6/1965)¹.

Na mesma matéria, o jornalista informou que a primeira prisão - a de Alexandre Magalhães - ocorreu em função dos movimentos contrários à transferência da EEP. E ainda retratou o ambiente de Recife no período posterior ao golpe de 1964:

“Em Recife, onde a Rua da Alegria e do Sol, das saudades do poeta Bandeira, precisam urgente mudar de nome, apreenderam vários

¹ O presente texto foi republicado na Revista Civilização Brasileira nº 3.

livros e mais de quinhentos exemplares da Revista Civilização Brasileira, publicação na qual a realidade brasileira é analisada em nível superior". (*idem*)

No último ano do curso, devido ao seu desempenho nas matérias de forte preparo na execução de atividades acadêmicas, Ruy foi selecionado para fazer um estágio na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), no Estado do Rio de Janeiro. Aí seria um dos últimos passos para a realização do grande sonho.

Mas a repressão seria infalível contra ele. Seus algozes apenas o esperaram sair do prédio da importante instituição de ensino (EEP) para prendê-lo. Uma prisão covarde. E regada à torturas e isolamento.

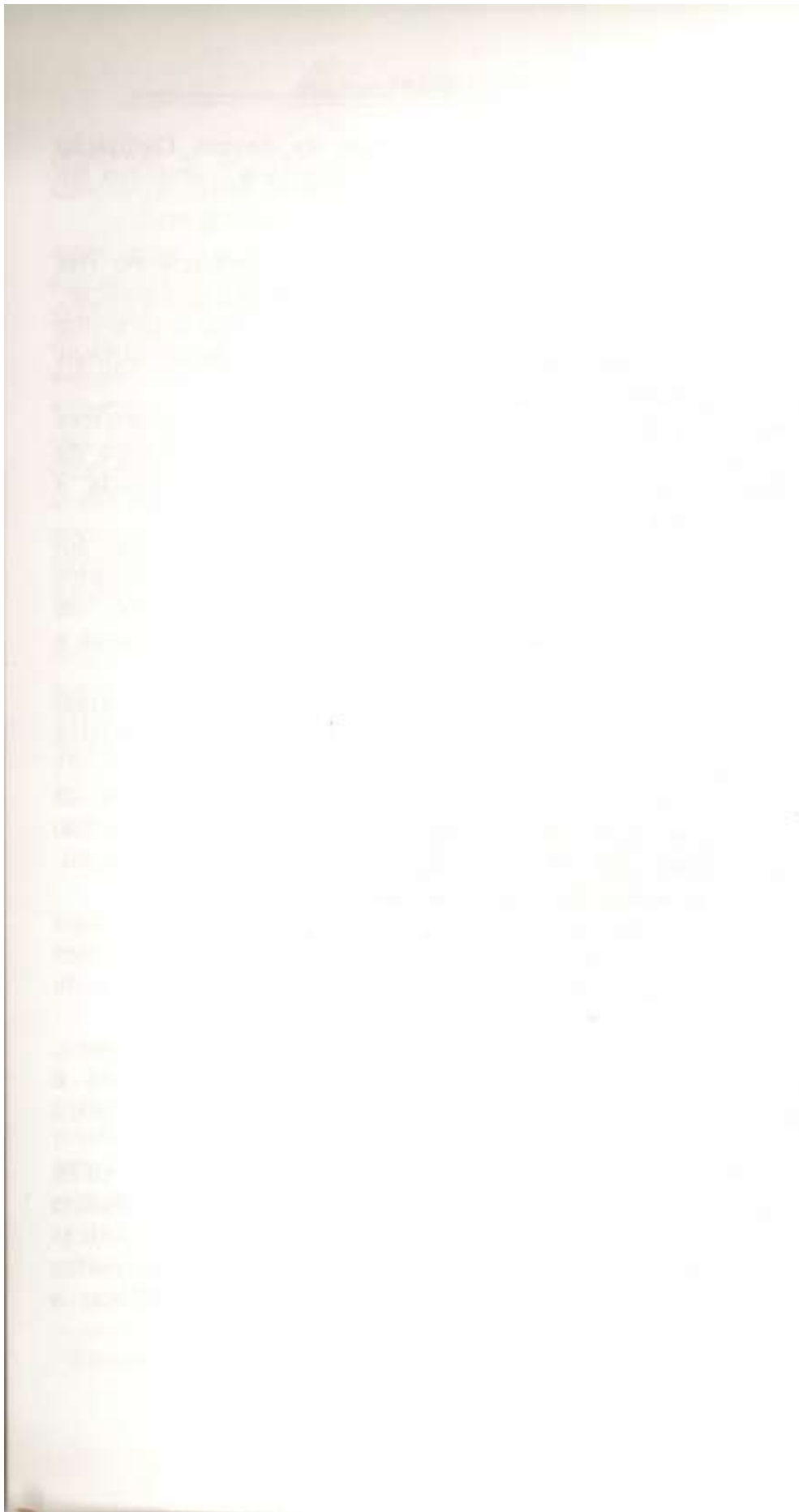
Ao ser solto finalmente da prisão tempos depois, Ruy foi participar de um seminário na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, oportunidade em que aproveitou para denunciar, na Assembléia da ONU, em 1965, o aparato montado para torturas e cerceamento à liberdade humana no Brasil.

Ao voltar ao Brasil, Ruy Frasão abandonou a EEP e retornou ao seu Estado natal, o Maranhão. Não havia a mínima condição para a continuidade dos estudos, mesmo no seu último ano de Engenharia. Afastado da Escola, ainda respondia a processos da Justiça Militar por "agitação da classe universitária". Viveu e lutou na clandestinidade até 1974, quando foi preso. E desapareceu. Morreu aos 33 anos pela fúria da repressão.

A partir da biografia de Ruy, resumidamente exposta aqui neste texto, não é difícil compreender um dos grandes males criados pela ditadura nos campus universitários: a tentativa de eliminação intelectual dos estudantes.

Após 40 anos desta trágica experiência oriunda da ditadura, resta-nos a defesa do debate estudantil, da liberdade para a aquisição de cultura e de ambientes favoráveis ao debate e prática da relação educação e sociedade.

Por fim, a Escola de Engenharia de Pernambuco da UFPE sempre foi um local de ampla cidadania e espírito público. Muitos membros de equipes de projetos de desenvolvimento ou de políticas na área social formaram-se na importante escola. Enquanto muitos outros foram impedidos devido à repressão por que passou a sociedade brasileira por mais de vinte anos.



30 ANOS SEM RUI FRAZÃO SOARES?

Célia Frazão Soares Linhares

"Eu já vivi 43 anos e tenho visto a vida como ela é. Sofrimento, miséria, crueldade... Vi meus companheiros de batalha morrerem sob o forte calor da África, e eu tomei esses homens em meus braços e vi seus olhos cheios de confusão, perguntando: por que? Eu não acredito que esses homens estivessem perguntando por que estavam morrendo, mas por que tinham vivido. Quando a vida por se só parece louca, quem sabe onde está a loucura; ver tesouros onde só existe lixo pode ser loucura, porém mais loucura é ver apenas a vida como ela é e nunca como ela poderia ser."

Dale Wassermann

Não há dúvidas de que o tempo administrado pelo capitalismo funciona como um seletor, ora apagando ou desqualificando marcas e traços deixados por grupos e sujeitos históricos que ativamente lutaram por seus sonhos de liberdade e justiça, ora apregoando triunfalmente as trajetórias conformistas, as desistências e os processos de cooptações que, em nome do poder e dos consensos, são realizadas diariamente.

Há quem acredite que se a ditadura silenciou Ruy Frazão Soares e seus quase 500 companheiras e companheiros que foram subtraídos de nossa convivência como desaparecidos políticos e que suas mortes se multiplicam, em nosso cotidiano, por um tipo de assassinato menos perceptível que aqueles perpetrados pela ditadura, mas que vai esmaecendo e fazendo desbotar as cores de seus projetos de vida, a grandeza e a pujança de seus compromissos e desejos patrióticos e políticos.

Temos que admitir que vivemos sob esta ameaça: a de que os serviços macabros da tirania, que não se extinguíram de nosso tecido social e político, acabem se acumpliciando com um tipo de esquecimento e nos condenem a perder as palavras, como um dos raros instrumentos a se opor à crueldade do terror e da onipotência expressa pela barbárie que matou e extinguiu adversários e opositores ao seu império ditatorial.

Palavras que amadurecidas no meio da sociedade pudessem traduzir as dores, as tormentas, as revoltas, os espantos, os lutos, os medos, os pavores e os dilaceramentos por termos sido subtraídos de uma convivência que ampliava nossa porção mais ética, mais afetada pela construção de um presente dialogante e intenso onde cabiam o melhor dos passados, como penhor de um futuro, com o qual Rui Frazão Soares sempre nos convidou a sonhar e a conquistar, compartilhadamente.

Recordando o 27 de Maio de 1974, quando Rui foi de modo brutal preso e espancado publicamente na Feira de Petrolina, para em seguida ser algemado e jogado numa mala de carro, que representou o empurrão fatal para os subterrâneos da tortura, das violências mais inomináveis e da própria morte, com a ocultação de seu corpo, um longo inverno de sombras, desesperos e procuras se abateu sobre nós.

Esse nós, além de estar carregado com a tragédia familiar de dimensões indizíveis, também se entrelaça, civicamente, com os destinos de nosso povo, a quem Rui e seus quase 500 companheiros de sonho de um Brasil livre e justo, tanto apostou política e existencialmente.

Não podemos deixar de considerar, em nosso tempo histórico, a intensificação com que se processa a erosão das memórias - sobretudo daquelas que inquietam privilégios pela afirmação de um sonho, um sonho experimentado como uma ação organizada, desdobrada num agir extremamente generoso - num período em que as apatias conformistas expandem mercados, concentram riquezas, com a mesma agressividade e consentimento social com que alimenta uma lógica de excludência e de rebaixamento das expectativas sociais e humanas.

Se nesses 30 anos, sentimos passar cada vez mais velozes os minutos e as horas, com que vão nos arrancando, sorrateira e sutilmente esse bem social - nossa memória de sonhos e lutas pelo engradecimento de nosso povo e pela sua soberania -, onde vidas heróicas como a de Rui e de seus companheiros e companheiras têm uma permanência inquestionável, não podemos deixar de experimentar as ressonâncias que sua potência continua exercendo politicamente.

Em múltiplas viagens profissionais, raras vezes quando falamos para auditórios ampliados, não encontramos alguém que

tenha convivido direta ou indiretamente com Rui - em sua intensa trajetória de 33 anos. Jovens e velhos reverenciam em Rui a memória de um estudante e de um trabalhador que aliou a delicadeza da vida amorosa a um sonho exigente de conquista de dignidade para e com os oprimidos desse nosso Brasil.

Em várias cidades de nosso país, avenidas, praças, cieps e centros educacionais ganham o nome de Rui Frazão Soares como um emblema de um saber capaz de repercutir numa busca contínua de uma vida melhor para todas e todos dessa infinita e múltipla legião humana e vital à qual pertencemos.

Quando percebemos o dinamismo de movimentos como os do MST, os dos Negros, os das Mulheres, os dos Jovens e o dos que afirmam seus direitos às suas escolhas sexuais, os dos ecologistas sabemos que Rui Frazão Soares, e os que lutaram ao seu lado, está presente, não deixando extinguir as esperanças de uma inclusão que envolva a todas e todos, não só por tentarmos, sem tréguas nos tornarmos mais iguais, mas também, por afirmarmos-nos diferentes e plurais.

Isto significa que as fagulhas de seu testemunho continuam nos alimentando, abrindo caminhos para um exercício ético que só tem vigência quando acreditamos que o terror não é nem maior e nem mais forte do que o desejo humano e vital de liberdade. Essa é um legado inextinguível de Rui Frazão Soares.

Tal Antígona que buscando enterrar o corpo de seu irmão luta por uma outra Tebas, também todos nós que ficamos, nos fazemos herdeiros desses sonhos de solidariedade vividos por Rui e procurando deles sermos dignos, os ressignificamos a cada dia enquanto nos é dado viver.

Afinal estamos certos de que pior do que não saber porque morrer é não saber porque viver. E Rui nesses 30 anos esteve dentro da sociedade brasileira e em nossos corações nos ajudando a viver, com sentido, ampliando com seu testemunho um tipo de compartilhamento com que gestamos um empenho de dignificação para o povo brasileiro.

Assim, tomando emprestado palavras e canção de Caetano Velozo, lembramos Rui Frazão Soares para quem amar e viver foram ações conjugadas com alegria e sorriso; sorriso de quem sabe por que morreu e para que viveu.

"Enquanto os homens exercem seus podres poderes
Morrer e matar de fome de raiva e de sede
São tantas vezes gestos naturais

Eu quero aproximar meu cantar vagabundo
Daqueles que velam pela alegria do mundo
Indo mais fundo..."

POEMA “OS COLARES E AS CONTAS” (EM MEMÓRIA DE EDNALDO MIRANDA)¹

Marcelo Mário De Melo

A esperança de um homem
Também cansa.
E há aquele dia
Em que ele reúne as ruínas
E ensaia a retirada.

Um misto de perfume e pólvora
Bafeja o colóquio
Do Rei Midas
Com o Rei Mídia
Ali onde vampiros erguem brindes
E urnas recolhem
Votos e mais votos.

Crianças amolam as navalhas
No peito dos mendigos
Olhando os vendilhões

¹ Ednaldo Miranda nasceu em Carpina-PE. E faleceu em Recife-PE, no dia 20 de abril de 1997, vítima de um câncer. Participou diretamente de várias gestões do Diretório Acadêmico da Escola de Engenharia de Pernambuco. Foi posteriormente ligado ao PCBR. Preso em dezembro de 1968 com o também militante Ricardo Zaratinni, foi acusado de provocar o atentado à bomba no Aeroporto dos Guararapes, evento comprovadamente realizado por militantes de outras organizações políticas em 1966. Depois de sua volta ao país após o exílio na Europa, Ednaldo buscou tirar todas as dúvidas sobre o episódio do Aeroporto, numa luta muitas vezes solitária e feroz, tanto sobre os seus verdadeiros autores quanto as responsabilidades erroneamente imputadas a ele e seu amigo por vários anos. Não conseguiu. A doença não permitiu a continuidade de sua luta. No momento, alguns trabalhos também buscam contar um pouca da trajetória de Ednaldo e sua rica experiência de militante estudantil e político no Brasil (resumo feito por Otávio Luiz Machado).

Do shopping -templo.

Rosas vermelhas requebram
Pintando-se de cinza/amarelo.
E pétalas vão caindo nas cloacas.

O cenário é um painel
De uniformizada geometria
Onde todas as figuras se arredondam
Decependo-se de bases
Vértices e arestas.

Na coreografia se um quadrado de quinas desbatadas
Ralando-se em rodeios de roda
E acenando ao rei.

Na orquestração
foram mixados e diluídos
os gritos e gemidos
da teia e da tocaia.

Mas emergindo da gosma
De negócios e discursos
Dos olhos se descolam
Películas geladas.
As bocas rugem um sopro
Que unido em ventania arranca
Cenários palcos máscaras
Fantasias e cartazes.
E vaias vomitam línguas de fogo
Formando fogueiras aladas.

Uma chuva leva as cinzas
E lava as cicatrizes.

O sol se alarga meio metro
E enxuga tudo num instante.

De um lado gritam: fogo!
Queremos fogo!

Mas nada de incêndios loucos.
Poupemos nossas chamas
Como se faz com os trocados
E as roupas de domingo.

Alguém lamenta amargo:
Estou cansado de plantar
Sem ver os frutos!

Mas aqui ninguém ingressa
no primeiro ato
nem há de alcançar o último.
Não existem cadeiras numeradas
E às vezes as cortinas são fechadas
Enquanto continua
O espetáculo sem reprise.

A vida de um homem
É um colar de contas ano a ano.
A vida de um país se conta
Em colares de décadas e séculos.

Os ritmos da história
não cabem nos quadrantes do relógio
nem podem ser guardados
no cofre ou no casaco de ninguém.

Mas sem as horas e os minutos militantes

Retarda-se a história
Também movida
A sonhos bem guardados.

O MOVIMENTO ESTUDANTIL E O PCB: UM DEPOIMENTO

Airton Queiroz

Eu comecei a estudar graças ao empenho de minha madrasta. E estudando sempre em escolas públicas fiz depois a admissão no Colégio Padre Felix. E foi nesse colégio que consegui uma bolsa de estudos. E foi graças a essa bolsa de estudos que eu pude concluir o que se chama hoje de secundário. Fiz esse estudo e, ao chegar ao final dele, a Sudene havia sido recém-instalada em Recife. E ela instituiu um concurso para estudantes carentes, e os que passavam nesse concurso, terminavam por ganhar uma bolsa pra fazer um cursinho num vestibular de uma escola técnica qualquer. E quem por acaso passava, ou seja, conseguisse nesse vestibular entrar na Universidade, a Sudene assegurava uma bolsa para todo o período do curso superior.

Eu me esforcei muito. E só assim consegui passar não somente para fazer esse cursinho, como no vestibular da Escola de Engenharia, em 1965. E comecei fazendo Engenharia de Minas. Estudei o 1º ano durante o ano de 65 e o 2º ano em 1966, mas a partir daí, devido ao meu posicionamento político e as perseguições intensas da repressão militar, acabei abandonando o curso

Nesse período de início do curso eu já era membro do PCB. E a repressão sobre meu partido e sobre os demais partidos que lutavam contra o governo da ditadura foi intensa. Mas o início da minha militância, no Recife, ocorreu ainda quando eu era estudante do colégio Padre Felix.

É até difícil precisar bem este início, porque o clima político de Recife era muito envolvente. Nós, enquanto estudantes, participávamos de várias campanhas políticas. Isto quando eu estava ainda no Colégio Padre Felix. Eu me incluía naqueles grupos de estudantes que participavam de campanhas pelas mais diversas coisas.

E quando me dei conta eu já era membro do Partido Comunista (Brasileiro) sem que tenha havido uma cerimônia ou um

ato formal. Eu me recordo de um determinado dia quando alguém chegou e propôs a minha entrada no Partido. Ou seja, quase que fui - digamos assim - absorvido, tanto eu como muitos outros, num processo de doutrinação. Qero dizer que não aconteceu somente comigo, mas com muitos outros estudantes, também. Foi mais ou menos isso.

Então, a minha entrada no PCB não foi diretamente, não. Foi algo como nós fazíamos normalmente via recrutamento. Houve época que se fazia o recrutamento e chegava para pessoa - depois que se verificava que ela já tinha uma consciência política elevada coisa e tal - e a chamava para integrar ao Partido. Tudo isso depois de uma sondagem, evidente, porque era uma época em que o medo era muito grande. Portanto, só podíamos fazer um convite desses a uma pessoa quando já sabíamos que era quase certo que essa pessoa estava disposta a realmente integrar os quadros do partido e que nós podíamos confiar nela.

O Partido naquela época era muito grande. E a Escola de Engenharia de Pernambuco era uma das maiores bases que nós tínhamos em Pernambuco. Era uma Escola que exercia uma atração política.

E nós lutávamos para que as condições de estudos fossem as melhores possíveis. Uma das preocupações que nos levaram a muitos movimentos durante os anos 65, 66 e 67 foi a transferência forçada da Escola da Rua do Hospício - que ficava no centro da cidade - para a Várzea. Percebia-se que lá era um lugar bastante distante da vida universitária, mas que somente tinham prédios que ainda não estavam prontos. Não havia sequer instalação de água. E essa mudança foi feita na marra, porque o governo tinha interesse em afastar os estudantes, principalmente os estudantes que tinham aquele nível de participação política - como nós tínhamos -, para uma região bastante distante onde nós dificilmente teríamos condições de fazer as passeatas que costumávamos fazer.

Assim não teria como influenciar o povo que passava nas pontes do Recife. Então nós fomos forçados - no meio do curso - a esta transferência lá do centro da cidade para aquela cidade afastada. E para um local, como eu já disse antes, aonde não havia nem se quer as instalações básicas mínimas. Mas fomos na marra, porque os professores foram pra lá deslocados, e nós tivemos que ir. E até tinha um ônibus que nos levava pra lá.

E foi um dos movimentos dos mais sérios que nós fizemos. E resistimos até as últimas conseqüências e no que foi possível de resistir. Para impedirmos a transferência fizemos greve e até nos resistimos em assistir aula lá na Várzea. Mas finalmente tivemos que ir, porque os professores não vinham dar aula e eram forçados também a irem dar aula lá na Várzea.

Várias pessoas foram presas nesse momento como Alexandre Magalhães, Rui Frasão e outros. Várias pessoas eram pegadas, detidas durante alguns dias. No caso do Aécio, não. Ele ficou detido durante um tempo muito longo. Eu não posso precisar que tempo foi esse, mas a prisão dele fez com que nós participássemos de muitas greves e passeatas pedindo sua libertação.

Eu pessoalmente, como outros membros do partido e outras organizações, sofremos tudo o que se possa imaginar. Foram vários inquéritos que fomos chamados várias vezes para depor, além das detenções. Eu particularmente fui preso em uma noite, que eu não me recordo exatamente o dia, em outubro de 67, juntamente com a estudante de Medicina chamada Rosa. Fomos presos quando participávamos de uma pichação nas ruas de Recife contra a presença das tropas americanas no Vietnã.

E eu fui solto quando o delegado do DOPS ficou surpreso ao saber que eu era filho de Augusto de Albuquerque Queiroz, que era um dos guardas de polícia. Ele ficou surpreso por dois motivos. Primeiro, porque como é que era possível um estudante de Engenharia ou estudante universitário, que naquela época detinha uma quantidade pequeníssima de estudantes universitários, que eram quase todos eles filhos de gente rica do país, ser estudante filho de uma pessoa pobre e de um policial? Segundo, a surpresa foi maior por eu já ser conhecido como agitador de marchas apesar de ser gago. Eu era um agitador de marchas. E ainda filho de um colega de profissão deles.

E foi graças a isso, creio eu, que supondo se tratar de apenas mais um elemento útil que os outros espertalhões do partido usavam, eles me soltaram na esperança de que eu viesse poder depois me tornar quem sabe um informante deles. Então eu fui solto naquela mesma noite. E o delegado que me soltou me pediu pra que eu fosse lá no dia seguinte. E me pediu que eu o visitasse na tarde daquele outro dia de maneira mais calma.

Foi então que eu procurei membros do partido. E revelando o que tinha acontecido comigo e com Rosa, eu fui aconselhado a deixar o Recife, porque já não tinha mais condições de continuar lá. Até porque já tinha havido quedas ou prisões. E já tinha havido prisões de outros membros do partido naquele momento.

A minha saída de Recife ocorreu depois dessa tal soltura que eu aqui mencionei. Eu havia procurado alguns membros do partido. Uma pessoa que teve uma importância muito grande nas decisões fundamentais da minha era membro do comitê estadual de Pernambuco do PCB, que era a médica Doutora Naíde Teodósio, que morreu agora há poucos meses atrás.

A professora Naíde Teodósio, que foi uma grande médica, deu uma contribuição muito grande à Medicina de Pernambuco. Então eu estive na casa dela na noite daquele mesmo dia que eu havia sido solto. E contei o que havia acontecido comigo. E ela então aconselhou-me que eu deixasse o Recife e procurasse um outro local. Se possível que eu saísse para um outro estado qualquer. E aconselhou-me inclusive que eu não dissesse a ninguém - nem a membros do partido - para onde eu iria, como iria e quando iria. Ajudou-me dando inclusive algum dinheiro.

E eu então segui os conselhos dela e procurei durante alguns dias ir pra casa de uns parentes meus em Jaboatão, que é uma cidade próxima lá do meu Recife. E em alguns dias depois eu tomei iniciativa sem avisar a ninguém de ir até a rodoviária do Recife e comprar uma passagem de ônibus para o Rio de Janeiro. Foi assim. Isso foi nos finais de outubro ou no começo de novembro de 1967. Foi quando eu vim para o Rio e aqui fiquei. Vim concluir depois Economia aqui no Rio de Janeiro. E hoje em dia eu sou economista.

AS NOVAS ESQUERDAS E O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO BRASIL: 1961-1967

Luís Antonio Groppo

As lutas dos estudantes universitários foram marcadas por idéias e práticas “populistas” no período que vai de 1961 a 1964. Mas, ao mesmo tempo em que se expressou o elitismo e o idealismo típicos do populismo, os estudantes e sua entidade principal, a UNE (União Nacional dos Estudantes), acompanharam a radicalização crescente das forças progressistas aliadas ao populismo do governo Goulart, além de serem importantes protagonistas dos momentos finais deste período. Mas o golpe de 1964 selou o colapso da República Populista. Apesar da derrota inicial e de grandes dificuldades, a UNE e os estudantes aos poucos se reorganizaram e acabaram por abandonar o populismo inicial, adotando cada vez mais as ideologias radicais das “novas esquerdas”, prestes a protagonizar um dos eventos mais importantes de contestação ao Regime Militar, o movimento estudantil de 1968.

Este artigo discute principalmente a emergência das novas esquerdas estudantis, a partir de dissidências do Partido Comunista Brasileiro e de organizações maoístas, trotskistas e da esquerda católica (a Ação Popular), que foram constituindo, contra um regime político cada vez mais autoritário, uma práxis por sua vez cada vez mais radical - defendendo propostas como revolução proletária, guerra popular, luta armada etc. Em seguida, o artigo discute que esta práxis foi muito importante para a radicalização do próprio movimento estudantil brasileiro, movimento que atingiria seu auge em 1968, numa irresistível onda nacional de revoltas juvenis (parte, na verdade, de uma onda que era mundial). Baseia-se principalmente em inúmeros livros sobre os movimentos estudantis dos anos 1960 (fontes secundárias), mas também em alguns documentos estudantis produzidos na época (fontes primárias).

O artigo complementa outras produções de minha autoria: o livro *Uma onda mundial de revoltas. Movimentos estudantis de 1968* (Groppo, 2005a), que sistematiza de modo geral o movimento de

1968 (tanto no Brasil, quanto em outras partes do globo), e um artigo publicado sobre a questão universitária no Brasil dos anos 1960 vista sob a perspectiva dos movimentos estudantis (Groppo, 2005b).

A ascensão das novas esquerdas

Apesar do cultivo recíproco de um enorme antagonismo, com mais distância no tempo é possível perceber o quanto tinham em comum, novas e velhas esquerdas brasileiras nos anos 1960, no seu aspecto ideológico. Referências ao marxismo-leninismo, diversas palavras-chave, figuras da retórica e, até mesmo, concepções semelhantes a respeito do nacionalismo, o imperialismo e o papel da violência (praticada pela nova esquerda, considerada inadequada naquele momento pela velha). O grande divisor de águas "ideológico" entre velhas esquerdas (especialmente o Partido Comunista Brasileiro) e novas esquerdas seria a questão da luta armada. Adotando a retórica e a prática da luta armada, as novas esquerdas acreditavam estar rompendo com o arsenal populista e reformista que, aos seus olhos, contaminara o PCB (Partido Comunista Brasileiro) e as velhas esquerdas, que fizera com que as forças progressistas caíssem inertes diante do golpe militar de 1964.

As velhas esquerdas tinham vivido a proximidade relativa com o poder nos anos do populismo. Elas tiveram, entretanto, enormes dificuldades para lidar com a ditadura e com o total fechamento dos espaços políticos às tradicionais formas de ação permitidas pela democracia populista. Esta fraqueza da esquerda tradicional abriu um espaço, no campo das oposições, devidamente preenchido pelas novas esquerdas. A proximidade das velhas esquerdas com o poder na democracia populista, atingindo o auge justamente na fase mais crítica do populismo, o governo de João Goulart, no início dos anos 1960, fizera com que estas não conseguissem realmente escapar dos limites do populismo:

Como a esquerda se prende cada vez mais às técnicas, estilos e alvos da democracia populista, não consegue libertar-se a tempo, para propor e impor a sua alternativa. No convívio contínuo, crescente e profundo com a política de massas, acaba por inverter meios e fins, tática e estratégia, ideologia e realidade. Por isso abismou-se com o golpe. (Ianni, 1978, p. 124).

O PCB dispunha de quadros experientes e totalmente dedicados ao trabalho partidário, uma sólida penetração no movimento operário, ramificações no meio camponês e forte influência no movimento estudantil e em campanhas antiimperialistas: "Servia de referencial a todas as organizações de esquerda". (Gorender, 1998, p. 22). Mas, após 1964, as organizações que seriam identificadas como novas esquerdas teriam como única idéia consensual a crítica ao reformismo do PCB, idéia mais forte ainda quanto a do caminho a ser seguido (da violência). (Almeida; Weis, 1998). Dentro do movimento estudantil esta idéia também estaria fortemente presente. Um documento preparatório do 30º Congresso da UNE, que seria realizado em outubro de 1968, criticava a incapacidade do PCB de resistir ao golpe de 64:

A mais importante lição que se pode retirar daquele acontecimento é a da total incapacidade dos partidos comunistas burocratizados para analisarem concretamente a situação real em um país qualquer, conquistarem as massas operárias e dirigi-las na tomada do poder [...] No Brasil ficou evidenciado o erro do PC ao fazer "aliança" com a "burguesia nacional", totalmente impotente para se opor ao imperialismo. (A situação no Brasil e o movimento estudantil, 1968, p. 1).

Após o golpe, o PCB parecia se deixar levar por um intenso debate interno sobre os erros que resultaram na sua derrota. Mas, logo, Luís Carlos Prestes e outros membros da direção nacional passaram a censurar os vários textos internos que apontavam erros da própria direção. Em breve ficaria evidente que a direção do PCB não apenas se recusava a admitir seus erros, como jogava a culpa pelo fracasso àqueles que denunciavam o "reboquismo" do partido, pejorativamente chamados de "esquerdistas" pela direção. Desde então, o PCB passou a enfrentar muitas perdas e cisões nas suas bases, em destaque no seu setor estudantil. Em quase todos os Estados, "dissidências" ou "correntes" estudantis comunistas ganhavam vida própria, com orientação política independente e recrutando novos adeptos diretamente para si, não mais ao partido. (Gorender, 1998).

Mesmo antes de 1964, o PCB enfrentava a concorrência de outras organizações de esquerda. Nem todas sobreviveriam ao golpe

militar ou aos primeiros anos do novo regime, como as Ligas Camponesas (que Francisco Julião, inspirado pela Revolução Cubana, tentava radicalizar) e a corrente esquerdista do Partido Socialista Brasileiro (liderada pelo nacionalismo radical de Leonel Brizola). Outras organizações persistiram, em destaque o até hoje operante PC do B (Partido Comunista do Brasil, formado em 1962 a partir da dissidência "stalinista" do PCB que se alinharia ao comunismo chinês). Também existiam partidos trotskistas, como o Partido Operário Revolucionário (POR [T]) e a Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-Polop). Finalmente, socialistas cristãos, em destaque a Ação Popular, que mais tarde se tornaria maoísta e deteve grande influência na UNE nos anos 1960.

Depois de 1964, a principal característica comum entre as organizações de esquerda que concorriam com o PCB residia na defesa da luta armada imediata. Mas, a rigor, a idéia da luta armada já se tornara muito forte entre a esquerda desde a Revolução Cubana, vitoriosa em 1959, e já era defendida até por alguns partidos dissidentes, como o PC do B: "Ao contrário do que muitas vezes tem sido veiculado, a opção pela luta armada não ocorre na esquerda, em 1968 ou em 1969. Nós estávamos pensando nisso muito antes. A rigor, a Revolução Cubana mostrou esse caminho para a esquerda latino-americana já em 1959". (Velasco, 1999, p. 109). Segundo Gorender, toda a esquerda considerou o golpe de 64 como prova da falência do caminho pacífico, menos a maioria do Comitê Central do PCB. Tornou-se um axioma da esquerda brasileira a necessidade de usar a luta armada contra o regime dos golpistas. Mas nem isto foi suficiente para unificar a esquerda. Outros problemas dividiram as esquerdas em inúmeros partidos, organizações, dissidências, grupos e vanguardas: antecedentes partidários e doutrinários, diferentes influências teóricas, limitações regionais, pressões de países socialistas e as condições de clandestinidade que dificultavam um intercâmbio satisfatório entre os militantes das esquerdas. (Gorender, 1998).

Por ocasião do VI Congresso do PCB, dirigentes comunistas estimam que 10 mil membros do partido acompanharam Carlos Marighella na sua cisão (que depois daria origem à Aliança Libertadora Nacional, a ALN), 5 mil acompanharam Jacob Gorender e Mário Alves no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e outros 5 mil se dispersaram em várias outras dissidências. (Folha

de S. Paulo, 30/mar./1998, p. 5.3.). Entre as dissidências ativas no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, podem ser citadas a M3G (Marx, Mao, Marighela e Guvera) e a Frente de Libertação do Nordeste (FLNE), oriundas da ALN, a Corrente Revolucionária de Minas Gerais, a Tendência Leninista (da qual se formaria o Movimento de Libertação Popular, Molipo) e as Dissidências comunistas universitárias da Guanabara (que daria origem ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro, o MR-8), de Niterói, de São Paulo e do Rio Grande do Sul. (O Estado de S. Paulo, 10/maio/1998, p. A8).

Apesar de algumas ligações evidentes entre velhas e novas esquerdas, como a crescente hegemonia da proposta (e prática) da luta armada (que já era defendida por alguns setores da esquerda antes mesmo da derrocada de 1964), assim como vários outros aspectos ideológicos, retóricos e organizacionais, há uma cisão entre as duas esquerdas no que diz respeito aos seus principais militantes e líderes. No relato de Daniel Aarão Reis Filho e Ferreira de Sá, o golpe de 1964 interrompeu muitos projetos políticos e de vida de membros das esquerdas, e a grande massa dos militantes de esquerda pré-1964 silenciou-se ou ficou desorientada. De um momento ao outro, jovens militantes recém-ingressos nas organizações de esquerda, passaram a assumir importantes papéis: "Os que haviam começado em 1963, 1964, viram-se subitamente com responsabilidades de direção. Nas organizações e partidos da Nova Esquerda a média de idade beirava freqüentemente os 20, 22 anos. Os que tinham 25 anos eram considerados veteranos". (Apud Ventura, 1989, p. 44). Para Quartim de Moraes, a esquerda que não lutara em 1964 contra o golpe militar "não era a mesma que lutou em 1968". (1989, p. 146). Exceto por 2 dirigentes saídos do PCB (Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira), os que decidiram não lutar em 1964 continuaram com a mesma opinião em 1968 (exceto pelo esboço de guerrilha na serra do Caparaó, inspirado por Brizola). Portanto, a maioria dos dirigentes da luta armada contra o regime militar não teve papel dirigente na esquerda até 1964. (Moraes, 1989).

Entre as novas esquerdas do meio estudantil surgiria um grupo em que a interpretação radicalizante de teologias e filosofias de origem cristã atingiria um ápice criativo - a Ação Popular (AP). Mas a AP seria justamente a organização juvenil brasileira que faria

a viragem ideológica mais extrema destes anos - convertendo-se ao maoísmo ortodoxo e dogmático de modo fanático. Certamente, o esquerdismo cristão foi mais um componente herético da onda mundial de revoltas e da nova esquerda dos anos 1960, aumentando ainda mais a riqueza destes fenômenos históricos, assim como, em contrapartida, suas contradições e desencontros. O esquerdismo cristão seria mais uma via que levou muitos jovens de classe média à rebeldia nos anos 1960. Foi uma fonte ideológica importante, atraente pelo seu idealismo e até por seu ativismo, mas que não admitia sem reticências (como o maoísmo e o foquismo faziam) a retórica e a prática da violência. Talvez por isto, como na própria AP, o cristianismo progressista tenha perdido um pouco de sua influência na segunda metade dos anos 1960 entre os jovens rebeldes, ao mesmo tempo em que alguns dos cristãos progressistas foram levados a radicalizar ainda mais sua ação e doutrina, como a própria Teologia da Libertação. Na AP, o maoísmo passou a ser mais bem aceito internamente a partir de 1967, enquanto que em 1968 foi feita uma adoção mais explícita do comunismo chinês. (Camacho, 1999).

Uma discussão especial também é necessária sobre as dissidências comunistas estudantis. Vários dos que seriam líderes do movimento estudantil de 1968 entraram no PCB justamente quando se frustrava a crítica interna à linha adotada pelo partido em 1963-64. Na verdade, tais jovens militantes entravam em setores estudantis do PCB que já se encaminhavam seriamente para o desligamento do partido. Entre eles, Vladimir Palmeira, convidado a se filiar ao PCB em 1965 por dissidentes que prometiam transformar internamente o partido: "Não cumpríamos mais as orientações partidárias: o partidão dizia 'a', a gente fazia 'b' e pronto". Mas logo Vladimir resolveu formar sua própria dissidência, diante da hesitação dos que o convidaram: seria a Dissidência da Guanabara (que, segundo seu criador, não adotara imediatamente a proposta da luta armada). (Apud Dirceu; Palmeira, 1998, p. 52).

Organizações da esquerda estudantil e movimentos estudantis

A cisão no movimento comunista internacional e a fragmentação das esquerdas no início dos anos 1960 pode ter sido prejudicial à esquerda como um todo politicamente, privando-a de "resultados políticos" (vitórias, conquista do poder, marcação de

posições diante de forças da “direita” etc.) e até ter não intencionalmente colaborando para a legitimação da linha dura do regime militar. Mas nutriu os movimentos juvenis com uma diversidade de idéias, debates vivos e estratégias sem tamanho. Os movimentos estudantis foram alvo da ação de partidos, cisões ou grupelhos novo-esquerdistas que tentaram agitá-los, mobilizá-los, radicalizá-los e até manipulá-los. A miríade ideológica em que se fragmentou o outrora quase homogêneo pensamento de esquerda (centrado no comunismo soviético), assim como a fragmentação de suas organizações, fermentou e aqueceu ainda mais os movimentos estudantis e os movimentos de juventude. Antes, é claro, houve cisões nas esquerdas - e é quase certo que os anarquismos eram ideologicamente bem mais próximos das tendências gerais dos movimentos de juventude dos anos 1960. Mas estas “velhas” cisões não tinham encontrado ainda o ambiente mais propício para sua difusão - jovens e *campi* universitários.

Por outro lado, não se pode dizer, mesmo no Brasil em que eram tão fortes os grupos da nova esquerda estudantil, que os movimentos estudantis foram manipulados pelos novos radicalismos, nem mesmo que expressaram simplesmente idéias e posições destes:

O movimento estudantil de 1968 não pode ser confundido com os partidos revolucionários e, particularmente, com as ações armadas então desfechadas [...]. O que não quer dizer que óbvias relações não tenham sido estabelecidas entre estudantes e partidos revolucionários. Mas é preciso evitar as interpretações simplistas [...], negando a autonomia relativa de cada um. (Reis Filho, 1999, p. 66).

A fragmentada esquerda brasileira após 1964 defendeu com cada vez mais ênfase a luta armada e, “no quadro destas concepções, o movimento social dos estudantes era um pião num jogo mais complicado - o da revolução. Como, no entanto, era o mais ativo e articulado, era ali que se recrutavam militantes e dirigentes para os partidos revolucionários”. Ao mesmo tempo em que ambicionavam “reger e instrumentalizar os movimentos sociais”, os partidos revolucionários se viram “arrastados pela dinâmica” do movimento estudantil. (Reis Filho, 1999, p. 68-9).

Entre 1964 e 1968, muitos grupos esquerdistas se introduziram no movimento estudantil e na UNE. Se no final dos anos 1950 predominou o PCB e, entre 1961 e 1963, a AP, nos anos seguintes também iriam concorrer, pelo controle das entidades estudantis, várias dissidências estudantis comunistas e até organizações como a trotskista Polop. No início de 1966, estes grupos da nova esquerda estudantil discordavam da proposta legalista do PCB. O PCB recomendava que fosse acatado o decreto que desmantelava a UNE e as demais entidades estudantis, trocando-as por novas entidades submetidas ao controle do regime (a Lei Suplicy). Depois de vitoriosos, estes grupos da esquerda estudantil passaram a se digladiar pelo controle da UNE, que foi efetivamente reorganizada em 1966. Era a recuperação da esquerda estudantil após o choque sofrido com o fracasso de 1964. Mas é uma esquerda estudantil mais radicalizada: a AP se aproximava do maoísmo, as dissidências comunistas defendiam a luta armada, a Polop se aproximava do foquismo e mesmo o PCBR, que teve participações pontuais no movimento estudantil, se encaminharia para a luta armada. A chapa que venceu as eleições para a UNE, em 1967, era uma composição das três principais tendências da nova esquerda estudantil - AP, Dissidências e Polop - que se uniram, por um instante, para marginalizar completamente os defensores da linha oficial do PCB.

O Movimento estudantil entre 1961 e 1967

Como já foi dito, movimento estudantil e novas esquerdas não se confundiram em 1968, muito menos antes. Também, para compreender o movimento estudantil no Brasil, é essencial retomar um pouco do histórico da instituição que representava os universitários desde os anos 1930, a União Nacional dos Estudantes (UNE). Mas não será preciso retornar à década de 1930, apenas enfatizar importantes momentos entre 1961 e 1967 - momentos que preparam a revolta de 1968.

1968 pode ser considerado como o auge da confluência entre a insatisfação da massa estudantil contra o regime, a entidade nacional dos universitários (UNE) e as novas esquerdas estudantis. Esta confluência envolveu também, o que não terei espaço para discutir melhor, as insatisfações das novas classes médias urbanas.

Mas, mesmo com a constante presença da UNE, não se pode falar tranqüilamente de um movimento estudantil brasileiro, nem antes nem durante os anos 1960. No Brasil, em vários momentos, foram mais visíveis "movimentos" estudantis, pouco articulados entre si no tempo e no espaço, divididos regional e ideologicamente e defendendo interesses diversos. Mas nos seus momentos de maior destaque e agitação, os movimentos estudantis tenderam a se comportar como "ondas" nacionais de revolta, como em 1966 e em 1968. Mesmo nestas ondas de mobilização das massas estudantis, porém, não se pode dizer que a UNE representava exatamente os desejos, interesses e motivações dos que se mobilizavam. Apesar de UNE e movimento estudantil quase se identificarem em 1968, a direção efetiva e cotidiana das revoltas estava muito mais nas entidades estaduais, diretórios e centros acadêmicos que na própria UNE.

Se o auge das manifestações de 1968 foi o grande exemplo de confluência, do "encontro", entre a UNE, esquerdas estudantis e massa universitária, o golpe militar de 1964 significou um grande desencontro entre eles: enquanto os dirigentes da UNE fugiam ou assistiam praticamente inertes ao incêndio da sede da entidade estudantil nacional, parte da massa estudantil ou se calava ou participava de atos de apoio ao golpe.

Já o final de 1968 recriaria o desencontro entre estudantes, esquerdas e UNE. Primeiro, dado o percurso tomado afinal pelas novas esquerdas: rumo à luta armada e à concepção do movimento estudantil como celeiro de militantes para a guerrilha. Segundo, pela crescente repressão do Estado. Para os militantes mais aguerridos, o movimento precisava organizar-se de modo semiclandestino e enfrentar de modo violento e até armado o regime militar. Mas a maioria dos estudantes, que foram sensibilizados para a participação política durante os anos 1960, queria mesmo era manter aquela participação "tradicional", que se resumia a assembléias, debates e protestos públicos. (Almeida; Weis, 1998).

Antes destes dois diversos desencontros, a UNE assistiu em seu interior a radicalização da ideologia populista professada e a aproximação para com as novas esquerdas. Já em 1961 a UNE anunciava uma participação política de caráter "progressista" para além dos temas universitários. A

UNE engajou-se na "Rede da Legalidade", que procurou garantir que João Goulart assumisse a presidência da República após a renúncia de Jânio Quadros. Antes mesmo da renúncia de Jânio, a UNE emitiu uma nota conclamando a defesa da Constituição e do regime democrático:

Não podemos aceitar qualquer espécie de golpe, e exigimos que seja cumprida à risca a letra da Constituição. Conclamamos o povo e, particularmente, os estudantes, para que se mantenham vigilantes. Infelizmente cercada, perseguida, fechada, a UNE nem sempre tem podido furar a censura e o policialismo que domina o Estado da Guanabara. Mas podem crer que não cederemos. A constituição deve ser defendida! Povo e estudantes do Brasil, unidos pela Constituição! Unidos pela Liberdade! (*Apud* Camacho, 1999, p. 52).

Diante da ameaça vinda dos ministros militares de Jânio, o presidente da UNE, Aldo Arantes, juntamente com outros estudantes, como Herbert de Souza, o Betinho, dirigiram-se para Porto Alegre: "Foi um momento inesquecível. Havia 100 mil pessoas na praça, defronte da sede do governo. Mais de 70 mil se alistaram para lutar na guerra civil, se necessário. E quando tudo terminou com a instituição do parlamentarismo [...], ainda havia gente treinando marcha unida nas ruas da capital gaúcha. Uma experiência emocionante." O anúncio do acordo parlamentarista "[...] desarticulou todo o esquema armado para a resistência ao golpe [...]. Mesmo assim, milhares de pessoas saíram às ruas da capital gaúcha aos berros: 'Jango traiu! Jango traiu'... Não deixara de haver o golpe". (Herbert de Souza *apud* Dantas Filho; Doratioto, 1991, p. 50-1).

Também, no início dos anos 1960, a UNE e os estudantes participaram de várias campanhas e projetos de educação e cultura popular, principalmente no Nordeste. Destacou-se o Movimento de Cultura Popular - de Paulo Freire, vinculado à Prefeitura de Recife - , o Movimento de Educação de Base - criado pelo CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) -, a Campanha "De Pé no Chão Também se Aprende a Ler" e os Centros Populares de Cultura (CPC's) da UNE. Em todos estes movimentos, parecia hegemônica uma concepção de cultura popular ao mesmo tempo populista e elitista, em que se concebia a cultura popular como a "cultura produzida para o povo, visando a sua conscientização

política e social. Seu caráter popular residiria na apropriação de formas populares, em benefício da conscientização do povo". (Berlinck apud Silva, 1989, p. 39).

Enquanto se desenvolviam as atividades do CPC, a UNE e o movimento estudantil também atuavam em prol da Reforma Universitária e se envolviam com as querelas políticas dos últimos anos da democracia populista. Um forte populismo, de caráter às vezes até autoritário, estava presente na UNE, assim como nas demais organizações, partidos e movimentos esquerdistas no último governo populista. A própria postura de criar o CPC continha motivações como as que foram expressas nas "Resoluções do Conselho da UNE", de 1962, que afirmavam no mais fiel estilo do populismo paternalista: "O estudante brasileiro, tomando consciência da situação de exploração em que vive o país e o seu povo, é chamado ao papel histórico de conscientização das massas populares". (Apud Foracchi, 1965, p. 247).

Para Albuquerque (1977), desde 1961 a UNE havia ingressado na fase de "participação no poder", com a crise que se seguiu à renúncia de Jânio Quadros. O governo Goulart, reconhecendo a ajuda da UNE, nomearia seguidos ministros da Educação ligados ao movimento estudantil, enquanto a UNE e outras entidades estudantis tentavam influenciar diversas organizações populares, como os sindicatos urbanos, onde foram menos eficientes (exceto entre comerciários e bancários, dado que muitos eram também universitários), os movimentos de militares subalternos e o sindicalismo rural.

A grande ação (e frustração) da UNE neste período seria a greve do 1/3, ocorrida em 1962. A greve paralisou 40 universidades no Brasil (23 federais, 14 particulares e 3 estaduais), mas, apesar do sucesso inicial, acabou fracassando e desgastando a UNE. O movimento grevista iniciou-se em São Paulo em solidariedade aos alunos do Mackenzie, que desejavam a "federalização" desta universidade.

O movimento estendeu-se para muitas unidades universitárias do país, enquanto a UNE sintetizou as diferentes demandas na reivindicação de que a representação discente se desse na base de 1/3 dos órgãos decisórios das faculdades e universidades. Era também uma maneira de forçar a Reforma Universitária, que não avançava no Poder Legislativo, e praticar

algumas das propostas defendidas pelos estudantes. Mais que uma luta entre estudantes e governo federal (que chegou a apoiar as reivindicações, tentando manipular o movimento estudantil), a greve do 1/3 adquiriu ares de um conflito geracional, envolvendo estudantes *versus* professores. Diante das propostas de reforma universitária, professores e autoridades acadêmicas reagiram argumentando que “estudantes precisam é de estudar. Já chegam as concessões e as humilhações dos professores aos alunos”. (Professor da Universidade do Brasil apud Foracchi, 1965, p. 254). Diante de um verdadeiro processo de “esforço coletivo de reflexão” dos estudantes, sobre os problemas gerais da Universidade e mesmo da relação da Universidade com o país, um esforço autêntico, ainda que cheio de oscilações e ambigüidades, docentes e autoridades, como o reitor da Universidade de São Paulo, definiriam a greve do 1/3 como um “[...] movimento transitório que representa, na melhor das hipóteses, um lamentável equívoco de estudantes sobre a verdadeira finalidade da Universidade”. (Publicado em *O Estado de S. Paulo* em 4/8/1962, apud Foracchi, 1965, p. 259).

Em 1963 e 1964, para Albuquerque (1977) (um analista do movimento estudantil bem pouco simpático em relação ao seu objeto), a entidade nacional dos universitários entrou na fase da “luta pelo poder”. Segundo Marialice Foracchi (1965), a UNE chegou a ser considerada um “Quarto Poder” no fim do governo Goulart. Nestes anos, a UNE e diversas entidades estudantis desenvolveram mais ainda os movimentos de educação e cultura popular. Também se envolveram nas tentativas de organização de sindicatos rurais, principalmente no Nordeste, muitas vezes ao lado da Igreja, como em Pernambuco e Rio Grande do Norte. (Albuquerque, 1977).

Nos últimos atos do governo Goulart e nas derradeiras manifestações em prol das Reformas de Base, em 1964, estiveram presentes a UNE e as esquerdas estudantis. O próprio Comício de 13 de março, na Central do Brasil, Rio de Janeiro, teve a UNE entre as 21 organizações sindicais que assinaram a sua nota convocatória. Não apenas Jango citou os estudantes e a Reforma Universitária em seu discurso, como o próprio presidente da UNE, José Serra, falou para a multidão. (Silva, 1989; Albuquerque, 1977; Poerner, 1979).

Mas as posições dos militantes das esquerdas estudantis e dos líderes da UNE não expressavam mais exatamente o espírito da massa dos universitários, muitos deles filhos das classes médias que

seguiram as Marchas com Deus pela Liberdade. Segundo Martins Filho, um dos sinais que comprova isto é o fato da principal organização estudantil depois da UNE, a União Metropolitana dos Estudantes da Guanabara (UME), estar desde 1963 nas mãos da "direita estudantil" (Martins Filho, 1997) (na verdade, levando em conta as considerações de Poerner [1979], eram estudantes "liberais"). Era um dos indícios de que "a massa dos estudantes, o estudante comum, se deixou levar pelo discurso anticomunista e por toda aquele quadro que se criou para justificar o golpe militar". (Martins Filho, 1997, p. 80).

Ao chegarem os rumores do golpe da direita, no dia 31 de março, estudantes esquerdistas das Faculdades Nacionais de Direito e Filosofia, no Rio de Janeiro, chegaram a pedir armas ao Governo Federal para a resistência, acreditando na eficácia de um pretense esquema militar que sairia em defesa de Jango. Como as armas não apareceram, estes e outros estudantes decidiram sair às ruas para participar de manifestações antigolpistas no dia 1 de abril. Mas logo perceberam que a pequena resistência caía inerte, principalmente quando viraram alvo de tiros vindos do Clube Militar. Neste mesmo dia, também viram a sede da UNE, o Clube Germânia, ser depredada e incendiada por grupos paramilitares. Enquanto isto, José Serra, presidente da UNE, pedia asilo à Embaixada do Chile. (Poerner, 1977). O furor dos golpistas contra os estudantes se estendeu à Universidade de Brasília (UnB) - que fora uma das criações mais celebradas da última fase da democracia populista -, que teve seu *campus* invadido pela polícia após a deposição de Jango, com a prisão de vários professores e estudantes (em 13 de abril, seria decretada a intervenção da UnB). O movimento estudantil e a direção da UNE, oriundos da última fase da democracia populista, desmantelaram-se rapidamente. Dirigentes se exilaram, pediram asilo em embaixadas, se encontravam foragidos ou foram presos.

Mas as próprias atitudes do governo Castelo Branco beneficiariam, por fim, a radicalização da militância estudantil. O Decreto-lei de novembro de 1964 de autoria do ministro de Educação e Cultura, Flávio Suplicy de Lacerda, complementado pelo presidente Castelo Branco em meados de 1965, previa o fim da UNE e das demais entidades representativas dos estudantes, criando novos órgãos e regulamentos para a representação estudantil no

nível superior. Segundo a Revista do DCE (Diretório Central Estudantil) da USP (Universidade de São Paulo) de 1966, o ministro Suplicy (que declarara à imprensa que “os estudantes não precisam ser ouvidos” a respeito de seu projeto de lei) e o governo acreditavam que os partidos estudantis estavam totalmente vencidos e que não esboçariam qualquer reação contrária. Mas, afirma a Revista, seria justamente esta atitude quem ajudaria a reviver o movimento estudantil. (Rocca, 1966).

A UME, cuja direção fizera oposição à esquerda estudantil, acabou reunindo em sua sede, em 24 e 25 de junho de 1964, representantes de doze Uniões Estaduais dos Estudantes (UEEs), que elegeram uma Junta Governativa e, em julho, uma direção provisória para a UNE. Era a primeira tentativa de recriar a entidade nacional, que procurou não apenas combater o projeto de Suplicy como também recuperar a sede da entidade e organizar para o ano seguinte o 27º Congresso Nacional dos Estudantes, o Congresso da UNE. (Poerner, 1977). Neste momento de reorganização do movimento estudantil e da UNE, destacaram-se grupos estudantis liberais e o próprio tom da crítica ao regime militar, no período logo após o golpe de 1964, tinha um nítido caráter liberal-democrático.

Ainda em 1964, os “partidos” da esquerda estudantil recolhiam seus cacos após o desastre do golpe, ajudando a recriar efetivamente a UNE. No 27º Congresso da UNE, em julho de 1965, participaram 313 das 450 representações acadêmicas do país, elegendo para presidente o estudante paulista Antonio Xavier. Continuava predominando politicamente a AP, que defendia, assim como outras entidades da Nova Esquerda estudantil, a não participação nas eleições convocadas para os Diretórios Acadêmicos e Diretórios Centrais regulamentados segundo a Lei Suplicy - ao contrário do que defendia o PCB. (Poerner, 1977).

No seu 27º Congresso, o tema dominante foi justamente a Lei Suplicy, para a qual a UNE resolveu convocar para outubro de 1965 um plebiscito entre os estudantes. Mas, antes disto, a lei seria aprovada pelo Poder Legislativo. Mesmo assim, a UNE resolveu realizar o plebiscito: como resultado, 92,5% dos universitários repudiaram a Lei. Assim, apesar da posição do PCB a favor das novas entidades propostas pela Lei Suplicy, na prática o movimento estudantil em fase de rearticulação acabou fazendo dela “letra

morta" - a única entidade que vingou foi o Diretório Estudantil gaúcho, que funcionou até 1979.

Diante da oposição estudantil, Suplicy afirmaria em agosto de 1965 que encontrara as Universidades "com agitadores e pequenos ladrões transformados em líderes" e ordenou que se reprimissem os Diretórios Acadêmicos que se recusavam a participar das eleições das novas entidades. (Apud Poerner, 1977, p. 265). Enquanto isto, o ministro da Justiça, General Juraci Magalhães, teve de ouvir a UNE recusar seu convite oportunista de "diálogo" com o movimento estudantil. Segundo a UNE a proposta era uma "tentativa de encobrir a impopularidade de uma ditadura repudiada pelos brasileiros":

São os autores da perseguição e da violência que falam hoje em diálogo. Falam de aproximação. Falam de entendimento. O que na verdade propõem é que esqueçamos os gritos de colegas como Rui Guerra, da União Pernambucana dos Estudantes, torturado na prisão. O que na verdade propõem é que esqueçamos os 3 mil universitários presos, expulsos, expatriados, desde o 1º de abril de 1964. Querem que ignoremos a mão esfacelada do colega Ezequias Gomes, ferido na Guanabara. O que na verdade propõem é que abandonemos um diretor da UNE, Heitor de Laola, preso há meses no Ceará. Propõem anular a juventude. Moldá-la fascista, violenta, corrupta. (Publicado no *Correio da Manhã*, em 17 /12/1965, apud Poerner, 1977, p. 266).

Diante de tal documento, o ministro resolveu encaminhar o processo de fechamento da "insolente" UNE, que, como reação, denunciou o governo Castelo Branco como uma "[...] ditadura militar de traição nacional, [...] um governo que prende sem crime e condena sem julgamento, que impede o direito de crítica e de protesto, espanca e tortura quando julga necessário". (Apud Poerner, 1977, p. 266). Ainda em 1965, o presidente Castelo Branco seria vaiado quando se dirigia à Universidade Federal do Rio de Janeiro. No Rio também aconteceria uma pequena passeata contra a decretação do AI-2. (Reis Filho; Moraes, 1998). Em maio de 1965, uma greve de 7 mil alunos paralisou a Universidade de São Paulo. Em Brasília, professores e alunos fizeram uma greve de um dia na

UnB, motivando uma nova invasão policial da universidade, em 25 de outubro. Como decorrência, quinze professores foram demitidos. Em repúdio, duzentos professores pediram demissão. A UnB desmantelava-se: restavam apenas mais quinze professores em toda a universidade. (Poerner, 1977).

Esboços de mobilização estudantil, seguidos por uma truculenta repressão, se dariam também no início de 1966. A relação desmesurada entre ação e repressão acabaria gerando a primeira onda nacional de revoltas estudantis após o golpe militar, ainda em 1966. Seria vencido o descompasso entre a militância esquerdista que controlava a UNE e a massa estudantil, em boa parte graças à repressão e à inabilidade do governo militar em lidar com as questões universitárias. (Martins Filho, 1998). Já no início das aulas, o DCE da UnB recomendou aos alunos que não pagassem a anuidade instituída a partir daquele ano (outra criação do ministro Suplicy), apesar do seu valor irrisório. Em Belo Horizonte, em março, também no início das aulas, os veteranos determinaram que, como trote, os calouros deveriam desfilar pelas ruas carregando críticas ao regime militar. Mas a "passeata dos calouros" foi atacada violentamente pela polícia, que chegou a invadir a igreja São José, no centro, onde estudantes haviam se refugiado. (Vieira, 1998). Em solidariedade aos mineiros, estudantes cariocas e paulistanos realizaram passeatas: no Rio, em 19 e 24 de março (reunindo de 3 a 5 mil participantes); em São Paulo, em 18 de março (com 2 mil pessoas). Também houve atos de solidariedade no Paraná e Espírito Santo. Como se repetiria em 1968, a população reagiu às passeatas estudantis com aplausos e fazendo chover papel picado do alto dos edifícios. (Poerner, 1977). Em 21 de abril de 1968, dia de Tiradentes, um feriado, estudantes mineiros colocaram velas em forma de L (de Liberdade) em torno do Palácio da Liberdade (sede do governo estadual), em ato organizado pelo DCE da Universidade Federal de Minas Gerais. (Vieira, 1998).

No mês de julho de 1966 se daria o 28º Congresso da UNE, em Belo Horizonte. O Congresso havia sido proibido pelo governo federal, que já havia declarado a UNE ilegal. Forças policiais ocuparam a sede da UEE de Minas Gerais, onde deveria acontecer o Congresso, e se espalharam por pontos estratégicos de Belo Horizonte para coibir a chegada dos congressistas. Apesar disto, o Congresso acabou se realizando num dos salões da igreja de São

Francisco de Assis, no convento dos franciscanos. 300 delegados - 200 não conseguiram chegar - se dirigiram ao local do encontro após a missa da noite, realizando durante toda a madrugada o Congresso. Até mesmo estudantes norte-americanos compareceram como observadores. De manhã, os estudantes saíram misturados com o povo após o fim da missa das 7. Diferentes forças de esquerda compunham a nova diretoria da UNE escolhida no Congresso, tendo José Luís Guedes, da AP, como presidente. Após o governo descobrir que havia sido logrado, fechou-se arbitrariamente o Seminário Franciscano, em represália aos religiosos que abrigaram o Congresso ilegal.

O auge desta primeira onda de mobilização estudantil após o golpe militar seria o mês de setembro de 1966. As lutas estudantis deste mês foram chamadas de "setembro heróico". Começaram com a greve estudantil da Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro, e a prisão de 178 estudantes paulistas reunidos em um Congresso clandestino realizado pela UEE de São Paulo, em São Bernardo do Campo. Novas greves estudantis se deram em São Paulo e Rio de Janeiro, assim como passeatas em Minas Gerais. A UNE elegeu o dia 22 de setembro como o "Dia Nacional de Luta contra a Ditadura", que deveria ser o auge dos seus atos de protesto, após decretar a greve geral dos estudantes a partir do dia 18. No dia 22, ocorreram protestos em todo o país, como Porto Alegre, Belém, Goiânia (onde um cabo da polícia militar foi morto durante tiroteio envolvendo policiais e estudantes), Salvador e Recife (nestas duas últimas, houve feridos nos conflitos com a polícia). (Poerner, 1977). Mas o acontecimento que teve maior repercussão ficou conhecido como o "Massacre da Praia Vermelha", ocorrido na madrugada do dia 23 de setembro na Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro, quando a polícia encurralou 600 estudantes (entre os quais, 240 moças) que estavam reunidos em assembléia. A polícia invadiu a faculdade às 5 da manhã, que estava cercada desde o meio da tarde do dia anterior. Entre os estudantes, estava Vladimir Palmeira:

Apanhamos feito boi ladrão, aquilo nunca havia acontecido antes e de imediato chocou toda a população [...]. Essa história foi tão traumática, bateram tanto nos estudantes - chegaram a enfiar cassetete na vagina das meninas -, foi

tanta violência nessa noite que aquele pessoal de 66 nunca mais fez movimento estudantil. Alguns - muito poucos - se tornaram lideranças, viraram socialistas, mas a grande maioria se afastou e foi cuidar da própria vida. Muitos deles só voltaram a aparecer em uma manifestação em 68, na passeata dos Cem Mil. (Apud Dirceu; Palmeira, 1998, p. 66, 68).

O movimento estudantil entraria em refluxo no ano de 1967, principalmente por causa do inesperado grau de repressão que suas manifestações encontraram. Ainda assim houve lutas de importância em nível regional: em agosto, os estudantes secundaristas que faziam uso do Restaurante Calabouço conquistaram uma importante vitória, recebendo um novo restaurante; em setembro, porém, uma luta contra as anuidades na Guanabara foi derrotada; em Minas Gerais, durante a visita do presidente Costa e Silva a Belo Horizonte, universitários entraram em greve e promoveram uma passeata que tomou as escadas da Igreja São José, sem interferência policial. (Vieira, 1998). Mais importante em 1967, porém, foram os avanços na organização das entidades estudantis autônomas. Não apenas a UNE se reorganizava e se fortalecia, mas também entidades estaduais, como DCE's (Diretórios Centrais Estudantis) e CA's (Centros Acadêmicos) eram reconstruídos à margem do reconhecimento do regime autoritário. Isto seria constatado pelo próprio movimento de 1968, como se percebe em um texto do DCE-livre da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que afirma que as resistências contra a Lei Suplicy e as manifestações de 1966 permitiram que o movimento estudantil criasse "um poder paralelo; uma estrutura de representação estudantil independente das injunções do governo". (Como lutar, 2º sem./ 1968).

Neste processo de reorganização, destacou-se o 29º Congresso da UNE, realizado em julho de 1967, novamente em caráter clandestino. Reportagem em uma revista publicada pelo Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP narrou a preparação deste encontro. O ministro da Justiça, Gama e Silva, tinha vindo a público proibir o Congresso, ameaçando impedir "de qualquer forma" a sua realização. Inicialmente, pensava-se em fazê-lo no Conjunto Residencial da USP (CRUSP), de modo aberto, mas, diante desta

ameaça, optou-se pela clandestinidade. A organização foi ampla e sigilosa. Inclusive durante as férias, os militantes conseguiram juntar dinheiro para a realização do Congresso através de bônus da UNE e do jornal "Movimento", vendidos em pedágios, filas de ônibus, visitas às casas e nas cidades do interior do Estado que tinham escolas superiores. Uma comissão de "segurança" também foi organizada para proteger aqueles que faziam a arrecadação de recursos e os que iriam participar do Congresso. Enquanto isto, afirma a reportagem dos estudantes, declarações de autoridades governamentais prometiam que a polícia prenderia os líderes estudantis antes mesmo do Congresso, que este não se realizaria de modo algum. Mas as lideranças da UNE já haviam optado por um Congresso não aberto, mas não levaram tal decisão a público, mantendo-se todas as evidências de um encontro aberto no CRUSP. Apenas os delegados e poucos membros da Comissão de Segurança sabiam da mudança de planos e menos gente ainda sabia do verdadeiro local. O Congresso se deu numa fazenda em Vinhedo, em 26 de julho - antes do que havia sido publicamente anunciado -, mas sob condições precárias. Apenas no dia 31 de julho, dois dias após o término do encontro, é que a imprensa noticiou que o evento se realizara com sucesso. (XXIX Congresso da UNE, set./1967).

A AP continuava ocupando a presidência da UNE, com Luís Travassos, mas a nova diretoria era uma composição de diferentes forças das novas esquerdas. Se o PCB foi marginalizado da UNE neste momento, a própria AP percebeu que ela perdera muito de sua hegemonia dentro da entidade nacional. Eventos, durante o próprio Congresso e posteriormente, demonstravam crescentes intrigas e conflitos dentro da diretoria da UNE, os quais colocariam em breve o seu presidente numa posição minoritária dentro da organização.

A Carta Política do 29º Congresso da UNE tem, no entanto, muito do espírito da AP, que levava às discussões dentro do movimento estudantil prioritariamente temas políticos gerais, em destaque a crítica à ditadura e ao imperialismo. A constatação de que a categoria dos estudantes era a única que oferecia alguma espécie de oposição marcante contra o regime, nesta Carta, faz com que se conclua que os estudantes teriam uma função primordial no despertar da "revolução". Mas esta "revolução" só poderia se dar com a força das classes trabalhadoras:

Mais dia, menos dia, (as elites e o regime militar) serão derrubados como todas as classes dominantes do passado. Não seremos nós que derrubaremos essas classes. Pelo contrário, julgamos que toda nossa força advém do fato de integrarmos na luta dos que trabalham e são explorados, dos que fazem a riqueza da nação e com os quais marcha a história. (Carta Política da UNE, aprovada no XXIX Congresso em julho de 1967, set./1967, p. 18-9).

Após uma análise do movimento estudantil, da situação internacional e nacional, a Carta descreve um "Plano de Luta", que inclui: luta antiimperialista, luta contra a ditadura, luta contra o Acordo MEC-USAID, mais verbas para o ensino e mais vagas, promoção de seminários nacionais e regionais estudantis, integração com o movimento secundarista e docente, integração com movimentos estudantis da América Latina e de todo o mundo e aperfeiçoamento dos instrumentos de ação da UNE. (Carta Política da UNE, aprovada no XXIX Congresso em julho de 1967, set./1967).

Assim, apesar da diretoria da UNE eleita por este Congresso ainda estar sob a presidência da AP, tanto quanto no início da década de 1960, ela já não era mais ideologicamente a mesma. Primeiro, porque a própria AP se afastara do humanismo cristão de suas origens e se aproximava cada vez mais do maoísmo. Segundo, porque a UNE assistia à crescente influência de dissidências estudantis comunistas (as quais haviam se desligado do PCB [Partido Comunista Brasileiro] por considerarem-no moderado demais). Sob tais influências, e diante do marcante fracasso das esquerdas tradicionais em 1964, a UNE abraçava uma nova visão sobre a relação entre estudantes e classes trabalhadoras, abandonando aquele populismo de outrora. Tratava-se agora de defender a revolução protagonizada pelas classes trabalhadoras, como se viu na citação acima.

Era a hora de abraçar de vez os ideais combativos das novas esquerdas. Junto com a insatisfação crescente das classes médias e as tendências cada vez mais autoritárias do Regime, estavam reunidos os ingredientes de uma mistura que se revelaria explosiva no ano seguinte, quando se deu o movimento de 1968 - marcante evento de contestação ao governo militar - e o ingresso do país nos

tempos mais violentos da ditadura, os "Anos de Chumbo" (1969-1974).

Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. "Movimento estudantil e classe média no Brasil. Estudo comparativo", In: _____ (coord.). *Classes médias e política no Brasil*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, cap. IV, p. 117-144.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luís. "Carro zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar", In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil - 4. Contrastes da intimidade contemporânea*, São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 319-410, cap. 5.
- CAMACHO, Thimoteo. *Cultura dos trabalhadores e crise política. estudo sobre o Centro Popular de Cultura do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André*, Santo André: Fundo de Cultura do Município de Santo André, 1999.
- CARTA POLÍTICA DA UNE, APROVADA NO XXIX CONGRESSO EM JULHO DE 1967, *Revisão*, Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP, n. 5, São Paulo, set./1967.
- COMO LUTAR, *mimeo*, DCE-livre da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2º sem./1968.
- DANTAS FILHO, José; DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *A república bossa-nova. A democracia populista (1954-1964)*, São Paulo: Atual, 1991.
- DIRCEU, José; PALMEIRA, Vladimir. *Abaixo a ditadura*, Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/ Garamond, 1998.
- ESTADO DE S. PAULO, O. 10/maio/1998, p. A8.
- FOLHA DE S. PAULO, 30/mar./1998, p. 5.3.
- FORACCHI, Marialice M. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*, São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1965.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*, 5ª ed., São Paulo: Ática, 1998.

GROPPO, Luís Antonio. *Uma onda mundial de revoltas. Movimentos estudantis de 1968*. Piracicaba: Editora Unimep, 2005a.

_____. "A questão universitária e o movimento estudantil no Brasil nos anos 1960". *Impulso*. Piracicaba, 16 (40), 117-131, 2005b.

IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4ª ed., 1978.

MARTINS FILHO, João Roberto. "O movimento estudantil na conjuntura do golpe", In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *1964: visões críticas do golpe. Democracia e reformas no populismo*, Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997, p. 75-81.

_____. "Os estudantes nas ruas, de Goulart a Collor", In: _____ (org.). *1968 faz 30 anos*, Campinas: Mercado de Letras, São Paulo: Fapesp, São Carlos: Editora da Universidade de São Carlos, 1998, p. 11-26.

MORAES, João Quartim de. "A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968: notas historiográficas e observações críticas", *Tempo Social*, 1 (2), São Paulo, 2º sem./1989, p. 135-158.

POERNER, Artur José. *O poder jovem. História da participação política dos estudantes brasileiros*, 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979..

REIS FILHO, Daniel Aarão. "1968, o curto ano de todos os desejos", In: VIEIRA, Maria Alice; GARCIA, Marco Aurélio (orgs.). *Rebeldes e contestadores. 1968: Brasil, França e Alemanha*, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 61-71.

ROCCA, Francisco. "Luta contra a Lei Suplicy", *Revista DCE USP Livre*, Diretório Central dos Estudantes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1966, n. 1.

_____; Pedro de Moraes. *1968. A paixão de uma utopia*, 2ª ed., Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SILVA, Justina Iva de A. *Estudantes e política. estudo de um movimento (RN 1960-1969)*, São Paulo: Cortez, 1989.

SITUAÇÃO NO BRASIL E O MOVIMENTO ESTUDANTIL, A. documento preparatório ao 30º Congresso da UNE, mimeo, 1968.

VELASCO, Sebastião. "Significados da conjuntura de 1968", In: VIEIRA, Maria Alice; GARCIA, Marco Aurélio (orgs.). *Rebeldes e*

contestadores. 1968: Brasil, França e Alemanha, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 105-110.

VENTURA, Zuenir. 1968. O ano que não terminou. A aventura de uma geração, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

VIEIRA, Margarida Luiza de Matos. "68: os estudantes mineiros e o desejo de um novo mundo", In: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). _____ (org.). 1968 faz 30 anos, Campinas: Mercado de Letras, São Paulo: Fapesp, São Carlos: Editora da Universidade de São Carlos, 1998, p. 77-93.

XXIX CONGRESSO DA UNE, *Revisão*, Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP, n. 5, São Paulo, set./1967.

POS

Alexandre Soares

1990-1995

1995-2000

2000-2005

2005-2010

2010-2015

2015-2020

2020-2025

CONSIDERAÇÕES FINAIS

POSFÁCIO

Alexandre Santos

O estudo da história não é um mero passatempo para animar a vida de intelectuais diletantes. Com efeito, o passado é um grande professor, nos ensinando a evitar os processos que redundaram em erros e fracassos e, também, nos ensinando a tentar copiar e repetir as coisas que deram certo. Nessa perspectiva o conhecimento da história é fundamental para o progresso da sociedade, interessando de perto às pessoas com responsabilidades políticas e administrativas.

Nos chega agora, graças à iniciativa de Otávio Luiz Machado e Michel Zaidan Filho, "Movimento Estudantil Brasileiro e a Educação Superior", reunindo peças e documentos que recompõem parte importantíssima da história recente do país. É um documento sério, que incorpora desde o depoimento dos protagonistas ou analistas das fases iniciais do estudo até a observação panorâmica de um ator contemporâneo que escreve a apresentação do documento, o geólogo Edmilson Santos de Lima, diretor do Centro de Tecnologia e Geociências (CTG-UFPE), antiga Escola de Engenharia de Pernambuco. Desenvolvido em quatro partes, o trabalho chama atenção pela lógica da estruturação.

O presente livro, oriundo do projeto "A Engenharia Nacional, os estudantes e a educação superior: a memória reabilitada (1930-1985)", que foi idealizado pelo historiador Otávio Luiz Machado e possui como Coordenador Técnico o Professor Michel Zaidan Filho, é um documento de fôlego, que lança luz sobre um período ainda pouco estudado da história do país.

Divulga as angústias vividas pelos estudantes ávidos por participação na vida da nação, realçando a importância dos engenheiros e de outros profissionais para a construção da sociedade brasileira.

HISTÓRICO DO PROJETO DO LIVRO

O trabalho no qual se originou o presente livro intitula-se “A Engenharia Nacional, os estudantes e a educação superior: a memória reabilitada (1930-1985)”, é resultado de diversas conclusões e contribuições da pesquisa piloto “O debate da relação educação e sociedade no movimento estudantil das tradicionais escolas de engenharia de Ouro Preto e Recife nos anos 1960”, realizada com a colaboração de pesquisadores das universidades federais de Ouro Preto e Pernambuco, quando seus realizadores passaram a reconstituir parte da história de duas escolas superiores importantes no contexto da ciência, cultura e educação do Brasil: Escola de Engenharia de Pernambuco (UFPE) e Escola de Minas de Ouro Preto (UFOP). No próprio desenvolvimento do trabalho, a questão da educação superior, da cultura brasileira e da ciência e tecnologia foram percebidas como preocupações importantes no contexto estudantil universitário brasileiro.

Mas a origem de tudo está lá atrás, em Ouro Preto-MG, quando o historiador Otávio Luiz Machado estudava a história das repúblicas de estudantes e o movimento estudantil em Minas Gerais, enquanto pesquisador associado ao Laboratório de Pesquisa Histórica (LPH) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

Não foram poucos os locais de pesquisa para que a história do movimento estudantil brasileiro ganhasse algum destaque nas suas preocupações intelectuais, foi o caso do CPDOC/FGV do Rio de Janeiro-RJ, o Arquivo Público Mineiro em Belo Horizonte ou o Arquivo Público Estadual de Pernambuco, além dos arquivos universitários da UFOP, da UFPE, do Mackenzie e de outras instituições de educação superior.

Mas a preocupação com a atividade extensionista da Universidade Brasileira também foi fundamental para a consolidação dos trabalhos. É o caso da exposição intitulada “Ouro Preto, Juventude, Tradições e Movimentos Sociais”, organizada pelo projeto “O debate da relação educação e sociedade no movimento estudantil das tradicionais escolas de engenharia de Ouro Preto e

Recife nos anos 1960”, que ficou aberta no Museu Casa Guignard de Ouro Preto, em setembro de 2002.

A grande preocupação no registro de entrevistas gravadas levou o projeto a visitar vários Estados do Brasil, como Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Distrito Federal, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e outros.

E ainda tivemos a grande preocupação de participar de eventos científicos sobre o tema, como foi o caso do “Simpósio Internacional Movimento Estudantil: dilemas e perspectivas”, na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal, em 2006, que nos garantiu a aquisição de uma maior experiência acadêmica no tocante ao tema movimento estudantil.

Várias entrevistas começam a ser divulgadas no formato de livro, como é o caso a feita com o Professor Jacob Gorender, em São Paulo. Assim como documentos, já estão publicadas em “sites” como o da Fundação Perseu Abramo ou da UFOP. O projeto vem contribuindo com livros como o de Ana Maria de Araújo Freire (“Paulo Freire: uma história de vida” em 2006), assim como com a disponibilização de dados ou documentos imprescindíveis à história do país a todos os interessados.

Com o apoio da Pró-Reitoria de Extensão da UFPE, assim como a contribuição de mais de vinte (20) instituições de educação superior do Brasil, temos a plena certeza de que o projeto “A Engenharia Nacional, os estudantes e a educação superior: a memória reabilitada (1930-1985)” ainda produzirá muitos bons resultados, como o presente livro que lançamos.

INFORMAÇÕES GRÁFICAS

FORMATO: 15,5x 22 cm

TIPOLOGIA :Trebuchet MS

PAPEL: MIOLO: Off-set 75 - gm²
CAPA: Triplex 250 - gm²

Montado e impresso na oficina gráfica da

Editora  UFPE
Universitária

Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20 - Várzea
Fones: (0xx81) 2126.8397 - 2126.8930
Fax: (0xx81) 2126.8395 - CEP: 50.740-530
Recife - PE
editora@ufpe.br - edufpe@nlink.com.br
www.ufpe.br/editora